

REVISTA

PRAIAVERMELHA

Revista de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social

Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa do Serviço Social e áreas afins, colocando em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Aloísio Teixeira

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Ângela Uller

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS DIRETORA

Prof^ª Dr Mavi Pacheco

VICE-DIRETOR

Prof^º Dr Marcelo Braz

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Prof^ª Dr^a Sara Granemann

COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU

Prof^º Dr Luís Acosta

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA Mailing Adress

UFRJ - Escola de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação
Av. Pasteur, 250 – fundos
CEP 22290-240
Rio de Janeiro - RJ
Telefone (21) 3873-5386
(21) 3873-5385

E-mail: praiavermelha@ess.ufrj.br

Site: <http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermalha/index>

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

Solicita-se Permuta / Exchange Desired

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta revista poderá ser copiada ou transmitida sem a permissão dos editores. As posições expressas em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



REVISTA
PRAIAVERMELHA

ISSN 1414-9184

COMISSÃO EDITORIAL

Carlos Nelson Coutinho,
Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

José Maria Gomez,
Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

José Paulo Netto,
Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

Myriam Lins de Barros,
Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal)

Ana Elizabete Mota (UFPE-PE)

Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI)

Berenice Couto (PUC-RS)

Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal)

Cibele Rizeck (USP-SP)

Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ)

Consuelo Quiroga (PUC-MG)

Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF)

Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra)

Elizete Menegat (UFJF-MG)

Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França)

Ivete Simionatto (UFSC-SC)

José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP)

Júlio de Assis Simões (USP-SP)

Leilah Landim (UFRJ-RJ)

Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT)

Marcelo Badaró (UFF-RJ)

Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina)

Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP)

Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA)

Maria das Dores Campos Machado (UFRJ-RJ)

Maria Liduína de Oliveira e Silva (UNIFESP-SP)

Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP)

Maria Lucia Martinelli (PUC-SP)

Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ)

Michael Lowy (EHESF-França)

Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai)

Neli Aparecida de Mello (USP-SP)

Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF)

Ricardo Antunes (UNICAMP-SP)

Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ)

Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA)

Sérgio Adorno (USP-SP)

Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ)

Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra)

Valéria Forti (UERJ-RJ)

Vera da Silva Telles (USP-SP)

Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA)

Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF)

EDITORAS CIENTÍFICAS

Maria de Fatima Cabral Marques Gomes,
Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

Yolanda Aparecida Demétrio Guerra,
Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

EDITOR PARA WEB

Luis Acosta

ASSESSORIA TÉCNICA

Rodrigo Castelo

Rosemere Santos Maia

Rafael Castro

DESIGN GRÁFICO

Fábio Rapello Alencar

REVISÃO - PORTUGUÊS

Maria de Fátima B. Menezes Migliari

TRADUÇÃO E REVISÃO - INGLÊS

Maurício Miranda

Catologação na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social - Vol. 20, nº 2 (2010) - Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós Graduação, 2010.

Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social - Periódicos. 2. Teoria Social - Periódicos. 3. Política - Periódicos
I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5

CDU 36 (05)

PUBLICAÇÃO INDEXADA EM:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia <<http://ccn.ibict.br>>

Base Minerva UFRJ

Revista On line - ISSN1984 669X

Sumário

Editorial	
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes Yolanda Aparecida Demétrio Guerra	9
Entrevista – José Paulo Netto	
	11
Artigos	
Latinoamérica: de la reforma a la revolución	
Claudio Katz	27
Trabalho, classe e sujeito social da revolução: o debate sobre a América Latina atual	
Marcelo Badaró Mattos	37
A nova democracia dos novos movimentos anti-sistêmicos da América Latina	
Carlos Antonio Aguirre Rojas	47
Toyotismo, automatização flexível e superexploração do trabalho na América Latina	
Adrián Sotelo Valencia	61
Poder popular em El Salvador em tempos de ápice de reificação da vida cotidiana	
Dagoberto Gutierrez Stefano Motta	73
Radicalização democrática e políticas sociais na América Latina: notas sobre o processo venezuelano	
Mirella Farias Rocha Beatriz Augusto de Paiva	89
Reformas agrárias na América Latina: abordagens intelectuais e modernização capitalista	
Canrobert Penn Lopes Costa Neto	107
¿La regularización urbana mejora las condiciones de vida de la población de más bajos ingresos en Latinoamérica?	
Nora Clichevsky	117
Ciudades latinoamericanas. Desafíos y limitaciones de los procesos de recualificación cultural: ¿globales/transnacionales, regionales, nacionales y/o locales?	
Mónica Lacarrieu	135
Igrejas cristãs e os desafios da ampliação dos direitos humanos na América Latina	
Maria das Dores Campos Machado	157
Resenha	
ABRAHÃO, Sérgio Luís	
Espaço público: do urbano ao político	
Maria Helena Tenório de Almeida	167
Normas Editoriais	
	171

Contents

	Editorial	
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes Yolanda Aparecida Demétrio Guerra		9
	Interview – José Paulo Netto	11
	Articles	
Latin America: from reform to revolution		27
	Claudio Katz	
Labor, social class and political actor of the revolution: the current debate about Latin America		37
	Marcelo Badaró Mattos	
The new democracy of the new Latin American anti-systemic movements		47
	Carlos Antonio Aguirre Rojas	
Toyotism, flexible automatization and superexploitation of labor in Latin America		61
	Adrián Sotelo Valencia	
People power in El Salvador during times of peak of reification of everyday life		73
	Dagoberto Gutierrez Stefano Motta	
Democratic radicalization and social policies in Latin America: notes from the Venezuela process		89
	Mirella Farias Rocha Beatriz Augusto de Paiva	
Agrarian reforms in Latin America: intellectuals approaches and capitalist modernization		107
	Canrobert Penn Lopes Costa Neto	
Does urban regularization in Latin America improve living conditions for lower income population?		117
	Nora Clichevsky	
Latin American cities. Challenges and limits of the processes of cultural requalification: global/transnational, national, regional and/or local?		135
	Mónica Lacarrieu	
Christian churches and the challenges for the expansion of human rights in Latin America		157
	Maria das Dores Campos Machado	
	Book Review	
	ABRAHÃO, Sérgio Luís	
Public space: from urban to political		167
	Maria Helena Tenório de Almeida	
	Publications norms	171

EDITORIAL

A Revista *Praia Vermelha – Estudo de Política e Teoria Social* inaugura, neste número, uma seção dedicada à Memória do Serviço Social. Esta seção será constituída por entrevistas de renomados professores na área de Serviço Social, com destaque para os professores que ajudaram a construir a Escola da UFRJ. O projeto se inicia com José Paulo Netto, professor titular dessa Escola por longos anos, cuja produção teórica influenciou a formação de assistentes sociais no Brasil e no exterior.

A América Latina é a temática que articula os diferentes artigos aqui apresentados. Esse periódico traz aos seus leitores uma ampla discussão sobre o assunto, com artigos nacionais e internacionais. O tema é de grande relevância para o Programa de Pós-graduação da ESS, posto que professores, alunos e pesquisadores latino-americanos têm nos procurado frequentemente para sua formação. Ademais, entre os membros dessa Escola estão docentes desse subcontinente, tornando esse espaço qualificado para o debate sobre temas cruciais da região.

Estudos críticos sobre a América Latina se multiplicaram nos últimos anos aqui no Brasil, dedicados à defesa dos seus recursos naturais, dos seus povos, suas tradições e culturas, dilapidados por séculos de colonização e, nas últimas décadas, pela barbárie do capitalismo globalizado.

Os artigos aqui apresentados retomam e aprofundam questões vivenciadas nos distintos países que compõem o nosso território, tratando-as a partir de diferentes ângulos – economia, política, questão agrária, espaços urbanos, políticas sociais e religião. Nesses textos, revela-se um espaço político em ebulição onde, apesar das imposições postas pela dinâmica hegemônica, observam-se mudanças positivas provenientes da ação de sujeitos políticos, muitas vezes organizados em torno de movimentos sociais e partidos políticos que apontam para um horizonte mais democrático, depois de longas décadas de regimes ditatoriais. Acredita-se que, dessa forma, os estudos poderão contribuir para instrumentalizar o leitor para uma análise crítica sobre os dilemas da América Latina e para desvendar suas potencialidades, apontando caminhos para o enfrentamento de seus desafios.

Finalizando essa edição de nosso periódico, apresenta-se uma resenha crítica em que espaço urbano e política são discutidos de forma articulada.

Rio de Janeiro, dezembro de 2010

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
Yolanda Aparecida Demétrio Guerra
 Editoras Científicas

PROF. JOSÉ PAULO NETTO _____

A presente edição da Revista Praia Vermelha lança a seção Memórias do Serviço Social. Este espaço será formado por entrevistas de renomados professores na área de Serviço Social que fizeram parte do corpo docente da ESS/UFRJ. O projeto se inicia com o prof. José Paulo Netto, professor titular dessa Escola que teve, ao longo dos anos, um expressivo destaque teórico nas ciências sociais aplicadas brasileiras.

Nesse momento de aposentadoria de José Paulo, o objetivo é oferecermos ao leitor um balanço de sua trajetória política e acadêmica. O texto é constituído por uma entrevista e depoimentos, cujo material foi fornecido por figuras importantes que acompanharam a trajetória histórica do entrevistado. Entre os entrevistadores destacam-se: Carlos Montañó (CM), Carlos Nelson Coutinho (CNC), Marcelo Braz (MB), Maria Carmelita Yasbek (MCY), Mariléia Porfírio (MP) e Sara Granemann (SG), bem como a equipe editorial da revista Praia Vermelha. Os depoimentos foram dados por Alcina Martins, Andrea Oliva, Celso Frederico, Júlia Cardoso, Leandro Konder e Pablo Bentura. Os depoimentos, na sua íntegra, estão disponíveis na página eletrônica da revista <<http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha/index>>.

MP Conte-nos um pouco da sua história familiar.

JPN Sou de Juiz de Fora, onde fiquei até a primeira metade dos anos 1970. Nasci no remotíssimo 29 de novembro de 1947... Meus pais, ambos de Minas Gerais, ele de origem rural, casaram-se em 1946, tiveram dois filhos (eu sou o primogênito) e viveram juntos 58 anos, até a morte (ela faleceu em 2004 e ele em 2005, ambos octogenários). Constituíram uma família típica do estrato baixo da pequena burguesia urbana tradicional, aquela que se mantinha pelo trabalho pessoal – nunca experimentamos privações, mas sempre a casa viveu num regime de frugalidade.

Na casa, a figura central sempre foi minha mãe, mulher muito ativa, independente, de forte personalidade; uma doce tirana, com vivas preocupações sociocêntricas – na crise do Estado Novo, ainda solteira, em Paty do Alferes (RJ), onde viveu por cerca de dez anos, foi solidária com a luta democrática e teve laços com o Partido Comunista. Suas convicções democráticas e progressistas perduraram por toda a vida: odiava o imperialismo norte-americano, viu a Revolução Cubana com alegria e, em 1964, entendeu com clareza que se iniciava um episódio ditatorial de novo tipo. Por vinte anos, ajudou corajosamente aos perseguidos pelo regime de 1º de abril. Sempre ativa nos processos eleitorais, morreu eleitora do PT.

As diferenças entre minha mãe e meu pai, homem extremamente dedicado ao trabalho, tranquilo e afetuoso, leitor de boa literatura, porém medularmente conservador (julgou que o golpe do 1º de abril dirigia-se mesmo contra a “corrupção”!), eram evidentes: desde a organização da vida doméstica à visão de mundo (ele, agnóstico; ela, nos anos 1960, convertida ao kardecismo). O engraçado é que tais diferenças jamais afetaram os fortes vínculos que os uniam – até seus últimos dias de vida, a relação entre ambos era de uma ternura que sempre me sensibilizou. Mas o que me fascina mesmo, quando recordo a minha infância e a minha adolescência, é a capacidade – rara naqueles tempos e na faixa social a que pertencíamos – que ambos demonstraram para criar um ambiente estimulante para o desenvolvimento dos filhos. Tiveram comigo, certamente um adolescente insuportável, tolerância e respeito. Naquela casa, onde se discutia de tudo (religião, política, futebol), às vezes de maneira muito acalorada, podia-se pensar e falar livremente.

E a família não se reduzia a meus pais e meu irmão – logo após o casamento de meus pais,

minha avó materna faleceu; meu avô e seus dois filhos, já homens feitos, não tinham como educar a filha menor, de modo que ela foi viver com meus pais. Esteve na casa até se autonomizar, após concluir seu curso universitário. Mais velha que eu onze anos, menos que tia foi uma irmã, que participou da minha socialização e a que me ligam fortes laços.

MP E a sua trajetória educacional? Por que escolheu a graduação em Serviço Social?

JPN Toda a minha formação pré-universitária foi feita no Instituto Granbery, onde meu pai estudara. Entrei neste colégio metodista com sete anos incompletos e dele só saí para a universidade. Devo muito ao Granbery: além da excelência do ensino (a esmagadora maioria dos meus professores, do primário ao científico, era muito competente), que me proporcionou um “capital cultural” ponderável, o colégio me inculcou hábitos rigorosos de estudo e valores que consolidavam os que eram cultuados na casa – o trabalho, a responsabilidade pessoal, a disciplina intelectual. Comigo, o Granbery só fracassou num ponto: não me tornou um “bom cristão” – entrei ateu (tornei-me ateu aos cinco anos) e saí mais ateu ainda...

Minha escolha pelo Serviço Social (que não foi minha única formação: logo depois de graduado, ingressei no curso de Letras) foi bastante racional: a Faculdade de Serviço Social oferecia na cidade, à época, a melhor formação para quem se interessava em compreender a vida social – não só pelo seu corpo docente (fomos, você e eu, alunos de figuras como Alexis Stepanenko, com quem aprendi a fazer pesquisa, de Rosa Stepanenko, de Jaime Snoek, um dos maiores teólogos que conheci, de Itamar Bonfatti, de Dalton Barros de Almeida, do norte-americano Anthony Mendonça, que me obrigou a ler os clássicos da sociologia, do meu amigo Nilo Batista, que então iniciava sua brilhante carreira), mas pelo clima aberto de discussão que a sua Direção garantia. Escolhi Serviço Social menos por preocupações profissionais e mais pela formação em sentido estrito. Aliás, você e eu podemos nos orgulhar de ser egressos de uma Faculdade que tem história e que produziu intelectuais importantes

(só para lembrar, pensemos em Magda Belo Neves e Marilda Yamamoto).

SG Seu trabalho de conclusão de curso (TCC), referenciado em autores como Marx, Engels, Sweezy, Florestan Fernandes, entre outros, já trabalhava na direção de uma importante crítica do Serviço Social como profissão. O que tornou possível a elaboração desta crítica e como foi a sua orientação de TCC?

JPN A sua apreciação do meu TCC (concluído em 1969, sob o título “Serviço Social e história – introdução a uma abordagem genético-estrutural”) é muito generosa... É verdade que ele contém muito das ideias que acabei desenvolvendo – com as modificações que a experiência e a reflexão de décadas me propiciaram – ao longo da vida. Penso que se trata de um texto bastante corajoso para a época, assentado no meu precário marxismo juvenil. Mas a sua avaliação, repito, é muito generosa. Carlos Nelson, que o leu à época, disse-me, muitos anos depois, que, ao chegar à última página, concluiu: “Esse moço tem futuro, mas o seu presente é pobrezinho...”.

Na base do meu TCC está, obviamente, a minha adesão ao marxismo e a minha militância política, já intensa na época. Mas está também uma leitura da bibliografia profissional disponível à época, com uma atenção significativa à literatura latino-americana. A minha orientadora Neli Campos Guerra, assistente social e freira da ordem das Missionárias de Jesus Crucificado, tão importante na difusão do Serviço Social no Brasil, fez o que podia fazer com um estudante como eu: deixou-me escrever – discordando de tudo, mas sem me constranger em nada. A banca que examinou o trabalho (a própria Nely, Jaime Snoek e Anthony Mendonça) apreciou, elogiou, mas não me deu o 10 que eu queria: deu-me 9,8. A banca considerou que a crítica “era muito negativa”. Devo admitir que eles não estavam errados.

CNC Como bom marxista, você nunca separou a sua atividade intelectual da sua militância política. Quando e como se iniciou esta militância?

JPN Vamos voltar há mais de 50 anos atrás... Além da influência de minha mãe e do fato de ser socializado num bairro onde era fortíssima a

presença de trabalhadores (junto à minha casa, havia uma torrefação de café e uma indústria têxtil), contribuiu – veja que coisa curiosa! – para que eu despertasse efetivamente para a política um livro que meu pai (certamente sem imaginar as implicações...) pôs em minhas mãos por volta de 1958-1959: *O que sabe você sobre petróleo. A bíblia do nacionalismo*, do grande panfletário Gondin da Fonseca. Li aquele breviário de defesa da Petrobras e virei um nacionalista fanático. Uns dois anos depois, meu barbeiro, o comunista mais público da cidade, Milton Fernandes, deu-me de presente uma ediçãozinha, da Vitória, do *Manifesto comunista* – minha conversão (porque de conversão se tratou mesmo!) foi imediata... Não é possível dizer da fantástica impressão que me causou o texto – basta assinalar que então a minha vida se definiu e ganhou sentido. Passei a me caracterizar como comunista sem ter qualquer vínculo orgânico, até porque eu mal completara 13 anos. Na sequência, sempre com a influência do barbeiro, passei a devorar as edições da Vitória e a ler *Novos Rumos*, do qual virei vendedor no colégio e para os operários do bairro.

Em janeiro de 1963 (é fácil lembrar a data: foi no dia do plebiscito sobre o parlamentarismo), um dirigente estudantil do Partido, Roberto Resende Guedes (o “Roberto Bolinha”), cuidou da minha ligação formal com o PCB. Havia uma “base” secundarista e a ela me agreguei. Era uma festa: pichações, agitação em torno de *Novos Rumos* e por aí afora... Veio o golpe e o Partido, também em Juiz de Fora, foi duramente atingido e praticamente se desestruturou. Somente em finais de 1965 começou a sua rearticulação e, de fato, só a partir de meados de 1966 tivemos atividades partidárias regulares. Foi então que, já na universidade, minha militância se tornou intensa: passei a ter responsabilidades dirigentes (junto com o Roberto e mais dois camaradas, Marco Antônio Dias Pontes e João Carlos Reis Horta) e uma forte relação com trabalhadores (um mecânico de bondes – veja que sou do tempo dos bondes! -, José Henrique de Oliveira, o “Gato Preto”, introduziu-me sistematicamente na

vida operária). Muito brevemente, essa foi a minha iniciação.

CNC Você militou por muitos anos no PCB, tendo chegado a ocupar cargos em sua mais alta direção. Como você avalia hoje esta experiência? E, de modo mais geral, como você avalia a ação dos comunistas na sociedade brasileira?

JPN Entrei no Partido em 1963 e, salvo um breve período (1968-1969, na sequência da entrada das tropas do Pacto de Varsóvia na então Tchecoslováquia) em que estive fora da organização, mantive-me nele por 29 anos. Até 1975, meu trabalho partidário restringiu-se a Minas Gerais. No retorno do exílio, em 1979, tornei-me assessor do que se designou “Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas”, que tinha como principal figura Giocondo Dias. Fui eleito para o Comitê Central e para a Comissão Executiva no VII Congresso (1982) e tornei-me “profissional” do Partido até 1986; além das tarefas específicas de que me encarregaram (especialmente no domínio da cultura), respondi, entre 1982 e 1987, pela página editorial da *Voz da Unidade* e, durante os dois anos em que Noé Gertel esteve no exterior, substituí-o como editor do semanário.

O PCB foi a experiência mais decisiva e educativa de toda a minha vida. Meus camaradas sempre me estimularam a estudar e nunca sofreu qualquer constrangimento em razão das minhas ideias (que nem sempre coincidiam com a linha oficial). Aprendi que o Partido Comunista é uma espécie de micro-síntese da sociedade: nele se encontram, exponenciadas ao limite, as características – positivas e deletérias – da sociedade em que se insere. No PCB, conheci homens e mulheres comuns e homens e mulheres excepcionais; conheci a fraternidade, a generosidade, o despreendimento, como também conheci a mediocridade, o oportunismo e a insinceridade. Mas, desses traços, os primeiros sempre foram dominantes. Do ponto de vista do meu desenvolvimento intelectual e humano, foi do PCB que recebi o essencial. Ainda hoje, entre as minhas melhores referências éticas, estão camaradas a que me liguei no velho PCB: Celso Frederico, Raul Matteos Castel, Antonio Roberto Bertelli, Sérgio Brasil, Ronaldo

Coutinho, Sara Melo, Enoir Luz (o “Juca”) – e, entre todos, um baiano ao qual me une uma amizade de mais de 40 anos, que resistiu a ventos e marés, um pensador chamado Carlos Nelson Coutinho... Cito aqui apenas os vivos e certamente esqueço camaradas que muito contribuíram para que o caipira de Juiz de Fora se tornasse menos ignorante.

Do ponto de vista objetivo, penso que o PCB, avaliados os erros e os acertos de sua longa e difícil trajetória, prestou grandes serviços ao nosso povo – ademais de ter sido o único partido marxista que construiu, no Brasil, uma *cultura política*. Do tempo da minha militância, ressalto a correta concepção estratégica na luta contra a ditadura, com a política unitária da frente democrática. E penso que a tragédia do PCB, nos anos 1980, foi a incompreensão de que a justa política da frente democrática já se esgotava em face das novas realidades brasileiras – foi esta incompreensão, e não os eventos que levaram ao colapso o “socialismo real”, a responsável pela crise em que o Partido imergiu. Este é um período da história partidária que ainda aguarda uma análise séria e profunda, pois encerra lições que não podem ser minimizadas – e os dirigentes da época nunca se mostraram dispostos a uma autocrítica séria (também a mim, que tive responsabilidades neste processo, aplica-se esta reserva. Mas pretendo ainda saldar este meu débito para com a história do Partido).

MB Você costuma dizer que a “sinfonia dos tamancos operários do Vitorino Braga” foi o que, em sua juventude, embalou inicialmente a sua paixão revolucionária. O que hoje continua a mover a sua contagiante convicção pela revolução?

JPN De fato, a música da minha infância (na juventude, os trabalhadores já estavam melhor calçados...) foi o bater dos tamancos dos operários do meu bairro – este foi o terceiro espaço da minha socialização elementar, ademais da casa e do colégio. Dos seis anos em diante, convivi intensamente com os trabalhadores, especialmente da Santa Helena e do Café Câmara (aí, conheci a superexploração do trabalho da mulher: era um tempo em que a separação dos grãos do café fazia-se manualmente,

em bancas de madeira – e as “catadoras” eram todas mulheres). Esta convivência foi de fundamental importância para mim na infância e na entrada da adolescência: o contraste entre o meio trabalhador e as casas dos meus colegas do Granbery abriu a minha cabeça ao mundo. Entre os trabalhadores, aprendi as formas humildes da solidariedade e percebi a revolta surda contra a vida de miséria. A partir das suas existências anônimas, descobri o que há de heroísmo em levar para casa o simples pão cotidiano. Pude saber o que é ter um filho doente e, à falta de quaisquer recursos, só lhe poder entregar carinho – mas carinho não cura. Foi dessa experiência, muito precoce, que nasceu o meu profundo desprezo pela vida burguesa e por tudo o que se prende à burguesia como classe. Não é por acaso que, às vezes, plagiando um ilustre comunista português, eu me apresento como um filho adotivo da classe operária.

É claro que, 50 anos depois dessa vivência, o mundo mudou muito, aquela classe operária tradicional transformou-se sensivelmente – mas a impossibilidade de a sociedade burguesa oferecer à humanidade trabalhadora qualquer alternativa que não seja a barbárie apenas se tornou mais visível. É por isto que, meio século depois, e apesar de todos os desaires do projeto socialista, eu continuo convencido (por fortes razões teóricas, não por motivações somente éticas) da urgência e da viabilidade do socialismo. A ordem consolidada e tardia do capital só pode inspirar asco e combate.

CNC Você não aceitou a transformação do PCB em Partido Popular Socialista (PPS), ficou muitos anos sem partido (embora sem deixar a militância) e agora retornou ao PCB renovado. Por que, ao contrário da maioria dos membros do velho PCB, você não aceitou aquela transformação? E por que resolveu ingressar agora no novo PCB? Trata-se de um ingresso ou de um reingresso?

JPN A resposta é muito simples: sou marxista e comunista, e o PPS já nasceu renegando o marxismo e o projeto comunista. E hoje nada é mais contristador e patético que ver a herança do velho PCB reivindicada por aqueles que se tor-

naram cabos eleitorais de figuras como César Maia e Geraldo Alckmin, só para ficar no eixo RJ/SP. Penso que é preciso ressaltar que ainda há gente honesta no PPS, mas esta agremiação não passa de uma linha-auxiliar do PSDB – trata-se de uma vulgar legenda de aluguel.

Devo recordar que, em janeiro de 1992, no congresso em que se criou essa agremiação, eu e alguns camaradas (Celso Frederico, Noé Gertel, Raul Matteos Castel, Antônio Roberto Bertelli e Martin César Feijó) apresentamos

a proposta da criação de um “Fórum Nacional de Comunistas”. A ideia era promover uma ampla mobilização de comunistas, membros do PCB ou não, para discutir uma nova forma-partido. O rapazinho que dirigia a mesa central, um bancário já devidamente escolhido pelas

práticas sindicais que conhecemos, sequer deu notícia da proposta aos congressistas. Nossa proposta foi para a lata do lixo e nem podemos dizer que fomos derrotados: fomos simplesmente ignorados. Também, à época, não nos alinhamos com aqueles que romperam com o congresso – entre os quais Horácio Macedo, Raimundo Jinkins, Antonio Carlos Mazzeo e Ivan Pinheiro –; não avaliávamos que eles poderiam avançar com algo factível.

Não sei se, em novembro de 2009, ao pedir a minha inscrição no PCB renovado, “ingressei” ou “reingressei”. Sei apenas que vejo nele o meu modesto lugar para melhor continuar participando das lutas de classes. Tenho para mim que este PCB renovado, ainda pequeno, mas sério, pode contribuir para a revolução brasileira – que não será obra de um único partido, mas da confluência de movimentos sociais organizados e de partidos e grupos comprometidos de fato com um projeto de ruptura com a ordem burguesa e com a perspectiva da emancipação humana.

CM Muito se tem questionado e repensado a questão do sujeito da revolução – na sua avaliação,

o sujeito ainda é a classe trabalhadora? Quais as articulações possíveis com outros sujeitos?; **MB** – Complemento a pergunta do Carlos: em artigo recente, você afirmou que o desafio das esquerdas hoje é o de superar o “déficit organizacional”. No âmbito da formação teórico-política revolucionária, quais são os principais desafios?

JPN Vocês põem na mesa um leque de problemas que exigiria de todos nós um bom tempo tão somente para determinar seus conteúdos específicos. Vamos ver se, muito brevemente,

“No primeiro contato pude perceber o dom de oratória, a fala enfática, a clareza e objetividade na exposição, a cultura universal e a prodigiosa memória. De fato, era alguém diferenciado em nosso meio. Um dirigente político interessado em questões estéticas e um professor que discorria sobre diversos temas com incontida paixão destoava, assim, tanto do pragmatismo imediatista dos profissionais do partido como do habitual discurso frio, impessoal e desapaixonado dos acadêmicos”.

Celso Frederico

indico alguns pontos importantes. Nenhum processo revolucionário moderno foi obra de uma única classe: da Revolução Francesa à Revolução dos Cravos, passando obviamente pelas experiências russa e chinesa, tivemos

sempre um *bloco* de forças revolucionárias, envolvendo segmentos de classes diferentes. Evidentemente, sempre houve uma *hegemonia de classe* – expressa ou não por um partido de classe – que direcionou tais processos. Não vejo como, no futuro imediato, um processo revolucionário possa ser estruturalmente diferente. Isto não significa, porém, que a revolução do futuro reiterará as formas que conhecemos. Estamos em transição para um mundo social novo: mantendo as características mais substantivas do capitalismo monopolista, a sociedade tardo-burguesa apresenta fenômenos e processos inéditos – que vão do caráter hoje necessariamente destrutivo da produção comandada pelo capital (como Mészáros tem insistido com razão) a uma complexificação sem precedentes da estrutura social, metamorfoseando a própria classe trabalhadora e seu núcleo duro, o proletariado industrial. Parece-me que não é a eventual redução quantitativa, numérica, deste núcleo que compromete a “missão histórica” que o marxismo tradicionalmente lhe conferiu – este núcleo permanece essencial para a revolução graças à

sua funcionalidade na produção/reprodução da sociedade capitalista e suas relações específicas. A meu juízo, é a partir da hegemonia deste núcleo que se pode pensar uma direção consequentemente revolucionária para os processos de transformação social.

Penso que a hegemonia deste núcleo sobre o conjunto, aliás muito heterogêneo, das camadas trabalhadoras requer, para tomar forma e mostrar-se capaz de universalizar as demandas dos trabalhadores, partidos políticos – não vejo como retirar o

partido do processo revolucionário tomado como amplo e macroscópico. Mas é questão em aberto como o partido, ou partidos, se articulará(ão) com os vários sujeitos coletivos envolvidos (e a serem envolvidos); duas coisas, contudo, parecem-me claras: 1ª. o(s) partido(s) não poderá(ão) excluir/substituir tais sujeitos no processo; 2ª. só o(s) partido(s) tem/têm condições de promover a universalização apta a superar particularismos e corporativismos.

Aquilo que não se pode perder de vista é o caráter de transição do período que estamos vivendo. Não se trata de uma transição mencionada impressionisticamente (afinal, estamos sempre “em transição”). Aqui, trata-se de profundas transformações societárias ainda no marco da ordem tardo-burguesa: sua base é o capitalismo monopolista, mas diverso daquele que conhecemos até a década de 1970 – donde a minha referência a fenômenos e processos novos. A investigação e a pesquisa marxista continuam avançando, mas ainda há um horizonte de problemas a ser analisado e não é exagerado afirmar que temos desafios teóricos de enorme magnitude. O problema é que, nesta transição, o proletariado e as massas trabalhadoras estão travando lutas basicamente defensivas, em consequência da imensa derrota sofrida nos anos 1970/1990; penso que, de fato, vivemos um período claramente contrarrevolucionário.

“José Paulo Netto é um professor culto, arguto e crítico. Em face das atuais circunstâncias, seu poder de fogo é temido quando fustiga o modo de produção capitalista, quando desmascara as infiltrações oportunistas, em setores autodenominados socialistas. Por fim, sua combatividade nos leva a criticarmos a nós mesmos na busca de limites a serem superados”.

Leandro Konder

Quanto ao meu pequeno artigo a que Marcelo se referiu – cuja repercussão, devo dizer, surpreendeu-me muito: ele circulou pela internet e gerou um debate que eu não esperava –, minha preocupação era muito precisa e limitada: deslocar a discussão, generalizada na esquerda, do terreno das perplexidades teóricas para o cam-

po que, na conjuntura, julgo crucial, o da organização. É claro que não sou ingênuo a ponto de supor que os conhecimentos teóricos não incidem no domínio da organização. Mas o que sustento é que as

limitações do nosso conhecimento não podem justificar a permanência da nossa incapacidade para investir pesado na organização e na articulação dos trabalhadores. Numa palavra: não são os desafios teóricos que impedem nosso avanço e, menos ainda, a falta de um “projeto” na esquerda. De fato, o que sobejam são “projetos” – carece-se de investir na formação política com sentido organizador.

MB Quando foi organizada a *Biblioteca José Paulo Netto*¹, recolhemos textos extremamente variados: livros publicados, traduções, prefácios e introduções a obras clássicas ou de divulgação do pensamento marxista, textos jornalísticos e editoriais, estes basicamente vinculados à sua militância partidária. Qual a relação da sua formação intelectual com tantas e diferentes atividades?

JPN Certamente que você e o Carlos se lembram do meu espanto quando me apresentaram o conjunto textual que conseguiram reunir nesse empreendimento – vocês, mesmo tendo trabalhado como mouros, disseram-me que não puderam juntar tudo. Todavia, encontraram coisas de que eu não me recordava e localizaram materiais de que sequer disponho ou tenho cópia. Tenho comigo, se tanto, 70% ou, no máximo, 75% do que vocês coletaram. Não lamentemos estas perdas: comecei a publicar muito precocemente, por volta dos meus 17 anos – e como papel aceita tudo, sou responsável por coisas absolutamente tolas. Um dentre mil exemplos:

em 1966, publiquei uma plaquete de poemas, que recolhi (por vergonha) logo depois de iniciar a sua circulação. A Mariléa, por pura maldade, guardou um exemplar e sempre me faz uma ameaça que me põe a tremer: diz que vai mostrar para alguém – mas não creio que a perversidade dela chegará a tanto...

Claro que a diversidade dos meus escritos está vinculada à minha militância político-partidária – isto é óbvio. Mas eu gostaria de afirmar que a minha atividade de (como diria o velho Astrojildo Pereira) escriba sempre foi orientada por uma ideia que extraí de Lukács: *a política como meio, a cultura como fim*. Se fui/sou feliz na realização desta ideia, não me cabe a mim decidir; mas tenho certeza de que fui/sou fiel a ela. Por outra parte, isto também se relaciona ao fato de que sempre recusei a ideia do “intelectual *específico*”: gosto mesmo dos antigos intelectuais *universais*.

Daí a importância que sempre conferi à arte, em especial a literatura – quem foi meu aluno sabe que, discutindo teoria social, a referência à literatura nas minhas aulas é absolutamente compulsória. Sei que, nos dias correntes, quando a “decadência ideológica” analisada por Lukács alcançou um nível quase inimaginável, este estilo de trabalho anda em baixa. Mesmo assim, sempre insisti nele: quando iniciava o curso de “Economia Política e Serviço Social”, na graduação e para o noturno, recomendava que os alunos lessem Machado de Assis (começando pelo delicioso “A igreja do diabo”). Na pós-graduação, é-me impossível tratar de Marx e sua concepção emancipatória sem referir o classicismo de Weimar (Goethe, nomeadamente). E a Sara pode dar uma ideia da rica experiência que, aqui mesmo na escola, tivemos com um grupo que, nos anos 1990, discutia cultura.

MB Sua formação intelectual cobre áreas do conhecimento bastante diversificadas: teoria

social marxiana e tradição marxista, crítica literária e Serviço Social. Em sua própria avaliação, quais textos você destacaria como mais relevantes e influentes?

JPN Não tenho como avaliar – nem isto faz parte das minhas preocupações ou interesses – a eventual influência de escritos meus, exceto nuns poucos casos. Parece que, no Serviço Social, livros como *Serviço Social e ditadura* (com 14 edições), *Capitalismo monopolista e Serviço Social* (com 7 edições) e *Economia Política. Uma introdução crítica*, que escrevi com você (lançado em 2006 e com a 6ª edição acabando de sair), seguramente têm contado com o favor dos leitores. E alguns ensaios que nunca recolhi em livro acabaram por se tornar objeto de um número significativo de citações em artigos, dissertações, teses e livros.

No quadro da discussão marxista, as várias edições dos livrinhos de divulgação que escrevi para a editora Brasiliense², também sugerem que tiveram algum efeito; neste âmbito, se dei alguma contribuição mais significativa, foi na elaboração das antologias que o Prof. Florestan Fernandes editou

“Neste momento de homenagem ao prof. José Paulo Netto, fica a minha/nossa gratidão por toda a sua capacidade de luta por uma sociedade justa, ainda que com custos pessoais, e ao seu contributo para a formação dos assistentes sociais. Não tenho dúvidas em reconhecer o seu importante papel na reconstrução do Serviço Social português, pela participação na reformulação da formação e, sobretudo, no desenvolvimento da capacidade investigativa, crítica e reflexiva dos assistentes sociais”.

Júlia Cardoso

na coleção “Grandes cientistas sociais”³ e nas várias introduções que escrevi para textos de Marx, Engels, Lenin e Lukács. Especificamente no debate da tradição marxista brasileira, penso que foi importante, num momento em

que Astrojildo Pereira e Nelson Werneck Sodré eram como que “cães mortos”, os ensaios que escrevi sobre eles⁴. E creio que foi de alguma valia o texto *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*, que redigi no calor da “queda do Muro” e logo publiquei, na *Serviço Social & Sociedade*, depois posto em livro (1993) e com várias edições posteriores. Curiosamente, dois ensaios de que gosto muito – *Notas sobre democracia e transição socialista*, de 1980, e *Capitalismo e reificação*, de 1981, nunca receberam maior aten-

ção (embora este último tenha sido notado por Mészáros em *Para além do capital*).

Quanto à crítica literária, de que me afastei há muito, a lembrança que tenho do que escrevi só me permitiria recordar sem o risco de me ruborizar um artiguinho sobre sociologia da lírica (que saiu, nos anos 1970, num número da *Revista de Cultura Vozes*) e um texto sobre o *Poema sujo*, do Ferreira Gullar, publicado sob o pseudônimo de Luís Fernando Santos (eu andava exilado) na revista *Contexto*, que o Prof. Jaime Pinsky animou em S. Paulo, também nos anos 1970. Eu não tenho nada desse material, mas ele certamente se encontra na biblioteca que você e o Carlos organizaram.

MCY José Paulo, vamos voltar ao Serviço Social. Ao longo das últimas décadas, o seu trabalho, dotado de uma coerência admirável, tornou-se referência teórica e política para os assistentes sociais, especialmente para aqueles que, de diferentes formas, lutam a favor da construção de uma ordem societária de inspiração socialista. Entendendo que muitos estudos e muitas experiências e muitas interlocuções teceram esta fecunda trajetória intelectual, gostaria que você registrasse o lugar ocupado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) nesse percurso.

JPN Quando penso na minha relação com o Serviço Social (relação que, por exemplo, duas figuras tão importantes na minha vida intelectual, como o Prof. Florestan e o Prof. Ianni, nunca entenderam), vejo que ela só se me torna compreensível se levo em conta o que significaram o CELATS, a minha experiência portuguesa e a PUC/SP – a UFRJ veio depois, quase como consequência.

Ao CELATS do tempo da Leila Lima, não devo apenas a solidariedade dos meus primeiros dias de exílio. Devo a minha primeira intervenção na pós-graduação, com a convocação para colaborar com a *Maestría Latinoamericana de Trabajo Social*, em Honduras; devo a participação em seminários expressi-

vos como o de Chaclacayo e a divulgação na revista *Acción Crítica*. À experiência portuguesa, no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, especialmente a Maria Augusta Negreiros, não devo apenas solidariedade e oportunidade de trabalho; devo a compreensão das possibilidades do Serviço Social no marco de um processo revolucionário.

Mas o meu débito com a PUC/SP é de maior monta – e não só pela oportunidade de trabalho: jamais esquecerei que o primeiro emprego que tive no Brasil, no meu regresso,

me foi propiciado pela Faculdade de Serviço Social da PUC/SP, então dirigida por você (que tinha a seu lado uma equipe memorável, com Marilda Yamamoto, Raquel Raichelis e

“A sua perspectiva marxiana contribuiu grandemente para cultivar e resgatar a história dos profissionais de Serviço Social em Portugal, abrindo possibilidades da sua compreensão e apropriação no contexto de uma sociedade capitalista, profundamente condicionada pela Ditadura e pela Guerra Colonial iniciada no Estado Novo, com Oliveira Salazar”.

Alcina Martins

outros companheiros extraordinários). Foi a PUC/SP que, de fato, me abriu as portas da vida acadêmica: Suzana Medeiros e Miriam Veras Baptista levaram-me à pós-graduação e me propiciaram a conclusão do doutorado. Vivi o doutorado e o magistério na pós-graduação – depois de Suzana e Miriam, dirigida por você e, em seguida, salvo erro, por Úrsula Karsch – nos anos dourados de uma PUC/SP aberta aos melhores ventos do pensamento brasileiro; ali aprendi e dialoguei com figuras tão importantes quanto diferentes: Florestan, Ianni, Evaldo Vieira, Maurício Tragtenberg e Luís Eduardo Wanderley.

Foi esta PUC/SP, efervescente, plena de vida porque plena de conflitos e contradições (e, ao que sei, impensável sem a contribuição de Nadyr Gouveia Kfoury), que propiciou a visibilidade do meu trabalho docente no Brasil e me ajudou a consolidar a minha intervenção na América Latina e em Portugal (mercê dos convênios firmados com La Plata e Lisboa). E foi esta PUC/SP que me permitiu realizar, com estudantes de pós-graduação brasileiros, latino-americanos e africanos, a minha mais fecunda experiência acadêmica: a criação do “Núcleo de estudos e aprofun-

damento marxista”, o NEAM, que constituiu inicialmente com o Evaldo Vieira e a Dilsea Bonnetti e depois toquei sozinho. Por uma década, o NEAM foi um riquíssimo espaço de reflexão e debate, com claras incidências na formação de excelentes pesquisadores.

PV Depois de ter cursado o doutorado na PUC/SP e ter permanecido ali no programa de pós-graduação, você aceitou o convite para se integrar, ainda na qualidade de professor visitante, à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). Quais os principais motivos para aceitar este convite? O que representou este longo período de vida acadêmica no interior da ESS/UFRJ?

JPN Sempre me senti em casa na PUC/SP, em razão do que ficou explicitado na minha resposta à Carmelita – aliás, sinto-me até hoje, dadas as relações que continuei mantendo com os companheiros de lá. Mas a pós-graduação da PUC/SP já estava inteiramente consolidada à época – era, na verdade, em Serviço Social, o modelo brasileiro mais exitoso.

A ESS/UFRJ era um desafio profissional irrecusável, e por dois motivos: 1º. com o apoio do Reitor Horácio Macedo, uma figura excepcional, a então Diretora da Escola, Maria Helena Rauta Ramos, sustentada por um grupo de professores mais jovens, dispunha-se a redimensionar inteiramente a pós-graduação existente (que oferecia, ao tempo, apenas o mestrado), também com a intenção de transformar a graduação; tratava-se mesmo de reverter a linha claramente conservadora da pós-graduação, num projeto que visava explicitamente a excelência acadêmica; 2º. com esta perspectiva, através da contratação de visitantes e, em seguida, da abertura de concursos públicos e de transferências, Maria Helena articulou um núcleo básico de professores – Carlos Nelson, José María Gómez, Marilda Iamamoto, Nobuko Kameyama... Se, por algum tempo, ainda tive algumas dúvidas sobre a viabilidade do projeto, a insistência da Maria Helena e da Maria Inês Bravo quebrou-as rapidamente.

A experiência do redimensionamento do mestrado (a que se juntaram, depois, companheiros como o inesquecível Jean-Robert Weisshaupt,

Yves Lesbaupin e Eduardo Mourão Vasconcelos) foi notável. O grupo de professores, diferenciado mas muito unido, acabou por se transformar numa referência nacional e, ainda pela persistência da Maria Helena, constituiu-se o doutorado. As mudanças tiveram início no último terço dos anos 1980 e já em meados da década seguinte o reconhecimento da excelência acadêmica do nosso programa era consensual. No âmbito do programa, de que fui coordenador por quatro anos, criei, com o Carlos Nelson, o “Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas” (NEPEM) – que andou mal das pernas nos últimos anos, mas que agora está a ser dinamizado – e lecionei no marco do convênio com a Universidad de la República uruguaia. Também por mais de dez anos, fui pesquisador apoiado pelo CNPq, condição a que renunciei quando o fordismo acadêmico se impôs definitivamente. Não sei exatamente quantas dissertações e teses orientei, mas, com certeza, não foram poucas.

Desde o primeiro ano em que trabalhei aqui, vinculei-me firmemente ao ensino de graduação, fui um ativo defensor da criação do curso noturno (salvo erro, definido na gestão de Maria Inês e implementado na gestão da Professora Maria Durvalina Bastos) e participei de todos os processos de revisão curricular realizados nestas duas décadas. Sempre defendi que os professores mais titulados não podem se isolar na pós: devem estar presentes na graduação e, por isto, dos meus 23 anos de permanência na Escola, em 20 deles conjugué a docência na pós e na graduação. Enfim, fiz quase de tudo nesta Unidade acadêmica: fui porteiro durante as greves de funcionários, chefe de departamento, coordenador de pós e vice-diretor. Como vocês verificam, foi nesta casa que vivi o mais importante período da minha vida de professor.

MB Não há exagero em afirmar que, junto à obra de Iamamoto e Carvalho (*Relações sociais e Serviço Social no Brasil*), sua tese de doutoramento, publicada em dois livros (*Ditadura e Serviço Social* e *Capitalismo monopolista e Serviço Social*), estabeleceu um divisor de águas na renovação da profissão no Brasil.

Como você avalia a contribuição desses dois livros para o Serviço Social brasileiro?

JPN Não sei se esta generosa avaliação sua é inteiramente correta. Mas não resta dúvida – diante das sucessivas reedições e da constante presença em bibliografias universitárias e até de concursos públicos – de que são livros significativos. Algumas fórmulas que aparecem neles (por exemplo, *intenção de ruptura*) tornaram-se propriedade coletiva.

Aqui entre nós (e os eventuais leitores desta entrevista...), eu ousaria dizer que, para determinar alguma influência das minhas ideias no Brasil, seria preciso levar em conta mais que esses livros. Eu daria alguma atenção aos cursos que ministrei, na segunda metade dos anos 1980, a convite de várias faculdades de praticamente todas as regiões do país e, também, aos encontros promovidos pela ABESS (hoje ABEPSS) – suas direções, de 1982 em diante e em medida diversa, deram-me oportunidades de expor ideias e debatê-las com os colegas. Também os promotores (em especial o CFESS, a partir da gestão da Marlise Vinagre Silva) dos Congressos Brasileiros de Serviço Social me concederam espaços privilegiados. E, se me for permitido ir além, diria que textos

avulsos (como, por exemplo, “A crítica conservadora à Reconceitualização”, “A propósito da disciplina de metodologia”, “O Serviço Social e a tradição marxista”, “Transformações

societárias e Serviço Social” e “A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea”)⁵ acabaram por ter uma repercussão bastante significativa.

PV Depoimentos de professores e pesquisadores do Serviço Social latino-americano deixam claro a importância do seu trabalho docente na arquitetura e implementação de cursos de pós-graduação em toda a região. Além disso, a ESS/UFRJ recebe inúmeros latino-americanos, estabelecendo-se como um centro de pes-

quisa internacional. Como você avalia a sua atuação na América Latina e a inserção internacional do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ?

JPN É curioso constatar uma coisa: como interlocutor ligado ao Serviço Social, tornei-me conhecido primeiro na América Latina e só depois no Brasil: foi um texto de inícios de 1975, muito polêmico, esquemático e radicalóide (“La crisis del proceso de reconceptualización del Servicio Social”)⁶, que de fato me apresentou aos colegas latino-americanos, uma vez que as publicações da Humanitas circulavam por todo o subcontinente. Pouco antes, publiquei, na revista do “Grupo ECRO”, *Hoy en el trabajo social*, um artigo do qual hoje não tenho a menor ideia (nem, naturalmente, cópia).

De qualquer modo, e tirante a pioneira publicação em castelhano, pelo CELATS, ainda nos anos 1980, do livro clássico de Marilda e Raul, influências brasileiras *através de textos* só se fizeram efetivas com a criação, a partir da iniciativa do nosso Carlos Montañó – e bancada, como sempre, pelo bom e velho Cortez –, da *Biblioteca Latinoamericana de Trabajo Social*. Salvo erro meu, antes desta coleção, as

“Por allá llegó Ze Paulo: solo llevaba su pesada carga de libros, el trueno de su voz y su sorprendente elocuencia. No sé si todos tomamos conciencia inmediata del significado de este aporte y la generosidad intelectual de quien lo daba. Solo recuerdo la inocente clarividencia de una compañera que decretó: ‘El Trabajo Social uruguayo tiene un antes y un después a la llegada de José Paulo Netto’”.

Pablo Bentura

influências brasileiras na América Latina, inclusive a minha, se operavam através da presença em encontros e seminários, de atividades de assessoria e consultoria e de cursos em que brasileiros eram professores con-

vidados. E, no caso excepcional do CELATS, influências ponderáveis de brasileiros só tiveram lugar quando o organismo esteve sob a direção de Leila Lima (deixo de lado considerações sobre a ALAETS, porque a própria natureza da entidade era sobretudo político-organizativa; o CELATS, aliás, foi seu organismo acadêmico; mas não esqueçamos que na ALAETS a presença brasileira foi forte, mediante a presidência de Josefa Batista Lopes).

Cabe, antes de prosseguir, um parêntese: estou me referindo a influências posteriores a 1970.

Entre 1965 (o famoso “Seminário de Porto Alegre”, animado pelo falecido Seno Cornely, quando emergiu a “geração 65”) e 1971, operou-se um efetivo intercâmbio entre o Brasil e especialmente o Cone Sul, que, aliás, dava continuidade ao histórico contato entre escolas católicas, como o demonstrou Manuel Manrique – lembremos que o “Documento de Araxá” foi logo traduzido ao castelhano pelo também já falecido Natalio Kisnerman.

No meu caso particular, as eventuais influências que exerci na América Latina foram viabilizadas pelos cursos que dei e pelos seminários de que participei, mas sobretudo porque tive alunos e orientandos, em pós-graduação, da Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru, Panamá e Costa Rica – primeiramente na PUC/SP e, depois, na UFRJ. Evidentemente, os convênios firmados posteriormente por ambas as universidades abriram novos canais de contato para todos nós – foi, inclusive, o que, para mim, possibilitou, a convite de Margarita Rosas, tornar-me professor convidado do programa de pós da Universidad de La Plata.

Estou convencido de que o pós da ESS/UFRJ, assim como o da PUC/SP, teve e está tendo um protagonismo importante na constituição da pós-graduação no subcontinente – no caso da UFRJ, creio que foi decisivo o convênio firmado com a Universidad de la República (Uruguai). No entanto, e esta é uma simples opinião pessoal, penso que temos sido muito tímidos quanto a convênios internacionais: há uma enorme demanda dos companheiros latino-americanos e nossas iniciativas a este respeito são mínimas. E não só de latino-americanos: sei, por exemplo, que, há anos, companheiros portugueses (é o caso de Alcina Martins, de Coimbra) buscam estruturar convênios conosco e não têm sucesso.

SG Sua contribuição à difusão da tradição marxista no Brasil é enorme. Fala-se do seu prota-

gonismo na criação de uma “escola de pensamento”. Somente no Programa de Doutorado da ESS/UFRJ contabiliza-se, do total de teses defendidas, um elevado percentual – acima de 21% – e das que tiveram a sua orientação. Isto, tão importante quanto a sua produção bibliográfica, confirma-lhe a observação do seu orientador de doutorado, segundo a qual “a universidade pública é o lugar do fazer e do não-fazer”? Peço-lhe uma avaliação da sua contribuição na formação de professores para o Serviço Social brasileiro e também sobre o

futuro da universidade pública em nosso país. **JPN** Antes de mais, um esclarecimento: a frase que você citou e que sempre repito para meus orientandos quando me indagam sobre as possibilidades

de trabalho na universidade – “a universidade pública é o lugar do fazer e do não-fazer” – foi-me dita pelo Prof. Ianni, quando eu hesitava, em meados dos anos 1980, em me dedicar exclusivamente à academia. Ianni, mais que mestre, era um sábio – e a ele não devo pouco. Hoje, com a experiência de décadas, apenas confirmo o que ele me dizia: por maiores que sejam as limitações institucionais da universidade, se você estiver disposto a meter a mão na massa, pode fazer muita coisa; mas se quiser levar a vida na flauta, também pode fazê-lo que não acontece nada...

Não sei quantos orientandos tive sob minha responsabilidade (o dado que você põe na mesa é, para mim, desconhecido). Sei que orientei muita gente. Mas não penso que companheiros que não orientaram tanto trabalharam ou trabalham menos que eu – este é apenas um indicador, cuja importância deve ser relativizada. Vou dar-lhe um exemplo: entre os companheiros mais dedicados da ESS/UFRJ, lugar absolutamente destacado cabe ao falecido Jean-Robert – com o seu aparente anarquismo e o seu real bom humor, ele trabalhava como um mouro (e o que fazia, fazia com qualidade); e é provável que, se você utilizar os atuais indicadores de “produtividade”

“Quienes hemos tenido la oportunidad de cursar con José Paulo Netto nunca olvidaremos suyas clases como experiencias únicas, donde se combinan perfectamente contenidos y la exhortación a pensar. Sin duda, Netto es un docente universitario que pretende generar reflexión crítica y autonomía de pensamiento”.

Andrea Oliva

docente, ele apareça como um ocioso. Portanto, há que ter cautela neste tipo de avaliação. Obviamente, sei que ofereci, *no marco de um esforço coletivo*, e peço que sublinhem esta observação, alguma contribuição à formação de docentes na nossa área. Não creio, porém, haver nenhum mérito nisto – trata-se, tão somente, de obrigação profissional: quem está inserido na pós-graduação tem o dever de fazê-lo. Foi o que fiz, enfatizando sempre o componente educativo, pedagógico – componente que, na nossa área, nem sempre parece devidamente valorizado. E não só na nossa área: a meu juízo, a universidade, como um todo, está a deixá-lo de lado.

Também é óbvio que o meu trabalho foi sempre direcionado pela minha adesão ao marxismo – explícita, expressa e de conhecimento público. Nunca usei o truque fácil da “objetividade” científica, nunca fiz qualquer concessão ao “relativismo” ou, mais refinadamente, ao “pluralismo”. Para lembrar Mariátegui, sou um marxista convicto e confesso. Jamais, porém, quis criar e/ou criei uma “escola de pensamento”. Sou responsável somente pelas minhas ideias e não autorizo nenhum “discípulo”: gosto mesmo é de pessoas que pensam com a própria cabeça.

Divirto-me muito com algumas imagens divulgadas a meu respeito e que inevitavelmente chegam ao meu conhecimento. Como em 40 anos de exposição pública não “troquei de paradigma”, não publicito minhas “perplexidades” e permaneço um “ortodoxo”, consideram-me um “dogmático”... Morro de rir com isto. Ao contrário da prática corriqueira na universidade brasileira, onde o orientador geralmente seleciona seus orientandos por afinidades teóricas e/ou ideológicas, meus orientandos chegaram a mim sempre por duas vias: ou por escolha deles ou por indicação dos coordenadores de pós. E nunca disputei orientandos: eles me foram dados, para retomar Drummond, por Deus ou o Diabo talvez. Aqueles que defenderam dissertações ou teses sob minha orientação compõem um vasto leque teórico e/ou ideológico: conservadores, cristãos, social-democratas, marxistas (dos mais variados matizes, dos trotskistas

aos ditos libertários) e a todos assegurei a mais plena autonomia. Não tenho conta das dissertações e teses que orientei divergentes do meu pensamento. Mas me recordo, por exemplo, que, na PUC/SP, orientei duas teses de doutorado explicitamente contrárias às minhas concepções e aqui na UFRJ, ainda no ano passado, um orientando meu defendeu uma tese de doutorado com uma interpretação histórica frontalmente oposta à minha. Só não orientei fascistas e racistas. A única coisa que sempre exigi deste universo tão diferenciado – figuras inteligentíssimas, algumas brilhantes, outras mais limitadas, até medíocres – foi seriedade intelectual.

Quanto à universidade pública em nosso país, sou francamente (e gostaria de cometer aqui um erro grosseiro) pessimista, pelo menos a curto prazo. Enquanto instituição, ela padece do seu mal de origem, a tara elitista – que não se cura simplesmente aumentando vagas. O sistema universitário brasileiro é um grande arquipélago de ilhotas onde a degradação do padrão de qualidade intelectual caminha a passos de gigante, com algumas ilhas de excelência. O conservadorismo, o individualismo e o corporativismo docentes parecem-me assustadores. Há bolsões combativos e lúcidos, mas o panorama geral não se me afigura animador. Por outra parte, tenho para mim que, juntamente com a corporação policial, a universidade é uma das instituições sociais mais refratárias à mudança.

Por isto mesmo, a luta por um arejamento mínimo da universidade pública torna-se indispensável. Ruim com ela, pior sem ela – basta observar com algum cuidado o desenvolvimento, nos últimos anos, da rede privada de ensino superior. Mas esta luta não pode, defensivamente, identificar-se com a pura e simples manutenção do sistema público que aí esta, nem limitar-se à demanda de mais verbas.

MCY No VII ENPESS (BRASÍLIA, 2000), o tema central foi a “questão social”. As conferências proferidas revelaram posições diversas sobre o tema e a sua – “Cinco notas a propósito da ‘questão social’” – foi, sem dúvida, uma contribuição significativa ao debate. Sobre o seu

texto⁷, gostaria de entender melhor a sua observação final acerca da “questão social” ser a *raison d’être* do Serviço Social. Embora eu concorde com a determinação da “questão social” na emergência e na institucionalização da profissão, considero que ela não esgota as possibilidades da intervenção do Serviço Social, existente também, por exemplo, em países socialistas.

JPN Penso, Carmelita, que este é um ponto de debate que envolve inúmeras dimensões, a principal delas referida à capacidade de uma profissão desenvolver respostas socialmente qualificadas para questões que originalmente (na sua gênese e mesmo no seu processo de constituição/institucionalização) não lhe eram alocadas pela divisão sócio-técnica do trabalho. O que quero dizer é que nenhum *espaço profissional* está dado de uma vez para sempre: a história das profissões indica, com suficientes provas factuais, que se trata de um espaço muito *plástico*, que pode ser ampliado, transformado e, inclusive, eliminado. Também a história do Serviço Social é, quanto a isto, eloqüente: no caso do Serviço Social brasileiro, os últimos trinta anos assistiram a uma ponderável ampliação do nosso espaço profissional – eu mesmo já indiquei este processo, assinalando que superamos (sem abandoná-la) a condição de “executores terminais de políticas sociais” e conquistamos funções no seu planejamento, na sua gestão e avaliação.

O que sempre tenho afirmado é que a profissão está hipotecada à existência da “questão social” – mais precisamente, às suas expressões, antigas e novas, quando estas tornam-se objeto da intervenção coesiva do Estado burguês. E dada a concepção que sustento de “questão social” – que, como você sabe, toma-a como função da lei geral da acumulação capitalista –, considero que a supressão desta última implica a supressão da necessidade social de uma profissão como a nossa. Na hipotética medida em que o Serviço Social possa desenvolver respostas qualificadas para questões emergentes na ordem societária que se seguirá à ultrapassagem do reino do capital (e não nego a possibilidade de um tal desenvolvimento, mas aí estamos claramente no território da futurologia), ele

provavelmente subsistirá, mas com características certamente insuspeitadas.

As experiências de Serviço Social em países qualificados como socialistas sempre foram, a meu juízo, paupérrimas e não me parecem, em absoluto, indicadoras de quaisquer alternativas de futuro. E a verdadeira explosão de cursos de Serviço Social em países que pertenceram ao falecido “socialismo real” (a Ucrânia, quanto a isto, me parece exemplar) apenas fortalece a minha argumentação – a regressão histórica que ali se testemunha, com a restauração capitalista, repõe a “questão social” que tão bem conhecemos e, com ela, a necessidade social do Serviço Social.

CM Conforme a sua análise, o Serviço Social pode superar a mera intenção de ruptura? É possível uma prática profissional que efetivamente não contribua com a reprodução das relações sociais?

JPN Quando, há mais de duas décadas, utilizei a expressão “intenção de ruptura”, eu o fiz com um objetivo preciso: caracterizar um vetor da renovação profissional que se propunha superar o conservadorismo do Serviço Social. E, já então, assinalava o hiato existente entre a sua elaboração teórica e os indicativos prático-profissionais que oferecia. Não tenho dúvidas de que hoje – e isto apesar do avanço, no meio profissional (e, obviamente, não só!), do neoconservadorismo –, no plano das formulações, o acúmulo foi tal que a ruptura do monopólio conservador sobre a profissão deixou de ser uma intenção teórico-política e tornou-se uma realidade (o que, insisto, não significou a erradicação do conservadorismo profissional). Quanto às práticas profissionais, a sua natureza imanentemente contraditória (e cabe à Marilda Yamamoto o pioneirismo da sua demonstração teórica) implica uma dimensão necessariamente reprodutora – mas esta dimensão não é a única.

MCY Gostaria de conhecer sua posição sobre as possibilidades do “projeto ético-político” do Serviço Social no atual contexto, em que a “questão social” assume novas configurações e expressões e na medida em que se intensifi-

ca, em relação às classes subalternas, a radicalização da sua expropriação e crescem para a profissão demandas relacionadas à realização de direitos dos seus usuários.

JPN Num pequeno artigo publicado em 2007⁸, sustentei que o “projeto ético-político” começava a trilhar a rota da sua inviabilização, mapeando dois elementos constitutivos do que se me afigurava a sua crise – resultante da conjuntura configurada nos governos FHC e Lula –: de uma parte, a minimização do elenco de objetivos profissionais, reduzido à centralização das suas funções no plano assistencial; de outra, a degradação

da formação profissional, mediante a verdadeira “reforma universitária” promovida, a partir de 1998, por Paulo Renato de Sousa.

O artigo desagradou amplamente companheiros que admiro e respeito; o mínimo que me disseram é que eu estimulava o pessimismo e o imobilismo. Não devo ter sido feliz na redação e, por isto, certamente meus objetivos não ficaram adequadamente clarificados. Julguei, combatendo falsas ilusões, contribuir para uma posição realista, capaz de ajudar numa mobilização fecunda e produtiva em defesa de valores que nos são comuns. Mas se talvez a forma pela qual explicitiei a minha posição não foi a melhor, o seu conteúdo o mantenho até que me convençam de que não é correto. E estou longe desse convencimento. Creio que não é necessário repetir, seguramente melhorando, a minha argumentação. Basta lembrar a minha conclusão: no contexto atual, a meu juízo é profundamente problemática a conversão do “projeto ético-político” em *processo real* de qualificação do Serviço Social.

PV Para terminar: quais são os seus planos após a aposentadoria? Você vai tender mais para o

“ócio criativo” ou vai reafirmar a “centralidade do trabalho”? Afinal, o que fazer?

JPN Antes de responder, queria agradecer a gentileza com que vocês me tratam nesta despedida da ESS/UFRJ – despedida em que me tributam muito mais do que mereço. Aposento-me certo de que cumpri com zelo e honradez as mi-

nhas tarefas de professor, mas sem ver nisto qualquer mérito: como disse há pouco, tão somente cumpri com minhas obrigações, tal como o fazem muitos companheiros desta casa.

É claro que não vou me entregar a qualquer ócio – criativo, para mim, é o trabalho não alienado. Vou continuar estudando, já que o

estudo constitui o prazer da minha vida. Dedicarei mais tempo à Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, da qual sou apoiador, e me envolverei mais nas atividades do meu partido, o PCB. Eventualmente darei cursos em universidades, públicas ou do gênero das PUCs. Terei mais tempo para cuidar dos meus amigos, aos quais frequentemente tenho faltado, mas eles são generosos demais e me desculpam... Também espero me doar um pouco mais à Leila, que já suporta há anos, e solidariamente, a minha falta de tempo para tudo. E, enfim, vou tratar de escrever um pouco mais – no fim das contas, que sou eu, senão um pobre escriba da margem esquerda do Paraibuna?

“O anúncio da aposentadoria é uma notícia terrível para o Serviço Social – não existem ‘genéricos’ que possam substituir Zé Paulo. Essa ‘patente’ não é clonável, pois tal ‘produto’ é único e irrepetível. A palavra ‘aposentadoria’, contudo, não combina com o seu espírito turbulento. Veja-se, a propósito, seu retorno à militância política. Escrevendo sobre Lukács, num de seus textos, Zé Paulo chamou o pensador húngaro de ‘guerreiro sem repouso’ – inconscientemente, nessa projeção involuntária, unia o seu destino ao de seu mestre. A militância política e a intervenção cultural continuarão a receber os estímulos desse incansável guerreiro”.

Celso Frederico

Notas

¹ [Nota dos editores] Em 2008, Marcelo Braz e Carlos Montañó, com o apoio de antigos camaradas do Prof. José Paulo Netto e de editores, reuniram parte significativa da sua produção textual (livros, artigos em revistas e jornais, traduções e introduções e prefácios) dos anos 1960 a 2000, num acervo que foi doado à Escola de Serviço Social da UFRJ.

- ² [Nota dos Editores] O autor se refere aos textos que publicou, ainda nos anos 1980, na Coleção Primeiros Passos (*O que é marxismo, O que é stalinismo*) e na Coleção Encanto Radical (*G. Lukács. O guerreiro sem repouso*).
- ³ [Nota dos Editores] Nesta coleção, sob a chancela da Editora Ática (SP), o autor elaborou os volumes *Engels, Lukács e Stalin*.
- ⁴ [Nota dos Editores] O autor se refere aos textos de abertura de Astrojildo Pereira, *Machado de Assis*, de 1991 e de Nelson Werneck Sodré, *O naturalismo no Brasil*, de 1992 (ambos lançados pela Ed. Oficina de Livros, de Belo Horizonte) – recolhidos depois em José Paulo Netto, *Marxismo impenitente. Contribuição à história das ideias marxistas* (São Paulo: Cortez, 2004).
- ⁵ [Nota dos Editores] Todos estes textos foram publicados na revista *Serviço Social & Sociedade*, editada pela Cortez, respectivamente nos números 5 (1981), 14 (1984), 30 (1989) e 50 (1996) – com exceção do último, que saiu no módulo 1 (“Crise contemporânea, questão social e Serviço Social”) de *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília: CEAD, 1999.
- ⁶ [Nota dos Editores] Publicado originalmente em *Selecciones de Servicio Social* (Buenos Aires: Humanitas, nº 26, 2º cuatrimestre de 1975) e depois recolhido em N. Alayón *et alii*, *Desafío al Servicio Social. Está em crisis da Reconceptualización?*. Buenos Aires: Humanitas, 1976.
- ⁷ [Nota dos Editores] Cf. *Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, ano II, nº 3, 2001.
- ⁸ [Nota dos Editores] Trata-se do artigo “Das ameaças à crise”, publicado em *Revista Inscrita*. Brasília: CFESS, ano VII, nº X, novembro de 2007.

Latinoamérica: de la reforma a la revolución

Claudio Katz*

América Latina: da reforma à revolução

Resumo: Os governos reformistas da América do Sul lograram contundentes reformas eleitorais, desmentindo todos os prognósticos de colapso. Podem avançar para rupturas revolucionárias ou consolidar o capitalismo de Estado. Este contexto reanima as discussões na esquerda sobre o modelo novo-desenvolvimentista. Sua defesa não conduz a forjar uma sociedade igualitária, mas pode levar à estabilização conservadora e à perda da credibilidade popular. É necessário uma política de acumulação de forças para desenvolver uma estratégia de radicalização para transformar a esperança de mudanças em uma realidade de conquistas, que abra as comportas para o socialismo do século XXI.

Palavras-chave: América Latina; Reforma; Revolução.

Latinoamérica: de la reforma a la revolución

Resumen: Los gobiernos reformistas de Sudamérica lograron contundentes victorias electorales, desmintiendo todos los pronósticos de desplome. Pueden avanzar hacia rupturas revolucionarias o consolidar el capitalismo de estado. Este contexto reanima las discusiones en la izquierda, en torno al modelo neodesarrollista. Su defensa no conduce a forjar una sociedad igualitaria, sino que desemboca en la estabilización conservadora y la pérdida de credibilidad popular. É requiere una política de acumulación de fuerzas hacia desenvolver una estrategia de radicalización para transformar la esperanza de cambios en una realidad de conquistas, que abra las compuertas para el socialismo del siglo XXI.

Palabras claves- LatinoAmerica; Reforma; Revolução.

Latin America: from reform to revolution

Abstract: The South American government reformers succeeded in crushing electoral reforms, belying all predictions of failure. It may move to consolidate the revolutionary breaks or state capitalism. This context revives the discussion to the left, on the neodevelopmental model. His defense is not conducive to forging an egalitarian society, but could lead into a conservative stabilization and loss of public credibility. It is necessary a policy of building up forces to develop a strategy to transform the radicalization of hope for change in a reality of conquest, which opened the flood-gates for the XXI century socialism.

Keywords: Latin American; Reform; Revolution.

Recebido em 01.04.2010. Aprovado em 20.08.2010.

Introducción

Durante el 2009 los gobiernos reformistas de Sudamérica ganaron la partida. Se afianzaron en batallas contra la derecha, sostenidas en la movilización popular. Los intentos golpistas del Oriente boliviano fueron demolidos, la agresión ensayada por Colombia contra Ecuador fue neutralizada y las campañas destituyentes no prosperaron en Venezuela.

Logros y desafíos

A principio del año Chávez logró una nueva victoria electoral, que incluyó la recuperación de los votantes que se abstuvieron en el comicio anterior. Con este triunfo el oficialismo acumuló desde 1988 quince éxitos electorales y varios récords en la reducción de la abstención. También Correa consiguió aplastar a sus adversarios en las urnas. Obtuvo cinco victorias sucesivas desde el 2006 y conquistó plena mayoría en 20 de las 24 provincias.

Pero el dato más llamativo ha sido la victoria Evo. Derrotó primero en la calle la sublevación fascista de Pando, neutralizó luego las maniobras en el Parlamento para distorsionar las leyes electorales y finalmente arrasó en los comicios. Es el primer presidente del convulsionado Altiplano que logra triunfos sucesivos, mejorando su votación anterior e imponiendo una representación abrumadora en las dos cámaras. Le arrebató varios bastiones a la oposición en localidades que habían sostenido al golpismo y conquistó el apoyo de la clase media que rechazaba su figura (STEFANONI, 2009a, 2009b e 2009c; BORON, 2009c).

Los resultados alcanzados por los tres gobiernos reformistas desmienten los pronósticos de desplome que difundió el *establishment*, confundiendo sus propios deseos con la realidad. La intervención activa de las masas permitió, hasta ahora, remontar las conspiraciones de la derecha.

Algunos cínicos afirman que este tipo de afianzamiento es compartido en la región por administraciones de todos los colores políticos. Señalan que el oficialismo de cualquier vertiente cuenta con mayores recursos que la oposición, para renovar su manejo del poder. Pero si esa capacidad para reciclarse desde arriba fuera tan imbatible, no habría lugar para la alternancia de los partidos.

Esa caracterización iguala, además, en forma errónea a todos los presidentes, cómo si fuera lo mismo actuar al servicio de los poderosos, que gobernar en conflicto con el verdadero poder. Mientras que todas las presidencias derechistas y centroizquierdistas sintonizan con los dueños de la economía, en Venezuela y Bolivia (y en menor medida en Ecuador) predomina una tensión constante con la clase capitalista.

Esos tres gobiernos han desarrollado, además, una estrategia regional antiimperialista en torno al ALBA, que surgió como proyecto de intercambio comercial solidario opuesto al ALCA y diferenciado del MERCOSUR. Pero se ha consolidado como una referencia radical, alejada de la convergencia que ensaya la centroizquierda con el FMI y el G 20.

El nuevo eje geopolítico forjado junto a Cuba incluye, además, a ciertos gobiernos centroamericanos y es sostenido por numerosos movimientos sociales. Esta configuración potencia la autoridad del ALBA y su política de respuestas frontales a la contraofensiva derechista. Ante el golpe de Honduras y la militarización de Colombia, este alineamiento formuló una denuncia contundente de la complicidad estadounidense. Propuso también iniciativas de acción concretas (congelamiento de las relaciones con Colombia, denuncia de los pactos militares), que fueron bloqueadas por los restantes mandatarios de UNASUR.

El ALBA ha trabajado en varios proyectos para erigir una arquitectura financiera regional autónoma, con mecanismos de protección frente a la crisis. Promueve una moneda regional (Sucre) para comenzar a emancipar a la región de la dependencia del dólar. También propone la inmediata puesta en marcha del Banco del Sur, contra las dilaciones que impuso Brasil (para evitar la aparición de una entidad rival del BNDES). Aunque Lula aceptó ciertos criterios de funcionamiento igualitario para ese Banco ha limitado su financiación. También obstaculiza su desenvolvimiento para proyectos cooperativos, comunitarios y sociales o su acción como precedente de un fondo de estabilización monetaria de toda la zona.

El ALBA ha intentado sortear esta oposición creando su propio banco. En la última cumbre de este organismo (octubre pasado) se acordó, avanzar en un sistema monetario de intercambio

y en nuevos tratados comerciales, asentados en una empresa común de exportación e importación (PÁEZ, 2009).

Estas iniciativas confirman el perfil diferenciado de gobiernos reformistas, orientados a la asociación con Cuba. Durante el 2009 la isla fue duramente afectada por la crisis global (caída del turismo, reducción del precio del níquel, menor demanda de cigarros) y una fuerte secuencia de huracanes, que acentuó las dificultades de la producción alimenticia. La solidaridad de Venezuela en el suministro de petróleo ha contribuido decisivamente a situar estos impactos, muy lejos del dramatismo vivido en 1992-1994.

Congelamiento o radicalización

El afianzamiento de un polo radical acentúa las disyuntivas que enfrentan esos procesos. Los gobiernos antiimperialistas pueden avanzar hacia rupturas revolucionarias o consolidar la estabilización del capitalismo de estado. Estas dos perspectivas antagónicas están simbolizadas en la historia latinoamericana por el curso seguido por las revoluciones cubana y mexicana.

En el primer caso se consumó una acelerada evolución socialista, que permitió desenvolver profundas transformaciones y mejorar significativamente (durante un largo período inicial) el nivel de vida popular. En el segundo país prevaleció el congelamiento de las reformas y la creación de una nueva capa de opresores desde la cúspide del estado.

Los pasos necesarios para recrear el avance cubano y evitar la regresión mexicana no se están adoptando en ninguno de los tres países sudamericanos. En Venezuela, las confrontaciones recientes con la derecha (ley educativa, medios de comunicación, nacionalizaciones) se implementaron sin crear los mecanismos requeridos para profundizar el protagonismo popular y la democratización política. El control desde arriba del partido oficialista PSUV, la manipulación de dirigentes y los obstáculos al control obrero ilustran estas restricciones.

Estos problemas fueron abiertamente planteados a mitad de año, en un importante encuentro de las vertientes de izquierda del proceso bolivariano. En ese cónclave se cuestionó la falta de respuestas a las demandas de los movimientos sociales, los ma-

nejos verticales en el aparato estatal y el papel de los asesores ministeriales carentes de compromiso revolucionario. También se resaltó el fracaso de la audiencia de los medios de comunicación públicos, las indefiniciones del socialismo del siglo XXI y la continuada desigualdad social. La reducida tolerancia inicial a estas objeciones fue posteriormente reemplazada por un reconocimiento implícito de este llamado de atención (MIRANDA, 2009).

En Bolivia se ha creado un contexto muy propicio para introducir el giro revolucionario. El aplastamiento de la escala putchista durante el 2008 y la espectacular victoria electoral del 2009 han abierto todos los espacios para gestar este avance. Impera una situación radicalmente inversa a la existente durante el último ensayo reformista de 1985, cuando la vanguardia minera fue derrotada por la derecha. Sin embargo, hasta ahora no hay indicios de aprovechamiento de este repliegue de la reacción, para comenzar la remoción del capitalismo.

La primera condición para avanzar por este camino es profundizar las transformaciones sociales. Este rumbo es abiertamente rechazado por quienes atribuyen el afianzamiento de Evo a las concesiones otorgadas a la oposición en el Parlamento. No registran que la clave de los logros actuales fue la dinámica inversa de movilizaciones, que desgastaron a la derecha y forjaron una alianza de los oprimidos de la ciudad y el campo.¹

El gran problema actual son los instrumentos para continuar esta acción. El partido oficialista MAS permitió conquistar una nueva Constitución, que ahora debe reglamentarse. Pero cada vez existen más síntomas de mutación de esa organización, que surgió de los sindicatos en lucha y ahora aglutina a pequeños propietarios rurales y urbanos, articulados en torno a una capa de funcionarios.

Es evidente, además, que el gran obstáculo para comenzar una transición al socialismo es la convicción en este horizonte. Por un lado se multiplican los llamados oficiales a forjar esa sociedad, pero al mismo tiempo persiste la estrategia de erigir el “capitalismo andino-amazónico”.

Este proyecto es irrealizable en la forma en que fue concebido. Un proceso de acumulación local estrechamente conectado con el mercado mundial no es compatible con las modalidades de equidad de la estructura indígena. El desarrollo capitalista tiende a ensanchar las brechas sociales y a corroer

esa vieja conformación. Sólo un proceso socialista podría asimilar ese legado, desarrollando un proceso de industrialización que reduzca en forma progresiva la desigualdad.

Los mismos dilemas se procesan en Ecuador, a la hora de evaluar los nuevos pasos de la “revolución ciudadana”. Los tres años de este cambio han permitido logros sustanciales, que se sintetizan en el texto de la nueva Constitución. Esta carta incluye el carácter plurinacional del estado, prohíbe a los financistas el manejo de los medios de comunicación, introduce la revocatoria de los mandatos, limita la especulación con el endeudamiento público e impide la socialización estatal de las deudas privadas.

Pero en el ejercicio del gobierno se adoptan medidas que chocan con estas normas. El ejemplo más contundente de esta contradicción ha sido el aval oficial a inversiones transnacionales destinadas a explotar los recursos naturales. Esta decisión suscitó un violento choque con el movimiento indigenista. También el decreto presidencial que otorga a las misiones católicas atributos de evangelización, viola la separación de la iglesia y el Estado que establece la Constitución. El trasfondo de estas tensiones es la composición de un gobierno que propone ideas radicales, pero opera con funcionarios comprometidos con los intereses del capital.²

Estas ambivalencias del nacionalismo radical se han verificado también en Honduras. La inesperada transformación de un gobernante clásico como Zelaya en partícipe del eje latinoamericano antiimperialista fue un contundente ejemplo del enorme impacto continental, que ha generado la existencia del ALBA.

La aceptación de las ofertas petroleras venezolanas desencadenó conflictos con Shell y Texaco, que indujeron al golpe de estado. Pero el giro de Zelaya no respondió sólo a un estímulo exterior. Estuvo directamente influido por el fuerte predicamento que lograron los movimientos sociales, al cabo de una férrea lucha contra el TLC y la depreciación que realizan las transnacionales.

No es la primera vez en la historia latinoamericana que un presidente o líder militar radicaliza su acción, en un choque con la oligarquía o el imperialismo. Ya ocurrió en Santo Domingo (Camaño), en Perú (Velazco Alvarado) o en Bolivia (Juan José Torres). Pero también existen mayores precedentes de vacilaciones, compromisos con las clases do-

minantes y frustraciones de la resistencia popular. Zelaya ha oscilado entre ambos antecedentes.

Por un lado se mantuvo firme en la denuncia de la dictadura, en medidas de acción (como el retorno al país) y en el llamado a la insurrección. Por otra parte, pospuso varias veces ese regreso y se sumó al juego de distracciones y maniobras dilatorias que manejó Hillary Clinton. En esta oscilación llegó a aceptar un acuerdo que avalaba el fraudulento proceso electoral, a cambio de retomar formalmente la presidencia por poco tiempo. Estas vacilaciones debilitaron la heroica resistencia popular contra el golpe y facilitaron las maniobras que realizó la dictadura para sortear el aislamiento diplomático internacional.³

Resistencias y rebeliones

Los desenlaces políticos de América Latina dependen principalmente de los resultados que alcanzan las luchas sociales. Estas acciones contribuyeron, especialmente en Bolivia, Ecuador, Venezuela y Argentina, a revertir la secuencia de derrotas populares en que se asienta el neoliberalismo.

En esos países se registraron levantamientos que enarbolaron reclamos coincidentes de anulación de las privatizaciones, nacionalización de los recursos naturales y democratización de la vida política. Esas demandas se mantienen como ejes centrales de la resistencia popular. Esta lucha combina actualmente novedosas formas de protagonismo social (indígenas, jóvenes, mujeres) con una acumulación de las experiencias procesadas durante todo el siglo XX (REGALADO, 2009).

En la coyuntura del 2008-2009 no se han repetido las revueltas generalizadas de los años anteriores. Frente al *shock* creado por la crisis financiera global predominó una reacción acotada, afín al tipo de respuestas observadas en otros puntos del planeta. Además, los gobiernos latinoamericanos recurrieron con celeridad a fuertes gastos públicos, para evitar la reiteración de las sublevaciones que suscitaron los quebrantos bancarios y el caos inflacionario de 1999-2003.

Durante el año se registraron igualmente algunas acciones populares de envergadura frente al ajuste inicial que desató la crisis. Los levantamientos que conmovieron a dos islas del Caribe (Guadalupe y Martinica) fueron muy representativos de

esta reacción. Pero en general, la lucha social no tuvo un detonante único, ni respondió directamente a la eclosión global. Un cúmulo de motivaciones desencadenó estos movimientos.

En Perú, los indígenas doblegaron con una extraordinaria resistencia el intento gubernamental de confiscar tierras. En otros países resurgieron las movilizaciones sociales de los asalariados. Unas 200 marchas se concretaron en la ciudad de México y otras 440 conmovieron a Buenos Aires. La batalla de los electricistas en el primer caso y de los obreros de la alimentación o el subte en el segundo, sacudieron la vida social de estas capitales. La furibunda ira que transmiten las crónicas derechistas es un termómetro del impacto que han suscitado estas acciones entre los opresores.⁴

Pero la mayor sorpresa del año ha sido la resistencia casi insurreccional que presentaron los oprimidos de Honduras al golpe derechista. Esta reacción no estaba en los cálculos de nadie, ni era esperada en un país que operó durante décadas como plataforma centroamericana del imperialismo. Basta observar el balance de la represión para notar cuán heroica ha sido esta lucha. Hasta ahora se computan 21 asesinatos, 4000 casos de violaciones de derechos humanos y 120 presos políticos, rigurosamente ocultados por todos los voceros de la “prensa libre”.

Durante 100 días de batalla contra el golpe, la respuesta popular alcanzó picos de polarización política y confrontación social que situaron esa rebelión en un plano próximo a los cuatro levantamientos sudamericanos de la última década. La Coordinadora Nacional de la Resistencia se convirtió en un centro organizador de esta acción, a partir del gran protagonismo que tuvieron los sectores sociales de vanguardia de la docencia, el campesinado y los sindicatos clasistas (BORON, 2009a; SAÉNZ, 2009; HERNÁNDEZ, 2009).

Planteos estratégicos

En este marco de reacciones populares muy variadas pero persistentes, las discusiones de proyectos políticos de la izquierda han recuperado interés. La batalla frontal contra las administraciones derechistas y pronorteamericanas de Uribe, Calderón o Alan García es una coincidente prioridad. Pero este acuerdo no se extiende a otros terrenos.

Muchos pensadores sostienen que existe una sola línea divisoria en la zona, que separa a la derecha de los restantes gobiernos. Colocan a Lula y a Chávez en un terreno común y distinguen únicamente a los defensores del libre comercio de los partidarios de la integración regional. Convocan a desenvolver políticas comunes de regulación del capital financiero y promoción del mercado interno. Este enfoque cuestiona las iniciativas autónomas de los movimientos sociales que afectan a los gobiernos de centroizquierda, estimando que favorecen a la derecha. Esta postura también considera inexorable apostar a algún sendero de capitalismo más benévolo.

Pero con esta actitud se termina justificando las medidas que relegan las demandas populares, a favor de beneficios que reciben los dominadores. Este curso prevalece actualmente en Brasil, Argentina o Uruguay y se basa en priorizar los subsidios a las empresas a cualquier mejora de los salarios.

Esta visión postula, además, una falsa disyuntiva entre el amoldamiento al status quo y la aceptación de restauraciones conservadoras más adversas. Olvida que la elección entre lo malo y lo peor sólo conduce al desencanto y a la pérdida de credibilidad popular. Cuando los sectores más esperanzados observan esta ausencia de alternativas frente a la creciente desigualdad se desmoralizan y toman distancia de la acción política.

En muchas ocasiones este escepticismo es la principal causa del retorno electoral de la derecha. Frente a la primacía de distintas variantes de un mismo patrón dominante, no sorprende que los derechistas consecuentes atraigan más votantes, que sus imitadores social-liberales. Este sostén de los conservadores se ha convertido en una vía de sanción al incumplimiento de las promesas de cambios pausados. Una involución de este tipo se vislumbra actualmente en Chile.

La resignación ante el *status quo* también conduce a otro resultado: la estabilización conservadora de gobiernos centroizquierdistas, que se verifica en Brasil. Esta administración desenvuelve una política exterior más autónoma, pero es completamente ajena al nacionalismo popular, que históricamente combinó en América Latina acciones antiimperialistas, mejoras sociales y fuerte participación de las masas.

Ciertos autores no registran ningún inconveniente serio en la “buena administración del capita-

lismo” que desenvuelve Lula. Consideran que este manejo motiva el despechado resentimiento de la derecha, en un marco de bajo nivel de conciencia de los oprimidos (POMAR, 2009).

Pero una acertada gestión del capitalismo solo es auspiciosa para los poderosos y genera invariables tormentos para los trabajadores. Los asalariados no generan los padecimientos que soportan, ni son culpables de sus elecciones políticas. Esta responsabilidad recae sobre los dirigentes, funcionarios e ideólogos, que justifican la perpetuación de la dominación burguesa, atraídos por las rencillas políticas del momento. Ciertamente Lula proviene del campo popular y sus adversarios actuales del riñón de la burguesía, pero también Obama se forjó en la adversidad racial y ahora sostiene sin ningún remordimiento al estado imperial.

Ciertos analistas suelen presentar el curso centroizquierdista sudamericano como un beneficio internacional para los gobiernos radicales de Venezuela, Bolivia o Ecuador. Pero olvidan que las alianzas diplomáticas establecidas por los presidentes “progresistas” con estas administraciones apuntan a reforzar negocios de distintos grupos dominantes y a bloquear la radicalización de los procesos más avanzados de la región. En lugar de favorecer rupturas anticapitalistas apuntalan a las “boliburguesías” de cada país.

En el pasado, esta estrategia era justificada como un desvío necesario para arribar al socialismo por un camino de etapas prolongadas. Pero en la actualidad este argumento sólo aparece en forma ocasional, ya que se ha tornado intuitivamente insostenible. Salta a la vista que la promoción neodesarrollista del capitalismo, no guarda ninguna relación con la construcción de una sociedad igualitaria.

La aprobación acrítica de los gobiernos de centroizquierda frecuentemente suscita en la región, reacciones simétricas de cuestionamiento ciego a todas las administraciones, cómo si fueran equivalentes. En estos casos se objeta la política de Lula o Kirchner, con el mismo parámetro que se enjuicia a Chávez, Evo o Correa. Todos los mandatarios quedan ubicados en un mismo campo burgués, al ser denunciados cómo variantes de este sistema de dominación.

Esta visión es claramente dogmática. Ignora las diferencias cualitativas que separan un ensayo reformista de la simple perpetuación del orden vigente. Tampoco registra la importancia de las con-

frontaciones que oponen a los gobiernos radicales con el imperialismo. Este tipo de choque ha sido históricamente el motor de los procesos revolucionarios en América Latina. Desconocer esta dinámica conduce al aislamiento, la impotencia y la incapacidad para fusionar la acción militante con la experiencia de las masas, para desenvolver la conciencia socialista.

Las posturas dogmáticas son estériles, ya que desvalorizan las mediaciones requeridas para lograr el objetivo socialista. En los casos más extremos se alinean con la derecha por simple repetición de los argumentos elitistas o por abstención ante las confrontaciones en juego. Un ejemplo de este neutralismo son las posturas de neutralidad en las batallas electorales contra la oligarquía de Venezuela, Ecuador o Bolivia.

Las reelecciones presidenciales -que han estado a veces en el centro de estas confrontaciones- han sido habitualmente cuestionadas con los mismos argumentos de derecha liberal. Se objeta la prorroga de los mandatos, cómo si fuera un principio constitucional intocable y de mayor gravitación que la participación popular en un choque con las fuerzas reaccionarias.⁵

Una reformulación socialista

Es importante diferenciar a los gobiernos radicales y de centroizquierda para trazar estrategias de construcción de un proyecto socialista. La distinción permite motorizar políticas de radicalización, igualmente opuestas a la resignación y al sectarismo. Al reconocer los rasgos progresivos que singularizan a los gobiernos reformistas se puede batallar por un rumbo de ruptura con el capitalismo, a partir de la acción independiente de los movimientos sociales.

Esta estrategia implica alentar medidas de protección a los pueblos y sanción a los poderosos, para evitar que los desbarajustes provocados por el capitalismo sean solventados por las víctimas de este sistema. Estas acciones incluyen iniciativas que impidan los despidos, garanticen los ingresos mínimos y refuercen los gastos sociales. Son iniciativas que apuntan a la nacionalización efectiva de los sistemas financieros, la revisión del pago de las deudas públicas y la recuperación efectiva del control de los recursos naturales.

Lo importante es convertir las definiciones formales de las nuevas constituciones, en hechos palpables de la vida cotidiana. Un paso en esta dirección podría ser la proyección de esos logros a escala regional, mediante la conformación de un parlamento latinoamericano elegido por sufragio universal y surgido de la acción popular.

La convergencia popular que debe construirse al servicio de las mayorías es muy distinta a los programas de integración financiera o comercial, que promueven las clases dominantes. El embrión actual de la primera meta es el ALBA, actuando en coordinación con distintos movimientos sociales. Esta entidad podría convertirse en la referencia zonal de una batalla antiimperialista, en contraposición al afianzamiento del *status quo*, que prevalece en los encuentros de UNASUR.

Algunos críticos cuestionan esta estrategia, considerando que es inviable cualquier acción que supere al neodesarrollismo propiciado por el MERCOSUR (ROLGALSKI, 2007). Pero la experiencia regional ha demostrado una y otra vez, cuán paralizante es ese conformismo para el logro de los anhelos populares. Incluso para alcanzar reformas sociales básicas hay que bregar por una sociedad igualitaria. Sólo una perspectiva de transformaciones radicales genera temor entre los poderosos y consiguientes logros sociales.

La política de radicalización es a veces descalificada por los críticos de la “mitología militante” y de las “utopías sentimentales” (SAINT-UPÉRY, 2009). Estas objeciones reproducen el escepticismo estéril que ganó terreno durante el auge del neoliberalismo. Es una postura que actualmente choca con los ideales de lucha social recuperados por la juventud. En general, el espíritu descreído pierde encanto cuándo reaparece la resistencia popular. En esas circunstancias se verifica que la burla y cinismo sólo encubre resignación frente a la opresión.

El resurgimiento de la esperanza transformadora es el dato clave de la realidad latinoamericana. Esa expectativa explica el lugar central que ocupó la región en la batalla contra el neoliberalismo durante la última década. Es un estado de ánimo colectivo, que podría evolucionar hacia un liderazgo de proyectos anticapitalistas. El pilar subyacente de este impulso es la tradición

de convergencia del nacionalismo revolucionario con el socialismo, que se forjó a partir de la revolución cubana

Este acervo determina, también, una incidencia directa de los desenlaces actuales sobre el futuro de Cuba. El giro político de la región puso fin al duro aislamiento que sufrió la isla durante los años 90, pero ha puesto en discusión dos alternativas totalmente opuestas para los próximos años.

Los defensores del regionalismo capitalista proclaman abiertamente que Cuba debe sumarse a este eje, renunciado al anhelo de gestar una sociedad comunista. En el polo opuesto se ubica el variado espectro de partidarios de la revolución, que reivindican su vigencia y promueven caminos de profundización, democratización y renovación socialista.⁶

La batalla entre estos dos cursos antagónicos es una problemática latinoamericana y no sólo cubana. Es evidente que el avance o fracaso de los proyectos radicales en el conjunto del continente contribuirá a inclinar la balanza, a favor de uno u otro bando dentro de la isla.

La respuesta positiva a este conflicto es la recreación de un proyecto socialista a escala regional, que se adapte a los cambios del siglo XXI. La crisis global ha erosionado muchas fantasías sobre las virtudes del capitalismo, pero todavía no se vislumbran los contornos del proyecto alternativo. Hay muchas ideas, pero pocas definiciones sobre los senderos de una transición socialista, que presenta en la actualidad una inédita dimensión ambiental. La necesidad de proteger el planeta de la destructiva corrosión que impone la competencia por el beneficio se ha tornado prioritaria.

Desde el eje del ALBA puede cobrar forma un planteo eco-socialista de alcance global asentado en dos pilares: la denuncia frontal de las raíces capitalistas que presenta la crisis climática actual y las tradiciones regionales de protección de la “madre tierra”. Es un buen momento para encarar este nuevo desafío.

Referências bibliográficas

ALMEYRA, G (a). *Bolivia: el nuevo desafío*, La Jornada. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx>. Acesso em: 13 de dez. 2009.

ALMEYRA, G. (b). *Cuba: permítanme discrepar*, La Jornada, 8 de marzo de 2009. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2009/03/08/index.php?section=politica&article=026a1pol>. Acesso em: 13 de dez. 2009.

ACOSTA, A. *A los tres años de gobierno de la revolución ciudadana*, Facebook. Disponível em: <http://www.facebook.com>. Acesso em: 7 de jan. 2010.

BORON, A (a). *Honduras: ¿el principio del fin?*, Agencia Latinoamericana de Información. Disponível em: <http://alainet.org/active/33174>. Acesso em: 22 de set. 2009.

BORON, A (b). *Reelecciones buenas y malas*, Página 12. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-118952-2009-01-27.html>. Acesso em: 27 de jan. 2009.

BORON, A (c). *¿Por qué ganó Evo?*, Página 12. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/136580-44007-2009-12-07.html>. Acesso em: 7 de dez. 2009.

CEDICE. *Intelectuales, democracia y socialismo*, Centro Internacional Miranda. Disponível em: <http://www.aporrea.org/medios/>. Acesso em: 12 de jun. 2009.

GUERRERO, M. *El dilema histórico de la revolución bolivariana*, Página 12. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/120080-38267-2009-02-17.html>. Acesso em: 17 de fev. 2009.

HERNÁNDEZ, L. *La conversión de Manuel Mel Zelaya*, Rebelión, 1 de jul. 2009. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=87924>. Acesso em: 11 de jul. 2009.

LACLAU, E. *Los regímenes populares latinoamericanos están muy bien instalados en el poder*, Clarín. Disponível em: <http://edant.clarin.com/diario/2009/05/10/elmundo/i-01915030.htm>. Acesso em: 10 de maio 2009.

MIRANDA, 2009. Disponível em: <http://www.aporrea.org/medios/>. Acesso em: 12 de junho de 2009.

OPPENHEIMER, A. *La cultura de la ilegalidad en la región*, La Nación, 17 de nov. 2009. Disponível em: http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1200703. Acesso em: 18 de nov. 2009.

PÁEZ, P. *Lo peor de la crisis todavía está por venir*, Página 12. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-134488-2009-11-01.html>. Acesso em: 1 de nov. 2009.

POMAR, W. *2009: a direita em desespero*, Correio da Cidadania, 27 de dez. 2009. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/content/view/4185/46/>. Acesso em: 27 de dez. 2009.

PURICELLI, G. *Mel aguantó, Lula empujó*, Página 12, 31 de out. 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/134449-43375-2009-10-31.html>. Acesso em: 31 de out. 2009.

REGALADO, R. *América Latina: no se trata de proceso lineal*, Agencia Latinoamericana de Información, 8 de ago. 2009. Disponível em: <http://alainet.org/active/32256&lang=es>. Acesso em: 19 de ago. 2009.

ROLGALSKI, M. *Voies d'Amérique Latine*, Tribune Libre, 23 de out. 2007.

SAINT-UPÉRY, M. *Amérique Latine: deux ou trois mondes à découvrir*, Revue des Livres, n. 9. Disponível em: <http://revuedeslivres.net/articles.php?idArt=313>. Acesso em: 30 de out. 2009.

SÁENZ, R. *Honduras luego de la llegada de Zelaya*, Socialismo o barbarie. Disponível em: www.socialismo-o-barbarie.org. Acesso em: 27 de dez. 2009.

STEFANONI, P. (a). *Evo, arriba: podría tener mayoría en las cámaras*, Clarín, 2 de dez. 2009. Disponível em: <http://edant.clarin.com/diario/2009/12/02/elmundo/i-02053094.htm>. Acesso em: 2 de dez. 2009.

STEFANONI, P. (b). *Se abre una nueva etapa*, Clarín. Disponível em: <http://www.clarin.com/>. Acesso em: 6 de dez. 2009.

STEFANONI, P. (c). *Una hegemonía con riesgos en el futuro*, Clarín. Disponible en: <http://www.clarin.com/>. Acceso en: 7 de dez. 2009.

TOER, M. (a). *Tiempos que merecen ser vividos*, Página 12, 31 de out. 2009. Disponible en: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/134449-43376-2009-10-31.html>. Acceso en: 31 de out. 2009.

TOER, M. (b). *Con sabiduría y una ayudita de los amigos*, Página 12, 7 de dez. 2009. Disponible en: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/136580-44005-2009-12-07.html>. Acceso en: 7 de dez. 2009.

Notas

- ¹ Toer (2009a) postula la primera tesis y Almeyra (2009b) la segunda.
- ² Un interesante enfoque plantea Acosta (2010).
- ³ Dos balances completamente opuestos plantean Puricelli (2009) y Toer (2009b) y Sáenz (2009).
- ⁴ Un clásico exponente de esta furia es Oppenheimer (2009).
- ⁵ Dos acertadas posturas en esta discusión son Guerrero (2009) y Boron (2009b).
- ⁶ Un exponente del primer enfoque es Laclau (2009) y del segundo Almeyra (2009c).

Claudio Katz

* Economista, Investigador, Profesor. Miembro del EDI (Economistas de Izquierda). Su página web es: www.lahaine.org/katz

Trabalho, classe e sujeito social da revolução: o debate sobre a América Latina atual

Marcelo Badaró Mattos*

Trabalho, classe e sujeito social da revolução: o debate sobre a América Latina atual

Resumo: Este artigo procura estabelecer um diálogo crítico com algumas contribuições relevantes para o debate sobre os movimentos sociais e políticos na América Latina contemporânea, tendo por objeto central a questão do sujeito social da transformação. O argumento da mudança do sujeito social é confrontado com alguns elementos da argumentação de Marx e Engels sobre as classes sociais, com o objetivo de rever concepções simplificadoras que muitas vezes embasam a valorização dos “novos sujeitos”.

Palavras-chaves: Classes sociais; Sujeito social da transformação; América Latina.

Labor, social class and political actor of the revolution: the current debate about Latin America

Abstract: This article aims to establish a critical dialog with some relevant contributions to the debate on the social and political movements in contemporary Latin America. The central point is the issue of the social subject of transformation. The argument about the change of the social subject is confronted with some elements of Marx's and Engels' discussion on social classes, with the aim of reviewing simplistic conceptions that, frequently, support the positive visions of the “new subjects”.

Keywords: Social classes; Social subject of the transformation; Latin America.

Recebido em 15.08.2010. Aprovado em 15.09.2010.

Introdução

Apesar da multiplicidade de enfoques e da diversidade de conclusões, as análises construídas com uma perspectiva crítica em relação ao capitalismo sobre a América Latina, nas últimas décadas, são convergentes ao apontar tanto para o caráter corrosivo da aplicação radical do receituário neoliberal quanto para a emergência de manifestações vigorosas de resistência ao neoliberalismo (e em muitos casos ao próprio capitalismo).

Entre as manifestações de resistência destacam-se: a rebelião Zapatista em Chiapas no México, a partir de 1994; a “Guerra da Água” em Cochabamba, Bolívia, no ano de 2000; as jornadas de mobilização indígena capitaneadas pela CONAIE que possibilitaram o afastamento de dois presidentes equatorianos, em 1997 e 2000; o “Argentinazo”, que se iniciou em dezembro de 2001; as resistências populares às tentativas de golpe contra o governo de Hugo Chávez na Venezuela, particularmente em abril de 2002; a “Guerra do Gás” e a deposição de Lozada na Bolívia em 2003; além da trajetória de resistência de mais de vinte anos do movimento de luta pela terra – o MST à frente – no Brasil, entre outros exemplos possíveis.

O que me proponho a discutir neste espaço é uma questão central para o debate sobre e no interior de lutas e movimentos de resistência anti-sistêmica vigorosos, em uma conjuntura que, no plano mundial, pode ser caracterizada como de avanço das forças do capital e derrotas para as forças do trabalho. Trata-se da questão dos sujeitos sociais de tais lutas. Para tanto, pretendo, em um primeiro momento, apresentar de forma bastante sintética as avaliações recentes que apontam para a emergência de “novos” sujeitos e “novos” movimentos, quase sempre apresentados em contraste com o que definem como o “velho” sujeito (classe operária, proletariado, etc.) e suas formas tradicionais de luta e organização. Na construção dessa oposição é comum se apresentar, de forma mais ou menos explícita, uma crítica ao marxismo. Por isso, numa segunda etapa da exposição pretendo recuperar argumentos de Marx e Engels para a análise do trabalho e da classe trabalhadora. A proposta é demonstrar o quanto as críticas ao marxismo, subjacentes às análises sobre os “novos” sujeitos sociais na América Latina, miram em leituras extremamente reducio-

nistas das contribuições marxianas, secundarizando ou desconhecendo as reflexões de Marx e Engels e da melhor tradição de pensamento crítico delas derivadas. É nessa tradição que buscaremos, por fim, respostas mais consistentes para as questões levantadas pelas lutas recentes na América Latina.

Novos sujeitos?

Boa parte das análises que partem de uma avaliação positiva das lutas sociais recentes na América Latina estabelece uma contraposição: tais lutas teriam por protagonistas sujeitos sociais outros que não aqueles que teriam sido responsáveis (ou sobre os quais se teria depositado a responsabilidade) pelas principais revoluções sociais do século XX. Definir a novidade dos sujeitos emergentes é, por isso mesmo, partir de uma outra definição: a de quem eram os “velhos” sujeitos revolucionários. Tentarei exemplificar através da referência a algumas análises sobre a rebelião zapatista em Chiapas, México.

Ana Esther Ceceña, editora da revista *Chiapas*, e uma das mais conhecidas analistas do movimento zapatista, por exemplo, realiza uma caracterização da trajetória recente do Estado Mexicano, tendo em vista os novos controles imperialistas exercidos pelos Estados Unidos (especialmente a partir do Nafta, o tratado de livre comércio da América do Norte) e o desastre social decorrente das políticas neoliberais nos anos 1990. Em sua análise, o resultado de tal quadro seria “um rápido processo de dissolução” e disciplinarização do Estado – entendido como “expressão do sistema político em seu conjunto: aparelhos partidários, organizações sindicais ou sociais oficiais, etc.”. A contrapartida a tal dissolução do Estado seria a emergência da resistência, essa indisciplinável, de “movimentos, grupos, comunidades e povos deixados de lado pelo sistema político, capazes de se rebelarem através de revoltas populares que o poder não poderá prever”. O que demonstraria o fato de que “a sociedade já começa a entender que a autogestão é a única alternativa” (CECEÑA, 2005: 299 e 301).

Os indígenas rebelados de Chiapas representariam a erupção da potencialidade de ruptura sistêmica justamente na periferia do capitalismo. Em contraposição, no centro, o potencial de transformação se esvaía com o processo de desindustria-

lização e a crise da classe operária: “Estávamos diante de um acontecimento inusitado: o coração do sistema estava saindo das grandes fábricas e dos setores operários dos centros industriais e movendo-se em direção a seus extremos. A fratura do sistema estava encontrando outros caminhos, outras explicações e novos horizontes” (Idem: 296).

Já na análise de Jose Seoane, a contrapartida é estabelecida entre a experiência e os projetos zapatistas e as experiências e projetos dos movimentos revolucionários do século XX. O resultado seria a mixagem, pela “voz” de Chiapas, entre as concepções mais críticas do marxismo, o anarquismo e todas as lutas contra opressões, gerando um exemplo criativo e radical que se prestaria a renovar o pensamento contestador diante da crise instalada pelo balanço da experiência do Leste Europeu:

Nos dizeres chiapanecos ressoa e revive-se o caráter libertário e crítico do marxismo e do anarquismo, ou das correntes ‘conselhistas’, ‘autogestionárias’ ou ‘luxemburguistas’ para mencionar somente alguns dos nomes que esse espírito recebeu. Por sua potente e radical criatividade e sua capacidade de evocação, a voz zapatista representa um vento imprescindível diante das experiências dos mal chamados ‘socialismos realmente existentes’ do Leste Europeu e as conseqüências que estes tiveram sobre o pensamento contestador. Neste debate, outras vozes também se unem ao grito que vem do México, as vozes das mulheres, das minorias sexuais, do ecologismo, e de tantos outros que nos falam da amplitude e da complexidade de um caminho efetivamente emancipatório (SEOANE, 2005: 312).

Ainda tomando como referência a experiência e as propostas zapatistas, podemos recorrer ao exemplo das análises de John Holloway. Holloway apresenta uma sofisticada e pertinente discussão sobre a questão do fetichismo em Marx e afirma a centralidade da classe trabalhadora em seu potencial de insubordinação anti-sistêmica. Classe trabalhadora entendida por ele, segundo afirma, em uma dimensão não reducionista, como um processo, não um lugar ou uma classificação. Ainda assim, também ele estabelece a contraposição entre os “velhos” e

os “novos” sujeitos, para afirmar que a maior indefinição em torno do sujeito histórico hoje – (in)definido pela sua capacidade de negação do poder – deve ser positivada pelos revolucionários:

Um sujeito definido foi substituído por uma subjetividade indefinível. O poder do proletariado foi substituído por um antipoder indefinido. Esse tipo de movimento teórico constantemente está associado à desilusão, ao abandono da idéia de revolução a favor da sofisticação teórica. Essa não é a nossa intenção (HOLLOWAY, 2003: 229).

De uma forma mais acabada e referindo-se não só à América Latina, mas ao conjunto do hemisfério sul, François Houtart também estabelece o contraste entre os “novos” e “velhos” sujeitos sociais revolucionários. E o faz através de uma análise das transformações impostas pelo capitalismo, ao subordinar o trabalho de uma forma historicamente nova e transformar, com isso, o proletariado em sujeito revolucionário potencial:

Um salto histórico dá-se quando o capitalismo constrói, depois de quatro séculos de existência, as bases materiais de sua reprodução que são a divisão do trabalho e a industrialização. Nasce o proletariado como sujeito potencial, a partir da contradição entre capital e trabalho. Os trabalhadores estão submetidos ao capital dentro do próprio processo de produção, fazendo com que a classe operária seja totalmente absorvida e igualmente constituída pelo capital. É o que Karl Marx chamou de subsunção real do trabalho ao capital. A nova classe se transformou em sujeito histórico quando se construiu no próprio seio das lutas, passando do estatuto de “uma classe em si a uma classe para si”. Não era o único sujeito, mas sim, o sujeito histórico, isto é, o instrumento privilegiado da luta pela emancipação da humanidade, em função do papel jogado pelo capitalismo (HOUTART, 2007: 422).

Da mesma forma que o capitalismo, entendido como industrialização, teria construído as relações sociais que determinavam o caráter de sujeito histórico do proletariado, as mudanças recentes na organização

produtiva capitalista acabariam por colocar um fim a essa associação privilegiada entre o proletariado e a função de sujeito. Assim, “o capitalismo realiza um novo salto. O sujeito social amplifica-se. As novas tecnologias estendem a base material de sua reprodução: a informática e a comunicação, que lhe dão uma dimensão realmente global” (Idem: 422)

A extensão dos territórios e dos setores da vida reduzidos à lógica do capital, com o processo de globalização e as transformações tecnológicas características da reestruturação produtiva, teriam amplificado o sujeito na direção aos novos setores submetidos ao capital, de maneira formal, ainda que não real. Em suas palavras:

O resultado é que agora todos os grupos humanos, sem exceção, estão submetidos à lei do valor, não somente a classe operária assalariada (subsunção real), mas também os povos nativos, as mulheres, os setores informais, os pequenos camponeses, sob outros mecanismos, (...) significando uma subsunção formal (Idem: 423).

Diversidade e multiplicidade seriam as marcas, portanto, desse “novo” sujeito histórico. Como na análise de Houtart, da mesma forma que nas anteriormente comentadas, se trata de estabelecer a novidade do sujeito a partir de um raciocínio contrastivo, a contraposição deduzida é entre o caráter restrito/fechado da classe operária (sobre a qual pesa a subsunção real ao capital) e a abertura do “novo” sujeito histórico, que para ele ainda está se construindo:

Por todas estas razões, o novo sujeito histórico se estende ao conjunto dos grupos sociais submetidos, tanto aqueles que formam parte da subsunção real (representados pelos ‘antigos movimentos sociais’) como os que integrariam o grupo dos subsumidos formalmente (‘novos movimentos sociais’). O novo sujeito histórico a ser constituído será popular e plural, isto é, constituído por uma multiplicidade de atores (Idem: 423-424).

Tais análises possuem o indiscutível mérito de buscar atualizar a perspectiva revolucionária em

tempos de ofensiva do capital e buscam, justamente por sua perseverança na necessidade da revolução, encontrar os caminhos que a tornam possível no presente a partir das pistas lançadas pelas rebeliões contemporâneas. No entanto, do ponto de vista que sustento neste artigo, vários problemas devem ser apontados nessas perspectivas. Não tenho espaço para tratar de alguns deles aqui, como o dos limites nas concepções de Estado e de sua relação com a sociedade civil subjacentes às rejeições à “política institucional” presentes em tais análises; ou a passiva incorporação de algumas das teses do pensamento hegemônico sobre a “globalização”. Concentro-me, pois, em apontar para as incongruências dessas análises no que se refere ao modo de pensar a classe trabalhadora, estereotipada como o “velho” sujeito histórico, que teria sido superado pelo próprio desenvolvimento recente do capitalismo. Reduzindo a classe a um sujeito superado, tais análises acabam caindo em contradições pela sua ânsia em produzir um novo sujeito, oposto à classe, justamente pela forma reducionista como a concebem. Para introduzir tal crítica, recorro aos argumentos de Marx e Engels sobre o trabalho sob o capitalismo, a classe trabalhadora e as lutas de classe.

Trabalho e classe a partir de Marx

Vimos como para Ceceña “o coração do sistema estava saindo das grandes fábricas e dos setores operários dos centros industriais”. Na análise de Houtart, a subsunção real do trabalho ao capital, fruto da industrialização capitalista do século XIX, criou a classe operária como sujeito histórico e agora, com as transformações tecnológicas e a globalização, o sujeito histórico se amplia e deve incluir o conjunto dos novos setores subsumidos formalmente. Já Holloway amplia a idéia de classe trabalhadora em direção a todos aqueles que no seu cotidiano resistem, mesmo que veladamente, ao processo de fetichização, mas afirma que “o poder do proletariado foi substituído”.

A primeira observação que gostaria de fazer em relação a essas teses é de natureza terminológica. Nas línguas latinas tendemos muitas vezes a traduzir (e as citações que reproduzirei a seguir incorrem nesse equívoco) a expressão alemã empregada por Marx – *arbeiterklasse* –, ou o correlato inglês *working class*, por classe operária. Tal tradução apa-

rece muitas vezes associada à idéia de que o verdadeiro sujeito revolucionário é o operário industrial – trabalhador produtivo, que sofre a subsunção real ao capital decorrente da interação com a moderna tecnologia empregada na grande indústria.

Daniel Bensaïd percebe os problemas desse emprego de um vocabulário restritivo para fazer referência à classe:

No século XIX, falava-se em classes trabalhadoras, no plural. O termo alemão *Arbeiterklasse* ou a expressão inglesa *working class* continuam extremamente genéricos. “Classe ouvrière”, dominante no vocabulário francês, tem uma conotação sociológica propícia a equívocos. Ela designa principalmente o proletariado industrial, com exceção do assalariado de serviços e de comércio, que se submete a condições de exploração análogas do ponto de vista de sua relação com a propriedade privada dos meios de produção, de seu lugar na divisão do trabalho ou da forma salarial de sua renda. Marx fala de proletários. Apesar de seu aparente desuso, o termo é ao mesmo tempo mais rigoroso e mais abrangente do que classe operária. Nas sociedades desenvolvidas, o proletariado da indústria e dos serviços representa de dois terços a quatro quintos da população ativa (BENSAÏD, 2008: 36).

Marx não distinguiu sempre de forma muito precisa a terminologia com que se referiu à classe, mas são dois os termos fundamentais que encontramos em sua obra: proletariado e classe trabalhadora. Por proletariado podemos entender todos aqueles que nada possuem, ou melhor, não possuem outra forma de sobreviver, numa sociedade de mercadorias, do que vender também como mercadoria a sua força de trabalho. Por classe trabalhadora o conjunto daqueles que vivem da venda da sua força de trabalho, através do assalariamento.

E ao tratar da classe trabalhadora, mesmo em seus textos de crítica da economia política, Marx nunca a restringiu ao operariado industrial, nem através de uma associação restritiva com os submetidos à subsunção real, nem tampouco por uma definição que fechasse a classe no setor produtivo (e este também não foi definido como restrito

aos trabalhadores industriais). Podemos perceber isso no chamado “Capítulo inédito” d’*O Capital*. Ali, Marx define a subsunção formal e a subsunção real do trabalho ao capital. Associando a primeira forma à mais-valia (ou mais-valor) absoluta e a segunda à mais valia relativa, Marx procura demonstrar que o processo se inicia pela subordinação direta dos trabalhadores aos capitalistas, quando estes passam, na condição de proprietários/possuidores dos meios de produção, a controlar o tempo e as condições de trabalho daqueles, que foram reduzidos à condição de proletários. O passo seguinte, da subsunção real, apresenta-se como decorrência da acumulação propiciada pela etapa anterior, e materializa-se pela “aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata” (MARX, 1978: 66).

No mesmo texto, Marx apresenta a distinção entre trabalho (e trabalhador) produtivo e improdutivo: “só é produtivo aquele trabalho – e só é trabalhador produtivo aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente produza mais-valia; portanto, só o trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital” (Idem: 70). Associando as duas distinções, Marx vai afirmar que com o desenvolvimento da subsunção real, “não é o operário individual, mas uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente real do processo de trabalho total”, não fazendo sentido, pois, buscar o trabalhador produtivo apenas entre os que desempenham as tarefas manuais diretas (Idem: 71-72).

Indo além, não é o conteúdo do trabalho desempenhado, nem o setor da economia em que se desempenha esse trabalho que definirá o caráter produtivo do trabalho ou do trabalhador. Por isso Marx faz questão de exemplificar o trabalho produtivo com figuras como a do artista, ou do professor, embora reconhecendo que eram exemplos em que a subsunção ao capital ainda era formal:

Uma cantora que entoia como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário, que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que produz diretamente capital. Um mestre-escola

que é contratado com outros, para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento, é trabalhador produtivo (Idem: 76).

E se o caráter produtivo do trabalho e do trabalhador não se define pelo emprego na grande indústria (nem, portanto, pela subsunção real), tampouco a classe trabalhadora aparece como restringida aos que exercem trabalho produtivo. Pelo contrário, é a condição proletária e o assalariamento que a definem. Marx lembra, naquele mesmo texto, que nem todo trabalhador assalariado é produtivo, mas que mesmo os que exercem profissões antes associadas a uma auréola de autonomia (como os médicos, advogados, etc.) cada vez mais se viam reduzidos ao assalariamento e caíam – “desde a prostituta até o rei” – sob as leis que regem o preço do trabalho assalariado (Idem: 73).

Recorro aqui novamente à análise de Bensaid que, comentando a concepção ampla de classe presente n’*O Capital*, procura demonstrar como a partir de uma visão de totalidade, da reprodução ampliada como a define Marx, não há porque restringir a definição de classe ao trabalho produtivo.

Não há, em *O Capital*, definição classificatória e normativa das classes, mas um antagonismo dinâmico que ganha forma, em primeiro lugar, no nível do processo de produção, em seguida, no do processo de circulação e, finalmente, no da reprodução geral. As classes não são *definidas* somente pela relação de produção na empresa. Elas são *determinadas* ao longo de um processo em que se combinam as relações de propriedade, a luta pelo salário, a divisão do trabalho, as relações com os aparelhos de Estado e com o mercado mundial, as representações simbólicas e os discursos ideológicos. Portanto, o proletariado não pode ser definido de modo restritivo, em função do caráter produtivo ou não do trabalho, que entra somente no livro II de *O Capital*, sobre o processo de circulação (BENSAÏD, 2008: 35).

E se é complexa a questão das classes no capitalismo do ponto de vista das relações econômicas, ainda mais complexa se torna se percebermos que

em Marx ela não se resume à dimensão econômica. O capitalismo apresentava, para Marx e Engels, um potencial novo, justamente porque nele era possível que, pela primeira vez, uma classe dominada e explorada assumisse consciência de sua exploração. A elaboração teórica dos dois era fruto desse processo. Michael Löwy demonstra como a fundação do materialismo histórico dos anos 1840 se explica pelas relações dos dois com o movimento dos trabalhadores na época: o cartismo inglês, as greves de trabalhadores da Silésia, as organizações comunistas clandestinas de Paris; tanto quanto pela superação das bases filosóficas do idealismo alemão, das bases da economia política clássica e do socialismo anterior (LÖWY, 2002). Ou seja, a questão das classes assumia uma dimensão política com potencial transformador. Se todos os conflitos sociais do passado revelavam a luta de classes como dimensão essencial do processo histórico, agora a classe adquiria consciência de classe, algo que não se define em termos puramente econômico, mas em sua dimensão política, como Marx afirma em correspondência a Bolte:

O movimento político da classe operária tem como objetivo último, é claro, a conquista do poder político para a classe operária e para este fim é necessário, naturalmente, que a organização prévia da classe operária, elaborada na prática da luta econômica, haja alcançado certo grau de desenvolvimento. Por outro lado, todo movimento em que a classe operária atua como classe contra as classes dominantes e trata de forçá-las ‘pressionando do exterior’, é um movimento político. Por exemplo, a tentativa de obrigar, através das greves, os capitalistas isolados à redução da jornada de trabalho em determinada fábrica ou ramo da indústria, é um movimento puramente econômico; pelo contrário, o movimento visando a obrigar que se decreta a lei da jornada de oito horas etc., é um movimento político. Assim, pois, dos movimentos dos operários separados por motivos econômicos, nasce em todas as partes um movimento político, ou seja, um movimento de classe, cujo alvo é que se dê satisfação a seus interesses em forma geral, isto é, em forma que seja compulsória para toda

a sociedade. Se bem que é certo que estes movimentos pressupõem certa organização prévia, não é menos certo que representam um meio para desenvolver esta organização (MARX, [1871] s/d: 266).

A percepção da complexidade do conceito de classe pelo materialismo histórico deve levar a que não nos contentemos com uma única dimensão da classe para entendê-la, pois que suas dimensões econômicas possuem um sentido ampliado (na produção, na circulação das mercadorias e na divisão desigual do produto do trabalho, ou seja, na reprodução ampliada do capital). E Marx nunca restringiu sua definição de classe a uma dimensão econômica, ao contrário, valorizou seu papel político, algo que só conseguia definir a partir da idéia de uma consciência de classe, cujo desenvolvimento não se dá isoladamente, mas na luta de classes.

Combinando essas questões, é interessante perceber como um dos melhores leitores desta discussão em Marx tratou de demonstrar a formação da classe trabalhadora – e da sua consciência de classe – no período do fim do século XVIII e primeiras décadas do XIX, ou seja, numa época em que ainda predominava a subsunção formal. Refiro-me a E. P. Thompson em seu magistral estudo sobre a formação da classe trabalhadora na Inglaterra (THOMPSON, 1987-1998). Algo que nos possibilita entender as reflexões de Marx e Engels desde a década de 1840 como produzidas a partir e, cada vez mais, no interior do próprio movimento de formação da classe e de sua consciência.

Retomando os argumentos

Voltando a considerar as teses sobre o “novo” sujeito social na América Latina, podemos discutir seus limites a partir da breve retomada da referência a Marx que buscamos desenvolver anteriormente. Em primeiro lugar reconhecendo que aquelas teses partem da percepção de um fenômeno real – e já estudado por Marx e Engels desde o *Manifesto Comunista* – qual seja, o de que o modo de produção capitalista vive um constante processo de auto-revolucionamento. Esse processo envolve a sempre renovada (embora naturalmente limitada pela dimensão ecológica do planeta, conforme Marx já intuía e hoje nós percebemos

com mais clareza) capacidade de, na busca pela superação das suas contradições, ampliar a mais-valia relativa e, portanto, converter trabalhadores à subsunção real ao capital. Mas, a dimensão da expropriação (conseqüentemente, da conversão de novos setores à subsunção formal) continua a se renovar, em cada nova atividade antes desenvolvida de forma comunitária e agora subordinada à lógica do trabalho abstrato e em cada recurso natural – a terra em primeiro lugar – tomado dos povos originários. A essas expropriações, em certo sentido “primárias”, se somam uma série de outras, que poderiam ser chamadas de “secundárias”, referentes por exemplo aos (já historicamente limitados no caso latino-americano) direitos sociais – como saúde, educação, seguridade e garantias trabalhistas – retirados, cerceados e cada vez mais submetidos à lógica da mercadoria.

A realidade mundial atual, e da América Latina em particular, demonstram assim os limites de análise dos que defendiam uma perspectiva evolutiva linear do capitalismo, nas quais se acreditava que a etapa da expropriação se encerrara, restando-nos lidar apenas com a ampliada renovação das formas de exploração.

Os debates em curso tocam também, no que tange à discussão aqui privilegiada sobre a questão do sujeito social da transformação revolucionária, num ponto fundamental. A visão do sujeito da revolução restrita a uma concepção estreita de classe operária, urbano-industrial, realmente subsumida, assalariada regular, masculina, sindicalizada, etc., não pode sustentar um projeto revolucionário consistente nos dias de hoje. Como, aliás, não era essa a leitura de Marx em seu próprio tempo. Algo que, no fim da vida, explicitou de forma bastante clara ao afirmar que o “fatalismo histórico” da conversão do camponês em proletário através da sua separação dos meios de produção (a terra em particular) só se manifestava plenamente no Ocidente, pois se tratava da conversão “de uma forma de propriedade privada em outra forma de propriedade privada” (MARX, [1881] 1965: 339-340). Diante do quadro russo de uma agricultura camponesa coletiva – contrastante com o camponês “detentor de parcela” examinado no *18 Brumário* – em contato com os primeiros momentos de uma agitação socialista naquele país conectada ao movimento internacional do proletariado, Marx

afirmaria a possibilidade de que a comuna rural russa tivesse um potencial revolucionário, comentando no prefácio à edição russa do *Manifesto*, publicada em 1882, que “se a revolução russa dá o sinal para uma revolução proletária no Ocidente, de modo que ambas se completem, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista” (MARX e ENGELS, [1882] 1982: 98).

Muito próxima a esta abordagem foi a forma como o marxista peruano José Carlos Mariátegui encarou a potencialidade do elemento indígena no processo revolucionário na América Latina, especialmente no Peru. Para Mariátegui, a reivindicação indigenista permaneceria isolada, ou manipulada por populismos diversos, enquanto se manifestasse de forma restrita a aspectos étnicos, culturais ou educacionais, demandando expressão econômica e política, através de seu vínculo com a questão da terra. Entendendo o potencial que poderia advir de tal mudança de orientação do movimento indígena como decisivamente vinculada à sua “consanguinidade” com o socialismo proletário internacional, Mariátegui explicou que:

A fé no ressurgimento indígena não provém de um processo de ‘ocidentalização’ material da terra quéchua. Não é a civilização, não é o alfabeto do branco, o que levanta a alma do índio. É o mito, é a ideia da revolução socialista. A esperança indígena é absolutamente revolucionária. O mesmo mito, a mesma ideia, são agentes decisivos do despertar de outros velhos povos, de outras velhas raças em colapso: hindus, chineses, etc. A história universal tende hoje como nunca a reger-se pelo mesmo quadrante. Por que há de ser o povo incaico, que construiu o mais desenvolvido e harmônico sistema comunista, o único insensível à emoção mundial? A consanguinidade do movimento indigenista com as correntes revolucionárias mundiais é demasiado evidente para que precise documentá-la. Eu já disse que cheguei ao entendimento e à valorização justa do indígena pela via do socialismo (MARIÁTEGUI, 2010).

Assim, tanto a noção de que a definição do sujeito social da revolução é histórica e relativamente

flexível, dado que o capital opera expropriações e explorações de forma distinta, conforme as realidades anteriores que confronta, quanto a valorização do elemento indígena nas lutas sociais latino-americanas, presentes nos autores que comentei na primeira parte deste artigo, encontram ecos muito nítidos no passado dos clássicos do socialismo. Porém, longe de tratar as especificidades históricas das situações “periféricas” em relação ao capitalismo europeu/ocidental como reveladoras de particularidades absolutas, tais escritos clássicos as compreendem em conexão com uma totalidade mais ampla do movimento contraditório da história. Daí que Mariátegui possa, ao mesmo tempo, rejeitar o eurocentrismo do projeto civilizatório do capital e proclamar a universalidade do projeto emancipatório socialista.

A busca por “novos sujeitos” e “novas estratégias” revolucionárias por parte de uma significativa parcela do pensamento social revolucionário na América Latina atual parece ter perdido de horizonte essa visão da totalidade que nos apresentam os clássicos. Talvez porque autores como os que mencionamos no início desse artigo tendem a ler na realidade atual uma mudança do sujeito social justamente porque permanecem compartilhando com as concepções que tanto criticam uma definição restritiva de classe operária, que não se encontrava em Marx, nem na melhor tradição crítica que nele se inspirou. Assim, não percebem a classe trabalhadora, em sua dimensão processual e relacional (conflituosa relação moldada pela luta de classes), que envolve hoje outros setores, objetivamente subsumidos ao capital (quer formal ou realmente) e subjetivamente construindo politicamente sua consciência de classe. Por isso, negam a classe como sujeito, justamente por não encontrarem correspondência entre suas manifestações reais e o modelo estático com o qual trabalham. E o fazem compartilhando com os deterministas que tanto criticaram justamente o determinismo de sua análise, pois que repetem com mão inversa a ideia de que a grande indústria (e a subsunção real, ou o trabalho produtivo entendido como o fabril), e não a relação social conflituosa do capitalismo, criou a classe. Fazem isso ao defenderem que a retração do setor industrial, a “globalização” e as transformações tecnológicas

em curso determinam o fim do ciclo da “classe operária” como sujeito histórico revolucionário. Pode ser que isso aconteça porque, como assinala Bensaïd com perspicácia:

Durante muito tempo, o marxismo dito ‘ortodoxo’ atribuiu ao proletariado uma missão heroica: uma vez que sua consciência alcançasse sua essência, tornando-se o que ele é, ele seria o redentor de toda a humanidade. Para muitos, as desilusões do dia seguinte são proporcionais às ilusões da véspera: na falta de tornar ‘tudo’, o proletariado seria doravante reduzido a menos que nada (BENSAÏD, 2008: 35).

Estabelecer o diálogo crítico com essas análises é fundamental não por uma questão de precisão teórica, entendida por um viés academicista, nem tampouco para denunciar a suposta capitulação de intelectuais de esquerda ante aos modelos do pensamento neoliberal. Considero fundamental proceder à crítica porque os autores dessas reflexões são intelectuais militantes, cuja produção reflete e busca dialogar com as formulações que se originam dos próprios movimentos sobre os quais refletem, como o caso do zapatismo demonstra exemplarmente. Trata-se, pois, de um debate fundamental no campo da práxis que se pretende suporte para a transformação social.

Referências bibliográficas

BENSAÏD, D. *Marx o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo atual*. São Paulo: Boitempo, 2008.

CECEÑA, A. E. 20, 10 e a história infinita das utopias em construção. In: LEHER, R. e SETÚBAL, M. (orgs.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*, São Paulo, Cortez, 2005. p. 295-304.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

FOSTER, J. B. (2005). *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

HOLLOWAY, J. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.

HOUTART, F. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In: BORON, A.; AMADEO, J. e GONZÁLEZ, S. (orgs.). *A teoria marxista hoje, problemas e perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2007. p. 421-430.

LINEBAUGH, P. *The Magna Carta manifesto: liberties and commons for all*. Berkeley: University of California Press, 2008.

LÖWY, M. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARIÁTEGUI, J. C. Prólogo de *Tempestad en los Andes* de Valcárcel. In: _____. *7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/mariategui/1928/7ensayos/02.htm>. Acesso em: 05 jul. 2010.

MARX, K. Carta de Marx a Bolte, 23 de novembro de 1871. In: MARX, K. e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*, vol. III. São Paulo: Alfa-Ômega, [1871] s/d.

_____. Marx to V. I Zaslulich in St. Petersburg. In: MARX, K. & ENGELS, Friedrich. *Selected correspondence*. 2ª ed. Moscou: Progress, [1881] 1965.

_____. *O Capital, Livro I, Capítulo VI (Capítulo inédito)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. *O Capital, Livro I, vol.2*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, K. e ENGELS, F. Prefácio à (segunda) edição russa do Manifesto do Partido Comunista. In: _____. *Obras Escolhidas*, vol 1. Lisboa, Progresso/Avante, [1882] 1982.

SEOANE, J. Rebelião, dignidade, autonomia e democracia. Do Sul vêm as vozes que comparti-

lhamos. *In*: LEHER, R. e SETÚBAL, M. (orgs.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo, Cortez, 2005. p. 305-317.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1988.

WOOD, E. Trabalho, classe e Estado no capitalismo global. *In*: LEHER, R. e SETÚBAL, M. (orgs.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo, Cortez, 2005. p. 96-115.

Marcelo Badaró Mattos

*Professor titular da Universidade Federal Fluminense (UFF)

A nova democracia dos novos movimentos anti-sistêmicos da América Latina

Carlos Antonio Aguirre Rojas*

A nova democracia dos novos movimentos anti-sistêmicos da América Latina**

Resumo: O presente artigo oferece um balanço crítico sobre a democracia representativa que impera nos atuais regimes de governo, apontando seus limites e deficiências intrínsecos. Em contrapartida, apresenta novas formas de organização política de base popular, uma outra democracia construída de baixo pelos novos movimentos anti-sistêmicos, com destaque para a experiências latino americanas, como os zapatistas mexicanos, os piqueteiros argentinos e os sem-terra brasileiros.

Palavras-chaves: Democracia; Autogoverno; Movimentos anti-sistêmicos; América Latina

The new democracy of the new Latin American anti-systemic movements

Abstract: The present article offers a critical balance on the representative democracy that guides today govern regimes, pointing its limits e intrinsic deficiencies. In the other hand, we bring forward new forms of popular based political organization, a democracy built from below by the new anti-systemic movements, with emphasis in the Latin American experiences, as the Mexican zapatists, the argentine “piqueteiros” and the Brazilian “sem-terra”.

Keywords: Democracy; Self-government; Anti-systemic movements; Latin America

Recebido em 02.08.2010. Aprovado em 15.09.2010.

Os limites da democracia capitalista atual

“Votando amanhã, mais uma vez iremos substituir o verdadeiro poder legítimo pelo simples poder legal [...]

Em uma palavra, quando voto, abdicó do meu poder.

Abro mão da possibilidade, presente em cada um, de constituir, ao lado de todos, um grupo soberano. Renuncio a construir um grupo desprovido da necessidade de representantes.”

Jean-Paul Sartre, “*Eléctions, piège à cons*”
[“*Eleições, armadilha para tolos*”],
Les temps modernes, nº 318, Janeiro de 1973.

Como apontou agudamente Marc Bloch em seu texto inconcluso *Apologia da história ou o ofício do historiador*, a relação existente entre as realidades sociais e históricas que cotidianamente pesquisamos e os nomes ou conceitos que utilizamos para designar tais realidades é uma relação complexa, mutante, ambivalente e cheia de surpresas.¹ De fato, pode ocorrer que um termo idêntico seja usado em épocas distintas para designar realidades completamente diferentes, ou então o inverso, isto é, que uma mesma realidade seja denominada com termos diversos em outros espaços geográficos contemporâneos, em escala nacional, regional e inclusive local.

Além disso, dado que qualquer realidade social histórica está sujeita à evolução e transformação constantes, o termo que foi inventado para designar uma realidade específica em sua etapa original e formativa pode deixar de ser adequado para dar conta de tal realidade em sua etapa madura ou em sua fase terminal. E um mesmo termo, mediante o uso de variados adjetivos anexos, acaba por abranger e incluir sob sua denominação realidades não somente divergentes entre si, mas às vezes completamente contraditórias e excludentes.

Este parece ser o caso atual do tão manuseado e utilizado termo de “democracia”, que tem sido usado tanto para justificar as irracionais invasões imperialistas recentes dos Estados Unidos no Afeganistão e Iraque, como para legitimar os projetos de “socialismo real” nos países da Europa Orien-

tal após a Segunda Guerra Mundial, ou então para criticar a partir de Cuba os projetos imperialistas estadunidenses e sua “democracia hipócrita”, ou para reivindicar no Brasil os processos de “democracia participativa” realizados em algumas cidades e prefeituras governados pelo Partido dos Trabalhadores². Ao ser usado para se referir a realidades e situações totalmente díspares, o termo “democracia” terminou por se esvaziar de sentido e deixou espaço para confusos significados. Isso não impediu, porém, que dentro da cultura das classes subalternas e dentro do imaginário popular o termo de democracia continue a conservar um prestígio relativamente alto e a evocar, por caminhos subterfâneos e complexos, um objetivo ainda reivindicado e reclamado como demanda a ser conquistada, reiterado profunda e persistentemente pelas classes ou setores subalternos de todo o planeta.

E para tornar este contraditório quadro ainda mais complexo, é evidente que hoje, em todos os cantos do planeta, a democracia realmente existente se revela como apenas uma democracia *formal* e *representativa*, defendida por todas as classes dominantes do mundo; uma democracia somente formal, derivativa e indireta, que ao ter cumprido seu ciclo de vida histórico, encontra-se numa irrefreável crise profunda e terminal³, produzindo sociedades cada vez mais desgarradas e confrontadas, como resultado de eleições fechadas que dividem essas sociedades em duas partes quase iguais⁴. E tudo isso ao mesmo tempo em que cresce vertiginosamente a abstenção política em todos os povos de todas as latitudes, o que revela que tal democracia hoje realmente existente é cada vez mais percebida tão somente como um óbvio engodo, destinado a ocultar a descarada dominação social, econômica e cultural das classes e setores ainda dominantes.

Trata-se de uma crise múltipla da democracia burguesa por enquanto dominante, que se reflete também no fato de que os povos *não* se sentem mais identificados com seus respectivos governos, vendo estes últimos, no melhor dos casos, como males inevitáveis e, em outras circunstâncias, como abertos inimigos e oponentes. Há uma enorme separação de todas as populações do mundo não apenas frente a seus respectivos governos e Estados, mas também frente ao conjunto de suas correspondentes classes políticas. Na mais indulgente das hipóteses, tal separação transforma o processo de eleições –

suposto elemento paradigmático e conspícuo dessa democracia – num fraco e limitado instrumento de expressão parcial e deficiente dos interesses populares, isso quando não representa apenas uma “armadilha para tolos”, segundo a célebre expressão de Jean-Paul Sartre (2010).

Pois bem, como explicar este esvaziamento de sentido do termo “democracia”, junto à multiplicação de adjetivos somados ao mesmo para tentar oferecer um novo significado em diferentes versões? E como correlacionar tal esvaziamento e polivalência de significado com a crise terminal da democracia capitalista realmente existente? E também como explicar a tenaz defesa e reivindicação de *outra* democracia por parte das classes subalternas da sociedade? E quais são os conteúdos possíveis dessa *outra democracia* de raiz e matiz genuinamente subalternos e populares? E, neste sentido específico, qual é a contribuição atual dos vitais e importantes novos movimentos anti-sistêmicos da América Latina? Quais são as novas formas de democracia, dessa *outra democracia*, que estão propondo e inclusive praticando esses movimentos anti-sistêmicos latino-americanos? E tudo isso para compreender outra questão mais geral: que tipo de democracia ainda é possível reivindicar e defender neste início do século XXI cronológico, para além de suas limitadas e cada vez mais caducas formas burguesas e capitalistas, e dentro do horizonte das urgentes transformações sociais radicais que reclamam dia-a-dia todas as populações e todos os povos do planeta?

Para responder a este conjunto de urgentes questões, cabe agora revisar algumas das formas concretas de democracia que, ao longo da histórica humana, têm sido praticadas e desenvolvidas pelas diversas sociedades e pelos diferentes povos de nosso cada vez menor Planeta Terra.

Os percursos deformados da democracia na longa duração

“(…) trata-se de uma democracia quando os homens livres e pobres, formando a maioria, são senhores do Estado, ao passo que há oligarquia quando governam os ricos e os mais nobres, embora inferiores em número.”

Aristóteles, *A política*, 357-322 A.C.

Para compreender a atual crise terminal da democracia capitalista e burguesa dominante, devemos começar com uma referência ao sentido etimológico literal do próprio termo “democracia”. Este termo de origem grega vem do vocábulo “demos”, que significa povo, e da raiz “cratos”, que significa governo. Portanto, originalmente e num sentido literal, democracia significa “governo *do* povo”. E vale a pena insistir que se trata do governo *direto* do povo sobre seus próprios assuntos coletivos, o que logicamente denota que o conceito de democracia é, em sua origem, o termo que designa o *autogoverno* do povo sobre si mesmo, ou seja, o exercício autônomo e soberano, aplicado de maneira direta e sem mediações nem mediadores, da própria vontade popular.

Mas se esta democracia é idêntica ao autogoverno popular, torna-se pertinente a pergunta: quando existiu esta democracia em seu sentido original e quando teria começado a se desvirtuar deste sentido? E a resposta clara, que Marx nos deu há mais de um século e meio, é que a democracia original se encontra no ponto de partida da história de absolutamente todos os povos humanos, relacionada com a vigência, também originária, das estruturas comunitárias da organização social humana⁵. Pois enquanto as sociedades humanas conversam essa estrutura comunitária, o governo constitui seu reflexo, isto é, representa um governo de toda a comunidade e, portanto, não obstante as múltiplas variantes históricas concretas, forma-se um governo direto *do* povo, um *autogoverno* da comunidade sobre si mesma, enfim, uma verdadeira democracia em seu sentido literal e original.

No entanto, e igualmente como explicou Marx, o próprio crescimento e desenvolvimento dessas comunidades criam as condições de sua dissolução, a partir do nascimento da propriedade privada em lugar da propriedade coletiva, do trabalho individual em substituição do trabalho coletivo, do surgimento das classes sociais em lugar da forma de comunidade, e do desenvolvimento de um Estado de classe, junto a um governo de classe, frente ao anterior Estado e ao governo ainda comunitários.

Neste sentido, junto ao processo de dissolução das formas comunitárias da organização social, e paralelamente ao concomitante desenvolvimento de uma sociedade dividida em classes sociais, começa também a se dar o processo de *desvirtuação*

do sentido original do termo de democracia, cujo significado passa a ser lentamente deslocado de “governo *do* povo” ou autogoverno popular para o de “governo *eleito* pelo povo”, ou também “governo que existe *em nome* do povo”, que “representa” o povo, que o “encarna”, que atua “em seu lugar”, “pelos seus interesses”, “segundo sua vontade ou mandato”, etc. Em qualquer caso, porém, já *não* é o autogoverno direto do povo sobre si mesmo, mas sim uma forma diferente de governo, que, ao *suplantar* o povo, pretende atuar e trabalhar em seu benefício ou segundo seus interesses. Pois ao nascerem as classes sociais e com elas a luta de classes, rompe-se a unidade da comunidade e, conseqüentemente, a unidade do povo, tornando impossível a existência desse governo *direto* e sem mediações, *do* povo inteiro e unido sobre si mesmo. E também, ao ser fraturada a propriedade coletiva, dando passo à propriedade privada e individual, quebra-se a realidade da existência concreta e viável do *interesse coletivo* como interesse único e universal, para dar passo ao nascimento do conflito que as sociedades arrastam até o dia de hoje entre um interesse “geral” (que já não é idêntico ao coletivo, nem possui imediatamente um caráter universal) e os múltiplos interesses “particulares” e “individuais”, de grupos, classes, setores e indivíduos.

Com isso, a democracia, que era o autêntico governo e autogoverno do povo, exercido de modo direto e sem mediações, converte-se numa forma de governo que *suplanta* todo o povo por uma minoria *distinta e separada*, e também, de forma mais geral, transforma-se num processo de *delegação* de funções, de atributos, de tarefas, de exercício e de faculdades, que antes permaneciam como próprios desse mesmo povo e que a partir de certo momento se concentram em apenas um pequeno grupo, numa minoria que pretende *representar* e *encarnar* o conglomerado popular. E se talvez na origem essas minorias pretenderam *realmente* atuar em nome do povo e de acordo com seus interesses, também é evidente que, sob a influência dos interesses das diferentes classes dominantes e no contexto de afirmação progressiva da propriedade privada, de múltiplos interesses particulares, do desenvolvimento da exploração econômica como fundamento geral da economia social global e da crescente desigualdade social, essas minorias deixaram de atuar em função dos interesses e das vontades populares,

para começar a existir e trabalhar, na verdade, em função dos interesses das classes exploradoras e dominantes da sociedade⁶.

Dessa forma, na medida em que avança a substituição da *democracia direta* e imediatamente exercida *pelo* povo na direção de uma democracia indireta e representativa, em que a minoria começa a governar *sobre* o povo, em tal medida diminui o papel da *assembléia popular* como pivô e centro de gravidade da antiga democracia original (a do governo e autogoverno do povo), dando lugar a uma democracia que gira em torno à instituição e ao aparato de Estado como seus novos centros de estruturação. Esse processo, logicamente, termina por transformar a democracia original, que se baseava no exercício *permanente* do autogoverno popular e no protagonismo *ativo* e amplamente *agregador* do povo em seu conjunto, numa democracia diferente, agora apoiada no antagonismo de classes e que se caracteriza por ser *episódica* e *intermitente*, já que o povo pode ou não ser convocado a eleições, a consultas ou a diversas ações concretas e pontuais. Em vez de se apoiar no protagonismo constante e universal do povo em seu conjunto, essa condição democrática se desenvolve a partir da passividade geral e da atividade popular ocasional e restringida, além de estar em função de critérios restritivos e excludentes, que decidem *não* incorporar em tal democracia os escravos, as mulheres, os pobres, os estrangeiros, os menores de idade, os supostos criminais, as diversas minorias e até mesmo as maiorias, segundo as diferentes épocas vividas por essa democracia desvirtuada de seu sentido original.

Outra deformação da democracia se refere às funções de mando e obediência. Na democracia original o conceito corresponde diretamente com a realidade de um governo *do* povo e as funções de mando e de obediência se encontram *unidas* e interconectadas de um modo harmônico e complementar; na democracia representativa, porém, essas funções de mando e obediência se *separam* radicalmente e se redefinem completamente, começando na verdade a se opor, a se excluir e se contradizer mutuamente. Na democracia original o povo manda a si mesmo e se auto-obedece, isto é, segue a sábia máxima de “mandar obedecendo” e de “obedecer mandando”, a partir da qual se autogoverna harmonicamente. Em contraste, na democracia que se deforma por estar apoiada numa

sociedade dividida em classes, a função do mando se separa da função de obedecer e adquire um sentido prepotente, autoritário, despótico e impositivo, sentido este que a acompanha desde os tempos da antiga Grécia até a atualidade. A função de obediência, agora desvinculada do mando e a ele oposta, torna-se então uma ação de submetimento, de humilhação, de degradação, de subalternidade e de rebaixamento frente ao mando⁷.

Portanto, passamos de uma forma originária de democracia, que era unitária, fluída e harmônica, e na qual o povo mandava e também obedecia (mandava obedecendo), para outra forma de democracia, que é desgarrada, competitiva, confrontante, difícil e contraditória, e na qual um pequeno grupo manda despoticamente e a maioria é obrigada a obedecer de forma relutante, dentro de um contexto de constante luta, oposição, competição e conflito entre certas classes e entre diversos grupos, empenhados todos em tratar de conquistar essa posição hierárquica original e originária de mando despótico. Além disso, ao se desvirtuar a democracia original e originária, passando de direta a representativa e separando as funções do mando e da obediência, na medida em que se transforma de uma democracia harmônica a uma democracia conflituosa e competitiva, tal democracia se *esvazia de conteúdo e de sentido*, pois deixa de ser o verdadeiro autogoverno *do* povo, para passar a ser um governo supostamente “eleito pelo povo”, e não mais o próprio povo se autogovernando. De *real*, a democracia passa a ser *formal*, ou seja, de um governo realmente *do* próprio povo sobre si mesmo se transmuta a uma nova variante de governo de uma minoria *sobre* o povo, um governo que, não obstante suas intenções, sua retórica e até mesmo suas ações concretas, encontra-se já *separado* do povo e lhe é claramente *distinto*. E, como é lógico, o passo entre a separação e distinção em relação ao povo e a imposição e dominação sobre o mesmo é um passo que se abre facilmente, principalmente nas sociedades marcadas pela existência da luta de classes e pela conseqüente vocação de domínio político e governamental dos exploradores e dominadores sobre os explorados e submetidos.

Trata-se da passagem de uma democracia que era real a outra que é puramente formal ou, em outras palavras, de uma democracia *verdadeira* a outra que possui inevitavelmente certo grau de

mentira e impostura, pois encobre, sob o suposto sentido liberal de governo “do” povo, a crua e cada vez mais clara e óbvia dominação de uma classe sobre as outras e de certos grupos e setores sobre a imensa maioria da população. E é com base nessa impostura presente na democracia formal de modo *estrutural e inevitável* e afirmada por séculos e milênios, que tanto Marx como Lênin, entre muitos outros, puderam criticar a democracia capitalista e burguesa, revelando-a como uma simples fachada ou reduzida ao também secular domínio dos capitalistas em particular, e, em geral, de todas as classes dominantes ao longo da história da humanidade⁸.

Por outra parte, é lógico que se a democracia original se perverte e se esvazia de sentido, passando de real a puramente formal, e de harmônica e unitária a desgarrada e conflituosa, tal democracia perde então sua capacidade de projetar e refletir o interesse *universal* como superior aos múltiplos interesses particulares, sendo cada vez mais incapaz de construir *consensos reais* em uma determinada sociedade e deixando no lugar dessa tendência consensual a impiedosa “guerra de todos contra todos” e, mais especificamente, o *conflito entre classes* sociais antagonicas, entre grupos de interesses diversos e entre setores, frações, agrupamentos sociais e diferentes indivíduos. Pois é claro que aquela democracia que é realmente o autogoverno do povo pode fazer com que surja facilmente a vontade coletiva, o interesse universal e o verdadeiro consenso da comunidade, através dos mecanismos do diálogo fraterno, do escutar atento ao outro, da dialética e interpenetração graduais de posições inicialmente divergentes, e da clara vocação de alcançar acordos comuns que sejam os mais benéficos para toda a comunidade em seu conjunto.

Em contraste, a democracia formal e representativa, que se apóia no antagonismo de classes, será na verdade uma democracia eternamente dividida em maiorias e minorias, marcada pela luta e contraposição constantes das vontades e interesses das classes, dos grupos e dos indivíduos, que somente poderá funcionar mediante os mecanismos da imposição mecânica do ponto de vista majoritário, da marginalização constante das minorias, da polarização e acirramento das diferenças e posturas diversas, e da impiedosa lógica de fazer com que sempre prevaleça um interesse particular sobre todo o resto.

Assim, se a democracia originária é uma democracia *qualitativa, consensual*, viva e de conteúdo coletivo, em que o ponto de vista coletivo, livre, voluntária e conscientemente assumido, torna-se dominante (o “nós” dos dignos companheiros neozapatistas⁹), contrariamente a democracia de longa duração, que corresponde à longa vigência das sociedades divididas em classes sociais, termina por ser uma democracia *quantitativista*, ocupada sempre em medir maiorias e minorias, sendo também uma democracia *desgarrada*, inerte, mecânica e atravessada todo o tempo por conflitos de interesses, vontades e posições de classe, grupos e indivíduos, imersos todos na hobbesiana lógica de que “o homem é o lobo do homem”.

Além disso, e de modo complementar, enquanto a democracia real do autogoverno popular é uma estrutura simples, funcional, barata, que constitui uma verdadeira “corporação do trabalho” (segundo a expressão de Marx sobre a fundamental experiência da Comuna de Paris), a democracia formal e desvirtuada, que surge como resultado do nascimento das sociedades classistas, representa uma estrutura inutilmente complicada, hipertrofiada, pouco funcional e pouco efetiva, conformada por toda uma intrincada gama de instituições, grupos, contingentes, instâncias e aparelhos extremadamente complicados e também desmesuradamente caros e parasitários das sociedades que os alimentam.

Frente à democracia real, que simplesmente assume e resolve os problemas da comunidade num ambiente de tolerância, de fraternidade, de diálogo e de respeito mútuo entre todos os membros, a democracia formal, ao contrário, emprega as instâncias misteriosas e intimidadoras da burocracia e do aparelho governamental, reafirmando seu poder e vigência mediante os corpos o exército e da política, e construindo todo esse complicado, inútil e ocioso castelo de instituições, aparelhos e personagens como o parlamento, os palácios de governo, as câmaras, os tribunais, as instituições eleitorais, os governos municipais, estaduais e federais, os partidos políticos, os representantes de todo o tipo, como senadores, deputados, prefeitos, e um longo etc., tão absurdo quanto inútil e pouco eficiente e funcional.

Tais são, muito resumidamente, alguns dos traços que caracterizam, por um lado, a democracia

originária do período histórico inicial das sociedades humanas, construída sob o esquema comunitário da organização social, e, por outro lado, a democracia desvirtuada e deformada, que corresponde a sociedades humanas divididas em classes sociais e que se estende ao longo dos últimos dois milênios e meio vividos por esta mesma história das sociedades humanas.

De fato, todos os traços que apontamos como característicos desta última democracia, deformada e desvirtuada em relação à primeira, foram se afirmando e se estendendo lentamente, ao longo dos séculos, até culminar nas formas da democracia burguesa capitalista ainda operante, apesar de estar atualmente submersa claramente numa crise terminal e inevitável. Pois os limites dos que padece a democracia atual, apontados anteriormente, não são apenas os limites da democracia burguesa e capitalista, mas sim os limites dessa forma de democracia classista e deformada, que inicia seu período de existência nos tempos da Grécia antiga de Aristóteles e que, vinte e quatro séculos depois, chega a sua etapa de crise definitiva e terminal.

No entanto, e felizmente, os problemas somente se colocam à humanidade quando já estão dadas as condições de sua solução. Neste sentido, a crise terminal da democracia desvirtuada que acompanha todas as sociedades de classes se dá simultaneamente ao surgimento de uma “Outra democracia”, que se afirma no centro dos novos movimentos anti-sistêmicos da América Latina¹⁰ e não apenas recupera muitos dos traços da antiqüíssima democracia real, originária e comunitária, mas também os enriquece com as múltiplas e complexas lições derivadas da experiência das lutas de classes oprimidas e subalternas, experiência esta vivida durante as últimas treze décadas. Porque é claro que a partir da importante experiência da Comuna de Paris as classes populares começaram a ensaiar a construção de uma democracia *distinta*, de uma *nova* forma de democracia *direta*, radicalmente *diferente* em relação à democracia burguesa e capitalista então dominante ou mesmo em relação à deformada democracia classista caracterizada anteriormente, abrindo assim um caminho que, após diversas mediações, culmina agora nas variadas formas de construção e expressão de uma *nova democracia*, de uma realmente “Outra Democracia”, praticada e defendida pelos novos mo-

vimentos anti-sistêmicos da América Latina, pelo neozapatismo mexicano ou pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra brasileiro, e também por certos setores dos piqueteiros argentinos, ou certos grupos das comunidades indígenas mais radicais e de esquerda da Bolívia e do Equador. E se num sentido imediato essas novas figuras e formas da democracia já configuram uma clara *alternativa* frente à crise terminal da democracia capitalista, e inclusive da democracia classista em geral, em termos mais profundos podem ser consideradas também como um possível embrião de alguns dos elementos que serão incluídos nas futuras formas a serem adotadas, numa sociedade mundial não mais capitalista, pelas figuras do autogoverno e pelas práticas de gestão e resolução dos assuntos comuns da comunidade.

A nova e *muy otra* democracia para o século XXI cronológico***

“(...) e vemos que é preciso mudar, e que mandem os que mandam obedecendo, e vemos que essa palavra que vem de longe, para nomear a razão de governo, ‘democracia’, é boa para os mais e também para os menos.”

*Comité Clandestino Revolucionário
Índigena do EZLN,
Comunicado de 26 de fevereiro de 1994.*

Se analisarmos com cuidado a experiência acumulada pelos movimentos anti-sistêmicos de todo o planeta nos últimos cento e trinta anos, veremos que em *todas* as experiências de construção de governos levadas a cabo pelas classes subalternas, através desses movimentos anti-sistêmicos, tem se instaurado uma forma radicalmente *diferente* de democracia, *outra* democracia, que se afasta do caminho seguido pela democracia representativa própria das sociedades classistas e retoma em grande medida diversos traços da democracia original, direta e comunitária, da verdadeira democracia, que era idêntica ao autogoverno do povo.

Através de ricos e importantes episódios, as classes subalternas puderam começar a esboçar a edificação de *suas* próprias formas de governo e, com isso, foram construindo formas do genuíno “governo *do* povo”, ou seja, foram criando ver-

dadeiras figuras do *autogoverno popular*, que se assemelhavam espontaneamente às versões originais da democracia, aquela real, direta, substantiva e comunitária.

Assim, desde a experiência heróica da Comuna de Paris, até as atuais formas de democracia que se ensaiam nas *Juntas de Buen Gobierno* Neozapatistas, nos Assentamentos dos Sem Terra no Brasil, ou em alguns Bairros Piqueteiros da Argentina, entre outros, passando pelo governo dos Soviets russos no período anterior à morte de Lênin, pela experiência dos Conselhos de Fábrica de Turim dos anos vinte, ou então pelo complexo processo da Revolução Cultural Chinesa¹¹, o que observamos reiteradamente é um claro processo no qual, ao se desatar a enorme e riquíssima criatividade das classes subalternas, as desgastadas e empobrecidas formas de democracia capitalista ainda operantes tendem a ser negadas e transcendidas, sendo substituídas por diversas variantes de uma *nova* e bem *outra* democracia, que por sua vez recupera o sentido original do termo e supera realmente, no sentido hegeliano – *aufhebung* –, tanto a deformada e decadente democracia classista dos últimos dois milênios e meio, quanto a luminosa democracia antiga da etapa comunitária original da história humana.

Pois essa verdadeira *outra* democracia, encarnada pelas classes populares nas experiências de governo antes mencionadas, não é uma simples cópia ou ressurreição da democracia original, direta e comunitária, mas sim uma *forma nova e superior* de democracia, tão distinta e tão *outra* que talvez já não devesse ser chamada de “democracia”. Trata-se de uma forma inédita de democracia, que ao prefigurar as possíveis formas de “governo” de uma nova sociedade, na qual já *não* existirão classes sociais, aproxima-se à simples “administração técnica dos assuntos comuns” ou à simples resolução prática dos problemas coletivos, a partir da lógica neozapatista do “mandar obedecendo”, claramente contraposta e superior às conhecidas formas do “mal governo” e da pobre democracia da qual padecemos durante séculos e milênios e ainda sofremos atualmente em todas as nações do mundo.

Por isso, em todos os casos de construção de outros governos por parte das classes populares e subalternas existe um retorno às formas da democracia direta, não representativa, mas também, e ao mesmo tempo, ocorre uma recuperação *distinta* da

relação de “representatividade”, relação esta que, longe do caráter suplantador das democracias classistas, e em especial da democracia capitalista, é reformulada no sentido da *real representatividade*, com representantes revogáveis em todo o momento, que devem satisfações permanentemente e que se encontram sempre submetidos ao poder soberano e superior da Assembléia Popular. Tendo sido instituído pela primeira vez na essencial experiência da Comuna de Paris, esse traço se repete agora novamente em todos os movimentos anti-sistêmicos da América Latina, como, por exemplo, na consigna neozapatista das *Juntas de Buen Gobierno*, que proclama que os membros desse *Buen Gobierno* devem sempre “Representar e não suplantar¹².”

A nova democracia *realmente representativa* e não suplantadora está apoiada nesse processo de síntese complexa e superante, tanto da antiga democracia comunitária, quanto da deformada democracia classista, de modo que não apenas devolve o *protagonismo direto* à imensa base da pirâmide social e à vasta maioria dos coletivos de base dos movimentos, mas também constrói uma forma nova e superior de *representação*, concebida estritamente como real expressão desse mesmo protagonismo popular direto. Porque ao reposicionar a *assembléia popular* como órgão supremo encarregado de tomar todas as decisões e diretrizes *importantes* do movimento e da luta, e ao estabelecer mecanismos permanentemente vigentes de supervisão de tais assembléias sobre seus representantes, elimina-se assim a possibilidade de suplantação dos coletivos pelos representantes e também se assegura que o destino global do movimento seja sempre, e em qualquer circunstância, uma função do próprio movimento como totalidade, isto é, do vasto conjunto de suas assembléias populares e dessa imensa base que constitui seu corpo em geral.

Entre os piqueteiros argentinos, por exemplo, essa nova forma de representação se expressa através da idéia de que os “representantes” do movimento são exclusivamente “coordenadores”, e não “Presidentes”, nem “Secretários”, nem nenhuma dessas denominações estrondosas e auto-afirmativas próprias dos velhos movimentos sociais, sendo que tal função de “coordenação” deve ser constantemente rotativa, além de ter como impulso o “serviço à comunidade”. Ao insistir que no movimento “ninguém está acima de outro”, instaura-se precisamen-

te essa nova forma de *representatividade*, na qual os representantes não deixam nunca de ser parte do coletivo, nem de estar vinculados a ele, cumprindo simplesmente a função de operadores e executores práticos, de viabilizadores logísticos das decisões específicas das assembléias populares¹³.

A *outra* democracia dos novos movimentos anti-sistêmicos latino-americanos igualmente alcança a eliminar e transcender o caráter passivo, episódico, restritivo e realmente elitista da democracia classista, e o faz não somente para retornar aos contornos da democracia comunitária, que era direta, ativa, permanente, abrangente e integradora, mas também para agregar a essas características uma base mais sólida. E isso se dá de várias formas, seja pela vinculação do protagonismo das bases dos movimentos com a planificação consciente das tarefas a executar por parte de seus representantes, pela articulação do caráter de participação permanente das assembléias populares com a regulação inteligente dos âmbitos de decisão relacionados aos coletivos e aqueles que podem ser assumidos cotidianamente por seus “delegados” ou coordenadores, ou também pela síntese da dimensão abrangente e integradora dos processos decisórios e da definição dos rumos globais dos movimentos junto ao fundamental respeito e recuperação inteligente dos pontos de vista de todas as diversas *minorias*.

O modelo novo e inteligente de democracia resgata o protagonismo da base do movimento, ao mesmo tempo em que utiliza os instrumentos de planificação, regulação e flexibilidade, e está na prática de todos os movimentos anti-sistêmicos da América Latina, como, por exemplo, no Movimento dos Sem Terra, considerando que em seus Congressos são definidos, de um modo amplamente democrático e participativo, os rumos e as políticas gerais a seguir por parte de todo o movimento até a celebração do seguinte Congresso, de uma forma que também mantém e resguarda a autonomia dos Setores, dos Coletivos e dos Assentamentos que conformam esse vasto movimento. Tudo isso seguindo um esquema no qual, de maneira conscientemente assumida, a direção é coletiva e parte dela está obrigada a viver dentro dos próprios Assentamentos; as regras de funcionamento geral do movimento são definidas por todos e assumidas por todos voluntariamente; a organização se adapta a seus membros e não o contrário, estabelecendo a

divisão e atribuição das tarefas em função da diversidade de habilidades e características de seus membros; e a busca pelo consenso nas decisões, o desejo consciente de refletir nestas decisões coletivas o verdadeiro “sentimento generalizado” das bases, leva a negar a intimidação mecânica das minorias quantitativas, de modo a postergar uma possível decisão até o próximo Congresso ou até um momento posterior, em que já tenha sido possível construir ou alcançar tal semi-consenso ou um claro consenso majoritário entre seus membros¹⁴.

A democracia a que fazemos referência também unifica o mando e a obediência, dando novo significado a ambas as funções e convertendo o “Mandar Obedecendo” num processo assumido voluntária e conscientemente, numa relação que de fato tende à verdadeira *dissolução* das diferenças entre o mandar e o obedecer, a partir do desenvolvimento da auto-regulação consciente e do auto-disciplinamento da própria comunidade em seu conjunto e de cada um dos seus membros. Além disso, tal democracia não apenas supera aquela democracia desgarrada e confrontante, puramente formal e mentirosa, que encobre o domínio de uma classe, mas também avança frente à simples democracia unitária, real, que era expressão direta das comunidades originárias, para então praticar a *outra* e realmente *nova* democracia, também harmônica e real, mas agora muito mais complexa e sofisticada, democracia que reflete uma nova e superior forma de comunidade, ou seja, essa comunidade que não é outra coisa que a “associação voluntária de homens livres” proposta há mais de um século e meio por Marx.

Em suma, essa nova democracia não é quantitativa, nem inutilmente volumosa e ineficiente, e tampouco ridiculamente cara, mas sim uma democracia *diferente*, superior, qualitativa, que tende na verdade à sua própria *extinção*, sendo novamente uma verdadeira “corporação de trabalho”, que resolve de forma simples problemas complicados e que é quase ou totalmente gratuita.

Neste sentido, é importante lembrar que, mesmo considerando essa forma superior esboçada pelas classes subalternas nos últimos 139 anos, a *outra* democracia segue sendo uma forma específica de *governo* e, portanto, constitui ainda uma dimensão particular dessa atividade humana conhecida como “a política”. Mas tanto Marx e Engels como Lê-

nin defenderam a idéia da *extinção da democracia*, ao argumentar que quando as sociedades humanas aprendam a se auto-regular socialmente, e os indivíduos aprendam a regular por conta própria seu comportamento social, então a solução dos assuntos coletivos – que é precisamente a tarefa principal de qualquer possível “governo” – se tornará uma tarefa puramente administrativa e técnica, dissolvendo a necessidade de qualquer governo, do próprio Estado, até mesmo da política, e, portanto, de toda possível *democracia*. Por isso afirmam, numa linguagem um tanto hegeliana, que a mais ampla e completa *realização* da democracia é, ao mesmo tempo, sua própria *extinção*.

Enquanto não chegamos a esse ponto do desenvolvimento histórico, porém, é claro que a *outra* democracia, distinta e superior, já está funcionando nas *Juntas de Buen Gobierno* neozapatistas, nos Acampamentos e Assentamentos dos Sem Terra do Brasil, nos Bairros Piqueteiros Autonomistas da Argentina, e igualmente nas comunidades indígenas mais avançadas, por exemplo, da Bolívia e do Equador¹⁵. Pois são esses novos movimentos anti-sistêmicos da América Latina que neste momento estão transcendendo e superando, em sua prática cotidiana e em suas diversas lutas, a cada vez mais limitada e decadente democracia capitalista, que, imersa em sua crise terminal e definitiva, não encontra mais saídas para os próprios problemas e processos que ela mesma engendrou.

A *outra* democracia – conectada orgânica e necessariamente, como afirmam os companheiros neozapatistas, com *outra* forma de fazer política, outro modo de conceber o governo, e outra noção de autonomia – representa não apenas um objetivo próximo a ser alcançado por todos aqueles novos movimentos anti-sistêmicos, do México, da América Latina e de todo o mundo, mas é também, a princípio, um mecanismo e um modo necessário para o funcionamento cotidiano de todos os coletivos e todas as organizações que tentam avançar num combate genuinamente anti-capitalista e anti-sistêmico, em qualquer parte de nosso planeta¹⁶. Pois se é óbvio que dos *objetivos* gerais de todos esses movimentos anti-sistêmicos da América Latina, e inclusive dos movimentos anti-capitalistas de todo o mundo, será o de lutar por instaurar em nossas respectivas nações uma *verdadeira* democracia, isto é, um verdadeiro governo *do* povo, construí-

do sob a lógica do “Mandar Obedecendo”, e que tal governo não seja formal, mentiroso e velador do domínio de qualquer minoria possível, também deve ser evidente que esse objetivo deve começar a ser construído *aqui e agora*, no centro de todos os nossos movimentos e, portanto, no interior de cada uma das organizações e dos coletivos que compõe os movimentos anti-sistêmicos.

Assim, o objetivo mediato de construir *outra* democracia, primeiro em escala nacional, e mais adiante em escala mundial, é também simultaneamente um objetivo imediato de estender, desde já e em todos os espaços possíveis, os princípios *universais* que a outra democracia implica. Neste sentido, pensamos que é possível estimular formas diversas de democracia *direta*, como as formas *básicas e dominantes* de toda essa enorme rede planetária dos movimentos que hoje lutam contra o capitalismo de uma forma radical e genuinamente anti-sistêmica, o que significa que a palavra decisiva em todas as questões fundamentais deve voltar a ser das *Assembléias Populares*, isto é, dos conjuntos que conformam a base fundamental de um sindicato operário, ou de um coletivo qualquer, ou de uma organização camponesa, ou de um bairro organizado, ou de uma universidade, ou então de um grupo intelectual ou artístico, ou de uma associação de qualquer tipo. Somente ao devolver o protagonismo principal às *assembléias* de base de nossos movimentos conseguiremos que o conjunto das demandas desses movimentos anti-sistêmicos surja realmente *por baixo e à esquerda*, assegurando o compromisso vital e profundo de todos os participantes desses movimentos com as exigências gerais e as reivindicações específicas, além de contribuir para que nossos movimentos em sua totalidade construam a partir da situação concreta a *dinâmica necessária* para edificar, mais adiante, essa *outra* democracia em escala nacional e logo mundial. Colocado em termos clássicos, próprios da revolução russa, devemos voltar a reivindicar em todas as partes aquela consigna de “Todo o Poder aos Soviets”, o que, para nossos casos contemporâneos, reflete-se na idéia de que todo o poder deve residir, ser encarnado e se manter nas *Assembléias de Base* de todo tipo.

Um processo como esse, naturalmente, deve ser complementado, por exemplo, com as lições da Comuna de Paris, entre outras experiências, no que

se refere ao papel e ao estatuto de todos os *representantes* dentro dos nossos respectivos movimentos. Já que, tal como na Comuna, os representantes devem ser imediatamente revocáveis em qualquer momento, estando obrigados a prestar contas permanentemente, sem receber contribuição alguma por seu trabalho, nem nenhuma vantagem de ordem material ou simbólica que vá além do legítimo reconhecimento por parte do coletivo, ou do válido reconhecimento social pelo simples cumprimento cabal de sua tarefa de real e *verdadeira* representação de seus próprios coletivos. E esse novo estatuto e papel dos representantes também podem ser recriados e reproduzidos nos sindicatos, nos coletivos, nos bairros, nas universidades e nas organizações mais diversas.

A outra democracia dos nossos coletivos deverá lutar também, conscientemente, contra os velhos ressaibos do autoritarismo, da prepotência, do verticalismo e do avassalamento, próprios da democracia formal burguesa e capitalista, dando impulso a novas formas de trabalho, de discussão, de busca de acordos, que sejam realmente dialógicas, horizontais, fraternas e orientadas a buscar e construir de modo tendencial decisões realmente consensuais. E tais formas novas devem ser profundamente respeitadas quanto aos pontos de vista das diferentes minorias, e ao mesmo tempo deverão ser mais *qualitativas* que quantitativas, outorgando o *mesmo valor* ao ponto de vista das maiorias que ao das minorias, e buscando harmonizar tanto as convergências, como também, e principalmente, as diferenças, a partir da percepção consciente de que o que todos nós estamos tentando construir é realmente “Um mundo em que caibam muitos mundos”. Além de ser parte de lógicas profundamente espontâneas de todas as classes sociais subalternas, isto é, das lógicas subterrâneas que provêm dos espaços localizados abaixo e à esquerda, as novas lógicas de funcionamento de nossas organizações e coletivos são também as únicas que nos permitirão manter uma postura teórica e uma prática cotidiana realmente *anti-capitalistas e anti-sistêmicas*.

Enfim, forma-se *outra* democracia, a incluir como um dos objetivos fundamentais de todos os movimentos anti-sistêmicos do mundo, da América Latina e de cada um de nossos países, e também como mecanismo cotidiano para a organização e o funcionamento atual de todos os nossos movimen-

tos anti-capitalistas, alguma coisa que parece ser e seguramente será, segundo as palavras dos sábios companheiros neozapatistas mexicanos, “boa para os mais e também para os menos”.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *La política*. Bogotá: Panamericana Editorial, 2005.

BLOCH, M. *Apología para la historia o el oficio de historiador*. México D.F.: INAH-Fondo de Cultura Económica, [1949] 1996.

BOGO, A. *Las formas de la democracia interna dentro del Movimiento de los Sin Tierra de Brasil*. In: *Contrahistorias*, n. 14, México, 2010.

FAN, K. H. (comp.), *La revolución cultural china. Documentos*, Ed. ERA, México, 1970

GRAMSCI, A. *Consejos de fábrica y Estado de la clase obrera*. México D.F.: Roca, 1973.

_____. *Il programma dell'Ordine Nuovo*. In: *Le opere. La prima antologia di tutti gli scritti*. Roma: Riuniti, 1997.

GUEVARA, E. C. *En respaldo de la declaración de La Habana*. In: _____. *América Latina. Despertar de una Continente*. Melbourne: Ocean Press, 2003.

HARNECKER, M. *Delegando poder en la gente*. Caracas: Monte Ávila, 2004.

ISMÁN, R. *Los piquetes de La Matanza*. Buenos Aires: Nuevos Tiempos, 2004.

LASCANO, S. R. *Caracoles Zapatistas: creación heroica*. In: *Contrahistorias*, n. 8, México, 2007.

LEKENS DORF, C. *Los hombres verdaderos*. México D.F.: Siglo XXI, 1996.

_____. *Filosofar en clave tojolabal*. México D.F.: Miguel Ángel Porrúa, 2002.

LÊNIN, V. I. *La dualidad de poderes*. In: *Obras escogidas*. Moscou: Progreso, [1917] Moscou, s/d (a).

_____. *El Estado y la revolución*. Moscou: Progreso, [1917] s/d (b).

MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*, 3 volúmenes. México D.F.: Siglo XXI, [1857-58] 1971-76.

_____. *La guerra civil en Francia*. Pekín: Ediciones en Lenguas Extranjeras, [1870-1871] 1978.

QUISPE, F. *Bolivia en la encrucijada*. In: *Contrahistorias*, n. 12, México, 2009.

ROJAS, C. A. A. *Las luminosas edades oscuras*. Guatemala: Ed. Universidad de San Carlos, 2005.

_____. *Immanuel Wallerstein. Crítica del sistema-mundo capitalista*. México D.F.: ERA, 2007a.

_____. Título artigo. In: *Contrahistorias*, n.º 9, México, 2007b.

_____. *Gerando o contrapoder*, de baixo para cima e à esquerda. In: *Lutas Sociais*, n. 17/18, São Paulo, 2007c.

_____. *A digna raiva: tão anti-capitalista como radicalmente anti-sistêmica*. In: *Lutas Sociais*, n. 21/22, São Paulo, 2009.

_____. *América Latina en la encrucijada*. 7ª edição. México D.F.: Contrahistorias, 2009.

_____. *Mandar obedeciendo: las lecciones políticas del neozapatismo mexicano*. 5ª edição. México D.F.: Contrahistorias, 2010a.

_____. *Chiapas, Planeta Tierra*. 6ª edição. México D.F.: Contrahistorias, 2010b.

SANTI, M. *Un nuevo giro hacia la izquierda*. La Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador. In: *Contrahistorias*, n. 11, México, 2008.

SARTRE, J-P. *Las elecciones, una trampa para bobos*. In: *Contrahistorias*, n. 14, México, 2010.

STÉDILE, J. P. *Brava Gente*. La lucha de los Sin Tierra en Brasil. Bogotá: Desde Abajo, 2003.

SVAMPA, M. e PEREIRA, S. *Entre la ruta y el barrio*. La experiencia de las organizaciones piqueteros. Buenos Aires: Biblos, 2004.

WALLERSTEIN, I. *Después del liberalismo*. México D.F.: Siglo XXI, 1996.

_____. *La crisis estructural del capitalismo*. México D.F.: Contrahistorias, 2005.

ZIBECHI, R. *Genealogía de la Revuelta*. Argentina: la sociedad en movimiento. México D.F.: FZLN, 2004.

_____. *Dispersar el poder*. Los Movimientos como poderes antiestatales. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

Notas

¹ Ver Bloch ([1949] 1996, p. 247-262), em especial o ponto 3 do capítulo IV, ponto titulado “La nomenclatura”.

² Sobre esses exemplos mencionados, vale lembrar que George Bush Jr. invadiu o Afeganistão e o Iraque sob o argumento de derrocar o regime ditatorial talibã e o “tirano” Saddam Hussein para devolver a “democracia” ao Afeganistão e ao Iraque – sobre tais invasões, ver nossos ensaios “11 de Setembro em perspectiva histórica” e “As lições da invasão ao Iraque”, ambos incluídos no livro *Para compreender o mundo atual*, Ed. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Brasil, 2010. Cabe recordar também que a Alemanha socialista se auto-batizou como “República Democrática Alemã”. Sobre a crítica cubana à “democracia hipócrita” ou “do garrote” dos Estados Unidos, ver, por exemplo, Che Guevara (2003). E sobre o projeto de “orçamento participativo” e “democracia participativa” do PT brasileiro, ver Marta Harnecker (2004).

³ Por certo, pensamos que esta crise terminal da democracia burguesa capitalista hoje realmente existente não é mais que uma das múltiplas expressões da crise global e também terminal de toda civilização capitalista. Sobre este ponto, ver Wallerstein (2005 e 1996). Ver também nosso livro, Rojas (2007a).

⁴ Naturalmente, ao falar dessas eleições fechadas não pensamos no caso do México em 2006 – onde o que houve foi na verdade uma fraude monumental –, mas sim nos Estados Unidos de 2000 e 2004 (onde além das eleições fechadas houve também fraudes em favor de George Bush Jr.), ou nos casos vividos nos últimos anos na Costa Rica, na França, ou no Quênia, para citar somente alguns exemplos.

⁵ Para este brilhante argumento de Marx sobre a forma comunitária de organização social como a primeira forma das sociedades humanas de todo o planeta, ver *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política* (Grundrisse), em especial seu célebre fragmento sobre as “Formen” ou “Formas que precedem à produção capitalista”, no volume I, p. 433-477. Ver também *Los apuntes etnológicos de Karl Marx*, Ed. Pablo Iglesias/Ed. Siglo XXI, Madrid, 1988. Pode-se consultar também nosso livro, Rojas (2005), em especial o capítulo dois, titulado “La forma germánica de la comunidad”.

⁶ O texto de Aristóteles, *A Política*, é interessante a esta luz, pois foi escrito precisamente no momento em que a sociedade grega vive essa transição desde formas da comunidade antiga clássica em direção à emergente sociedade de classes, baseada na exploração do trabalho escravo e na escravidão generalizada da maioria da população. E vale a pena agregar que, como disse Marx, Aristóteles se equivocou, apesar de sua enorme genialidade, ao examinar a natureza do trabalho escravo. E também, poderíamos agregar, em sua avaliação do que era e do que poderia ser a democracia – forma de governo sobre a qual Aristóteles tem, em geral, uma concepção de fato depreciativa e até mesmo pejorativa. Sobre o tema, ver Aristóteles (2005).

⁷ Sobre este problema das funções de mando e obediência, e sobre as múltiplas e nem sempre bem compreendidas implicações do inteligente oxímoro neozapatista de “mandar obedecendo”, ver nosso livro, Rojas (2010a); neste livro desenvolvemos a conexão deste oxímoro com a idéia neozapatista da “Otra Democracia”, junto

com seus vínculos com “La Otra Política”, “El Otro Gobierno”, e, de modo mais geral, com as noções de autonomia política e de autonomia global dos dignos indígenas neozapatistas. Ainda sobre este tema, também pode ser consultado nosso livro, Rojas (2010b).

⁸ Sobre este tema, sempre é proveitoso reler os textos clássicos, por exemplo, de Marx (1978), *La guerra civil en Francia*; e de Lênin [1917] (s/d.) (b), *El Estado y la revolución*.

⁹ Sobre a sábia prevalência do “nós” coletivo nas comunidades neozapatistas – o que, por certo, também está presente nas comunidades indígenas da Bolívia e do Equador, entre outras –, ver os interessantes trabalhos de Carlos Lekensdorf (1996 e 2002).

¹⁰ Sobre os novos movimentos anti-sistêmicos da América Latina, ver nosso ensaio em Rojas, 2007b; e também nosso livro *América Latina en la encrucijada* (ROJAS, 2009a). E sobre a “Outra Democracia” desenvolvida pelo neozapatismo mexicano, conferir nosso livro *Mandar Obedeciendo. Las lecciones políticas del neozapatismo* e também o ensaio de Sergio Rodríguez Lascano (2007).

¹¹ Sobre estas diversas experiências mencionadas de construção de governos por parte das classes populares e subalternas, colocando em prática uma Outra democracia, conferir, por exemplo, Karl Marx, *La guerra civil en Francia*, op. cit.; Vladimir Ilich, Lenin, [1917] s/d (a); Antonio Gramsci, 1973 e 1997; K.H. Fan (comp.), *La revolución cultural china. Documentos*, Ed. ERA, México, 1970; e ver também nosso livro *Mandar Obedeciendo. Las lecciones políticas del neozapatismo mexicano*, op. cit..

¹² Sobre este princípio do Buen Gobierno dos neozapatistas, que é parte dos “sete princípios” proclamados por eles, vale a pena revisar as apresentações dos próprios companheiros no Primer Encuentro de los Pueblos Zapatistas con los Pueblos del Mundo, em especial a Mesa Inaugural sobre o tema “Autonomia e Outro Governo”. Parte dessas apresentações pode ser lida no

número 8 da revista mexicana *ContraHistorias*, publicado em 2007, e todas as apresentações estão disponíveis para consulta na página “Radio Insurgente”, a rádio dos neozapatistas: <http://www.radioinsurgente.org.mx>.

¹³ Sobre as características dessas novas formas de democracia entre os piqueteiros argentinos, ver, por exemplo, os livros de Raúl Zibechi (2004), Raúl Isman (2004) e de Maristella Svampa e Sebastián Pereira (2004).

¹⁴ Em relação a este novo modo de funcionamento democrático entre os Sem Terra, ver a entrevista de João Pedro Stédile (2003) e de Ademar Bogo (2010). Ver também o número 273 do *Jornal dos Trabalhadores rurais Sem Terra*, que está dedicado a resumir os acordos e as vicissitudes do Quinto Congresso Nacional.

¹⁵ Sobre os casos mencionados do Equador e da Bolívia, vale a pena revisar a entrevista de Marlon Santi (2008), dirigente atual da CONAIE equatoriana, publicada no número 11 de *ContraHistorias*, assim como a entrevista de Felipe Quispe (2009), dirigente do Movimiento Pachakutic de Liberación de Bolívia, publicada no número 12 da mesma revista.

¹⁶ Sobre este ponto, ver nossos ensaios: Rojas, 2007c e Rojas, 2009b. Ver também nossos livros já citados: *América Latina en la encrucijada*; Chiapas, Planeta Tierra; e *Mandar Obedeciendo. Las lecciones políticas del neozapatismo mexicano* e de Raúl Zibechi (2006).

Carlos Aguirre Rojas

* Pesquisador da UNAM (Universidad Nacional Autónoma de México), professor da Escola Nacional de Antropología e História.

** Texto originalmente elaborado em espanhol. Tradução: Fernando Correa Prado.

*** Apenas no título desta parte foi mantida a forma original “muy otra”, por se tratar de uma expressão especificamente zapatista. [N.T.]

Toyotismo, automatização flexível e superexploração do trabalho na América Latina

Adrián Sotelo Valencia*

Toyotismo, automatização flexível e superexploração do trabalho na América Latina**

Resumo: Baseado na teoria do valor de Karl Marx e na teoria marxista da dependência de Ruy Mauro Marini, o presente artigo desenvolve a tese de que a superexploração do trabalho, até pouco tempo um atributo das economias periféricas e dependentes, estendeu-se por todo o mundo na era neoliberal em decorrência das transformações ocorridas no mundo do trabalho. Os resultados socioeconômicos foram o aumento da jornada de trabalho, a queda dos salários, a precarização e perda dos direitos sociais dos trabalhadores e o aumento do desemprego, do subemprego e da pobreza.

Palavras-chave: Toyotismo; Superexploração do trabalho; Neoliberalismo; América Latina.

Toyotism, flexible automatization and superexploitation of labor in Latin America

Abstract: Based in Karl Marx's value theory and in Ruy Mauro Marini's marxist theory of dependency, the present article develops the thesis that the super exploitation of labor, until recently an attribute of the peripheral and dependent economies, has been extended throughout the world in the neoliberal era as a outcome of the transformations occurred in the labor world. The social and economic results were the increase in the workweek, the fall of salaries, precariousness and even the loss of workers' social rights and the increase in unemployment, in sub employment and poverty.

Keywords: Toyotism; Super exploitation of labor; Neoliberalism; Latin America.

Recebido em 20.08.2010. Aprovado em 15.09.2010.

O padrão neoliberal de acumulação dependente como contexto do mundo do trabalho

Quando tratamos da reestruturação produtiva em escala mundial, é preciso ressaltar que as condições de desemprego, pobreza, precarização e exclusão social existentes nos países latino-americanos não foram reformadas no sentido de serem superadas antes da introdução nesses países da Terceira Revolução Industrial e dos novos paradigmas do trabalho. Pelo contrário, os governos neoliberais se basearam nessas condições para levar a cabo o processo de privatização, a abertura externa, a contração do gasto social em serviços como educação, saúde, bem-estar, moradia, recreação, alimentos, etc. Assim, favoreceu-se a acumulação e centralização do capital para defender a taxa de lucro, não obstante o aumento da degradação e precarização do trabalho na América Latina. Este fenômeno se expressa na relação negativa entre a criação de empregos produtivos e a dinâmica de crescimento do produto interno bruto na região. De fato, durante a década de noventa do século XX, de acordo com a CEPAL:

(...) tanto a evolução do emprego na região, como a do produto global, caracterizaram-se por uma constante diminuição no seu ritmo de crescimento, que inclusive se acentuou no último triênio. Neste sentido, entre 1990 e 1994 o crescimento do emprego alcançou 2,4% de média anual, enquanto o produto aumentou a 4,1% anuais. No período seguinte (1994-1997), a taxa de aumento do emprego se reduziu levemente (de 2,4% a 2,3%), e a do produto decresceu em oito décimos de ponto (de 4,1% a 3,3%). Foi entre 1997 e 1999, no entanto, quando ambas variáveis manifestaram uma drástica queda no seu crescimento, alcançando taxas de 1,6% anuais, no caso do volume de empregados, e de 1,3% do PIB. Além de ilustrar a perda de dinamismo da economia durante os anos noventa, estas cifras revelam que a produtividade média da mão de obra sofreu um paulatino deterioro, que teve maior gravidade nos anos recentes (CEPAL, 2002: 93).¹

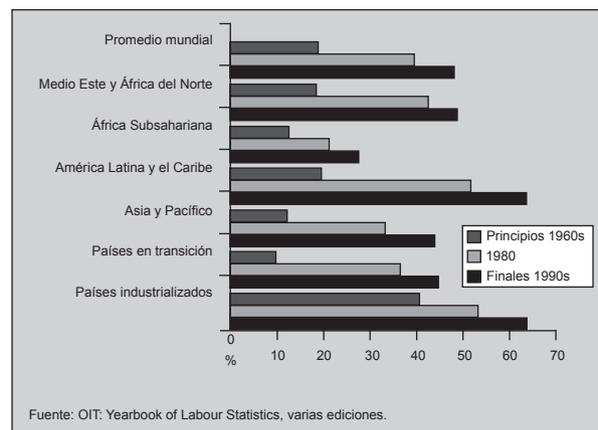
Os novos paradigmas do trabalho (neofordismo, neotaylorismo, reengenharia, toyotismo), os

processos de flexibilização do trabalho e de sub-contratação, assim como as reformas trabalhistas que na América Latina os acompanharam, não se estabeleceram para superar essa relação negativa emprego-produto, mas para reforçá-la e projetá-la numa escala superior de exploração, organização e *acumulação primitiva de capital* no contorno do padrão dependente neoliberal e da superexploração do trabalho.

A transformação negativa do mundo do trabalho

Nas últimas décadas do século XX, o mundo do trabalho se modificou drasticamente, resultado de um processo histórico-estrutural de longo prazo. Isso se reflete numa modificação do mercado de trabalho em benefício de setores como o de serviços e de conhecimento, como se pode observar no gráfico 1*:

Gráfico 1. Distribución del empleo en los servicios por región 1960-1990



Tomado de World Employment Report 2001, Life at work in the information economy, Ginebra, 2002, Figura 4.1, p. 30.

De acordo com o que indica a OIT, (...) a parte de empregados nos serviços subiu significativamente durante os últimos cinquenta anos nos países industrializados, enquanto a porção de emprego industrial tradicional tem decaído firmemente. Nos países desenvolvidos, as tendências são similares. Nos países industrializados dois tipos de serviços tendem a crescer mais rapidamente: aqueles que proporcionam a informação e apóiam o aumento da produtividade e da eficiência das empresas, e os serviços sociais

como saúde, educação, pesquisa e gestão. O desenvolvimento da saúde, da educação e dos serviços governamentais acelerará estas tendências (OIT, 2001: 30).

A OIT registra tendências globais no longo prazo, porém deixa passar algumas importantes mudanças. Por exemplo, a terceirização da economia latino-americana se mostra nas transformações da estrutura setorial do emprego na última década. Neste sentido, de acordo com a CEPAL:

A agricultura, o comércio e os serviços sociais representavam em 1999 os ramos da atividade econômica que concentravam o maior número de pessoas ocupadas; cada uma delas compreendia um quinto dos empregos totais. Das três, a agricultura segue sendo a atividade majoritária, ao prover de trabalho quase 40 milhões de pessoas em toda a região. No outro extremo, os serviços financeiros, domésticos e pessoais são os setores com menor participação; a soma destas três categorias abarca aproximadamente 15% da população ocupada, porcentagem similar à da indústria.

Em contraste, o emprego no setor agrícola, praticamente, se estancou nos anos noventa, com crescimento médio anual que não alcançou 1%. A reduzida capacidade da agricultura para gerar novos empregos explica em boa medida o progressivo abandono das áreas rurais – de conteúdo predominantemente agrícola – e a migração para as áreas urbanas, fenômeno já destacado como uma das características demográficas da década. Por sua vez, o emprego nas áreas rurais tem apresentado propensão a se diversificar para ramos de atividades distintas à agricultura, com claros aumentos na participação do comércio (de 8,2% a 9,4%), da indústria (de 7,9% a 8,8%), da construção (de 4,1% a 4,8%) e dos serviços sociais (8,6% a 9,0%). O resto das atividades, entre as que se encontram relacionadas com a prestação de serviços sociais, pessoais e domésticos, mostrou um crescimento similar na média, mantendo taxas de participação relativamente estáveis. Nas áreas urbanas, contexto de maior rele-

vância para estes setores, os serviços apresentaram um comportamento levemente mais dinâmico durante os últimos anos, particularmente no caso do serviço doméstico, que cresceu em média 2,4% ao ano (CEPAL, 1999-2000: 95-96).

E o México não é exceção. Entre 1980 e 1993 foram criados 2,7 milhões de empregos, entre os quais o setor de serviços absorveu mais de 50% do total, seguido pelo setor agropecuário e da indústria de construção, enquanto a indústria manufatureira reduziu sua ocupação (MARIÑA, 2001: 414).

Do exposto anteriormente é possível apreender que as transformações do mundo do trabalho apresentam as seguintes características:

- a. Em primeiro lugar, a enorme brecha existente em todos os planos (econômico, social, financeiro, comercial, político e cultural) entre os países subdesenvolvidos e dependentes e os países desenvolvidos do capitalismo central. O mesmo se reflete na crise do Estado de bem-estar e dos sistemas ford-tayloristas que se associam ao mundo do trabalho.²
- b. A reestruturação do Estado imperialista nos centros industrializados e do Estado dependente nos países periféricos, particularmente na América Latina, pela ação das forças do mercado e pelas pressões políticas do neoliberalismo na década de 1980, ajudou a abrir caminho para que o capital desenvolvesse novos setores onde seus investimentos fossem rentáveis, tais como os serviços informáticos, *software*, telecomunicações, bancos e seguros.
- c. Na década de 1990, irrompem novos sistemas produtivos e de organização do trabalho que se articulam com os sistemas prevalentes na região antes da chegada do capitalismo neoliberal.
- d. O pensamento neoliberal se consolida e se projeta negativamente sobre o mundo do trabalho.

Ao lado desta fragmentação, reestruturação e reorganização do mundo do trabalho, na América Latina também se percebe a incidência do capital financeiro especulativo que provoca cada vez

mais dificuldades ao movimento cíclico do capital produtivo e mercantil, o que repercute negativamente na estrutura do emprego e nos mercados de trabalho. Desta forma, passa-se de uma estrutura integral, que articula o emprego, os salários e a qualificação da força de trabalho, a outra que torna autônomos esses componentes antes integrados e os reestrutura de maneira separada, dando origem à flexibilização da força de trabalho regressiva (cf. CUEVA, 1997).

Neste sentido,

(...) a flexibilidade do trabalho, ou a utilização flexível da força de trabalho, tende a modificar os sistemas de formação de salários, a organização do trabalho e a hierarquia das qualificações, o que ao mesmo tempo afeta as conquistas que a classe trabalhadora alcançou durante o presente século, abrindo, assim, um período de redefinição da relação capital-trabalho (POZAS, 1998: 82).

No núcleo desta redefinição, figura-se a perda de direitos trabalhistas e sociais. As reformas trabalhistas adotadas na América Latina durante a década de noventa se centram nas seguintes políticas, que visam, desde o ponto de vista empresarial, flexibilizar o trabalho:

- a. Facilidade de contratação e de demissão com base na diminuição do custo esperado de demissão (em meses de salário). Este indicador estimula a contratação temporal sem encargos para o patrão.
- b. Flexibilidade da jornada de trabalho, medida segundo os “sobre-custos” das jornadas extras de trabalho (horas extra), que tendem cada vez mais a não serem remuneradas.
- c. Aumento das contribuições à segurança social como proporção dos salários e diminuição das correspondentes ao capital.
- d. Ruptura da chamada “rigidez” da legislação sobre o salário mínimo, que para o empresário se traduz em supostas “restrições” para a contratação de novo pessoal (LORA, 2001: 21).

Desde o ponto de vista do capital, a “mudança estrutural” que corresponde ao triunfo da

política trabalhista, expressa a “transição” da América Latina de um regime protetor com estabilidade no emprego para um regime temporal e previamente limitado nos contratos de trabalho. De fato,

No início da década de setenta, nos países industrializados, e no final dos oitenta, na América Latina, começaram a proliferar contratos de trabalho de caráter conjuntural. Pela crise econômica, ou por outras razões circunstanciais, abriram-se as portas à contratação de trabalhadores por tempo limitado, sem considerar a natureza do trabalho a ser realizado. A multiplicação e a sucessão ininterrupta de tais contratos até nossos dias fundaram o parecer político e doutrinário de que os contratos temporais constituem em si uma nova categoria e que questionam e modificam definitivamente o princípio, até agora indiscutido, da estabilidade no emprego. Talvez por isso as normas sobre contratação temporal apareceram com um alcance especial ali onde, como na Espanha ou na América Latina, imperava com maior rigor o princípio da estabilidade (RUÍZ, 2001: 25).

Desde o começo da década de oitenta, na América Latina a ruptura deste “princípio de estabilidade” no trabalho revela efeitos diretos e indiretos. De forma direta, traduziu-se num brutal aumento dos empregos e contratos de trabalho temporais. Cerca de 90% dos novos contratos de trabalho no segundo quinquênio da década de noventa do século passado foram contratos temporais. Destacam-se casos extremos como o Peru (que lidera neste ponto, seguido do México), onde, em 1997, quase a metade dos assalariados privados formais tinham algum tipo de contrato temporal; e a cifra aumentou em 1998 e 1999 (SAAVEDRA, 2000). Victor Tokman (1998) calcula que aproximadamente 35% dos assalariados estão nessas condições na Argentina, Colômbia e Chile, e 74% no Peru.

Em média, na década de setenta, este tipo de contratos temporais na região representava somente 5% dos contratos da população economicamente ativa (PEA); na atualidade, a cifra flutua entre 35 e 40%.

Por outro lado, a ruptura desse “princípio de estabilidade” do trabalho desde o começo da dé-

cada de oitenta na América Latina provocou, de forma indireta, um inusitado aumento dos empregos de baixa produtividade no setor informal, onde aparece uma realidade no trabalho injusta e desigual para milhões de pessoas. Este vasto mercado de trabalho informal, precário, desprotegido e flexível, reforçou a segunda forma negativa da flexibilidade acima mencionada e que tende a se institucionalizar com a crise, o ajuste estrutural e as reformas trabalhistas regressivas. Concretizam-se, assim, duas tendências na lógica do padrão de acumulação dependente neoliberal, a saber: a) a crescente substituição do trabalho vivo devido à introdução de inovações tecnológicas (em particular a informática); e b) a perda de direitos contratuais e constitucionais dos trabalhadores. São exemplares, neste sentido, os casos do México³, Chile e Brasil, sendo que neste último país se estabeleceu o direito a empregar a força de trabalho mediante contratos temporais que reduzem significativamente os gastos de indenização por demissão.⁴

O crescimento da informalidade dos mercados de trabalho está condicionado também por certas políticas deliberadas das empresas para converter massas crescentes de funcionários e trabalhadores formais em trabalhadores precários sem direitos nem contratos. No Brasil, por exemplo, a proporção de ocupações de trabalhadores “com carteira”, isto é, com contrato de trabalho, caiu de 56,71% em 1982 para 46,72% em 1997, enquanto a proporção de “trabalhadores sem carteira” aumentou de 21,18% no primeiro ano para 24,77% no segundo (MURILLO, 2001: 426). Em números absolutos, as respectivas cifras indicam uma diminuição dos trabalhadores da primeira categoria (com contrato), que se estimava em 19.655.724 em 1995 e passou a 19.645.917 em 1999, enquanto que os trabalhadores sem contrato aumentaram de 4.615.875 no primeiro ano para 4.731.291 no segundo.⁵

Outro fenômeno que resulta desse processo é o aprofundamento de velhas relações de trabalho que, enraizadas nos sistemas de produção tradicionais e/ou pré-capitalistas, concentram-se, preferencialmente, no setor informal urbano, recrutando a população empobrecida das urbes, de forma cada vez mais frequente e intensa, a cada ciclo recessivo do capital.

Automatização, novos paradigmas e superexploração do trabalho

A reestruturação pós-fordista acarretou mudanças na organização do trabalho nas economias periféricas ao combinar a superexploração com a aplicação produtiva da informática ao mundo do trabalho. O objetivo destas transformações consiste em criar um novo modelo de relações sociais baseado na “automatização flexível”, ou seja, na articulação entre tecnologia e desregulamentação do trabalho para convertê-lo em flexível e polivalente (cf. ANTUNES, 2001).⁶

Em outras palavras, o desenvolvimento tecnológico reforça o regime de superexploração da força de trabalho dos países dependentes e estimula, ao mesmo tempo, a superexploração nos centros do capitalismo desenvolvido.⁷ Em relação a este ponto, Giovanni Alves escreve que “a superexploração do trabalho tende a ser a nova realidade nos países de capitalismo desenvolvido, dado o novo poder de valorização derivado da mundialização do capital” (ALVES, 2000: 161). Esta tese se desprende do modo particular em que se combinam a mais-valia relativa e absoluta no regime de superexploração do trabalho, e é similar à que esboça Ruy Mauro Marini quando escreve que:

(...) incidindo sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico possibilitou ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar sua produtividade e, simultaneamente, sustentar a tendência para remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real (MARINI, 2000: 147).

E se ainda restam dúvidas, em outro trabalho de polêmica, Marini afirma que

(...) uma vez posto em marcha um processo econômico sobre a base da superexploração, põe-se a andar um mecanismo monstruoso, cuja perversidade, longe de diminuir, é acentuada ao apelar a economia dependente ao aumento da produtividade mediante o desenvolvimento tecnológico (MARINI, 1978, :63-64).

Portanto, existe uma relação direta, que Marini reconhece, entre produtividade e superexploração do trabalho. Daí que a aplicação das tecnologias da comunicação-informação nas economias dependentes, em lugar de permitir uma melhora nas condições de emprego e salário dos trabalhadores, acentua os mecanismos que elevam a superexploração da força de trabalho. Como se não bastasse, em muitas legislações trabalhistas reformadas pelo neoliberalismo desde as décadas de oitenta e noventa aparece a codificação jurídico-institucional para sustentar este objetivo supremo do capital.

Por outro lado, Alves mostra também que nos países do centro um fator político que estimula e difunde a superexploração é a crescente perda de poder político e de negociação dos sindicatos, pois o movimento operário é obstaculizado ou inutilizado para que não crie empecilhos ao aumento da jornada e da intensidade do trabalho e à queda dos salários reais dos trabalhadores.

Nos países do capitalismo central, essa perda de poder de negociação dos trabalhadores e dos sindicatos, assim como a reestruturação que realizou o capital no curso da década de oitenta, traduziu-se nas seguintes formas:

(...) redução do proletariado estável, herdeiro do taylorismo/fordismo, ampliação do *trabalho intelectual abstrato* no interior das fábricas modernas, e ampliação generalizada das formas de trabalho precário (*trabalho manual abstrato*), terceirizado, “*part time*”, desenvolvidas intensamente na era da “empresa flexível” e da desverticalização produtiva (ANTUNES, 1999: 120, grifos originais).

Nos países do capitalismo dependente, a introdução do fordismo e do taylorismo nos setores dinâmicos como as indústrias automotriz e siderúrgica, propriedade de empresas transnacionais, que praticamente deslocaram e marginalizaram outras indústrias tradicionais ligadas à dinâmica dos mercados internos, reforçou o regime de superexploração do trabalho ao combinar os métodos de produção modernos com os tradicionais e aproveitar a debilidade dos sindicatos em sua defesa de condições mínimas de contratação e uso da força de trabalho.

Como afirma Nise Jinkings (1995: 65),

(...) nos países do Terceiro Mundo são dominantes as práticas tayloristas/fordistas de trabalho. Os países capitalistas avançados, cenários de inovações tecnológicas extremamente velozes e forçadas pela concorrência, buscam ainda um modelo próprio de organização produtiva e de relações de trabalho conforme as suas necessidades de valorização do capital. Nesses países, convivem certamente os dois modelos de acumulação capitalista, o que ocorre de modo específico, dependendo do setor produtivo e das relações de produção estabelecidas.

A autora confirma a vigência do taylorismo no setor informatizado dos bancos no Brasil: “o processo de flexibilização do trabalho que se está experimentando nas agências e entre os técnicos dos departamentos, onde a maioria das tarefas se realiza em equipe, convive com o trabalho taylorizado e empobrecido que resultou dos processos de racionalização das tarefas” (JINKINGS, 1995: 89).

Na lógica da imposição do mercado como motor do desenvolvimento capitalista, o neoliberalismo desmontou os processos ligados à reprodução da força de trabalho, para convertê-la em força de trabalho flexível, polivalente e precária. Além disso, impôs à classe operária e, em geral, a todos os assalariados, o contrato de trabalho temporal. Na perspectiva empresarial, este tipo de contrato se pode definir como um *contrato de trabalho just in time* que

(...) terá um amplo e importante papel na nova economia global baseada na alta tecnologia do próximo século XXI. As empresas multinacionais, ávidas para se manter flexíveis e ativas frente à concorrência global, optam cada vez mais por contratar trabalhadores eventuais com a finalidade de poder responder com rapidez às flutuações do mercado. O resultado será um aumento na produtividade e uma maior insegurança do emprego em todos os países do mundo (RIFKIN, 1997: 240).

Do mesmo modo que o fordismo, o sistema toyotista foi introduzido na América Latina sobre a base do estado de coisas pré-existente. Isto levou ao avanço da superexploração do trabalho. De fato, referindo-se ao fordismo no Brasil, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos do Trabalho (DIEESE) adverte que:

A implantação do regime de desenvolvimento fordista (...) não veio acompanhada por mudanças sociais e econômicas, como o crescimento do salário, aumento da produtividade, fixação de direitos trabalhistas e a construção de um Estado que dirigisse o desenvolvimento econômico para distribuir a renda. Pelo contrário, o modelo de desenvolvimento brasileiro se caracterizou pela exclusão e pela reprodução de um padrão de pobreza que não gerou reformas estruturais básicas como as reformas agrária, de segurança social, tributária, sindical e educacional, entre outras (DIEESE, 1996).

A ausência de reformas estruturais no Brasil, como a reforma agrária, é a causa que explica a profunda crise social que existe no campo brasileiro.

A introdução do fordismo e do taylorismo restringidos é similar à forma como a América Latina se industrializou na segunda metade do século XX: *sem reformas* e para *atender* uma “demanda pré-existente” da sociedade oligárquico-latifundiária e exportadora. As indústrias, como a automotriz, nos países dependentes assumiram o desenvolvimento tecnológico e a organização do trabalho vigente nos centros desenvolvidos do capitalismo, assimilaram sua administração empresarial, mas provocaram sérias distorções na estrutura industrial e no desenvolvimento das forças produtivas ligadas aos mercados de consumo de massas.

Samir Amin capta o fenômeno do caráter restrito do fordismo em nossos países quando diz:

A industrialização não reproduzirá aqui uma evolução social a imagem e semelhança àquela do Ocidente desenvolvido. Neste, o fordismo veio depois que a sociedade foi transformada no curso de uma longa preparação para a grande indústria mecânica, sus-

tentada por uma revolução agrícola contínua num ambiente favorável graças à “saída” que a emigração para as Américas oferecia à pressão trazida pela explosão demográfica europeia, e graças também às conquistas coloniais, que procuravam matérias-primas baratas. O fordismo sustentou o compromisso histórico capital-trabalho facilitado pela redução do exército industrial de reserva nos centros. No Terceiro Mundo em vias de industrialização, pelo contrário, nenhuma destas condições favoráveis existe para evitar que a expansão capitalista tome formas selvagens (AMIN, 1995: 20).

As relações industriais e de trabalho na América Latina se desenvolvem bloqueando qualquer ambiente de melhoramento das condições de trabalho e de vida nessas sociedades.

O prolongamento da jornada de trabalho

O toyotismo acarreta um aumento do tempo de trabalho em todas as suas formas, de modo que, longe de diminuir (como diz a propaganda), manifestam-se no mundo fortes tendências ao aumento absoluto da jornada de trabalho para além de seu limite legal e que configuram formas clássicas de exploração de mais-valia absoluta.

Na atualidade, a jornada legal na França é de 35 horas, mas são somente indicativas e sujeitas a negação entre sindicatos e empresas. Os países que, em princípios da década de cinquenta, tinham jornadas prolongadas (Alemanha com 46,5 horas e Inglaterra com 43,3 horas semanais) começaram a reduzi-las a partir de 1956. Entre 1963 e 1976, França foi o país europeu que contou com o tempo de trabalho mais prolongado. A partir de 1982, porém, reduziu a jornada a 39 horas semanais (DIEESE, 1997a: 26 e ss.). Por outro lado, em 1986, Itália e Dinamarca reduziram a 36 horas e a Espanha a 34 horas, segundo a OIT (1997).

Contudo, em países “modelos” como a Suécia, a jornada de trabalho diária na atualidade é de 8 horas, com 45 minutos para a refeição e um pagamento de aproximadamente 600 dólares por mês. Na Áustria, a jornada legal de trabalho é de 8 horas por dia e na Coreia do Sul de 45 horas semanais distribuídas assim: 8 horas por dia útil e 5 horas no sábado.⁸

Nos Estados Unidos os dados oficiais exibem uma jornada “legal” de 35 horas por semana, mas o tempo real de trabalho tem aumentado desde a década de 1970. Na França, para mencionar outro caso de país desenvolvido, na indústria de confecção se trabalha em média 15 horas por dia com um salário médio de 20 dólares diários ou 1,33 dólares por hora, enquanto num país subdesenvolvido como o México, no mesmo setor trabalha-se em média 9 horas contínuas ao dia por um salário de 4,32 dólares por jornada, isto é, 48 centavos de dólar por hora.

Em teoria, pensa-se que, conforme avançasse seu desenvolvimento, o capitalismo operaria com maiores índices de produtividade do trabalho (rendimentos por hora do trabalhador em relação à quantidade e qualidade de produção de bens e serviços). Além disso, tem-se a idéia que tal processo se faria sobre a base da produção de mais-valia relativa, com salários aumentando e tendências à redução da jornada de trabalho. No entanto, nada disso está ocorrendo e menos no que corresponde à jornada de trabalho, que tende a aumentar em média mundialmente. Assim, de acordo com o *Anuário de Estatísticas do Trabalho 2000* da Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicado na França, tanto nas atividades manufatureiras como nas atividades econômicas em escala mundial, poucos são os avanços em matéria de redução do tempo total de trabalho e, ao contrário, revelam-se tendências ao seu aumento absoluto. Por exemplo, na Argentina a jornada de trabalho para os homens no emprego total, ou seja, considerando operários e funcionários, é de 47,2 horas de trabalho no total das divisões da atividade econômica em 1998, destacando o caso da divisão de “exploração de minas e pedreiras”, no qual a jornada de trabalho é de 57,5 horas por semana.

No Brasil, apesar da queda da jornada de trabalho nas indústrias química e metalúrgica do estado de São Paulo devido às lutas operárias e às negociações com o governo⁹, e mesmo que na Constituição de 1988 tenha se estabelecido a jornada legal de 44 horas, na prática o tempo de trabalho vem aumentando, como se pode perceber através das cifras sobre a Grande São Paulo, onde 42% dos trabalhadores têm jornadas maiores que 44 horas semanais. Em relação aos diversos setores da economia, 42% dos trabalhadores da indústria e 52%

dos trabalhadores do comércio trabalham mais do que a jornada prevista por lei (DIEESE, 1997b: 35-36; 1996: 8, tabela 1).

Na Colômbia, considerando tanto os assalariados como aqueles que trabalham de forma independente, homens e mulheres, as horas de trabalho por semana, no total das atividades econômicas, somaram 46,7 horas em 1999, contra 47 em 1998. Se consideramos somente os assalariados, ou seja, funcionários e operários, o tempo de trabalho semanal aumenta para 48,2 em 1999.

Em países latino-americanos tradicionalmente liberais como a Costa Rica, a jornada semanal em 1999 foi de 46,8 horas para homens e mulheres (assalariados e autônomos) e aumentou no mesmo ano para 49 horas quando se considera somente os homens.

No Chile as estatísticas indicam que, em 1998, a jornada semanal para homens e mulheres era de 44,1 horas para assalariados e autônomos, subindo para 45,3 se somente se considera os homens. Em El Salvador a jornada semanal para operários e funcionários (homens) foi de 44,6 em 1998.

No México, onde a Lei Federal do Trabalho estabelece, desde 1931, uma jornada legal de trabalho de 48 horas por semana (seis dias), segundo a OIT a jornada de trabalho para operários e funcionários assalariados de ambos sexos foi de 44,7 horas em 1999, aumentando para 47 horas quando se considera apenas os homens. Aqui se destacam o setor da pesca, onde se trabalham 55,4 horas semanais, e o setor de “transporte, armazenamento e comunicações”, no qual a jornada média semanal é de 53,9 horas.

Na Coreia do Sul, que foi durante muitos anos um “tigre asiático” exemplar, o tempo semanal de trabalho para operários assalariados de ambos os sexos foi de 47,9 horas em 1999 e 48,2 horas no caso específico dos homens. Neste país também se destaca a divisão de “transporte, armazenamento e comunicações”, onde a jornada ultrapassa as 50 horas; a indústria manufatureira, locomotora do desenvolvimento capitalista deste país, apresenta uma jornada semanal de 49,5 horas. Tudo isso apesar de que a jornada legal, como já se apontou, é de 45 horas por semana.

No Canadá, contando somente operários (mulheres e homens), a jornada semanal de trabalho nas atividades econômicas, que era de 39,8 horas

em princípios da década de noventa, aumentou para 41 horas em 1999, contra 41,4 horas em 1998.

No Japão, o país que desencadeou a Terceira Revolução Industrial na segunda parte do século XX, a estatística indica o seguinte: considerando tanto os trabalhadores assalariados como autônomos de ambos os sexos, de todas as divisões econômicas, o tempo de trabalho médio foi de 42,3 horas em 1999. Ao considerar exclusivamente os homens, o tempo semanal aumentou para 46,6 em 1999, contra 46,5 um ano antes.

Na década de noventa, neste país oriental que deu impulso à *revolução ohnista*, o tempo semanal de trabalho se reduziu em 3,4 horas no primeiro caso (trabalhadores assalariados) e em 4 horas no segundo (somente homens).

Na Espanha, o tempo de trabalho semanal foi de 36,2 horas em 1999 e de 36,7 um ano antes; prevalece aqui, para ambos os sexos e em todos os setores produtivos (excluindo “agricultura, gado, caça e silvicultura” e a divisão de “pesca”) um tempo semanal de trabalho de 35,7 horas, enquanto que na indústria manufatureira tal tempo é de 36,3 horas. Contando apenas os homens (operários e funcionários), o tempo semanal de trabalho foi de 38,2 horas em 1999 e de 38,6 no ano anterior.

Na Alemanha, a jornada dos operários homens nos principais ramos econômicos era em média de 39,9 horas por semana em 1990 e passou, segundo a OIT, a pouco mais de 45 horas por semana, isto é, 182,1 horas mensais em média em 1998. Nestes cálculos influem provavelmente os ajustes trabalhistas da unificação das duas Alemanhas.

Nos Estados Unidos, o tempo semanal de trabalho médio no conjunto das atividades econômicas (deixando fora a divisão “agricultura, caça, silvicultura e pesca”) para operários assalariados de ambos os sexos ligados à produção foi de 34,5 horas por semana em 1999 e 34,6 um ano antes. Aqui se destacam os casos da divisão de “exploração de minas e pedreiras”, no qual o tempo semanal foi de 43,8 horas em 1999, e da divisão de “eletricidade, gás e água”, onde foi de 42,3 horas no mesmo ano. Por sua vez, o tempo médio de trabalho semanal na indústria manufatureira (onde se encontra o motor do “milagre norte-americano” recente, já que aí se encontram setores dinâmicos como a fabricação de maquinaria e equipamentos, informática e *software*, contabilidade e equipamentos de escritório,

comunicações, aparelhos elétricos e eletrônicos, instrumentos óticos, médicos e de precisão, etc.) foi de 41,7 horas por semana.

Vale dizer que, apesar do *boom econômico* e da revolução tecnológica que experimentaram, os Estados Unidos entre 1992 e 2000, no curso da década de noventa “o número médio de horas trabalhadas por semana aumentou de 40,6 em 1973 para 50,8 em 1997” (GUILLÉN, 2001/2002: 150). E este fenômeno também se apresenta em outros países desenvolvidos.

Os aumentos da jornada de trabalho e da mais-valia absoluta estão na base das seguintes afirmações de Robert Boyer (2001/2002: 14, grifos meus):

(...) o crescimento do regime fordista está morto. Foi substituído por uma forma totalmente diferente, onde os múltiplos empregos dentro da mesma família e *longas jornadas de trabalho* são os únicos métodos para sustentar o crescente consumo familiar (...) A expansão do crédito e da especulação financeira complementam a estratégia para manter os atuais incrementos nos níveis de vida.

E outra publicação confirma que “um estudo realizado pela Oficina de Estatísticas Trabalhistas dos Estados Unidos indica que as horas de trabalho estão chegando nesse país a cifras impressionantes, No caso do *Silicon Valley*, trabalha-se quase sessenta horas por semana” (CRÓNICA, 2000).

Os dados anteriores permitem corroborar uma *tendência ao prolongamento da jornada de trabalho*. Esta tendência é visível no setor manufatureiro, no qual, a média dos principais países desenvolvidos e subdesenvolvidos se mantém em 43,5 horas por semana em 1999, enquanto na América Latina a jornada de trabalho média é de 44 horas por semana.

A respeito, Sadi Dal Rosso (1996; 2000 e 2008), da Universidade de Brasília, com uma perspectiva global no estudo da jornada e tempo de trabalho e depois de um minucioso estudo do tempo de trabalho na América Latina e no Caribe¹⁰, demonstra que o fenômeno de aumento das horas de trabalho que acabamos de documentar toma lugar nos anos recentes e se aprofunda na década de noventa (Dal ROSSO, 2008).

Os Estados Unidos permitem projetar as tendências globais do capitalismo no que se refere às condições e direitos dos trabalhadores e dos cidadãos. A revolução do mundo do trabalho gerou três tendências nesse país: a) de contínua eliminação massiva de postos de trabalho como efeito da introdução de novas tecnologias e do conseqüente processo de automatização e de crise; b) de aumento da jornada de trabalho e, portanto, da mais-valia absoluta como mecanismo para compensar a redução sistemática dos salários e dos subsídios ao trabalho, sem esquecer as reduções do processo de produção originadas pela crise, mesmo em situações em que não se aplique tecnologia nem se realizem melhoras técnicas na produção e, c) de intensificação da força de trabalho.

O novo “modelo” de relações de trabalho e de exploração introduzido pelas corporações transnacionais com o apoio do Estado repousa nos seguintes pilares: a) intensificação do trabalho; b) aumento progressivo da jornada de trabalho; c) diminuição dos salários reais e, d) intenso processo de precarização da força de trabalho e do emprego, o que implica, sobretudo, na perda de direitos para os trabalhadores; e, por fim, e) aumento do desemprego e do subemprego em todas as suas formas, com o conseqüente aumento da pobreza.

À guisa de conclusão provisória, pode-se dizer que a superexploração do trabalho deixa de ser um atributo exclusivo das sociedades subdesenvolvidas do capitalismo dependente, fazendo-se presente também nas sociedades desenvolvidas; sua generalização é dada, na formação social mundial capitalista contemporânea, através da extensão da lei do valor-trabalho, numa ditosa aproximação da teoria do Marx.

Referências bibliográficas

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

AMIN, S. *Mundialización y acumulación capitalista*. In: *La nueva organización capitalista mundial vista desde el Sur*, tomo I. Samir Amin et. al. México: Anthropos-UNAM, 1995.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.

BOYER, R. *Diversidad y futuro de los capitalismos*. In: *Trayectorias*, nº 7/8, México, UANL, septiembre de 2001-abril de 2002.

CEPAL. *Panorama Social de América Latina*. Santiago: Organización de las Naciones Unidas, 1999-2000.

CEPAL. *Panorama Social de América Latina, 2000-2001*. Santiago: Organización de las Naciones Unidas, 2002.

CRÓNICA, 14 de mayo de 2000

CUEVA, O. L. de la. *La flexibilización de los derechos laborales en la recomposición del capitalismo*. México: UAM, 1997.

Dal ROSSO, S. *A jornada de trabalho na sociedade: o castigo de Prometeu*. São Paulo: Editora LTr, 1996.

_____. *El tiempo de trabajo en América Latina y el Caribe*. Trabalho apresentado no III Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo, área de Tecnología, Organización y Proceso de Trabajo, grupo Tiempo de trabajo, Buenos Aires, de 17 al 20 de maio de 2000.

_____. *Mais trabalho: a intensificação do trabalho na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

DIEESE. *O impacto das recentes transformações no mundo do trabalho sobre as contratações coletivas*. II Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho, 1 a 5 de dezembro de 1996, Águas de Lindóia/SP.

_____. *Jornada de trabalho: lutas e história*. In: *Boletim nº 197 do DIEESE*, São Paulo, agosto de 1997a.

_____. *Horas extras comprometem a criação de novos empregos*. In: *Boletim nº 197 do DIEESE*, São Paulo, agosto de 1997b.

GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

GUILLÉN, A. *La crisis de un mito, la nueva economía y la recesión estadounidense*. In: *Trayectorias*, nº 8/9, México, UANL, septiembre de 2001-abril de 2002.

JINKINGS, N. *O mister de fazer dinheiro, automatização e subjetividade no trabalho bancário*. São Paulo: Boitempo, 1995.

LORA, E. *Las reformas estructurales en América Latina: qué se ha reformado y cómo medirlo*. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, dezembro de 2001.

MARIÑA, A. *Factores determinantes del empleo en México, 1980-1998*. In: *Comercio Exterior*, México, nº 5, mayo de 2001, p. 410-424.

MARINI, R. M. *Las razones del neodesarrollismo* (respuesta a Fernando Henrique Cardoso y José Serra). In: *Revista Mexicana de Sociología*, México, vol. XL, (E), IIS-UNAM, 1978. p. 57-106.

_____. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MURILLO, V. S. *El mercado de trabajo en Brasil y México a la luz de la integración regional y la crisis financiera*. In: *Comercio Exterior*, México, nº 5, mayo de 2001. p. 425-437.

OIT. *Anuario y Boletín de Estadísticas del Trabajo*. Ginebra: OIT, 1997

_____. *World Employment Report 2001*. Geneva: ILO, 2001.

POZAS, M. de los Á. *Tendencias recientes de la organización de la industria en Monterrey*. In: *Flexibles y productivos, estudios sobre flexibilidad laboral en México*. Francisco Zapata (coord.). México: Centro de Estudios Sociológicos, El Colegio de México, 1998.

RIFKIN, J. *El fin del trabajo*. Barcelona: Paidós, 1997.

RUÍZ, M. L. V. (ed.). *La reforma laboral en América Latina. Un análisis comparado*. Lima: Oficina Internacional del Trabajo, OIT, 2001.

SAAVEDRA, J. *Angustias laborales en el Perú de hoy*. Pistas para salir de una encrucijada. Disponível em <<http://www.grade.org.pe/boletin/01/art02.htm>>. Acesso em: junio de 2000.

SOTELO VALENCIA, A. *Crisis capitalista y desmedida del valor: un enfoque desde los Grundrisse*. México: Editorial ITACA; UNAM-FCPyS, 2010.

TOKMAN, V. *El desempleo no se va de América Latina*. In: *Clarín*, Buenos Aires, 18 de diciembre de 1998.

Notas

¹ No Chile, a criação de empregos nesse país foi se tornando cada vez mais lenta em detrimento da população trabalhadora ativa.

* Este gráfico, tirado como imagem diretamente da fonte, não pode ser traduzido.

² Alguns trabalhos da escola da regulação tratam deste tema. Para uma exposição e análise crítica sobre esta escola, ver GOUNET, 1999.

³ Atualmente existe no México um projeto de reforma na legislação trabalhista vigente (“Ley Federal del Trabajo y Artículo 123 de la Constitución Política del País”) do governo federal, através da Secretaria do Trabalho e Previdência Social, e que em essência retoma a iniciativa que apresentou o Partido Ação Nacional (PAN) em 1995. Sua característica central é seu caráter neoliberal e expressa a tendência à flexibilidade regressiva e à precarização do mundo do trabalho.

⁴ Em janeiro de 1998 o Senado brasileiro aprovou a *Lei do trabalho temporário*, que “flexibiliza” o trabalho em todo o país. Esta lei permite estabelecer contratos temporais de 12 meses, que podem ser renovados por mais 12 meses, e o empregado fica livre da indenização de 40% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

(FGTS) no caso de demissão, enquanto o Valor Patronal à Contribuição do FGTS se reduz de 8 a 2% ao mês. Esta lei “permite a institucionalização do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil”, de acordo com Alves (2000: 246).

- ⁵ Segundo o *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*, Governo do Brasil, baseado em dados do IBGE, Tabulações Especiais do PNAD de 1995 a 1999; e Fundação Seade: <www.mj.gov.br/sedh/cndm/genero/mj01.html>.
- ⁶ Giovanni Alves (2000) compreende estas mudanças através da transição do “toyotismo restringido” da década de oitenta ao “toyotismo sistêmico” da década de noventa do século XX no Brasil dentro da noção de *superexploração do trabalho*.
- ⁷ Para este tema cf. SOTELO VALENCIA, 2010.
- ⁸ Para dados sobre a Coréia do Sul, ver <www.nso.go.kr/cgi-bin/sws_777pop.cgi>
- ⁹ Nestas indústrias, a jornada de trabalho passou de 48 horas para entre 40 e 47 horas semanais em 1985, segundo o DIEESE (1996: 17)
- ¹⁰ Ver também Dal ROSSO (2008), onde o autor mostra a tendência secular do sistema para intensificar o trabalho.

Adrián Sotelo Valencia

*Pesquisador e acadêmico do Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA) da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

** Texto originalmente elaborado em espanhol.
Tradução: Fernando Correa Prado.

Poder popular em El Salvador em tempos de ápice de reificação da vida cotidiana

Dagoberto Gutierrez*

Stefano Motta**

Poder popular em El Salvador em tempos de ápice de reificação da vida cotidiana

Resumo: O artigo trata de algumas questões relacionadas ao tema do poder e da construção do sujeito histórico em El Salvador na atualidade. Partindo da análise da materialidade da classe trabalhadora hoje, mostra-se como a vida cotidiana desta é mais imediata, mais fragmentada, mais alienada e fora do controle do ser social. Este contexto coloca novas barreiras ao desenvolvimento da consciência de classe e à construção de formas de organização e luta contra o capital. A isto soma-se a institucionalização conservadora dos partidos de esquerda, como o FMLN em El Salvador, que coloca a necessidade de construção de novas formas de poder popular. A partir destes desafios, e da particularidade de El Salvador, serão expostas algumas ideias centrais sobre a construção de novas formas de poder popular.

Palavras-chave: Reificação; Sujeito histórico; El Salvador.

People power in El Salvador during times of peak of reification of everyday life

Abstract: This paper tackles some issues related to power and the construction of historical subject in El Salvador nowadays. Starting from the materiality's analysis of the working class, it shows that daily life is today more immediate, more fragmented, more alienated and out of control of social been. This context arises new barriers in the development of class consciousness and the construction of forms of organization and struggle against capital. Further, other obstacle is the conservatory institutionalization of left parties, such as FMLN in El Salvador, which places the necessity to build new forms of popular power. Starting from these challenges, and from the particularity of El Salvador, we will expose some core ideas about the construction of new forms of popular power.

Keywords: Reification; Historical subject; El Salvador

Recebido em 30.08.2010. Aprovado em 20.09.2010.

Introdução

Desemprego massivo, aumento do trabalho informal e precário, violência a níveis de guerras civis, mercantilização da vida, “gestão de barbárie” (assistencialismo e extermínio), cooptação, criminalização da pobreza e das lutas: estes são alguns dos elementos que interferem na vida cotidiana de milhões de pessoas hoje na América Latina. A materialidade da classe trabalhadora em tempo de crise do capitalismo mostra hoje um cotidiano mais imediato, mais fragmentado, mais destrutivo, mais seqüestrado pelo mundo virtual e desconectado do mundo real, mais que nunca mediado por mercadorias, enfim um cotidiano mais alienado, reificado e fora de controle do ser social.

Quais são as implicações políticas desta nova materialidade cotidiana que vive hoje a classe trabalhadora? Este contexto coloca novas barreiras no desenvolvimento da consciência de classe e na construção de formas de organização e de luta contra o capital. A este quadro soma-se a institucionalização burocrática e conservadora de partidos históricos de esquerda (exemplo, Partido Socialista no Chile, o PT- Partido dos Trabalhadores no Brasil, a FMLN- Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional, em El Salvador) que coloca a necessidade de repensar novas formas de poder popular.

A partir dos desafios colocados pela reificação da vida cotidiana e pela particularidade do contexto de El Salvador, vamos abordar algumas questões em relação ao tema do poder e da construção do sujeito histórico nesse país. Levantaremos algumas questões sobre a relação entre movimento popular e partido político na formação do sujeito revolucionário e exporemos algumas idéias sobre a superação da dicotomia movimento-partido, a partir de uma relação dialética entre os dois, que dê conta de esvaziar a luta política, com todas suas contradições e conflitos, na luta institucional.

O “cotidiano” no contexto de crise do capital

Se nos albores do capitalismo o poder opressivo do capital era visível, personificado no capitalista que expropriava o trabalhador do produto do seu trabalho, hoje a maioria dos seres humanos tem a impressão de que a sua existência é movida por uma instância alheia, incógnita, impessoal¹.

A crescente mercantilização² de toda a existência humana e a reificação³ leva à formação de indivíduos sempre mais alienados, fragmentados, coisificados, apassivados⁴.

A alienação, no capitalismo contemporâneo, é um fenômeno que transcende o trabalho e abarca a vida cotidiana por inteiro, a reprodução da vida material e espiritual do ser humano que se desenvolve na sua “cotidianidade” em diferentes esferas (trabalho, vida privada, lazer, vida social, etc.). Qual é a especificidade da vida cotidiana hoje da classe trabalhadora?

A entrada do século XXI é marcada por uma crise estrutural e geral do modo de produção capitalista em escala planetária. Esta não é uma crise deste século. Começa nos anos 70 do século passado, após um período de longa recessão com pequenas crises no seu interior (crise do petróleo em 73 e 79, crise dos tigres asiáticas em 97, crise da bolsa em 2001, crise imobiliária em 2007, que se mantém até hoje). Paul Sweezy identificou dois elementos principais desse longo período de crise: *sobreacumulação* e *estagnação*. A solução dada para a reativação da economia estagnante foi a criação de uma infra-estrutura financeira autônoma em face da esfera produtiva. Incapaz de extrair mais valor na economia real, o capital jogou seu excesso de lucros e poupanças nas finanças, ativando o crescimento de uma enorme esfera financeira sempre mais concentrada⁵, e com esta, o parasitismo impulsionado pela especulação financeira. O resultado dessa virada foi o crescimento exponencial da dívida (pública e privada)⁶ associado ao crescimento extraordinário dos lucros financeiros. A criação de fundos de pensão, além de ser parte do processo de privatização da previdência, responde a este objetivo.

A partir deste cenário de estagnação e sobreacumulação, o capital procurou nos últimos 30 anos todas as formas possíveis para extrair mais valia. Uma destas foi a destruição de forças produtivas através de guerras e ataques ao trabalho. O gasto militar dos EEUU, 47% do gasto mundial, quase se duplicou nos últimos nove anos⁷, e aproximadamente trinta milhões de pessoas (equivalente ao 20 % da PEA) recebem ingressos do gasto público militar (BEINSTEIN, 2009: 122). Ainda que a possibilidade de uma guerra mundial esteja presente, sobretudo com a ameaça da queda

do dólar, até agora a produção de armas fomentou mais guerras regionais em várias partes do mundo, especialmente no Oriente Médio e na África, e novas “guerras civis”⁸ (MENEGAT, 2008: 162), produto do aumento exponencial da violência nas grandes metrópoles. Aumento do desemprego, pauperização crescente e crescimento incontrolável do fluxo migratório do campo para as cidades criaram uma situação social explosiva. Além da violência real, o capital precisa criar mais medo e insegurança para legitimar a repressão do Estado (desde os *caveirões* do Rio de Janeiro até os genocídios no Iraque ou Afeganistão); eis aí o papel chave da televisão e dos meios de comunicação de massa sempre mais sensacionalistas, que espetacularizam a violência em todas as formas. E com isso também cumprem outro papel fundamental: banalizar e naturalizar a violência. O cotidiano de hoje da classe trabalhadora é portanto mais inseguro, mais isolado e individualista, pelo aumento do medo e da desconfiança e mais horrível, ainda que indiferente ante o horror.

A outra saída comum do capital em épocas de crise é a destruição do trabalho e/ou um incremento da extração de mais-valia. De fato, isso se realizou, através da reestruturação produtiva e de uma nova ofensiva contra o trabalho, liquidando conquistas históricas dos trabalhadores do século passado, assumindo novas formas de trabalho precário, subcontratado e desregulado, além do aumento de demissões massivas⁹.

A reestruturação produtiva (fragmentação das linhas de produção, trabalho temporário, trabalho em casa, trabalho por tarefa, *part-time*, trabalho informal, etc.) tem impactos diretos na cotidianidade da classe trabalhadora¹⁰, com repercussões políticas importantes. Hoje é mais difícil identificar o conflito capital-trabalho, sobretudo por aqueles trabalhadores que sofrem da subsunção indireta ao capital, sempre em maior número, como também é mais difícil a organização da classe, devido à fragmentação que esta vem sofrendo.

A nova ofensiva do capital contra o trabalho e essa nova morfologia do trabalho cria um novo cotidiano na classe trabalhadora, não só no ser da classe enquanto abstração sociológica, mais fragmentada e, portanto, limitada na sua capacidade de organização e na formação de consciência, como também no ser da classe que, no seu dia-a-dia, está

mais angustiado e frustrado por não conseguir vender sua força de trabalho por mais barata que seja ou mais autculpabilizado e autodesprezado por não ser um “bom micro-empresário”. O desemprego estrutural e o forte crescimento do exército de reserva acresceram também o reino da sobrevivência e da lógica do “salve-se quem puder”, minando assim a instauração e consolidação dos laços de cooperação e solidariedade entre a classe trabalhadora, no seu cotidiano.

Outra saída para o capital tem sido a crescente ampliação da esfera do mercado na mediação das necessidades humanas. Isso precisou de processos de contra-reforma, de desmantelamento do Estado e retirada de direitos, de modo que a mercadoria, hoje, resulta presente na quase totalidade da existência humana. As receitas neoliberais instauraram um “Estado de mercado”, ou seja, um Estado que privatiza, flexibiliza, liberaliza e transfere à esfera do mercado tudo o que é possível. Junto a isto, o controle do Estado pelo grande capital.

O aprofundamento das políticas neoliberais foi possível através da desmobilização política operada por uma estratégia sistemática de cooptação dos movimentos populares, por um lado, e de “gestão da barbárie” (MENEGAT, 2008: 171) por outro, isto é, a estratégia de controle do conflito social através da destruição de parte dessa massa excedente e explosiva do exército de reserva (através da repressão de Estado produzindo verdadeiros genocídios nas periferias urbanas) ou o apaziguamento da sua conflituosidade (através do enorme leque de planos assistenciais que ainda não resolvem a pauperização e a degradação social, mas têm uma excelente rentabilidade política). A isto se soma a monetarização das políticas sociais, já não mais universais, que tornam a massa excedente do exército de reserva em sujeitos monetários em vez de sujeitos de direitos. Essa nova estratégia de desmobilização política não faz mais que reforçar a esfera do imediatismo e da sobrevivência próprias da vida cotidiana: “é melhor pensar em ganhar algo agora, hoje, e resolver as mágoas ‘cotidianas’ que perder tempo em lutas abstratas e ideológicas irrealizáveis”. A política, junto com a sociedade, foi se mercantilizando sempre mais, o que, somado ao acomodamento da esquerda institucional, gerou um crescente descrédito da classe trabalhadora para com as instituições da democracia represen-

tativa burguesa. As eleições, quando não acompanhadas por processos de mobilização social, já não mais mobilizam política e ideologicamente; elas viraram algo ritual, cotidiano; ir votar é como ir ao mercado. Com efeito, tanto os candidatos como os votos que eles precisam são outras mercadorias mais: aqueles se vendem, estes se compram.

A vida inteira se mercantilizou, e as mercadorias permeiam a inteira reprodução da existência material e espiritual, conseguindo controlar e organizar a inteira existência dos seres humanos, desde escolhas de vida existenciais até as escolhas das atividades mais triviais. Além de exercer um controle real da materialidade cotidiana dos indivíduos, a expansão da mercantilização da vida penetra até os recantos mais profundos da subjetividade e na formação de identidades dos seres humanos: “Lo que mediante el *dinero* es para mi, lo que puedo pagar, es decir, lo que el dinero puede comprar, eso *soy yo*, el poseedor del dinero mismo. Mi fuerza es tan grande como lo sea la fuerza del dinero. Las cualidades del dinero son mis – o de su poseedor – cualidades y capacidades esenciales” (MARX, 2006: 147). “Somos apenas aquilo que compramos e que consumimos. (...) o sujeito – vendedor ou comprador – acaba se identificando com a mercadoria: no limite, é como se você fosse o tênis que usa, ou o celular que consegue comprar” (VIEIRA, 2005: 16-17).

Outro impacto que vemos da produção mercantil hegemônica na alienação dos seres humanos é, assim como colocado por Maria Rita Kehl, a perda das produções subjetivas próprias e o impacto que isso gera na organização das vidas cotidianas das pessoas.

Quanto mais o indivíduo, convocado a responder como consumidor e espectador, perde o norte de suas produções subjetivas singulares, mais a indústria lhe devolve uma subjetividade reificada, produzida em série, espetacularizada (...). A mídia produz os sujeitos de que o mercado necessita. (...) as pessoas, despojadas ou empobrecidas em sua subjetividade, dedicam-se a cultivar a imagem de outras (...). Consome-se a imagem espetacularizada de atores, cantores, esportistas e alguns (raros) políticos, em busca do que se perdeu como efeito da espetacularização da

imagem: a dimensão, humana e singular, do que pode vir a ser uma pessoa, a partir do singular ponto de vista de sua história de vida (KEHL, 2005: 51, 53, 66, 67).

O Estado se adequa as novas formas de dominação e, na passagem das ditaduras as democracias, os exércitos dos 80 foram substituídos pelas multiplicação de seitas religiosas, de ONG¹¹ e de grandes corporações da comunicação de massa, que já não informam, só impressionam, idiotizam e fragmentam a realidade. Os formatos mudaram para que tudo seja um entretenimento, um espanto ou um gozo, suspendendo assim o pensamento e projetando os indivíduos em outro mundo, o virtual. Com a mesma eficácia operam as novas tecnologias, sequestrando milhões de pessoas cada dia, por horas, frente a seus computadores (veja os fenômenos das redes sociais tipo Orkut, Facebook, etc.), aos videogames, ficando longe da realidade e das próprias experiências. A situação não muda com as produções artísticas (música, teatro, cinema) mediadas pela mercadoria como nunca, banalizadas e simplificadas para atender às necessidades do consumo rápido, aqui e agora. Está claro que o consumo de subjetividades reificadas, produzidas em série, tem desdobramentos políticos, no que diz respeito às barreiras a formação da consciência de classe. Ao desconectarmos da nossa experiência da vida real e transitarmos no mundo virtual e do espetáculo fica mais difícil enxergar as contradições de classe que o capital nos coloca cotidianamente.

Essa nova materialidade vivida pela classe trabalhadora deixa claro que a formação de sujeitos históricos hoje passa também pela quebra deste cotidiano alienado e reificado, mais mediado do que nunca pela mercadoria; mais imediato, fragmentado, destrutivo e indiferente ante violência e destruição, mais sequestrado pelo gozo, pelo desejo, pelo mundo virtual e desconectado com o real; enfim, um cotidiano mais fora do controle do ser social.

Se tomarmos como pressuposto as conclusões de Mézáros colocando o debate sobre a diferença entre superação do capitalismo e do capital, onde a primeira não supõe necessariamente a segunda, e que a superação da ordem do capital passa pela socialização dos meios de produção controlada por processos autogestionários, implicando em

uma nova forma de construir e exercer o poder, e pela superação das mediações de segunda ordem (MESZAROS, 2009), a grande indagação é: como impulsionar esse processo em uma sociedade ainda dominada pelo metabolismo do capital? Varias experiências que se propõem superar o capital têm a dificuldade de avançar por ter que sobreviver, no cotidiano, dentro da sua lógica, e ficam assim devoradas por este, tornando-se inócuas para a ordem. Como superar o limite da formação de uma nova subjetividade, que surja desde dentro de uma objetividade “cotidiana” dominada pelo reino da sobrevivência e da reificação de toda nossa existência? Como construir algo por fora do capital tendo que sobreviver dentro deste? Qual é a natureza das formas organizativas necessárias para enfrentar as novas formas de dominação do capital? Qual é a natureza do poder popular que se precisa construir em tempos de reificação da vida cotidiana?

Algumas premissas gerais sobre o poder e o Sujeito

Seria um erro pensar em modelos ou exemplos organizativos universais que dêem conta dos desafios até agora colocados, pois em cada formação social, e a partir da análise da situação concreta em um determinado momento histórico, se precisará elaborar as táticas e estratégias organizativas adequadas a aquela realidade. Neste artigo analisaremos, portanto, a particularidade dos desafios colocados para a formação do sujeito histórico em El Salvador.

Entretanto, nos parece importante colocar umas premissas, a nosso juízo, válidas para todas as formações sociais. De acordo com Boron, consideramos que seja preciso a tomada do poder das classes dominadas, e tomar o poder requer três condições:

En primer lugar, la constitución de una nueva relación de fuerzas en la cual las clases dominadas se convierten en clases dominantes (...) que requiere de la organización y movilización democrática de un vasto campo popular que derroca a las clases explotadoras y las desaloja de las posiciones de poder que ocupaban (...) en segundo lugar, este proceso de construcción de una nueva correlación de fuerzas pasa por el

ámbito fundamental del Estado (...) porque de esa manera el nuevo equilibrio de fuerzas sociales se fortalece con los reaseguros institucionales, legales, administrativos y represivos que se necesitan para cristalizar la nueva situación y garantizar la relativa irreversibilidad del nuevo estado de cosas que frustra el sueño restaurador de las viejas clases dominantes. (...) Y la tercera cuestión es la puesta en marcha de la prolongada y conflictiva instauración de un nuevo orden económico, político y social que ponga fin a la sociedad anterior, procediendo a la socialización de la economía, de la política y la cultura y dando inicio a un proceso de transición que coloque al país en la ruta del autogobierno de los productores. Es decir, de la creación de una sociedad sin clases y sin Estado (BORON 2007: 34-35).

Ademais, partindo do pressuposto da reestruturação produtiva do capital e da crise da institucionalidade da democracia formal burguesa (incluindo os partidos¹²), nos parece importante, mais do que definir aprioristicamente quem é o sujeito revolucionário¹³ hoje, (o qual muda em cada país em base ao contexto econômico-político), compreender qual é o perfil da classe em cada formação social, quais são as tarefas do momento e, a partir disso, quais são os instrumentos mais adequados para operacionalizar essas tarefas, tendo clareza que, ainda com os ritmos e as formas próprias de cada contexto, a alternativa é comum e tem nome: o socialismo.

Igualmente nos parece importante combater a fragmentação material (fruto da reestruturação produtiva) e espiritual (ideologia pós-moderna) que faz com que se centre a atenção no micro, no local, no pequeno, no diverso, etc., articulando todas as forças progressistas e as diversas lutas setoriais (de mulheres, negros, indígenas, camponeses, desempregados, etc.) aos setores revolucionários do movimento operário, tendo a preocupação constante da definição de uma estratégia de poder e em um projeto unificado contra o capital. As formas, como já mencionado, dependerão de cada contexto, ainda que algo de extrema importância seja a sensibilidade dos revolucionários de estar sempre sintonizados ao movimento do real de cada contexto:

A qualidade de um revolucionário se mede por sua capacidade de encontrar táticas adequadas a cada mudança de situação, em ter sempre em mente as diversas táticas possíveis e em explorá-las ao máximo. Seria um erro imperdoável descartar por princípio a participação em algum processo eleitoral. Em determinado momento ele pode significar um avanço do programa revolucionário. Mas seria imperdoável também limitar-se a esta tática sem utilizar outros meios de luta, inclusive a luta armada como instrumento indispensável para aplicar e desenvolver o programa revolucionário (GUEVARA, 1970: 50).

Breve histórico dos sujeitos revolucionários na formação social salvadorenha

Para discutir em torno da formação do sujeito revolucionário em El Salvador e os desafios atuais, vamos recorrer brevemente os diferentes períodos revolucionários do país e a natureza de suas vanguardas.

A história da formação socioeconômica salvadorenha nos mostra como neste país o sujeito revolucionário tem sido integrado por múltiplos setores nas diferentes épocas históricas: indígenas, camponeses, classe operaria, estudantes, empregados públicos. Entretanto será a análise da FMLN (Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional) e suas metamorfoses ao longo destes últimos 20 anos que tomaram o centro da nossa atenção para analisar a possibilidade, ou melhor a necessidade histórica, da construção de um novo sujeito revolucionário na atualidade.

O primeiro levantamento insurrecional relevante em El Salvador foi logo após a independência da colônia espanhola, em 1833, levantamento essencialmente camponês e indígena, liderado por Anastasio Aquino. Ao longo do século XIX vão se impulsionando no país as reformas liberais que confiscaram as terras comunais camponesas, forçando-os a trabalhar nas fazendas dos senhores e consolidando assim uma poderosa oligarquia em torno do negócio do café. Em 1932 houve outra importante insurreição, também camponesa e indígena, mas desta vez com uma direção e sentido mais ideológico, pois foi dirigida pelo recém formado

Partido Comunista de El Salvador. Esse levantamento foi igual ao de 1833, aniquilado, derrotado, seus dirigentes assassinados e o povo massacrado, com um saldo de 30.000 mortos.

Em Abril de 1944, houve um levantamento cívico-militar por parte de alguns jovens oficiais contra a ditadura do General Martínez, apoiado por uma greve geral (Huelga General de Brazos Caídos) na qual participaram ferroviários; operários; empregados públicos e do comércio; estudantes secundaristas e universitários, que terminou com o derrocamento da ditadura Martínez.

Nos anos 50 começa o processo de industrialização do país, a construção de grandes obras públicas (rodovia litoral, porto de Acajuctla, barragem 5 de Novembro) que favoreceram o desenvolvimento industrial, sobretudo do setor têxtil, além da indústria do calçado, cimento e químicos. Nasce, portanto, um proletariado industrial (em 57 tem lugar o primeiro Congresso da Confederação de trabalhadores e em 65 a primeira tomada de fábrica) que, em Outubro de 1960, junto com os estudantes universitários, derruba o governo do coronel Lemus. Tanto no derrocamento dos governo em 44 como em 60 está ausente o setor camponês e o cenário da luta foram as principais cidades.

A guerra dos 20 anos

Cinquenta anos após 1932, no início dos anos 70, estoura a guerra de 20 anos, dirigida não só pelo partido comunista, como também por outras organizações políticas, revolucionárias: Forças Populares de Libertação (FPL), o Exército Revolucionário do Povo (ERP), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-Americanos (PRTC) e a Resistência Nacional (RN). As primeiras organizações guerrilheiras começam seu trabalho no campo apoiadas pelas comunidades eclesiais de base. Assistimos, portanto, ao reaparecimento do setor camponês como sujeito revolucionário junto a novos setores como professores, artistas, intelectuais, estudantes universitários, habitantes dos bairros marginais e uma classe operária industrial reduzida (a partir do desmonte progressivo, nestes anos, da planta industrial) nas cidades que se incorporam à luta revolucionária. O sujeito revolucionário, basicamente camponês, construiu um exército popular que conseguiu controlar inteiras regiões do país.

Entretanto, cada uma das cinco organizações guerrilheiras construiu, ao longo dos 70, suas próprias organizações de massa que se articularam em 1980 na Coordenadoria Revolucionária de Massas. A radicalidade e massividade do movimento popular constituíram um fator central no desenvolvimento do movimento revolucionário em El Salvador.

Um dos elementos mais importantes que distingue a revolução salvadorenha foi o auge de um forte movimento de massas e sua articulação com a guerrilha. A luta de massas jogou um papel de propulsor fundamental na revolução. Além disso, a principal retaguarda da FMLN foram as massas, como falou o Comandante Marcial das FPL, “*nuestras montañas son las masas*”, ou seja, em um país que não tem montanhas e é tão pequeno como El Salvador não se pode explicar a revolução salvadorenha, o crescimento e a força da guerrilha sem o apoio do movimento de massas. Isso explica a estratégia do exército de aniquilar o povo, de “quitarle el agua al pez”, de “tierra arrasada” que levou em apenas três anos (de 80 a 83) ao genocídio de mais de 30.000 salvadorenhos civis por parte dos aparelhos de repressão do Estado.

Este primeiro elemento determina outros dois: 1) a articulação entre sindicatos, frente de massas, partidos revolucionários e seus braços armados, e, portanto a combinação entre luta econômica, luta política e luta militar permite romper com o foquismo e a concepção militarista da revolução, e permite que esta encarne na consciência coletiva e se transforme em força material do povo salvadorenho. 2) a ruptura com as concepções burguesas e reformistas da revolução promovidas pelos partidos comunistas latino-americanos (incluindo o salvadorenho) que foi possível não tanto pela decisão de uma vanguarda revolucionária, mas também pela experiência vivida e organizada das massas; por um processo de organização operária, camponesa e de massas, independentes frente ao Estado, que impulsionou a direção dos partidos revolucionários a romper com o programa da Junta Revolucionária e a constituir a FMLN () em 1980.

Ainda que o auge do movimento de massa tenha contribuído para a radicalidade e o crescimento do processo revolucionário, a ampliação das forças sociais e políticas, que participaram na luta, não correspondeu com o aprofundamento do projeto

político. Isso tem a ver com a natureza da FMLN que foi nos anos da guerra, ou seja, de 1980 até 1992, uma aliança política, conformada por partidos revolucionários com divergências ideológicas. Aliança é quando se estabelece um acordo político com cimento político. Diferente de uma unidade que se estabelece quando é feito um acordo político com cimento ideológico. O fundamento desta aliança foi político, não ideológico. Não tínhamos as mesmas concepções ideológicas, mas sim coincidíamos nos aspectos políticos. O que construía o acordo era o fator anti, não o fator por. Quando se colocava o projeto político apareciam as grandes divergências; por isso esta ampliação social não se expressou no aprofundamento do projeto político. Ao terminar a guerra, termina o acordo político e se forma um partido político.

Da política “com” e “desde” as massas à política de Estado

Quando a guerra termina, morre a FMLN porque o fundamento objetivo do acordo era a aliança. O partido político FMLN que nasce tem uma natureza muito diferente da FMLN movimento guerrilheiro, que jamais foi um partido político. Como parte dos “Acordos de Paz” o Estado converte o FMLN em uma pessoa jurídica, uma instituição de direito público, um partido legal que pode concorrer em eleições. O movimento político armado FMLN não precisava de legalidade, mas sim de legitimidade. O partido político FMLN ganha legalidade, entretanto, perde legitimidade. Ao finalizar a guerra renuncia-se ao pós-guerra. Isto é um problema teórico e político, porque nenhuma guerra é seguida pela paz; toda guerra é seguida da pós-guerra, sobre tudo uma guerra como a de El Salvador, por brutal e prolongada, onde combatemos todos os dias a morte, de maneira inclemente. Mas em El Salvador renunciou-se ao pós-guerra em nome da paz. O conceito paz é um conceito simples de definir, pensar e viver, entretanto a figura paz é provocadora e no caso do processo salvadorenho teria um peso eleitoral, e no processo sacrificou-se o político pelo eleitoral. O FMLN histórico sempre esteve dentro da sociedade mas fora do sistema. O partido FMLN situa-se dentro do sistema mas fora da sociedade.

O que acontece, então, com a construção do sujeito revolucionário no pós-guerra? Antes, o movimento popular era o viveiro do qual se alimentava o movimento revolucionário. Os dirigentes revolucionários conduziam o movimento popular e, a partir deste, fortaleciam suas distintas organizações. Após 92 estes passam da insurreição à instituição,

durante la guerra estuvieron al mando de los frentes guerrilleros, del frente internacional, diplomático y de masas. Hoy están en los ministerios, en el parlamento, en las alcaldías. Pero no están en el movimiento popular y social. No hay un solo miembro de la dirección nacional del FMLN que sea un dirigente del movimiento popular y social. (SIEP 2010)

Se, durante a guerra, a preocupação central era a organização popular, no pós-guerra a FMLN se torna uma poderosa máquina eleitoral, cujo objetivo principal é a disputa de cargos políticos no parlamento e nos poderes locais. O potencial revolucionário, ou seja, a experiência política das massas adquiridas durante mais de 30 anos de construção de poder popular, fica neutralizado, bloqueado para ser canalizado exclusivamente na disputa eleitoral. O partido FMLN, aproveitando-se do patrimônio do FMLN histórico, em uma década se torna a principal força política do país (controlando uma média de 30-35% de deputados da Assembléia Legislativa e uma porcentagem equivalente de prefeitos e vereadores). O abandono da organização e da luta de massa, faz com que este poder formal não se transforme em poder real, em poder popular. Isso fica demonstrado claramente na completa inoperância da política de Estado executada pelo partido nos 15 anos de pós-guerra, quando não se conseguiu deter nem um só projeto contemplado nas receitas neoliberais, fazendo com que El Salvador se tornasse “um dos laboratórios mais completos do neoliberalismo no planeta”, tomado como exemplo para outros países no mundo¹⁴.

A metamorfose da FMLN coloca uma série de questões relacionadas ao tema do poder e da construção do sujeito revolucionário. O partido FMLN deixa de fazer política e se desenvolve na experiência de fazer a política do Estado; isso desmobiliza o amplo e combativo movimento de massas dos anos 80, não

só porque o partido já não promove mais a organização e a luta da classe trabalhadora, dedicando-se exclusivamente à disputa eleitoral, mas porque até as campanhas eleitorais respondem à lógica do aparato da máquina eleitoral. Quem faz política nas campanhas eleitorais não são as massas trabalhadoras mas o partido e as campanhas não expressam as políticas, os problemas e as lutas da classe trabalhadora; esta última, já não mais faz política nas campanhas eleitorais, mas bem participa na política do partido. É verdade que toda campanha eleitoral pode ser contaminada pela política e, inclusive, uma campanha eleitoral pode se converter em uma campanha política; e uma campanha política pode, em determinadas circunstâncias, se converter em uma campanha eleitoral. A chave se encontra na definição dos conteúdos da campanha eleitoral e se as campanhas eleitorais conseguem esvaziar a realidade, com todas suas confrontações e contradições; ou se, simplesmente, se trata de definir quem vai governar no próximo período.

Finalmente em 2009, Mauricio Funes, um jovem jornalista, que apresenta sua candidatura a Presidente da República com a FMLN, se torna o presidente do país. Desde a campanha eleitoral até o primeiro ano do seu mandato, este governo constrói uma filosofia política própria, centrada em três pilares:

1. Governo de Unidade Nacional: a palavra nacional é problemática, antes de tudo porque El Salvador não é nação, pois existe uma nação em uma sociedade que compartilha projetos históricos, uma visão de futuro, projetos de futuro, que não é o caso de El Salvador. Que interesse comum existe entre um poderoso banqueiro e uma pessoa que tenta escapar das corredeiras do furação Agata? Ou entre os milhões de salvadorenos que emigram e os donos do país? Existe uma nação quando todos compartilham os mesmos projetos. Por exemplo, o povo palestino, que congrega comunistas, anti-comunistas, setores de direita que compartilham o propósito de converter-se em um Estado, em compartilhar um território sobre o qual tenham soberania.
2. Governo para Todos: no discurso de posse, Funes afirmou que seu guia seria Monsenhor Romero e que governaria para os mais po-

bres. Ao mesmo tempo falou também que Obama e Lula seriam seus guias. A menos que a sociedade salvadorenha seja uma exceção das sociedades humanas, organizadas em classes sociais em conflito, não será possível um Governo que governe para todos; assim como impossível será seguir guias que vão em direções opostas.

3. Governo sem partido: a mensagem é que se eu governo para todos não preciso de partido político que apóie minha política porque não existem resistências, minha política é a política de todos; eu estou com todos e todos estão comigo.

Os três pilares desta filosofia têm um fio condutor que remete à idéia de um governo com poder mágico de fazer desaparecer o conflito, a luta política, os partidos e as classes sociais. Após um ano de governo, esta filosofia vem se revelando um fracasso e o governo aparece no limbo político; ou seja, ainda que neste período de governo, Funes tenha, de fato, governado para os donos do país abertamente¹⁵ e tenha, também, expulsado a FMLN do Governo¹⁶, este não tem o apoio da oligarquia, que está mais acostumada a mandar que a dirigir¹⁷ e não admite pagar impostos e, portanto, não aceita uma reforma tributária proposta por Funes para salvar um governo agônico. Por outro lado a mudança que o povo tanto esperava não aparece, em termos de mudança de vida, portanto se esfuma a esperança, e, embora o povo ainda não abandone o governo, já não confia plenamente nele, passando da confiança e esperança à desesperança e desconfiança.

É nesta conjuntura histórica da realidade salvadorenha, depois de quase duas décadas de pós-guerra, na qual o sujeito revolucionário tem sido seqüestrado pela máquina institucional do partido na promessa de uma mudança ao “chegar ao poder” que não aconteceu, com uma oligarquia primitiva que não sabe governar sob as regras da democracia burguesa, e um governo agonizante economicamente, atolado frente ao fracasso de uma política “acima das partes”; se abre hoje a possibilidade para os movimentos populares salvadorenhos de construção de uma alternativa, de se constituírem como um novo sujeito revolucionário.

O novo sujeito revolucionário

Antes de entrar nas idéias principais deste novo sujeito a construir, consideramos importante, referir brevemente à materialidade da classe trabalhadora salvadorenha na atualidade.

Qual é a morfologia atual da classe trabalhadora salvadorenha? Após mais de uma década de reformas neoliberais, da mercantilização de quase todos os espaços da vida humana, do aumento da violência (a ponto de superar os índices da guerra civil), e da transferência dos negócios da burguesia de um modelo agro-exportador a outro fundado no setor terciário (sobretudo do setor financeiro e do comércio) geraram-se impactos na morfologia da classe trabalhadora (aumento do trabalho informal que chegou quase ao 60% da PEA) mais fragmentada e alienada, e provocou-se um fluxo de migração crescente aos Estados Unidos, chegando hoje a ter em torno de 7 milhões de salvadorenhos em território nacional e 2 milhões vivendo nos Estados Unidos. As remessas destes 2 milhões são a principal fonte de divisa que entra no país e que sustenta uma economia improdutiva e terceirizada.

Estas mudanças na materialidade da classe, além do já mencionado processo de institucionalização da FMLN, provocaram impactos na formação do sujeito revolucionário e o enfraquecimento tanto dos setores sindicais organizados como do setor camponês. Entretanto, novos setores compõem hoje o sujeito revolucionário, destacando-se os vendedores informais (que enchem os mercados das principais cidades, e vêm se organizando contra a remoção e a repressão policial) e o setor comunitário de moradores atingidos pelos novos projetos de expansão do capital estrangeiro (exploração da mineira metálica e construção de barragens) organizados em movimentos em nível nacional.

A instituição que nasce e cresce a partir do movimento

Retomando a particularidade do sujeito revolucionário salvadorenho na atualidade, o momento histórico exige a construção de um novo sujeito político que rompa com a confusão gerada pela indefinição da FMLN ante o Governo Funes e libere o povo e os milhares de militantes honestos da FMLN das amarras da cúpula de dirigentes da

FMLN, que se tornaram, cada vez mais, comerciantes que dirigentes políticos. Um sujeito que permita ao povo deixar de ser ator para tornar-se sujeito político, eis um povo dono da sua própria organização política independente, dono de sua própria política, seja dono de seu projeto político, de seu programa político e dono das condições para lutar pelo poder. Trata-se aqui de como as organizações populares precisam ser o coração deste sujeito, que se pode chamar de partido; mas é preciso passar à organização de um partido político que se nutra da força política, ideológica e moral das organizações sociais. Este partido não tem que ser uma fábrica de candidatos e nem uma fábrica de funcionários; os dirigentes deste partido não devem ser candidatos nas eleições, nem devem ser funcionários. Devem ser pessoas que estão metidas na luta da gente todos os dias. Qual é o drama do partido FMLN? Que como todos são funcionários, ninguém faz política, porque a política que se faz na Assembléia Legislativa não é a política da classe trabalhadora, é a política do Estado. A política do campo popular é outra, é a luta pelo trabalho, a luta pela água, a luta pela comida, a luta pela agricultura, a luta contra a contaminação, a luta contra as barragens, a luta contra a mineração; esta é a política dos trabalhadores. O partido FMLN não faz a política dos trabalhadores, e sim a política do Estado.

Nesta concepção de sujeito, o coração desta nova figura seria o movimento popular que cria sua própria institucionalidade, o partido, conforme as exigências da situação, para articular a luta política à luta eleitoral, ou como dizimos anteriormente, para esvaziar a luta política, com todas suas contradições e conflitos, na luta institucional. A idéia é radicalizar a democracia montando uma nova democracia (participativa e direta), além da representativa¹⁸, que a substitua sem aniquilá-la. Onde a estrutura partidária não se separe da classe trabalhadora e suas lutas, e as organizações populares não se separem do aparato posto que é seu aparato, seu meio, instrumento e os interesses da classe são o fim, algo que muito bem sabemos que não acontece hoje. Hoje a gente é o instrumento e o meio para que os partidos cheguem aos cargos públicos, mas não é o fim; o fim é o aparato. Por isso quando passam as eleições somos enterrados assim como as cigarras, e somos desenterrados só quando chegam novamente as eleições. O im-

portante é também não ser funcionário, e não estamos falando partindo do ponto de vista formal porque formalmente é inevitável, mas do ponto de vista real, que você não se sinta funcionário. Um funcionário é aquele que considera que sua função é o fim e que ele é simplesmente o meio para um fim. Um funcionário público não deve ser um privilegiado, e isto tem a ver também com o salário que ganha; deve ser um servidor e não alguém que se sirva do cargo.

Aqui estamos falando, portanto, de uma concepção de partido que supere a dicotomia movimento-partido, assim as visões parciais caem no espontaneísmo sem um projeto das massas, por um lado, ou na burocratização conservadora da instituição, por outro. Se a idéia é a de um partido que nasce e se constrói a partir do movimento sua função é servir

para realizar las metas de las organizaciones del pueblo y que no pretenda remplazarlo; que se asuma como momento, no como exteriorización fija y especializada en el ejercicio del poder” (...) [que no busca] imponer sus propio ritmos, los ritmos de la organización, del aparato [lucha electoral], dejando de lado el trabajo tendiente a generar o apuntalar los hechos capaces de modificar la realidad [lucha política]. (MAZZEO, 2005: 106-107, 109).

Ou assim como sinalizado, há quase um século atrás por Rosa Luxemburg “o papel do partido não consiste em mandar arbitrariamente, mas em adaptar-se à situação o mais habilmente possível, mantendo o mais estreito contato com a moral das massas” (LUXEMBURG apud LOUREIRO, 2004: 84-85).

O fundamental na construção do novo sujeito revolucionário é entender que a mãe na construção do sujeito é a luta política, construtora permanente do poder real, do poder popular, dia após dia. Portanto a função primordial do novo sujeito será experimentar as melhores táticas em cada situação concreta para fortalecer permanentemente a luta política. E a luta política servirá como base para a luta eleitoral. A luta política se esvazia na luta eleitoral e a luta eleitoral se converte em instrumento da luta política. É preciso aprender a fazer

este jogo, de como fazer a luta eleitoral para servir à luta política. Para tanto, é preciso um processo de educação política permanente. É preciso abrir milhares de escolas políticas em todo o país para que a gente conheça a realidade histórica do país, entenda porque ocorre o que ocorre, para aonde vamos, o que é preciso fazer para influir no rumo dos processos. É preciso que se conheçam as forças políticas que estão se movendo nesta realidade. Este processo de educação política tem que ser vinculado à luta em cada lugar; por isto este partido tem que ser vinculado à luta para conseguir que a gente faça política, sua política.

Assim como na formulação da Pedagogia do Movimento Sem Terra precisamos de uma formação política que não só prepare para a luta, mais também que faça da luta uma escola (CALDART, 2000), onde se destaca a dimensão educativa das ações de luta e de toda prática cotidiana que rompa com a racionalidade do capital, atribuindo assim novos significados a velhos conceitos e práticas, construindo assim novos espaços de sociabilidade desalienantes, que rompam com a lógica do lucro, do interesse pessoal e que neguem a produção mercantil. Não nos referimos, portanto, a uma concepção tradicional de formação política, doutrinária e mecanicista, mas a possibilidade de criar espaços formativos no mais amplo leque de atividades onde se consiga desenvolver uma consciência de classe.

E, quando pensamos no papel da educação na formação de uma consciência de classe, não pensamos na transferência de uma consciência pré-confeccionada pelas vanguardas aos indivíduos “incultos”: pensamos no desenvolvimento de uma autoconsciência de classe. Além de ter consciência das causas históricas e estruturais dos nossos problemas e da nossa situação de vida, precisamos ter, também, consciência de nós mesmos, da nossa história, da nossa personalidade, da nossa afetividade e entender como esse lado subjetivo da nossa individualidade é fruto da nossa condição histórica, ou seja, da nossa construção social no sistema capitalista, e ao mesmo tempo condiciona a inteira esfera da vida cotidiana, organizando nossas decisões, práticas e atitudes frente à realidade. Só quando nós mesmos tomarmos consciência das contradições entre nosso ideário e nossas práticas “cotidianas”, poderemos definir como superá-las, dando um passo importante na formação de sujei-

tos dispostos a lutar contra a ordem do capital.

A nova institucionalidade a ser criada precisa desenvolver no seu interior formas de organização desalienantes que dêem conta de enfrentar os desafios deste cotidiano alienado, reificado. Aprendendo com o fracasso das experiências do socialismo, quando se acreditou que bastasse a negação legal da propriedade privada para superar a alienação do trabalho e do ser humano no geral, Mézáros alerta que “la legislación nunca podría convertir al trabajo en una necesidad interna del hombre. Para lograr este resultado son necesarios procesos sociales – y morales – positivos” (MÉSZÁROS, 2005: 171-172). O “positivo” se refere essencialmente ao fato de que é preciso surgir de dentro do ser humano, isto é, de um processo de autoconsciência e não de negação ou imposição de uma conduta definida de fora dos indivíduos.

La verdadera autoconciencia de tal sociedad no puede ser una conciencia de “sociedad no enajenada”, sino simplemente la conciencia de una “sociedad humana”. Es decir, esta conciencia no es la conciencia de una *negación* sino una conciencia de positividad (...) el comunismo “de naturaleza política” esta atado todavía por la enajenación del hombre. Como negación de la propiedad privada, es una forma de mediación. Entonces la solución no esta la negación de lo “privado”: “la simple abolición de lo “privado” es tan artificial y enajenada como la “fragmentación”, “atomización”, “privatización” de lo “público”. La absolutización de cualquiera de los dos lados significa que el hombre esta privado de su *individualidad* y convertido en un “productor público” abstracto, o que, privado de su *sociabilidad*; se transforma en un “consumidor privado” igualmente abstracto. Ambos son “hombres mercancía”, con la diferencia que mientras uno define su propia esencia como “productor de mercancías”, el otro encuentra su auto confirmación en ser un “consumidor de mercancías” auto-contenido (MÉSZÁROS, 2005: 199).

Essas passagens são muito importantes para entender a profundidade da teoria da alienação em Marx, e uma questão muitas vezes não tomada

em conta por muitos marxistas e que a nosso juízo representa o limite histórico enfrentado tanto pelas revoluções do século XX, como pela esquerda atual: até que não se supere a mercadoria como célula da sociedade, mediação central das relações sociais, e a produção mercantil como lógica de reprodução do capital, e até que esse processo de superação não seja autoconsciente, não podemos aspirar à emancipação dos seres humanos.

Esta nova forma de construção de poder popular e a nova institucionalidade precisarão impulsionar formas de negação da lógica mercantil e, portanto, de negação da lei do valor: “para superar a lógica da mercadoria é necessário restabelecer a determinância do valor de uso, chegando, assim, à famosa equação de cada um segundo sua capacidade e a cada um segundo sua necessidade” (IASI, 2007: 73).

Também é importante que o novo movimento/partido impulsione processos autogestionários (econômicos e políticos)¹⁹. E para que as experiências autogestionárias assumam força política é importante, também, que neguem a divisão social do trabalho em seu interior promovendo a superação entre trabalho manual e intelectual²⁰.

Considerações finais

A partir desta primeira aproximação ao tema da vida cotidiana na ordem do capital, entendemos que a construção do poder popular contra o capital, hoje, fica mais difícil tendo que enfrentar as novas formas de dominação do capital. Entretanto, o desafio é que na medida em que as lutas da classe trabalhadora, ainda que se atrelar às necessidades vitais, de sobrevivência cotidiana, consigam superar o âmbito da sobrevivência e a ambição da promessa da sociedade burguesa de uma vida melhor dentro da ordem (mais consumo, mais felicidade); na medida em que essas lutas gerem consciência dos limites e contradições do capital para a sobrevivência da humanidade e do planeta; e na medida em que essas lutas golpeiem o capital desde diferentes flancos, quebrando sua lógica (produção mercantil, lei do valor, divisão social do trabalho) e seu poder (socializando os meios de produção), a partir das práticas cotidianas até as ações de envergadura histórica; e na medida em que a luta política se mantenha no centro da agenda do novo sujeito histórico e consiga se esvaziar, com todas

suas contradições e conflitos, na luta institucional; é assim que poderemos avançar rumo a uma sociedade de homens e mulheres livres, isto é, uma sociedade de indivíduos associados, onde o livre desenvolvimento de cada um corresponda ao livre desenvolvimento de todos.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e a sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

BEINSTEIN, Jorge. *La ruta de la decadência. Hacia una crisis prolongada de la civilización burguesa*. In: DIERCKSENS, Wim (Org.). *La grande depresión del siglo XXI: causa, carácter, perspectivas*. San José Costa Rica: DEI, 2009.

BELLAMY FOSTER, John; MC CHESNEY, Robert. *Monopoly-Finance Capital and the Paradox of Accumulation*, Monthly Review, New York, Oct 2009, disponível em: <http://www.monthlyreview.org/091001foster-mcchesney.php>

BORON, Atilio. *Crise das democracias e os movimentos sociais na América Latina: notas para uma discussão*. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. *Reflexiones sobre el poder, el estado y la revolución: el tema del poder en el pensamiento de izquierda en América Latina*. Córdoba: Editorial Espartaco, 2007.

CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

DIERCKSENS, Wim. *La crisis mundial del siglo XXI: oportunidad de transición al poscapitalismo*. San Salvador: Ediciones ULS-CEICOM, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos, vol. I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUEVARA, Ernesto. *Cuba, exceção histórica?* In: *Obras. 1957-1967*. Havana: Casa de las Américas, 1970.

GUTIÉRREZ, Dagoberto. *La unidad nacional sin nación ni unidad*. Diário Colatino, El Salvador, 26/07/2010 em: <http://www.diariocolatino.com/es/20100726/opiniones/82565/>

IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KEHL, Maria Rita. *Videologias*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2005.

LOUREIRO, Isabel Maria. *Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária*. São Paulo: editora UNESP: Editora Fundação Percecu Abramo, 2004.

MARX, Karl. *O capital*. Livro I. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. In: *Escritos de juventud*. Buenos Aires: Editorial Antídoto, 2006.

MAZZEO, Miguel. *Que [no] hacer: apuntes para una crítica de los regímenes emancipatorios*. Buenos Aires: Antropofagia, 2005.

MENEGAT, Marildo. *Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempos de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão?* in *Praia vermelha: estudos de política e teoria social* n. 18, Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

MÉSZÁROS, István. *La teoría de la enajenación en Marx*. La Habana: Editorial de Ciências Sociales, 2005.

_____. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1981.

SISTEMA DE INFORMACAO ECUMENICA POPULAR. *Sobre el sujeto revolucionario en El Salvador*. Disponível em: http://voselsoberrano.com/v1/index.php?option=com_content

&view=article&id=5095%3Asobre-el-sujeto-revolucionario-en-el-salvador&catid=2%3Aopinion&Itemid=8.

SOUZA DA SILVEIRA, Maria Lídia. *Produção de sujeitos, apassivização de campos coletivos e constituição de horizontes emancipatórios*, artigo inédito.

VIEIRA, Maurício M. *Subjetividade e mercantilização: a crítica de Marx a uma posição essencialista*. Conferência realizada na UFRJ, 2005.

Notas

¹ A ubiquidade do poder [da mercadoria e do capital] se instala nos trilhos por onde corre o cotidiano (porque, aqui, a vida é o cotidiano, esse produzir-se e reproduzir-se num eterno retorno, numa tautologia plena) – aparece nas ações da bolsa, nos regulamentos, nos talonários de cheques, nas portarias, nos documentos, nos certificados. Está em todas as partes e não reside em lugar algum. Escamoteia os fluxos, as continuidades e as rupturas: dá ao viver a seqüência da lanterna-mágica – normas, trabalho, lazer, etc., tudo é uma mescla inorgânica cujo único enlace é a sucessão no tempo e no espaço: a vida é uma justaposição de objetos, substâncias, implementos. A própria fantasia, infinito do possível, se abastarda: fuga, perde o húmus da historicidade. A ubiquidade do poder – inconcreto, gasoso e onipotente – esconde o poder na ubiqüidade (NETTO, 1981: 83).

² Hoje, mais do que nunca, a existência humana esta mediada quase na sua totalidade por mercadorias. Só o ar que respiramos e outros poucos bens necessários a reprodução humana ainda não estão à venda.

³ A alienação, antes do capitalismo, não se “cristalizava em coisas”: o camponês da Idade Média era alienado, mas sua relação com o senhor não era uma relação *objetual*, mas inteiramente personalizada. No capitalismo, se as coisas assumem poderes e características humanas (fetichismo) fora do controle dos seres humanos, esses últimos se convertem em objetos e as relações

humanas assumem a forma de relações entre coisas (reificação): “as relações entre os produtores assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho” (MARX, 1985: 71).

- 4 “Os setores dominantes elaboram uma baragem ideológica de tal monta, que mais que incidir na conformação do consenso, funciona sobretudo como elemento de brutal **apassivação**, ao por a circular na tessitura das relações sociais, para além de valores de competitividade, consumo, individualismo, indiferença, autoculpabilização e conformismo, entre outros, a crença, internalizada, da inexistência de alternativas possíveis ao capitalismo” (SOUZA DA SILVEIRA, 2004).
- 5 “Of the fifteen largest U.S. banks in 1991 (together holding at that time \$1.5 trillion dollars in assets), only five remained by the end of 2008 (holding \$8.9 trillion dollars in assets)” (BELLAMY FOSTER, 2009).
- 6 “Total private debt (household and business) rose from 110 percent of U.S. GDP in 1970 to 293 percent of GDP in 2007; while financial profits skyrocketed, expanding by more than 300 percent between 1995 and mid-2007” (BELLAMY FOSTER, 2009). “Para finales de 2007 la deuda total estadounidense (publica, empresarial y personal) llegaba a 50 millones de millones de dólares: más de tres veces el PBI norteamericano y valor superior al Producto Bruto Mundial” (DIERCKXSENS, 2009: 28).
- 7 “Este passou de 387 bilhões de dólares no ano 2000 a 680 em 2009. A nível mundial o total do gasto militar de maio de 2008 a abril de 2009 chegou a um trilhão e 340 bilhões de dólares, tendo crescido 45% nos últimos dez anos.” Disponível em: <http://www.globalissues.org/article/75/world-military-spending>
- 8 Só para dar alguns dados: no Brasil, em 1979, morreram 11.194 pessoas por formas violentas, excluindo acidentes de trânsito, e no triênio 1998-2000 a média anual foi de 41.138 mortos (MENEGAT, 2008: 165). Em El Salvador, em 1994 foram 1.749 as pessoas mortas

de forma violenta, em 2008 chegaram a 3179 (<http://www.diariocolatino.com/es/20090909/nacionales/71156/>).

- 9 De acordo com o informe de setembro 2009 da Organização Internacional do Trabalho, o desemprego cresce a níveis sempre mais alarmantes. Só para dar alguns exemplos mais preocupantes: em EEUU, no último ano (sept 2008-sept 2009), a taxa de desemprego subiu do 6% ao 9,6%, e os desempregados de 9.199.000 passaram a ser 14.823.000, no mesmo período na Espanha a taxa de desemprego passou de 9,6 % ao 17,9 %, e os desempregados de 2.174.000 a 4.138.000. Disponível em http://www.ilo.org/public/libdoc/jobcrisis/download/statistics/2009-09/1-unemp_sep09.pdf
- 10 Aqui, de acordo com Antunes, nos referimos a uma noção ampliada de classe trabalhadora como *classe-que-vive-do-trabalho* [termo sucessivamente retificado por Antunes como *classe-que-vive-da-venda-do-seu-trabalho*, mais correto em nossa opinião] que deve incorporar também aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part-time*, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados bóias-frias das regiões agroindustriais, além, naturalmente, da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva (ANTUNES, 2005: 52).
- 11 O analfabetismo político foi acrescido pelo crescimento do assistencialismo das ONG e do terceiro setor (cujo número incrementou exponencialmente nos 90) que substituiu o Estado na prestação de serviços, afirmando e promovendo a retirada deste na sua responsabilidade de garante de direitos, e promovendo assim a passagem da reivindicação à caridade na subjetividade da classe trabalhadora.
- 12 O processo de democratização no continente latino-americano levou a institucionalização/le-

galização de varios partidos históricos de esquerda, que esqueceram as reivindicações da classe trabalhadora como centro de suas agendas e centraram toda sua atenção no controle do Estado e nas eleições. Isso permitiu algo de extraordinária eficácia para a burguesia nacional e internacional: a eleição de partidos de “esquerda”, como o PT no Brasil, a Frente Ampla no Uruguai, o Partido Socialista no Chile, e mais recentemente a FMLN em El Salvador, que, na realidade, seguissem administrando os negócios da burguesia.

- ¹³ “Nenhum dos sujeitos pode reivindicar *a priori* um papel hegemônico ou de vanguarda na imprescindível grande coalizão contra o capital. Isso será decidido na conjuntura, em função da capacidade de direção (organização, consciência, estratégia e tática) que cada um demonstrar na luta”. (BORON 2010: 87).
- ¹⁴ Em El Salvador se aplicou o neoliberalismo sem anestesia, de forma integral, privatizando bancos, sistema previdenciário, setor elétrico, água, tele-comunicaciones, parte do setor da saúde; dolarizando o país da noite para o dia; aprovando o Plan Puebla Panama e o TLC (Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos), ambos complementares, o primeiro para construir infra-estruturas para facilitar circulação de mercadorias e o segundo para invadir o mercado centro-americano de mercadorias estadunidenses, quebrando assim a micro e média empresa nacional.
- ¹⁵ Defendendo publicamente as empresas telefônicas na regulação das tarifas; dando concessões para a exploração mineira as grandes empresas transnacionais contra as demandas das comunidades atingidas e do Movimento contra a Mineria; elaborando uma proposta para a flexibilização laboral; e seguindo a subordinação ao império estadunidense, sendo o governo escolhido pela casa branca para recompor a nível centro-americano a crise política na Honduras a raiz do Golpe de Estado promovendo assim o apoio ao governo golpista de Porfirio Lobo.
- ¹⁶ Ainda que no gabinete Funes estejam “presentes” uns ministros da FMLN, estes não res-
- pondem a nenhuma linha partidária más só ao Presidente, que já desautorizou vários deles publicamente em varias ocasiões. A FMLN não têm participação nas decisões do Governo, entretanto tampouco pode romper com o Governo, ou seja funcionar como partido de oposição, primeiro porque isso permite aos membros da cúpula de seguir gozando das vantagens governamentais e segundo por seguir-se apresentando antes seus militantes como governo; portanto se mantêm em uma posição de indefinição frente a Governo Funes.
- ¹⁷ “La oligarquía de El Salvador es de las más primitivas y atrasadas del continente y será, sin duda, de las que menos cabeza burguesa posee y la que menos aprecia las reglas de la democracia burguesa. Esta burguesía no entiende, ni mínimamente, que la riqueza producida por la sociedad ha de ser distribuida, tal como manda la misma Constitución, para asegurar un mínimo de estabilidad” (GUTIÉRREZ, 2010).
- ¹⁸ Que acaba não representando ninguém, posto que o significado do voto hoje equivale a renúncia de decidir, a partir do momento que não temos nenhum controle sob quem nos representa.
- ¹⁹ É claro que a autogestão dentro do capitalismo tem seus limites e não pretendemos compará-la com o trabalho associado do qual fala Marx na sociedade comunista, dado que ainda os trabalhadores estão dominados pela lógica do capital, em muitos casos seguem produzindo mercadorias e não têm controle sobre o conjunto do processo social. Entretanto, é importante que os indivíduos comecem a experimentar a negação do capital no processo produtivo e que essa experiência se torne formativa, ou seja, espaço onde se aprende uma nova forma de se reproduzir como seres humanos, tanto material como espiritualmente.
- ²⁰ Ainda que a divisão social do trabalho requiera da superação do modo de produção capitalista, podem se tomar algumas medidas para **superar a separação entre trabalho manual e intelectual**: crítica ao monopólio, hierarquia e fragmentação do saber, estudo e

melhoria da profissionalização permanente, delegação de funções, trabalho em equipe e decisões coletiva, entre outras (LANZ RODRIGUEZ, 2007: 14-15).

Dagoberto Gutierrez

* Professor de Direito na Universidad Luterana Salvadoreña e vice-reitor da mesma instituição. Também foi comandante da FMLN na época da guerra civil e na atualidade é dirigente do movimento político Tendencia Revolucionaria de El Salvador.

Stefano Motta

** Doutorando da Escola de Serviço Social da UFRJ e integrante do NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas) da mesma instituição.

Radicalização democrática e políticas sociais na América Latina: notas sobre o processo venezuelano

Mirella Farias Rocha*

Beatriz Augusto de Paiva**

Radicalização democrática e políticas sociais na América Latina: notas sobre o processo venezuelano

Resumo: O presente artigo propõe uma perspectiva crítico-dialética para o exame da política social na Venezuela, a partir do desenho ensejado pela Revolução Democrática Bolivariana, com ênfase no papel protagônico da participação popular. Objetiva ainda a construção de bases analíticas que sejam capazes de traduzir e explicar as tendências em curso na América Latina. Assim, o propósito central dessa análise é demonstrar se a implementação da política social na América Latina, com toda a contraditoriedade que lhe é inerente, pode ser capaz de contribuir para nutrir a radical democratização dos modelos institucionais das políticas públicas de governo, numa direção que contemple e amplie o protagonismo e a participação crescente do povo no patrimônio político e econômico-social, coletivamente construído pelo conjunto da classe trabalhadora.

Palavras-Chave: Radicalização democrática; Políticas sociais; América Latina.

Democratic radicalization and social policies in Latin America: notes from the Venezuela process

Abstract: This article proposes a critical-dialectical perspective to analyse the social policy in Venezuela, from the design overburdened by the Democratic Bolivarian Revolution, emphasizing the main role of popular participation. It also aims to build analytical foundations That Are Able to translate and explain the trends underway in Latin America. Thus, the central purpose of this analysis is whether to Demonstrate the Implementation of social policy in Latin America, with all the contradiction that is Inherent in it, May Be Able to Contribute to nurturing the radical democratization of institutional models of public policies of government, That contemplation in the direction and expand the role and Increasing the participation of people in the Political and Economic Equity, social, built collectively by The entire working class.

Keywords: Democratic radicalization; Social policies; Latin America.

Recebido em 30.08.2009. Aprovado em 20.09.2010.

Introdução

Esse artigo consiste numa elaboração crítico-dialético dedicada a analisar o desenho da política social na Venezuela, no âmbito da Revolução Democrática Bolivariana, com ênfase na problematização da participação popular protagônica, tendo em vista o delineamento de bases analíticas que possam traduzir e explicar as tendências em curso na América Latina.

A predileção em investigar a Venezuela deve-se à notória singularidade do processo político em curso neste país, no qual é forjado um novo sistema de proteção social, desta vez tensionado pela exigência da universalização e da democratização das riquezas, que é representativo, em nossa hipótese, de um distinto horizonte político-social deflagrado no continente latino-americano, a partir do final do século XX e início do século XXI.

Através desta análise, pretendemos ressaltar e problematizar o lugar estratégico da participação popular nas políticas sociais na Venezuela, e inquirir se a implementação da política social na América Latina, com toda a contraditoriedade que lhe é inerente, pode ser capaz de contribuir para nutrir a radical democratização dos modelos institucionais das políticas públicas de governo, numa direção que contemple e amplie o protagonismo e a participação crescente do povo no patrimônio político e econômico-social, coletivamente construído pelo conjunto da classe trabalhadora.

A questão que se coloca é se, em meio aos rígidos mecanismos de controle e de reprodução da força de trabalho, as políticas sociais públicas na Venezuela, no horizonte das *misiones*, ensejam a construção de um inédito potencial político-emancipatório, efetivamente democrático e popular? Ao considerar o desenho político da política social a partir da participação protagônica, abre-se o desafio da desconstrução de uma lógica de direito social e também político puramente formal-abstrato, que incide na esterilização da participação social das massas, na direção de um paradigma de proteção social e de um sistema democrático capazes de responderem às necessidades sociais das maiorias latino-americanas.

Cabe referenciar que o estudo que ora apresentamos tem como fio condutor a *latinoamericanização* da análise, considerando a necessidade de pensar horizontes categoriais assentados na realidade

concreta do continente e, assim, de propor alternativas para a superação do atual paradigma, ainda instruído pelas diretrizes focalistas e emergenciais da governança neoliberal. Dessa maneira, reiteramos nosso esforço em pensar criticamente *desde abajo*, o que significa negar a reprodução de uma ciência gerada como mônada, imune às contradições e aos conflitos sociais. Trata-se, nesse sentido, de produto e continuidade das investigações que desenvolvemos ao longo dos últimos anos no âmbito de dois projetos de pesquisa. O primeiro, desenvolvido entre os anos de 2005 e 2006, “*O Gasto Social na América Latina: Estudo comparativo entre Brasil e Venezuela*” versou o cotejamento dos dados de financiamento público das políticas sociais nos dois países, visando mensurar a magnitude do investimento social e assim delinear as tendências em curso no continente. O segundo, desenvolvido entre os anos de 2007 e 2009, “*Família e Participação Popular: Antinomias dos Modelos de Proteção Social na América Latina*” objetivou compor elementos analíticos atinentes à construção de uma nova cartografia de categorias referentes ao debate sobre família e participação popular no âmbito das políticas públicas de proteção social, especificamente da política de assistência social na América Latina.¹ Tais projetos foram realizadas no âmbito do *Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IELA/UFSC*, que desde 2004, através do *Observatório Latino-Americano – OLA*, vem se dedicando ao tema das transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na América Latina.

Legado e perspectivas da República Bolivariana da Venezuela

A revolução democrática Bolivariana na Venezuela, que eclode nos anos finais do século XX, pode ser considerada produto de um processo histórico estruturado sob um passado de lutas sociais, ditaduras e guerras políticas que desembocou na organização de um Estado Democrático de Direito, o qual sustentou as contradições econômicas, políticas e sociais do país por décadas. Considerando a desordem política e o caos social que efervesciam nas décadas anteriores, as principais organizações que detinham o poder político na Venezuela firmaram um acordo em 1958 no sentido de estabelecer

os termos da democracia, para que, a partir de alguns parâmetros mínimos de governo e respeito à nova legalidade democrática, pudesse haver garantia de manutenção da ordem econômica e política.

Nestes termos é que os partidos AD (Acción Democrática), COPEI (Comité de la Organización Política Electoral Independiente), URD (Unión Republicana Democrática), com apoio dos líderes das Associações Comerciais, da Igreja Católica e das Forças Armadas, constituíram o denominado *Pacto del Punto Fijo*. Assim, durante os 40 anos de vigência deste acordo na Venezuela (1958-1998), revezaram-se no poder o partido de orientação social-democrata AD e o de orientação social-cristã COPEI, tendo seguido basicamente a mesma linha política e sócio-econômica durante todo o período.

Para Hellinger (2003), tal *moderno* sistema democrático venezuelano foi criado por uma geração de líderes políticos, “que desde 1936 habían defendido la democracia electoral como la clave para lograr el control soberano sobre el petróleo (el subsuelo) y el desarrollo de una economía no sustentada en ese producto”. (HELLINGER, 2003: 43). Eis que, tal objetivo constituiu o cerne do projeto *Puntofijista* e para tal o mesmo se baseou na constituição de um Estado de Direito em que estavam postas garantias mínimas de proteção social à população, tendo ficado conhecido como “sistema populista de reconciliación” (HELLINGER, 2003: 43).

A tática política do período, referida às interlocuções estabelecidas entre o Estado e as massas, baseou-se principalmente na destruição da influência da esquerda, na época representada no país pelo PCV (Partido Comunista da Venezuela) nas frentes sindicais e na cooptação dos movimentos populares. Essas medidas se fizeram necessárias para a vigência de um modelo de democracia protagonizado por apenas dois partidos, cujo intuito era garantir a renda petroleira para o capital externo e as burguesias nacionais. Daí a necessidade de uma falsa democracia e de parcas políticas sociais, baseadas principalmente no clientelismo e na repressão política.

Durante os anos do *Puntofijismo*, o desenvolvimento do país foi se estruturando cada vez mais atrelado ao rentismo proveniente dos recursos do petróleo, com uma política governamental histori-

camente privilegiando os interesses da burguesia nacional e estrangeira. Por esse motivo, apesar da democratização relativa das instituições jurídico-formais, ocorreu um aumento expressivo das desigualdades sociais em proporção direta à apropriação do excedente petroleiro pelas classes dominantes, processo que se intensificou a partir de meados da década de 1970, tendo em vista o baixo preço do petróleo no mercado mundial, a maior abertura da economia ao capital externo e a forte instabilidade política interna.

A América Latina sangrava nestes anos, no torqueto da crise econômica mundial com os regimes ditatoriais. E a Venezuela não ficou incólume. De acordo com análise de Maya (2005), foi emblemática a sexta-feira correspondente ao dia 21 de fevereiro de 1983, o chamado *viernes negro*, que marcou o início da desarticulação do *Pacto del Punto Fijo*. Nessa data, o presidente Luis Herrera Campíns (1979-1984) desvalorizou a moeda nacional, como estratégia para enfrentar a crise econômica que assolava o país, provocando uma grave crise material e ideológica, à medida que a população começara a se questionar acerca das reais possibilidades da democracia burguesa em efetivamente ensinar o desenvolvimento econômico e social da Venezuela. Nesse período, as contradições do modelo começaram a se intensificar, de modo que o desafio dos governos subsequentes era seguir com o *Punto Fijo* apesar da crise institucional.

Segundo Maya (2005), apesar dos problemas herdados e agudizados nos anos anteriores, muitos eleitores viram no retorno de Carlos Andrés Pérez (1989-1993) à presidência uma possibilidade de se estabelecer a *Venezuela Saudita* e então, os graves problemas do país poderiam findar. Contudo, não tardou para que a terrível realidade social e econômica do país viesse à tona, de modo que, assim, configurou-se a conjuntura favorável para um ajuste estrutural com o FMI: *El paquete*, como ficaram popularmente conhecidas as medidas que o governo Pérez implementou, contemplava uma maior participação do setor privado interno e do capital externo na economia nacional.

Dentre as medidas estava o fim de vários subsídios aos serviços públicos e à população em geral, aumento dos tributos e das tarifas públicas, como também abertura comercial e privatizações. Tal é, na Venezuela, o caráter do movimento de moderni-

zação capitalista, conhecido como neoliberalismo. Entretanto, diferentemente do que se observa em outros países da América Latina, em que no mesmo período tais medidas foram conduzidas com relativo e contraditório êxito na desarticulação do conflito social², na Venezuela essa história teve um desfecho distinto: a rebelião popular que ficou conhecida como *El Caracazo*.

Com o aumento brusco no preço da gasolina, do transporte coletivo e nos produtos que compunham a cesta básica, teve início um levante popular em 27 de fevereiro de 1989 na cidade de Caracas, cujas respostas imediatas do governo federal foram a suspensão das garantias constitucionais, a convocação dos militares para repressão popular e a institucionalização do toque de recolher. Rapidamente os protestos se espalharam, tendo atingido 19 cidades de médio e grande porte do país e durado até 07 de março daquele ano. Assim, ao passo que *El Caracazo* revelou a agudização das contradições de um modelo político e econômico falido, abriu dolorosamente as portas da Venezuela ao século XXI: mais de mil mortos, centenas de feridos e um ímpeto de mudança que se expressaria com mais densidade nos próximos anos. (RBV, 2009a).

De acordo com Hellinger (2003), surgiram inúmeras manifestações de protesto e reivindicação no período que se seguiu ao *Caracazo*, evidenciando a incapacidade dos partidos políticos tradicionais em efetivamente representar as camadas populares, bem como dos sindicatos, tal como constituídos, em defender os interesses dos trabalhadores. No vazio de representação que se cristalizava emergiram novas forças sociais, como o movimento de trabalhadores La Causa Radical (LCR), logo convertido em Partido/LCR; grupos de executivos da PDVSA; outros grupos vinculados à classe média e profissionais liberais; e um grupo de militares denominado Movimento Bolivariano Revolucionário-200 (MBR-200)³, ao qual se vinculou Hugo Rafael Chávez Frías.

Esse movimento conquistou visibilidade na conjuntura política venezuelana em razão de uma insurreição militar⁴ desencadeada em fevereiro do ano de 1992, na tentativa de derrubar o governo de Pérez. Tal tentativa fracassou e seu líder, o tenente-coronel Hugo Chávez, foi encarcerado. Em novembro do mesmo ano, os companheiros de Chávez fizeram nova tentativa e voltaram a

fracassar. Contudo, apesar da rotunda derrota do movimento e da detenção de Chávez por um período de dois anos, ele tornou-se a principal referência política de oposição à farsa do *Punto Fijo*, àquela democracia representativa e às esmagadoras reformas neoliberais que o governo Pérez implementara.

Assim que, tendo sido destituído do cargo por corrupção em 1993, Carlos Andrés Pérez foi substituído por Rafael Caldera (1994-1998), eleito para um segundo mandato, a partir de um discurso anti-neoliberalismo, que logo se revelou como retórica eleitoral: em 1996, Caldera retoma o programa de reformas neoliberais de Pérez com a chamada *Agenda Venezuela*. Eram medidas que priorizavam um ciclo de privatizações de empresas estatais, como também um duro ajuste fiscal, uma proposta de renegociação da dívida externa, com a diminuição dos gastos públicos e abertura econômica do país para o capital externo.

Tal foi o momento histórico que evidenciou o esgotamento do *Punto Fijo* na Venezuela e abriu a fenda histórica para seu sepultamento. Emergiu, pois, a necessidade de refundar a República, expressa na candidatura de Hugo Chávez à presidência do país em 1998. É importante destacar que desde 1992 o MBR-200 defendia novas bases políticas, econômicas e sociais para a Venezuela. O fragmento abaixo traduz alguns anseios do movimento popular, especificamente com relação à crise crônica do sistema sociopolítico do país.

Com o aparecimento dos partidos populistas, o sufrágio foi convertido em uma ferramenta para adormecer o povo venezuelano para dissolver a consciência popular. As mentiras políticas alienantes pintaram uma *terra prometida* a ser alcançada através de um jardim de rosas. A única coisa que os venezuelanos teriam que fazer seria ir às urnas eleitorais e esperar que tudo fosse resolvido (...). Assim, o ato de votar foi transformado no começo e no fim da democracia. (...) temos muitas razões para seguir pressionando o acelerador da máquina que move a história (FRÍAS, 1993: 5-6).

Pois bem, tais anseios tornam-se compromissos que se solidificaram no decorrer dos anos subse-

quentes à fundação do movimento, principalmente após Chávez sair da prisão em 1994, quando iniciou uma incursão pelo interior do país e, a partir dos *círculos bolivarianos*⁵, começou a organizar um movimento político nacionalista, erigido sob as idéias de Simón Bolívar, que deveria efetivamente se construir a partir da participação protagônica das massas. Essa bandeira, portanto, constituiu a base do Movimento V República (MVR), que levou Hugo Chávez a vencer as eleições presidenciais de 1998 na Venezuela.

A vitória do projeto bolivariano nas eleições de 1998 evidenciou a extrema decomposição do sistema político, social e econômico, vigente na Venezuela por 40 anos, revelando claramente a fragilidade de um modelo impopular. A democracia liberal-representativa, assentada sobre o *Pacto del Punto Fijo*, em realidade evidenciou ser um pacto de usurpação da soberania popular, à medida que privava as massas do exercício pleno de sua vontade coletiva, em nome da manutenção dos privilégios das burguesias nacionais e estrangeiras. O processo de reestruturação da sociedade, a partir da eleição de Hugo Chávez, portanto, requeria, além de conduzir alterações importantes e necessárias no terreno da reprodução material, possibilitar ao povo o resgate de sua soberania, como parte fundamental do novo projeto bolivariano.

(...) no bojo desse processo, é que a bandeira pela instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte plenamente soberana veio constituir-se numa etapa decisiva tanto para o resgate da função da *política*, enquanto atividade central da vida social, bem como passo decisivo para a recuperação da soberania popular, abrindo caminho para uma transformação política dentro das regras complexas do processo democrático, indispensáveis, entretanto, a uma mudança pela via pacífica (VIEIRA, 2005: 65).

Assim, no mesmo dia em que tomou posse, 2 de fevereiro de 1999, Chávez assinou o decreto convocatório de um referendo popular para consultar a população sobre a eleição da Assembléia Nacional Constituinte, que deveria elaborar a nova Constituição da Venezuela e redesenhar o sistema político venezuelano. Desencadeou-se, neste período, “um

amplo debate político em todo país, com expressiva participação popular, até que seis meses após a sua instalação foi concluído o texto final que deveria ser submetido a um novo referendo.” (VIEIRA, 2005, p. 65). O plebiscito de aprovação da nova Constituição ocorreu, pois, em 15 de dezembro de 1999. Com a *Constituição da República Bolivariana da Venezuela* vigente, foram convocadas para o ano seguinte, novas eleições para todos os cargos eletivos, incluindo o de Presidente da República, o que ocorreu em julho de 2000, quando Chávez voltou a vencer as eleições com 57% dos votos.

Segundo análise de Vieira (2005), a Constituição Bolivariana de 1999 não se traduz numa carta que objetiva a acomodação de interesses contraditórios, mas refere-se ao resultado de um processo político que intenta alterar a estrutura do poder sócio-político no país, como eixo profícuo às mudanças necessárias. Segundo o autor, esta carta consiste na tentativa de ultrapassar a representatividade, própria à democracia liberal, para a alteração da estruturação do espaço político da sociedade (VIEIRA, 2005).

A principal e mais significativa alteração que se observa nessa nova Constituição, especificamente se considerarmos a maioria das Cartas latino-americanas – cujo cerne é a preservação do Estado liberal de direito –, é a introdução do poder popular como eixo estruturante do novo Estado Bolivariano, que se pretende construir. O artigo 62 esclarece: “La participación del pueblo en la formación, ejecución y control de la gestión pública es el medio necesario para lograr el protagonismo que garantiza su completo desarrollo, tanto individual como colectivo” (RBV, 2000: 67).

Ademais, cabe destacar que pela primeira vez na história republicana, se reconhecem e incorporam na Carta Magna os direitos dos povos originários, saldando, portanto, uma velha dívida da sociedade venezuelana para com esses povos; se reconhecem, ainda, os direitos ambientais e se ampliam os direitos sociais e políticos, como também se instaura o paradigma do desenvolvimento endógeno – haja vista inaugurar um novo padrão produtivo – e declara, por questão de soberania nacional, a impossibilidade de privatização da indústria petroleira.

Acerca da condução da política econômica para materialização dos dispositivos constitucionais, a análise de Barros (2006), a partir de estudos rea-

lizados sobre documentos oficiais, evidencia que nos dois primeiros anos de mandato, o programa econômico de transição do governo Chávez não pretendia uma guinada radical no campo econômico interno.

Todavia, a inflexão do governo Chávez pode ser vislumbrada a partir de 2001, de modo que alguns elementos contribuem para a agudização do processo venezuelano: a) o início da vigência do *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007 (PDES)*, no qual estão postas as bases econômicas e sociais para a transição ao padrão de desenvolvimento necessário à sociedade de novo tipo; b) a promulgação de importantes *Leyes Habilitantes*, especialmente a *Ley de Hidrocarburos*, que rege o setor petrolífero e a *Ley de Tierras y Desarrollo Agrario*, que trata da reforma e do desenvolvimento agrário do país; c) a tentativa de golpe de Estado em abril de 2002 e a insurreição popular que materializou o contragolpe; d) a mudança de controle na PDVSA, em fevereiro de 2003, após uma greve patronal-petrolífera que havia começado em dezembro de 2002; e) o desenvolvimento das *misiones sociales* como eixo estruturante da política social de massas que se desenvolve no país a partir de 2003; f) o início da vigência do *Proyecto Nacional Simón Bolívar – Primer Plan Socialista 2007-2013 (PPS)*, que versa acerca da construção do socialismo do século XXI no desenvolvimento da nação venezuelana, a partir do terceiro mandato do presidente Chávez; e finalmente, g) a derrota de Chávez no referendo constitucional e o consequente reimpulso popular do processo bolivariano.

Alguns apontamentos permitem assegurar, com rigor analítico, uma caracterização das inovações sócio-políticas do Bolivarianismo, em meio à desinformação da mídia burguesa. Na medida em que tais elementos constituem a síntese de emblemáticos momentos conjunturais do governo de Hugo Chávez, podem ser fecundos para exprimir a configuração específica do cenário venezuelano neste início de século.

Primeiramente, destaca-se o *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007*. Ao versar sobre o *equilibrio económico*, o documento trata do desenvolvimento baseado no princípio de co-responsabilidade. Nessa perspectiva, constata-se que a proposta do governo em aumentar o protagonismo do Estado no desenvolvimento do

país, tal como está colocada no documento, não questiona, em princípio, a economia de mercado. Postula-se, por exemplo, que “la lucha contra las desigualdades sociales y la pobreza es un imperativo ético, que no es contradictorio con la eficiencia económica.” (RBV, 2001: 13). Assim, tensiona-se inaugurar um novo paradigma de desenvolvimento sócio-econômico em que “la lucha contra las desigualdades y la pobreza tendrá en cuenta la eficiencia económica, pero no subordinada a sus restricciones.” (RBV, 2001: 18). Em suma, no primeiro momento do governo Chávez, o que se observou é que as principais medidas no plano econômico e social compunham um projeto que não implicava em uma ruptura, não ensejavam uma nova perspectiva anti-capitalista. Percebe-se, sim, que se processou uma transição, cuja preocupação fundamental consistia numa mudança da configuração do bloco de poder.

Inscribe-se também, nesse período transitório, a promulgação das *Leyes Habilitantes*, em novembro de 2001. Dentre estas legislações, a Lei dos Hidrocarbonetos e a Lei de Terras podem ser consideradas legislações fundamentais para a análise do processo venezuelano. De acordo com Barros (2006), a partir da Lei de Hidrocarbonetos, o governo passou a exigir que o capital venezuelano tivesse maioria acionária nas parcerias petrolíferas estrangeiras atuantes no país, aumentando de 16,6% para 30% os *royalties* cobrados sobre o barril do petróleo. Ademais, o controle estatal sobre a atividade petrolífera foi priorizado a partir da criação do Ministério de Energia e Petróleo e da redução da autonomia da PDVSA no intuito de garantir maior transparência com relação ao destino do excedente petrolífero.

A Lei de Terras também constituiu matéria polêmica entre o setor latifundiário da sociedade venezuelana, pois, partindo do reconhecimento da propriedade privada, regulamentou tanto o direito dos camponeses à terra como o objetivo constitucional de segurança agro-alimentar e, ainda, estabeleceu como meta a eliminação do latifúndio.

Dessa forma, a radicalização e o adensamento do processo político bolivariano foram se concretizando na mesma razão em que crescia o descontentamento da elite. O governo, então, passou a ser veementemente acusado pela grande mídia, pelos sindicatos patronais e demais setores conservadores do país, de atentar contra a propriedade

privada e de querer instaurar um regime *castrista* na Venezuela. Essas organizações empreenderam alguns protestos em oposição ao governo no início de 2002 e em 11 de abril desse ano, intentaram por meio de um golpe de Estado derrubar o governo Chávez. No entanto,

a pesar de un silencio de los medios, la noticia de un golpe y una resistencia inicial al mismo corrió por los barrios más pobres, especialmente en el oeste de la ciudad, y la gente se concentró alrededor del palacio presidencial para demandar el regreso de Chávez. Pese el apoyo de EEUU al golpe, los diplomáticos se rehusaron a reconocer el nuevo gobierno. Parte de la oposición le retiró su apoyo activo después del anuncio de la Junta Interina de la suspensión de partes de la Constitución. Menos de 48 horas después de comenzado el golpe, Chávez regresó como presidente. (HELLINGER, 2003: 72).

O contragolpe, através do qual as massas se mobilizaram pelo retorno do presidente, consistiu em organizada e rápida reação popular no sentido de informar à população que Chávez não tinha renunciado, que se tratava de um golpe de Estado e que era preciso ir às ruas exigir seu retorno imediato ao palácio Miraflores – o que ocorreu no dia 13 de abril daquele ano. Tal conjuntura evidenciou o caráter efervescente do processo político venezuelano, a partir do início da chamada *Revolução Democrática Bolivariana*, com a eleição de Hugo Chávez para presidência da Venezuela.

Uma série de protestos ocorreu durante o ano de 2002, de modo que em 2 de dezembro teve início a mais duradoura greve do setor petrolero. Tal movimento ficou conhecido como *paro-sabotaje petrolero*, que em última instância pretendia derrubar o presidente Chávez. Contudo, com a ajuda de parte dos trabalhadores da indústria petrolera que não tinham aderido à greve, de petroleiros aposentados, das forças armadas e do apoio de setores populares que se manifestaram realizando uma *marcha multitudinaria*, em 23 de janeiro de 2003 (dois meses depois de iniciada a greve), o governo conseguiu o controle da indústria e a retomada da produção do petróleo. Tendo acabado o *paro petrolero* em 2003,

o governo Chávez iniciou uma reforma na PDVSA, substituindo toda a sua direção, demitindo funcionários e reorganizando a estrutura interna, vez que efetivamente se tratava de afirmar o poder público nacional sobre os recursos petroleros.

O maior controle do excedente petrolero permitiu que, a partir do ano de 2003, tivesse início na Venezuela uma agenda com políticas sociais de massas, denominado *misiones bolivarianas*, cujo eixo central o governo denomina de *Projeto Revolucionário Bolivariano*. A idéia é que esse novo paradigma de política social possa, por um lado, romper concretamente com o legado clientelista e paternalista sob o qual o campo do direito social esteve submetido até então. Por outro lado, cabe ao *Projeto Revolucionário Bolivariano* edificar as bases do novo Estado Democrático e Social de Direito e de Justiça, conforme expresso na Constituição de 1999.

As *misiones*, portanto, constituem uma das principais engrenagens sócio-políticas do novo Estado Bolivariano que aos poucos se descortina, caracterizando uma fundamental trincheira de mobilização e de disputa, segmentadas em duas frentes principais: uma luta material pela superação de um passado de desigualdades, como também de uma luta simbólica por outra identidade nacional, relacionada à nossa própria história de povo latino-americano, ao ideal bolivariano de libertação, considerando a transformação cultural como necessária ao projeto revolucionário em curso na sociedade venezuelana. Desse modo, a política social que se implementa hoje na Venezuela através das *misiones* tem papel medular na construção da nova sociedade. De acordo com documentos oficiais:

Su propósito fundamental es enfrentar las causas y consecuencias de la pobreza y la exclusión, con la participación protagónica del pueblo. Su despliegue fue posible gracias al rescate de los recursos petroleros; así como al compromiso inmediato de las mayorías excluidas de asumir el protagonismo en la transformación de sus vidas y de la sociedad venezolana en su conjunto. Se trata de un modelo revolucionario de políticas públicas, que conjuga la agilización de los procesos estatales con la participación directa del pueblo en su gestión (RBV, 2006a).

O novo paradigma prioriza o protagonismo do povo, ao passo que está baseado na participação popular. Fomenta-se a mobilização das massas e criam-se espaços como os Conselhos Comunitários⁶, em que o exercício político do coletivo promove a organização das lutas da comunidade, tendo em vista que as ações, serviços e projetos governamentais correspondam às reais necessidades das massas. A proposta desse novo paradigma de política social pública, expresso nas *misiones bolivarianas*, é que o Estado atue como coadjuvante do processo sócio-político que parte das massas: trata-se do acesso ao direito social aliado às estratégias organizativas da luta política.

No bojo do projeto bolivariano, as *misiones* são a expressão da demanda popular por um modo radicalmente democrático e especialmente original de fazer política social pública. Neste projeto, as políticas sociais almejam formar um enredado que pretende tanto responder às necessidades sociais das massas, como também recuperar o caráter nacional e popular de um processo político que se propõe genuinamente latino-americano:

Estas nuevas políticas participativas responden al llamado robinsoniano⁷ (*‘o inventamos o erramos’*) para buscar nuestro propio camino en la organización de la sociedad democrática, en base a nuestros propios valores y requerimientos y sin copiar modelos externos. El Estado liberal capitalista de los países latinoamericanos responde a modelos importados, que poco tienen que ver con nuestras realidades como pueblos. Las misiones se orientan a trascender ese modelo copiado, a toda luz ineficiente en la lucha contra la pobreza y por la justicia social, para acogerse a las realidades y necesidades actuales de las grandes mayorías (RBV, 2006a).

Assim, no escopo do processo bolivariano, o estabelecimento de medidas no campo das políticas sociais não deve ser percebido como uma espécie de panacéia harmonizadora e corretora da caótica desigualdade do capitalismo, pois pela via da radicalização democrática, de maneira substancialmente popular, intenta-se construir políticas públicas que pretendem revigorar as dinâmicas or-

ganizativas da população, na perspectiva da constituição de um novo projeto societário.

A população necessita, tem que ter e vai exigir acesso à educação, à saúde, à moradia digna, ao trabalho, à renda. Portanto, é uma dimensão estratégica e um princípio ético revolucionário central comprometer-se efetivamente com a imperiosa articulação de um amplo e consistente sistema de atenção e proteção no âmbito das necessidades humanas sociais, o qual contemple a contribuição decisiva de todas as áreas sociais, educacionais e político-culturais, combinadas com as outras medidas complementares de garantia do exercício do protagonismo da população e da emancipação política dos indivíduos e grupos sociais vulnerabilizados. É o acesso ao direito social, potencializado pelas estratégias organizativas e pedagógicas de pertencimento a um projeto coletivo de classe, radicalmente democrático, portanto, revolucionário e anticapitalista.

Segundo análise de Casanova (2009):

É importante ter presente para nosso tema um dado nacional: o papel produtor e, especialmente, de organizador social do Estado venezuelano associado a um capitalismo de enclave mineiro que, em seu caso específico, converteu-se em distribuidor da renda petroleira, implicando forte dependência das dinâmicas reivindicativas dos grupos sociais. Colocar esse dado em nossa reflexão permite-nos considerar que é no espaço do Estado que, em boa medida, condensam-se as iniciativas de reconstrução do poder. Sendo assim, talvez o campo das políticas sociais seja, então, um dos que melhor nos pode falar das intenções que marcam as tensões que se sucedem na construção de tal contrato nacional-popular (CASANOVA, 2009: 65).

Nesse sentido, importa atentarmos para um registro fundamental: o gasto social do setor público venezuelano, incluindo os gastos cujas fontes são consideradas extra-orçamentárias – isto é, gastos de recursos públicos canalizados para as denominadas *vias para-fiscales*, as quais incluem o investimento direto em programas sociais governamentais, como e principalmente as *misiones*

e demais gastos relacionados ao projeto bolivariano, financiados com recursos do Fondespa e Fondo Simon Bolívar, entre outros⁸ – alcançou em média 56,5% do PIB entre os anos 2004 e 2008 (APONT BLANK, 2010).

Ainda de acordo com os estudos de Apont Blank (2010), com relação ao gasto social e ao investimento massivo nas *misiones* importa destacar que: i) as *misiones* passaram de representar cerca de 2,5% do PIB e 14% do gasto social total do setor público entre os anos 2004-2005, para cerca de 5,5% do PIB e 25% desse gasto no período subsequente (2006-2007); ii) em termos reais, o gasto com as *misiones* entre 2006 e 2007 quase triplicou, com relação aos números investidos entre 2004-2005.

Tratam-se, pois, de políticas sociais que realizam a articulação orgânica das medidas de políticas públicas redistributivas – ao passo que opera o acesso do povo à riqueza socialmente produzida – com experiências de organização do protagonismo popular em escala de massas.

Cabe citar um penúltimo importante elemento de análise do campo político e social na Venezuela contemporânea: em 2007 teve início nas terras de Bolívar o segundo plano de desenvolvimento econômico e social do país, no intuito de dar continuidade ao PDES 2001-2007. Trata-se do *Proyecto Nacional Simón Bolívar – Primer Plan Socialista 2007-2013 (PPS)*. Esse é o documento que contém as bases sócio-políticas, econômicas e éticas para a construção do Socialismo do Século XXI, através das seguintes diretrizes: a) nova ética socialista; b) suprema felicidade social; c) democracia protagônica revolucionária; d) modelo produtivo socialista; e) nova geopolítica nacional; f) potência energética (papel do petróleo nas transformações necessárias); g) nova geopolítica internacional (RBV, 2007).

Nesse plano encontram-se as linhas gerais do novo modelo produtivo socialista que se pretende construir, ou seja, das novas formas de geração, apropriação e distribuição das riquezas na sociedade controlada pelos produtores associados e a serviço de seus fins:

La producción en la búsqueda de lograr trabajo con significado se orientará hacia la eliminación de la división social del trabajo, de

su estructura jerárquica actual y a la eliminación de la disyuntiva entre satisfacción de necesidad y producción de riqueza. El modelo productivo responderá primordialmente a las necesidades humanas (...). El estado conservará el control total de las actividades productivas que sean de valor estratégico para el desarrollo del país y el desarrollo multilateral y de las necesidades y capacidades productivas del individuo social (RBV, 2007: 20).

Dessa maneira, o PPS, na medida em que traça diretrizes, planos, objetivos e estratégias políticas, pode ser considerado uma agenda concreta de transformação social. Não é, todavia, a encarnação da própria transformação, já que essa é processo, é construção coletiva, é o *longo parto* da história. Mas, deve-se reconhecer, traduz um passo importante na construção da *Revolução Democrática Bolivariana*. O passo seguinte foi relativo ao encaminhamento de uma proposta de reforma constitucional, diante da necessidade de adequação da Constituição Bolivariana ao projeto socialista, uma vez que, de acordo com análise de Lander (2008), a Carta de 1999 consagrou um espaço importante para o setor privado no âmbito da economia capitalista, constituindo-se, portanto, nesse momento, um entrave ao Socialismo do Século XXI.

Assim, em dezembro de 2007, o presidente Hugo Chávez encaminhou para referendo popular a proposta de reforma da Constituição, após ter sido sancionada pela Assembléia Nacional. Segundo análise de Lander (2008), apesar das pesquisas de opinião, divulgadas pouco antes do referendo, apontarem que a aprovação popular do presidente Chávez estava mantida em 60%, o resultado da consulta à população sobre a reforma constitucional foi revelador: o *no* venceu com 50,65% dos votos, contra 49,34% do *si*. Estudos realizados pelo autor apontam que a perda do presidente por pequena margem, ocorreu em virtude da abstenção da população que votava no *chavismo*.

E por qual motivo o projeto bolivariano teria sofrido uma derrota em um momento tão importante do avanço da Revolução? Lander (2008) analisa que esse resultado é produto do amadurecimento político das massas venezuelanas, em desacordo com o que supunha o próprio presidente, que atri-

buiu a derrota, num primeiro momento, à falta de conscientização do povo acerca do processo revolucionário. Segundo Lander (2008), o projeto de reforma não foi produto de amplos processos de participação popular, como as maiorias esperavam, ao contrário “la propuesta fue, en lo fundamental, el producto de meses de trabajo de una comisión presidencial, cuyo compromiso de confidencialidad hizo que la propuesta sólo fuese dada a conocer una vez que ésta estaba elaborada, y revisada por el Presidente.” (LANDER, 2008: 136).

Por esse motivo, a decisão de milhões de votantes chavistas em não comparecer às urnas para aprovar o referendo, longe de ser produto do baixo nível de consciência ou formação política, expressa precisamente o contrário, ou seja, uma crescente politização dos setores populares e de suas exigências de maior protagonismo e participação, como resultado do processo político venezuelano que vem se adensando desde 2002. Nos termos de Lander.

Las transformaciones más significativas que han ocurrido en nueve años del proceso bolivariano han sido los cambios ampliamente extendidos que se han dado en la cultura política de los sectores populares. Estos cambios se expresan en amplios niveles organizativos y en el fortalecimiento de los tejidos sociales, los sentidos de pertenencia y de dignidad individual y colectiva. La idea de la participación, lejos de ser una consigna retórica, se ha convertido en una práctica que ha generado expectativas en ámbitos crecientes de dicha participación. Y sobre todo ha sido, cada vez más, asumida como un derecho. Estas expectativas de participación no fueron, de modo alguno, satisfechas en las modalidades y procedimientos mediante los cuales se elaboró la propuesta de reforma constitucional (LANDER, 2008: 136).

Nessa perspectiva, a derrota do *sí* no referendo constitucional revelou que as massas rechaçam as propostas que são encaminhadas na contramarcha dos processos de participação protagônica que – após a caminhada da *Revolução Democrática Bolivariana* – constituem o cerne do projeto de transformação da sociedade venezuelana. Demonstra,

pois, que o povo quer uma democracia efetivamente participativa e não uma *democracia plebiscitária*. Assim que, a partir dos resultados deste referendo o debate político no interior das forças de transformação vem se desenvolvendo progressiva e fervorosamente: a necessidade de aprofundar as práticas democráticas aflorou a partir dessa primavera política na pátria de Bolívar.

Da mesma forma que Drummond descreveu o caminho de Carlito, *em uma estrada de pó e esperança*⁹, assim também caminha o projeto revolucionário bolivariano. E como todo *processo* que se pretende novo, carrega um tanto do legado das velhas estruturas, no entanto, a história demonstra que o ímpeto de mudança e o protagonismo popular é a atmosfera sobrepujante. Desde as catacumbas da velha democracia falida do *Punto Fijo* até o renascimento da política com o advento da V República, percebe-se que há um valioso e peculiar processo de transformação em curso na Venezuela e, dado o especial papel que cumprem as políticas sociais, no bojo dessa nova trajetória histórica, faz-se imperativo uma cuidadosa análise a esse respeito.

Participação popular nas políticas sociais na Venezuela

As políticas sociais na Venezuela, a partir do processo revolucionário bolivariano iniciado em 1999, desenvolve-se através das *misiones*, conforme assinalado. Atualmente, há *misiones*¹⁰ implementando todas as políticas sociais naquele país, de modo que as mesmas inauguram um novo paradigma de proteção social na América Latina, em um caminho diverso daquele “fijado por el Consenso de Washington” (BORON, 2004).

Segundo análise de Malavé (2004), a nova Constituição Bolivariana é o primeiro passo na direção de uma nova institucionalidade democrática na Venezuela e as *misiones* corroboram com o aprofundamento do caminho de luta assumido pelo povo venezuelano, fortalecendo a mobilização através das políticas sociais, que condensam e impulsionam o poder popular no país. Dessa forma, para o autor, com a Carta de 1999, se ultrapassa a concepção meramente dogmática e programática do direito social, principalmente em virtude da ampliação e massificação de políticas reconhecidamente universais como, por exemplo, saúde e educação.

Sin embargo, en la Constitución del 1999, el sólo concepto de Estado social significa compromiso, ejecución y exigibilidad directa. Eso trae consigo que cuando el Estado venezolano asume la responsabilidad de decir, porque lo establece la Constitución, está queriendo decir que su actuar debe garantizar derechos como: a) aprender a leer y escribir, que se ha traducido en la Misión Robinsón, b) tener escuelas que sean aptas y capaces para el desarrollo integral de nuestros niños, traducido en las Escuelas Bolivarianas, c) tener la posibilidad de incorporarse a los subsistemas educativos, traducido en las Misiones Ribas y Sucre, d) el derecho a la salud y a un sistema de salud digno, que se expresa en la Misión Barrio Adentro y d) desde el punto de vista del trabajo, el programa Vuelvan Caras, que responde al derecho al trabajo (MALAVÉ, 2004).

A *Misión Vuelvan Caras* pode ser vista como uma primeira tradução deste potencial criador assumido diretamente na forma de poder popular, desta vez mediante o trabalho: essa *misión* objetivou fomentar a articulação do processo educativo ao processo produtivo para gerar emprego e renda, orientar a formação de recursos humanos e assegurar a participação popular na produção de bens e serviços. Nesse sentido, previa bolsas voltadas para o *saber práctico*, ou seja, iniciativas educacionais que privilegiassem conhecimentos para o trabalho, como também fomento ao desenvolvimento de cooperativas, em consonância com os pressupostos da Constituição Bolivariana.

No entanto, sabe-se que a Revolução Bolivariana herdou uma pesada carga pretérita, no que se refere ao empobrecimento extremo de sua população, às negligências diversas para o acesso aos direitos sociais, à corrupção em vários níveis, à burocratização excessiva do Estado, entre outros – traços peculiares ao modelo capitalista periférico, que tende a agudizar as contradições tipicamente capitalistas. Por esse motivo, a *Vuelvan Caras*, como principal política social que pretendia *libertar através do trabalho*, não logrou tal objetivo. Apesar do expressivo número de pessoas atendidas, acredita-se que o projeto estava demasiadamente voltado para a formação técnica e inserção

produtiva dos atendidos – fato que, apesar de ter encaminhado soluções de ordem reprodutiva material, não foi pujante o suficiente para desencadear a rearticulação de distinto modelo produtivo

O desafio não foi tangenciado. Coube debater e engendrar uma inédita dinâmica no âmbito da produção de bens voltados à satisfação das necessidades sociais e à estruturação de mercado interno, libertos das contradições do sistema capitalista, nas trilhas do desenvolvimento endógeno socialista. Sabemos, pois, que o desenho das políticas sociais desvinculado deste projeto tende a reproduzir a funcionalidade das relações sociais de tipo capitalistas, ainda moduladas pela expropriação do trabalho assalariado, portanto, anuladas em seu potencial transformador. Porém, as inovações são intensas.

Na medida em que o ponto de partida ainda é a teia do capital, todas as relações sociais que se estabelecem na vida em sociedade constituem a expressão daquela relação social fundante e, por esse motivo, convencionou-se que a construção de uma nova base produtiva, tal como aparece nos lineamentos colocados no PPS exigia uma formação de novo tipo, daí a resignificação do projeto inicial da *Misión Vuelvan Caras*: em 2007 o Executivo Nacional anunciou o lançamento da *Misión Che Guevara* com o objetivo de materializar um plano de formação integral, na direção da construção do *homem novo*, tal como preconizado por Che Guevara.

Para ensinar a construção do socialismo, paralelamente à base material existente, Guevara (1965) insistia na necessidade de *um homem novo*. Em 1965, ao dissertar acerca da construção da sociedade após o processo revolucionário cubano, *Che* inferia que em um período transitório, no qual ainda persistiam as relações mercantis próprias do modo de produção sob o qual estava se erigindo a nova ordem societária, a lei do valor ainda vigente atuava como um cordão umbilical responsável pela conexão dos indivíduos à sociedade e a mercadoria, como célula econômica fundamental. Uma vez que tais vetores delimitavam o caminho e o destino dos indivíduos isolados em todos os aspectos de sua vida, se fazia essencial pôr em marcha um processo de formação integral do ser humano, simultaneamente ao desenvolvimento de formas econômicas novas, no período de transição ao socialismo. Com

base em tais pressupostos, houve o redimensionamento da *Misión Vuelvan Caras, originando a Misión Che Guevara*, que:

Es un programa de formación con valores socialistas integrando lo ético, ideológico, político y técnico productivo, para contribuir a generar el mayor número de satisfacción social y transformar del sistema socio-económico capitalista en un modelo económico socialista comunal. Su objetivo es diseñar y ejecutar acciones en materia de formación, capacitación y organización laboral sustentables, desarrollando la conciencia ética y moral revolucionarias como factores determinantes en la formación del hombre y de la mujer nuevos, sentando así las bases del proyecto revolucionario bolivariano (RBV, 2009b).

De acordo com Guevara (1965), esse processo é fundamental para a construção do novo ordenamento social. Sua análise revela que embora o processo transitório contenha expressões das mazelas do capitalismo, onde os indivíduos atomizados ainda estão inacabados, abre-se possibilidades de se desenhar uma inédita condição de protagonista “desse estranho e apaixonante drama que é a construção do socialismo, na sua dupla existência de ser único e membro da comunidade.” (GUEVARA, 1965). Sendo assim, a necessária formação ética e humana deve ser parte da luta contínua e se corporificar em um trabalho permanente para erradicar aos vícios do passado que são legados ao presente.

Além da *dura competição com o passado*, para *Che*, na dinâmica da nova sociedade em formação é imprescindível estar ciente que nos países onde impera o subdesenvolvimento *a riqueza está longe de poder chegar às massas através somente do processo de apropriação*, “dá a importância de eleger corretamente o instrumento de mobilização das massas. Esse instrumento deve ser de índole moral, fundamentalmente, sem esquecer uma correta utilização do estímulo material, sobretudo de natureza social.” (GUEVARA, 1965).

Nesses termos e considerando os postulados do PPS, bem como os primeiros passos dados com a *Misión Che Guevara* e, especialmente, a centralidade da necessária mobilização das massas para o

fortalecimento do poder popular, articulado à satisfação integral das necessidades humanas, constituiu-se a *Misión 13 de Abril*. Lançada em abril de 2008, no marco das comemorações do 13 de abril de 2002, essa *misión* tem a finalidade de gerar referências concretas de gestão comunal no exercício da democracia protagônica e revolucionária. Assim, a *Misión 13 de Abril* contempla a agregação dos Conselhos Comunais na direção da conformação das comunas socialistas, ou seja, o objetivo é “reimpulsar el proceso de profundización de la Revolución con el fortalecimiento del Poder Popular en la satisfacción integral de las necesidades humanas y la articulación socio-territorial en Comunas Socialistas.” (RBV, 2008: 2).

Para o cumprimento do objetivo central, o documento metodológico remete a dois eixos transversais, quais sejam, “mejorar las condiciones de vida de las comunidades” e “desarrollar la conciencia socialista con la articulación comunal” (RBV, 2008: 2), de modo que esses eixos são executados como etapas sucessórias. Em um primeiro momento, ocorre a instalação de *salas de Batallas Social* nas comunidades, tendo em vista atender de imediato as necessidades sociais da população e, na sequência, a modificação da estrutura sócio-territorial através da *transformación integral del hábitat* a partir do esboço definido pelo povo organizado no território, para a construção das comunas socialistas.

O objetivo central, portanto da *Misión 13 de Abril*, exposto logo no princípio do documento organizativo, refere-se ao fortalecimento do poder popular *en la satisfacción integral de las necesidades humanas*, de modo a não pressupor referências distintas daquelas que o próprio povo organizado definir. O documento coloca que, nos marcos da radicalização democrática, está em marcha na sociedade bolivariana nova forma de gestão “involucra la organización de la participación de los integrantes de una comunidad para la direccionalidad política de los procesos de transformación de sus condiciones de vida y el desarrollo de sus potencialidades colectivas.” (RBV, 2008: 5).

Esse processo deve se desenrolar nas citadas *Salas de Batalla Social*, espaço constituído a partir da congregação de vários Conselhos Comunais, para operar como *locus* de organização popular onde devem se definir o desenho e a execução de projetos, programas e políticas sociais, isto é,

Estratégicamente se perfilan como espacios de encuentro, para la discusión política y fortalecimiento de las capacidades de gestión de las comunidades para avanzar en la articulación social y la conformación en redes de ejercicio del poder popular en la transformación de las condiciones de vida (RBV, 2008a: 25).

Desse modo, as *Salas de Batalla Social* constituem uma inovação participativa no intuito de aperfeiçoar os espaços democráticos instituídos em 2006 com os Conselhos Comunais, agora com especial atenção à satisfação integral das necessidades humanas.

Assim, conforme contido na documentação oficial e considerada essa prerrogativa, a *Misión 13 de Abril* alude uma tentativa do governo bolivariano de articular um amplo e consistente sistema de atenção e proteção no âmbito das necessidades humanas e sociais, abarcando a contribuição decisiva das ações socioassistenciais e político-culturais, com estratégias de fomento ao poder popular. Nesse sentido, desde a perspectiva que defendemos, trata-se de uma estratégia fundamental não em si mesma, mas principalmente porque é portadora de um intento de ruptura: a dissolução do sistema de privilégios que tem aprisionado os sujeitos produtores da riqueza societária na servidão da necessidade, além de impedir-lhes de usufruírem de direitos básicos universais, aprisionando-os aos grilhões da subalternidade. Sobre essa relação, Mazzeo (2007) dilucida:

La necesidad extrema tiene escasas chances de ser una negación violenta generadora de praxis y se convierte en exis, que es adaptativa, inerte. La necesidad siempre es un límite para la libertad efectiva: angosta los espacios de acción y movimiento, estructura los procesos de la serialidad o la fragmentación, atrofia toda inteligencia de la esperanza y, con ella, funciones aurales y utópicas (MAZZEO, 2007: 165-166).

Um projeto político de novo tipo no âmbito das políticas sociais públicas deve almejar esse horizonte. Para tanto, é preciso desencadear estratégias capazes de socializar renda, democratizar

o poder e coletivizar a grande propriedade privada, na perspectiva da autonomia dos sujeitos e da transformação social.

Essa perspectiva está contida no desenho da *Mission 13 de Abril*, cujo objetivo principal é o fortalecimento da radicalidade democrática, através da organização popular em comunas socialistas, a partir da peculiaridade político-participativa do território.

A dimensão socioterritorial ocupa lugar central no desenho: território como sinônimo de lugar, de relações sociais, de movimento político que condensa objetividades e que conforma subjetividades desalienadas. Nesse sentido, a nova geometria de poder requerida pelo projeto revolucionário bolivariano assume a categoria território como essencial. Tanto é fundamental que, desde as montanhas do sudoeste mexicano, o Subcomandante Marcos nos fala acerca da angústia que é lutar incessantemente “sem ter um lugar para recostar a fome e a esperança.” (EZLN, 1995 *apud* DI FELICE; MUÑOZ, 1998: 105). E quando fala de lugar, fala de pátria, porém, não como um espaço forjado pelos mapas, pelas leis da cartografia. Tampouco remete a uma idéia que existe apenas nas cartas e nos livros, ao contrário, assinala que se refere a “um grande corpo de carne e osso, de dor e sofrimento, de pena, de esperança de que tudo mude um belo dia” (EZLN, 1994 *apud* DI FELICE; MUÑOZ, 1998: 47).

É nesse sentido que no desenho da *Misión 13 de Abril* o território aparece relacionado às demais dimensões e alcances propostos pela política social, quando, nas primeiras páginas do documento, referencia o objetivo “(...) la articulación socio-territorial en Comunas Socialistas.” (RBV, 2008, p. 2). Dessa forma, o que se denomina *gestão comunal* refere-se a um modo peculiar de organização social no território, com pretensão de transformar as condições de vida da população, a partir da participação ativa e protagônica da comunidade na organização, planejamento e produção comunal, sob uma perspectiva de abordagem integral das necessidades humanas.

La Gestión Comunal involucra la organización de la participación de los integrantes de una comunidad para la direccionalidad política de los procesos de transformación de sus condiciones de vida y el desarrollo de

sus potencialidades colectivas. Es la planificación participativa y la acción corresponsable del gobierno comunal en la construcción de la democracia directa. Es el ejercicio del Poder Popular forjando nuestro Socialismo Bolivariano (RBV, 2008a: 5).

Desse modo, tem-se que o fim último da articulação popular que a estruturação da *Misión 13 de Abril* visa empreender nas comunidades é efetivamente potencializar o poder popular, a partir da conformação sócio-territorial, nas e por meio das Comunas Socialistas.

Considerando, pois, o protagonismo da *Misión 13 de Abril*, no sentido de propeler o projeto do socialismo bolivariano, a partir da participação popular na dinâmica territorial, é pertinente recordar uma indicação de Marx. Essa, extraída dos seus escritos acerca da experiência da Comuna de Paris, quando inferia que o verdadeiro segredo da Comuna era ser essencialmente um governo da classe operária, “a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho” (MARX, 1986: 76). Nesses termos, Marx (1986) analisava que o poder comunal, além de expressão da *velha luta contra o excessivo centralismo*, era um caminho potencial para construção do novo regime, um regime fundamentalmente distinto daquele que era conduzido pelo *Estado parasitário*. Esta assertiva de Marx é uma forte inspiração para o socialismo bolivariano.

Ao decifrar o processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, o pensamento de Marx expressou seu vínculo orgânico com os movimentos revolucionários, contribuindo para subsidiar a luta social e a organização política da classe trabalhadora de poderosas convicções. Uma delas foi revelar a dimensão coletiva das contradições sociais como intencional construção política e econômica da sociedade de classes que independem das razões de natureza individual. Superá-las requer a coletivização das demandas e da luta social, obrigatoriamente. Por esse motivo, no âmbito do projeto bolivariano a democratização radical do Estado, instada pelo controle dos recursos nacionais e pela distribuição igualitária do excedente econômico é mais do que estratégia essencial de poder, é o caminho mesmo da revolução popular e socialista latino-americana.

Conclusão

As análises que realizamos nesse estudo nos permitiram concluir que na Venezuela, o modelo de desenvolvimento econômico e social preconizado pela revolução bolivariana sinaliza importantes possibilidades. No escopo do projeto de sociedade em construção, denominado Socialismo do Século XXI, há alternativas de satisfação coletiva e desmercadorizada das necessidades humanas, a partir da massificação das políticas sociais no país, cuja centralidade é o impulso ao protagonismo popular e a radicalização democrática, com forte processo de socialização da política, elemento fundante de uma democracia de novo tipo.

Considerando a dinâmica periférica e dependente de acumulação de capital nas sociedades latino-americanas, a qual agudiza as contradições peculiares ao modo de produção capitalista, instaurando processos ainda mais desiguais de expropriação privada do produto do trabalho social, o debate sobre a satisfação das necessidades humanas e sociais, no âmbito da proteção social pública universal se torna imperativo. Apesar de ser um campo permeado por contradições, as políticas sociais também se organizam, enquanto espaço reivindicatório do provimento das necessidades humanas e sociais, a partir de requerimentos diversos, tanto individuais quanto coletivos.

A superexploração da força de trabalho, mecanismo típico adotado nas economias dependentes, através da intensificação dos processos de extração da mais-valia nas suas formas absoluta e relativas combinadas, segundo análise de Marini (2000), caracteriza-se como um regime de regulação da força de trabalho em que a acumulação de capital repousa sobre a maior exploração do trabalhador e não sobre o aumento da sua capacidade produtiva. Esse mecanismo se expressa na exploração extremada e na conseguinte pauperização crescente das maiorias latino-americanas, conformando uma realidade social na qual *a decência é substituída por uma degradante bestialidade*, esta última, operando constantemente pela perpetuação e aprofundamento dessa condição.

Nesse sentido, a democratização radical das relações de poder político e o acesso à riqueza social podem constituir-se em estratégias, no horizonte da potencialização da luta social dedicada a erradicar os processos aos quais estão submetidas as massas superexploradas do continente.

Assim, ao passo que um projeto de radicalização democrática genuinamente latino-americano e libertário, em todos os níveis, “deve resolver três aspectos fundamentais da vida social: soberania nacional, justiça social e o exercício democrático do poder” (OURIQUES, 2005: 132), podemos inferir, tal como parece indicar o processo bolivariano, que a política social pode constituir-se em uma ferramenta estratégica para deflagrar a efetiva participação da população, na contramarcha dos processos de subalternização política, expropriação econômica e exclusão sociocultural.

Ademais, cabe referenciar que o novo cenário latino-americano oferece fortes indícios de nossa hipótese, pois o horizonte político social latino-americano dos últimos anos é a expressão na conjuntura sócio-política do continente de que o projeto bolivariano não é dissonante e solitário. É nessa direção que caminha também o processo de transformações sócio-políticas em curso no Equador e na Bolívia.

O momento da América Latina hoje, como propõe o governo bolivariano da Venezuela é: “*Queremos acabar com a pobreza? Demos poder aos pobres*” (FRÍAS, 2004). Sem ilusões a respeito da inevitabilidade na história, esse rebentar do protagonismo popular no continente latino-americano é precioso. Ainda que peremptoriamente em disputa pela cena política nacional e internacional, que pode exortar seus traços mais efêmeros e frágeis, a eclosão de um processo revolucionário de tipo tão especial pode ser vigoroso o bastante para contribuir na recriação da democracia na América Latina, isto é, na atribuição de um sentido histórico-concreto da luta das classes populares, em direção da impetuosa organização coletiva e da libertária construção socialista.

Referências bibliográficas

ANDERSON, P. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

APONT BLANK, C. *El gasto publico social durante los periodos presidenciales de Hugo Chávez: 1999-2009. Cuadernos del Cendes*. Venezuela: UCV, Ano 27, n73, p. 31-70, enero/abril 2010. Disponível em < http://www.cendes-ucv.edu.ve/publicaciones_revistas.jsp > Acesso em 17 ago 2010.

ARGUMEDO, A. *Los silencios y las voces en América Latina: Notas sobre el pensamiento nacional y popular*. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional, 1993.

BARROS, P. S. *Governo Chávez e desenvolvimento: a política econômica em processo*. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BORON, A. *Las políticas sociales en las nuevas experiencias: de la gestión de la pobreza a los contratos públicos por igualdad*. Painel de discusión. In: *SEMINARIO NACIONAL: POLÍTICA SOCIAL ¿UN NUEVO PARADIGMA?* Caracas: FECS, 2004. Disponível em: <http://www.gerenciasocial.org.ve/bsocial/bs_03/bs_03_contenido.htm> Acesso em 01 fev. 2009.

CASANOVA, R. *Democracia e políticas sociais na transição venezuelana: entre o capitalismo assistencial e a democracia socialista*. In: BORGES, L. F. P.; MAZZUCO, N. G. (orgs.) *Democracia e políticas sociais na América Latina*. São Paulo: Xamã, 2009. p. 61-75.

DI FELICE, M.; MUÑOZ, C. *A revolução invencível: Subcomandante Marcos e EZLN: cartas e comunicados*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

ELIZALDE, R. M.; BÁEZ, L. *Chávez nuestro*. La Habana: Casa Editora Abril, 2005.

FRÍAS, H. C. *Pueblo, sufragio y democracia*. Yara: Ediciones MBR-200, 1993.

_____. *Reunião de Chefes de Estado Convocada pelo Presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva*, Nações Unidas, mimeo, setembro/ 2004.

GUEVARA, E. (Che). *O Socialismo e o homem em Cuba*. Texto dirigido a Carlos Quijano e publicado no semanário Marcha, Montevideu, março de 1965. Disponível em <<http://www.socialismo.org.br/portal/socialismo/194-documento/418-o-socialismo-e-o-homem-em-cuba>> Acesso em 21 nov. 2008.

HELLINGER, D. *Visión política general: la caída del puntofijismo y el surgimiento del chavismo*. In: ELLNER, S.; HELLINGER, D. (Editores) *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Consejo de Investigación de la Universidad de Oriente/Editorial Nueva Sociedad, 2003.

LANDER, E. *El Referéndum sobre la reforma constitucional: el proceso político en Venezuela entra en una encrucijada crítica*. In: *Revista venezolana de economía y ciencias sociales*. Caracas: UCV, v.14, n.2, p.133-166, may./ago. 2008.

MALAVÉ, C. E. *Las Transformaciones constitucionales y los principios de las políticas públicas*. Painel de discusión. In: *SEMINARIO NACIONAL: POLÍTICA SOCIAL ¿UN NUEVO PARADIGMA?* Caracas: FECS, 2004. Disponível em: <http://www.gerenciasocial.org.ve/bsocial/bs_03/bs_03_contenido.htm> Acesso em 01 fev. 2009.

MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. In: _____. *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini; (organização e apresentação de Emir Sader)*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000a. p.105- 165.

MARX, K. *A guerra civil na França: mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores*. São Paulo: Global, 1986

MAYA, M. L. *Del viernes negro al referendo revocatorio*. Caracas: Alfadil Ediciones, 2005.

MAZZEO, M. *El sueño de una cosa: introducción al poder popular*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana; Editorial El Colectivo, 2007.

OURIQUES, N. *A revolução democrática bolivariana: uma utopia latino-americana*. In: _____. (org.). *Raíces no libertador: Bolivarianismo e poder popular na Venezuela*. 2. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2005b. p. 129-151.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA (RBV). Constitución (1999). *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (1999)*. Conforme a la Gaceta Oficial n. 5453 de fecha 24 de marzo de 2000. Caracas: Imprenta Nacional, 2000.

_____. *Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007 (PDES)*. Caracas: 2001. Disponível em: <<http://www.mp.gob.ve>> Acesso em 3 jan. 2009.

_____. Ministerio de Comunicación e Información. *Colección Temas de Hoy*. Caracas: 2006a. Disponível em: <<http://www.mci.gob.ve>> Acesso em 10 fev. 2008.

_____. *Ley de Los Consejos Comunales*. Sancionada por la Asamblea Nacional de la República Bolivariana de Venezuela el 7 de abril y publicada en GO extraordinaria N° 5.806 del 10 de abril. Colección textos legislativos. Caracas: Imprenta Nacional, 2006b.

_____. *Misión 13 de Abril: Documentos metodológicos*. 2008. Disponível em <<http://www.gobiernoenlinea.ve>> Acesso em 03 fev. 2009.

_____. Ministerio del Poder Popular para la Cultura. Centro Nacional de Historia. Dossier *El Caracazo* o el estallido social contra el recetario neoliberal. In: _____. *Memorias de Venezuela*. Caracas: Imprenta Nacional. n. 7, p. 46-61, ene./feb. 2009a.

_____. *Resenha histórica*. In: *Misión Che Guevara: Misión Socialista*. 2009b. Disponível em <<http://www.misioncheguevara.gob.ve/>> Acesso em 10 mai. 2009.

VIEIRA, L. V. *Constituinte e participação popular no processo político venezuelano*. In: OURIQUES, N (org.). *Raíces no libertador: Bolivarianismo e poder popular na Venezuela*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005. p. 63-67.

Notas

- ¹ Essa pesquisa contou com apoio do CNPq.
- ² Segundo análise de Anderson (1995) “Das quatro experiências viáveis desta década, podemos dizer que três registraram êxitos impressionantes a curto prazo – México, Argentina e Peru – e uma fracassou: Venezuela. A diferença é significativa. A condição política

- da deflação, da desregulamentação, do desemprego, da privatização das economias mexicana, argentina e peruana foi uma concentração de poder executivo formidável: algo que sempre existiu no México, um regime de partido único, com efeito, mas Menem e Fujimori tiveram de inovar na Argentina e no Peru com uma legislação de emergência, auto-golpes e reforma da Constituição. Esta dose de autoritarismo político não foi factível na Venezuela, com sua democracia partidária mais contínua e sólida do que em qualquer outro país da América do Sul, o único a escapar de ditaduras militares e de regimes oligárquicos desde os anos 50. Daí o colapso da segunda presidência de Carlos Andrés.” (ANDERSON, 1995: 22).
- ³ O número 200 corresponde ao aniversário de 200 anos do nascimento de Simón Bolívar, que ocorreu em 1783, ano de criação do referido movimento.
- ⁴ Alguns analistas referem-se a esse processo como golpe. Adán Chávez Frías, irmão de Hugo, em entrevista, esclarece: “Hugo se niega a que se catalogue ese proceso como un golpe. Repite que fue un levantamiento militar. La diferencia es esencial: la palabra golpe se asocia al gorilismo, a los militares de la oligarquía que se niegan a cambiar el status quo. Lo que ocurrió en febrero de 1992 fue un alzamiento militar de nuevo tipo, con ideas progresistas, con una proyección social, con la voluntad de transformar radicalmente las instituciones y darle el poder al pueblo.” (ELIZALDE; BÁEZ, 2005: 41).
- ⁵ Pequenos grupos que se reúnem nas comunidades para estudar e discutir política a partir do ideal bolivariano e assim pensar coletivamente estratégias de intervenção popular na sociedade.
- ⁶ No marco da radicalização democrática e considerando a necessidade de criar espaços para a organização popular e sua articulação com o Estado, em abril de 2006 foram regulamentados os Conselhos Comunais em lei específica: a Ley de Los Consejos Comunales. Esta, em seu segundo artigo define: “Los consejos comuna-
- les en el marco constitucional de la democracia participativa y protagónica, son instancias de participación, articulación e integración entre las diversas organizaciones comunitarias, grupos sociales y de los ciudadanos y ciudadanas, que permiten al pueblo organizado ejercer directamente la gestión de las políticas públicas y proyectos orientados a responder a las necesidades y aspiraciones de las comunidades en la construcción de una sociedad de equidad y justicia social.” (RBV, 2006b: 7).
- ⁷ Refere-se à Simón Rodríguez, educador de Simón Bolívar. Argumedo (1993) explica: “Sin duda, las claves del pensamiento bolivariano se encuentran en esa relación pedagógica y de amistad que a lo largo de su vida [de Bolívar] lo uniera con Simón Rodríguez, uno de los intelectuales más lúcidos y apasionantes del período. Riguroso autodidacta, conocedor de Spinoza, Hobbes, Locke, los Enciclopedistas, Montesquieu y Rousseau, Rodríguez tenía 17 años cuando se le encarga la educación de un niño de cinco, huérfano de padre, un pupilo travieso, voluntarioso e insufrible, según palabras de su maestro anterior. Rodríguez decidió poner en práctica un sistema educativo que buscaba conservar al discípulo en estado de naturaleza y realizar con él la difícil enseñanza de no enseñar nada. (...) El jinete incansable, el prolífico escritor, la capacidad para reformular ideas, para concebir la construcción de las nuevas sociedades americanas a partir de su especificidad, para asimilar las propuestas más avanzadas del pensamiento universal sin caer en imitaciones pueriles, tienen su origen en ese maestro” (ARGUMEDO, 1993: 30-31).
- ⁸ Fondo para el desarrollo económico y social del país – Fondespa; Fondo de Desarrollo Nacional – Fonden (Fondo Simon Bolívar); São exemplos dos Fundos criados no governo de Hugo Chávez, que contam com inversões diretas da PDVSA, ou seja, são alimentados com recursos da renda petroleira. Ademais desses Fundos, há também os fundos binacionais, a exemplo do Fondo Irani, Fondo Chino e Fondo Mao, e outros que recebem recursos não gastos em gestões orçamentárias anteriores como o Fon-

do Miranda. Ainda, no início do corrente ano de 2010, o atual governo anunciou a criação de outros fundos, tendo em vista o investimento em áreas estratégicas como indústria e energia, bem como maior aporte de recursos para os programas sociais, através da formação do Fundo 19 de abril, que contará com recursos para maior financiamento das misiones, desenvolvimento de serviços e obras públicas. (APONT BLANK, 2010).

- ⁹ Referente ao poema Canto ao homem do povo Charlie Chaplin, de Carlos Drummond de Andrade.
- ¹⁰ Algumas das misiones vigentes, de acordo com o sítio do governo bolivariano, são: Misión 13 de abril (fortalecimento do poder popular a través de comunas socialistas), Misión Mercal (alimentação subsidiada pelo governo e mercados populares), Misión Negra Hipólita (assistência social à população de rua), Misión Habitat (habitação), Misión Guaicaipuro (indígena), Misión Miranda (defesa da soberania nacional numa aliança cívico-militar), Misión Identidad (documentação para venezuelanos e estrangeiros), Misión Arbol (produção e conservação na área rural), Misión Cultura (desenvolvimento sócio-comunitário e cultural), Misión Ciencia (desenvolvimento científico e tecnológico endógeno), Misión Piar (diversificação da economia), Misión Zamora (contra o latifúndio), e as mais conhecidas: Misión Barrio Adentro (atenção integral a saúde nas comunidades), Misión Robinson I e Robinson II (educação fundamental), Misión Ribas (educação de nível médio) e Sucre (educação de nível superior).

Mirella Farias Rocha

*Membro do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina (IELA/UFSC).

Beatriz Augusto de Paiva

**Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Fundadora e pesquisadora do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA/UFSC).

Reformas agrárias na América Latina: abordagens intelectuais e modernização capitalista

Canrobert Penn Lopes Costa Neto*

Reformas agrárias na América Latina: abordagens intelectuais e modernização capitalista

Resumo: Nesse artigo, examinamos a participação de intelectuais (*experts*) no desenvolvimento de políticas de implementação de reformas agrárias na América Latina durante o século XX. Comparamos as experiências resultantes da aplicação dessas políticas, analisando, em particular, o caso da transformação no uso da terra na Bolívia.

Palavras-chave: Estrutura agrária; Renda da terra; Reforma agrária.

Agrarian reforms in Latin America: intellectuals approaches and capitalist modernization

Abstract: In this paper we examine the participation of the intellectuals (*experts*) in the development of policies for the implementation of the agrarian reform in Latin America during the 20th century. We compare the experiences resulting from the application of those policies, analyzing, in particular, the case of the transformation in the use of land in Bolivia.

Keywords: Agrarian structure; Land rent; Agrarian reform.

Recebido em 20.08.2010. Aprovado em 15.09.2010.

Introdução

Neste artigo, examinamos a participação de “experts” na implantação de programas nacionais de reforma agrária na América Latina, durante o século XX, procurando estabelecer analogias históricas entre as experiências resultantes da aplicação das referidas políticas de distribuição ou tomada de terras em diversos países latino-americanos. O objetivo desta análise é, sobretudo, o de detectar pontos em comum entre esses movimentos, que possam determinar com mais precisão o que deve ser caracterizado, efetivamente, como reforma agrária.

Por mais de vinte anos, entre as décadas de 1950 e 1970, a América Latina viveu a fase das adequações modernizantes da estrutura sócio-econômica agrária por intermédio dos movimentos de reforma agrária, levados adiante por governos de diferentes perfis políticos.

As reformas agrárias oficiais de caráter distributivo – resultantes da iniciativa política do Estado – não necessariamente contemplaram as aspirações manifestadas, ainda que de forma difusa, pelos movimentos sociais agrários, organizados ou não em torno de instituições representativas como partidos, sindicatos, conselhos etc, que, de alguma forma, exprimiam o sentimento político de uma ou mais frações de camponeses ou trabalhadores rurais. As referidas reformas agrárias foram muito influenciadas pelo denominado “fator intelectual” (COSTA NETO, 1995).

O chamado “fator intelectual” das reformas agrárias estatais é reconhecido por Chonchol (1965) quando ele afirma que a preocupação pela superação do atraso agrícola não surgiu exatamente das massas camponesas nem dos partidos políticos, mas “é produto da reflexão sobre os problemas do desenvolvimento econômico e social da América Latina efetuado por economistas e sociólogos de diversos países” (CHONCHOL, id. *ibid.*: 101). Chonchol destaca, em seguida, como aspecto integrante do esforço intelectual para a elaboração dos projetos de Reforma Agrária, a participação das Nações Unidas através de organismos como a CEPAL e a FAO.

Do ponto de vista sócio-econômico, a concepção de reforma agrária manifestada pelos consultores especializados, chamados a intervir no processo de execução dos projetos, permite compreender, em grande parte, a filosofia adotada em relação à

questão. No caso da CEPAL, a entidade da ONU recomendava que o processo de reforma agrária devesse ser massivo e rápido e que a distribuição da terra beneficiasse a um grande número de famílias camponesas. Indo além da afirmação do sentido distributivista da reforma, a CEPAL aplica a formulação tecnicista ao processo quando assinala que é uma “falácia pretender que primeiro deve educar-se os camponeses e depois dar-lhes oportunidade. É provável que muitos dos camponeses beneficiados fracassem como empresários e se deva substituí-los por outros” (CEPAL, 1965).

Portanto, para a CEPAL, a reforma agrária deve proporcionar, acima de tudo, condições para a modernização acelerada da estrutura agrária em termos capitalistas, sob a forma da seleção de pessoal, mais ou menos apto para a função empresarial, entre os camponeses beneficiados pelas terras distribuídas.

Em termos sócio-políticos, as reformas agrárias institucionais sofreram a influência do “fator intelectual”. Chonchol (*op. cit.*) vê como uma das razões extra-econômicas mais importantes da necessidade das reformas a incorporação do campesinato à estrutura político-social das sociedades latino-americanas. Chonchol questiona acerca das reformas políticas de expressão dos camponeses além da “rebelião armada ou do bandoleirismo” e conclui que sem reforma agrária o campesinato não possui nenhum direito político. É interessante constatar que Chonchol opõe aos direitos civis e políticos, típicos da cidadania, os instrumentos mais genuinamente utilizados pelos camponeses latino-americanos em suas revoluções agrárias ao longo deste século, ou seja, exatamente as rebeliões armadas. Não por acaso a influência intelectual encontrou grandes dificuldades para exprimir-se como fator determinante nas principais guerras camponesas na América Latina, como no México, na Bolívia, no Peru e, principalmente, em Cuba.

A intervenção dos *experts* no processo das reformas agrárias levou a outro tipo de distanciamento entre camponeses e ideólogos estatais. Trata-se do caráter conservador dos textos formais, redigidos a partir da ótica conciliadora dos dirigentes reformistas. Até mesmo, o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas faz reparos às leis agrárias promulgadas não só no aspecto formal, mas também em termos do mérito da legis-

lação. De acordo com o DAES da ONU “a nova legislação é completa e complicada às vezes; isto se deve, por uma parte, ao esforço para proteger os interesses especiais...” (DAES/ONU, 1965).

Percebemos, avaliando a dinâmica sócio-político-econômica das reformas agrárias praticadas, que as transformações aludidas na estrutura agrária muitas vezes viram-se freadas pela intervenção de setores intelectuais, responsáveis pelo tom menos radical das deliberações legais estabelecidas. As reformas agrárias tenderam a saídas conciliadoras, garantindo a sobrevivência de formas de organização da propriedade e recriando outras.

Desta maneira, a reforma agrária, longe de conduzir a rupturas na estrutura social vigente, realocou fatores com a finalidade de ampliar espaços da agricultura comercial capitalista, devidamente modernizada.

Diversos processos revolucionários foram contidos no marco das reformas estatais. Cabe questionar então se toda e qualquer reforma agrária esgota sua finalidade no redistributivismo modernizante ou pode sugerir o caminho da ruptura com os padrões agrários dominantes.

Sobre o conceito de Reforma Agrária

A indagação mais constante sobre a questão agrária na América Latina, entre os anos 60 e 70, refletiu o papel decisivo das transformações na estrutura agrária que seguia inexorável curso à época. Todo o problema agrário era canalizado para uma mesma direção: a da necessidade urgente de intervenções modificadoras nas formas de propriedade agrária e consequente produção agrícola.

“O que é reforma agrária?” passou a ser a grande questão a ser decifrada pelo conjunto dos atores sociais agrários do período. Isto é, por militantes das vanguardas dos movimentos sociais e especialmente pela intelectualidade engajada na problemática mais candente do período, exatamente a da perspectiva de resolução para os desafios gerados pelos impasses sociais no campo, que vinham ameaçando a existência dos mais diferentes projetos.

Solon Barraclough (1965) vê tamanha complexidade na questão chave do problema que a subdivide em três perguntas básicas: “quais são os objetivos daqueles que fazem as reformas agrárias”; “quais são as condições que produzem uma refor-

ma agrária?”; “quais são os resultados destas reformas?”. Dentre os objetivos, o principal apontado é o de romper a estrutura tradicional da sociedade, eliminando o poder político dos *terratenentes*. Este seria um propósito compartilhado indistintamente por líderes na emergente classe média, nacionalistas, movimentos operários, comunistas e ainda alguns industriais.

Quanto às condições, estariam, grosso modo, a presença de uma estrutura de propriedade da terra altamente desigual, a pobreza rural, o fracasso na distribuição de benefícios econômicos, a instabilidade política e social, e, por último, o que ele denomina de um catalizador, que poderia vir a ser uma liderança política ou uma espécie de episódio particular localizado, envolvendo fatos e pessoas.

Os resultados deveriam conduzir, necessariamente, ao desenvolvimento econômico que poderia ser alcançado através do incremento da produção agrícola, da redistribuição dos ingressos e da integração nacional e do “sentido de propósito”, que consistiria no estímulo da vontade de trabalho, de sacrifício e de modernização.

Michel Gutelman (1971), por outro lado, partindo da mesma interrogação original acerca do caráter da reforma agrária, introduz uma segunda formulação que torna sua análise bastante sugestiva.

Gutelman questiona se o que ocorre na realidade dos processos agrários é uma reforma ou uma mistificação. Ele pergunta: “Como imaginar, efetivamente, que uma oligarquia no poder iria sacrificar seus próprios interesses de classe distribuindo realmente terras?” A partir daí está colocado um viés que permite o aprofundamento da questão. Referimo-nos ao que Gutelman define como “natureza de classe das reformas agrárias” (op. cit.: 14).

A preocupação de Gutelman é situar, para além da reforma agrária em si, o conflito político-ideológico desencadeado a partir das concepções contraditórias elaboradas por setores que vêm nas lutas do campo a ocasião mais propícia para a ruptura radical com as formas de mercado e o começo da implantação do sistema planejado; e pelas outras correntes, majoritárias, as quais interpretam a reforma agrária como sendo o movimento ideal para alterar a estrutura agrária com o objetivo de permitir a chegada, de uma forma ou de outra, do capitalismo ao campo.

Ao relacionar as diversas possibilidades de elaboração e aplicação das intervenções agrárias tendo como ponto de partida o horizonte mais amplo das classes sociais em conflito aberto ou velado, Gutelman avança qualitativamente em relação às avaliações que, mesmo em muitos casos involuntariamente, tendem a encobrir o embate inerente a grupos sociais historicamente antagônicos. As interpretações de ordem mais técnica são normalmente “supraclassistas”, como as de Barraclough (o. cit), que analisa, por exemplo, a superação do latifúndio como uma espécie de atitude salvacionista praticada por diversos setores da sociedade em prol do bem comum geral: o desenvolvimento econômico da agricultura.

Ao referir-se ao processo de multiplicação das tensões agrárias, transformadas rapidamente em movimentos pela reforma agrária em vários países do continente nos anos sessenta, Thomas Carrol (1965) adverte que “o problema da reforma agrária está se fazendo mais agudo e as lutas em torno do mesmo, mais perigosamente explosivas. As forças que exercem pressões para atuar são uma combinação de muitos fatores” (op. cit. 170).

A julgarmos pelo depoimento de Carroll, o temor despertado pela efervescência dos movimentos sociais agrários parece ter feito com que muitos setores se lançassem a influir prontamente no cenário das perturbações estruturais.

Cabe então aqui mais uma questão: a quem interessaria de fato promover reformas agrárias e quem estaria tentando evitá-las?

Gutelman e Marini (1971) envolvem-se em interessante debate acerca deste problema. Gutelman inicia procurando demonstrar quem são os reais prejudicados com a propriedade privada da terra e, evidentemente, os beneficiários da reforma agrária como instrumento de sua supressão, através da estatização ou da nacionalização da referida propriedade. Conclui Gutelman “que a burguesia nacional é em grande parte vítima da propriedade privada... que as classes médias também são afetadas; de igual modo os camponeses marginalizados; servos ou semi-servos e, naturalmente, o proletariado”. Haveria, portanto, uma conjunção de interesses econômicos de quase todas as classes da sociedade, contra a propriedade, contra o *terratenente* – como proprietário, como receptor parasitário da renda.

É irônico que Gutelman, adepto da concepção teórica já referida de valorização dos conflitos de classe na sociedade, venha convergir, neste ponto, com a perspectiva de análise esboçada por Barraclough (o. cit), no que diz respeito aos caminhos trilhados pelos diversos grupos sociais face às soluções propostas para a problemática agrária. Gutelman vai além quando afirma que

o ideal da burguesia é a desapareição do proprietário do solo... o ideal para o desenvolvimento do capitalismo seria uma terra socializada, estatizada, da qual pudessem viver sem pagar renda alguma todos os inversionistas que quisessem jogar seus capitais na agricultura (GUTELMAN; MARINI: 10).

Marini começa a polêmica sistematizando as opiniões centrais de Gutelman sobre a reforma agrária latinoamericana e chega às seguintes definições: Gutelman veria a reforma agrária como uma conveniência da burguesia, assim como das demais classes e frações de classe (à exceção, naturalmente, da classe *terratenente*) na sociedade burguesa; como uma iniciativa adotada pela burguesia, sobretudo nos momentos em que é politicamente forte; como tendendo a adotar, como forma ideal, a estatização da terra, dado o caráter parasitário da classe *terratenente*.

Marini critica estas colocações de Gutelman, rejeitando o próprio eixo das afirmações, isto é, negando que a burguesia tenha interesse em suprimir o *terratenente* ou que a estatização da terra seja uma reforma burguesa por excelência. Marini argumenta que a burguesia industrial da América Latina formou-se sob o signo do monopólio da terra e em estreita conexão com ele. A dependência da indústria frente ao latifúndio se expressou em três esferas: mercado, capital e mão de obra. Isto significa que para Marini é histórica e estruturalmente incorreto falar-se em finalidades contraditórias entre grandes proprietários *terratenentes* e a burguesia industrial. Na verdade, eles integrariam uma mesma classe e, mesmo sem estar isentos de problemas relacionados com os espaços consagrados à acumulação, como no caso da renda da terra, não entrariam desnecessariamente em choque na questão da reforma agrária e das nacionalizações de terra.

Baseando-se neste tipo de argumentação, Marini ressalta que “as reformas agrárias nasceram sempre da dinâmica das classes exploradas. Por outra parte, não são as burguesias fortes as que fazem a reforma agrária, mas as burguesias fracas, incapazes de resistir à pressão das massas, ou desejosas de obter um aliado contra o proletariado combativo (Chile) e inclusive contra a velha oligarquia (México)” (GULTEMAN; MARINI, 1971: 20).

Seja como for, parece-nos que a tese de Marini contempla nossa caracterização anterior, pela qual as reformas agrárias latino-americanas têm demonstrado, na prática, com a óbvia exceção de Cuba, que elas proporcionam realinhamentos importantes entre classes e frações de classe, mas não rupturas essenciais na estrutura sócio-econômica agrária, há muito tempo integrada às formas capitalistas de organização e mercado.

Tipologia e aplicação das reformas agrárias na América Latina

São diversas as tipologias possíveis para retratar o andamento das reformas agrárias na América Latina. Alguns autores detiveram-se atentamente ao processo e formalizaram propostas bastante viáveis, que auxiliam a compreender as aproximações e diferenças entre as várias experiências de reforma levadas a efeito na América Latina, durante as quatro últimas décadas.

Iniciaremos por comentar a tipologia desenvolvida por Oscar Delgado (1965), que consiste em classificar as reformas agrárias ocorridas a partir de três grandes blocos. O primeiro, o das transformações agrárias, desdobra-se em uma ramificação capaz de apresentar uma situação dinâmica das políticas agrárias e agrícolas. Trata-se dos casos de revolução agrária (Cuba) e reforma agrária (México e Bolívia).

O segundo bloco é denominado genericamente de *Cambio Parcial*, consistindo na chamada colonização-parcelarização que inclui a Venezuela e o Chile. No câmbio parcial ficam afetados certos segmentos e funções da estrutura agrária e não o conjunto da mesma, não se ataca o problema do latifúndio, permite-se a conservação do status social e político da população camponesa, sem que se procure mobilizá-la, distribui-se terra aos camponeses e se faz a titulação de terras públicas e privadas, anteriormente distribuídas.

No terceiro módulo, aparece o que se chama de *Conservadorismo Agrário*, subdividido em colonização-parcelarização insignificante (Colômbia, Peru e Equador), colonização histórica (Argentina e Paraguai), conservação agrária rígida (demais países da América Latina). As principais características desse conjunto são: manutenção do *status quo* nas relações sociais agrárias e a ausência de oportunidades reais para a melhoria dos níveis de vida do setor rural.

A abordagem de Delgado nos permite conceber um modelo amplo de reformas, no qual, pela própria nomenclatura utilizada, a reforma agrária propriamente dita é apenas uma das partes que integram o quadro global de transformações, quase todas parciais, e manutenções da estrutura agrária vigente. É perceptível no organograma proposto que a grande maioria dos países da América Latina, até a primeira metade dos anos 60, encontrava-se em situação muito pouco evoluída em termos de alterações mais sensíveis na estrutura agrária.

As colonizações desempenhavam papel muito mais relevante do que as reformas, restritas a somente dois países. O conservadorismo, isto é, a completa ausência de desenvolvimento agrícola e redistribuição agrária predominavam largamente.

Gunder Funk (1965), partindo da noção de que reforma agrária é um processo essencialmente político, tipifica os movimentos acontecidos até os anos 60 em três categorias distintas: no primeiro, proposto pelos conservadores, fica excluída qualquer transformação política significativa. Neste grupo ele inclui o gesto de doações de terra aos camponeses levadas a efeito pela Igreja e pelos proprietários terratenentes. Frisa também que o processo em questão não pode ser classificado de reforma.

O segundo tipo visa à incorporação do campesinato à comunidade política nacional pré-existente. Segundo Frank, “a reforma agrária que se propõe meramente a integrar o campesinato dentro da ordem social existente provavelmente fracassará ainda que obtenha os apregoados fins de seus proponentes”.

No terceiro segmento, Frank coloca “o único tipo de reforma agrária merecedor do título”. Trata-se daquele em que procura-se realizar uma rápida e fundamental transformação da própria ordem existente. Cita o exemplo de Cuba revolucionária.

Gunder Frank possui, a nosso ver, nesta ordenação, o mérito de apontar o caráter politicamente limitado e excludente das avaliações que tendem a considerar “progressista” o fato de o campesinato, ou parte dele, simplesmente integrar-se de alguma forma à sociedade burguesa. Criticamos anteriormente esta premissa em autores como Chonchol.

Por outro lado, consideramos que a tipologia de Frank é falha em pelo menos dois aspectos. Primeiro, ele distribui de forma pouco elaborada os tipos que seleciona, permitindo um verdadeiro “abismo” analítico entre os procedimentos conservadores e o revolucionário. Em segundo lugar, talvez em função do primeiro problema apontado, quando ele se refere ao terceiro tipo e nele inclui Cuba, permite uma exaltação da reforma agrária como processo global, esquecendo-se das especificidades do caso cubano e de seu processo revolucionário que culmina numa postura político-econômica anti-capitalista.

Antonio Garcia (1973) é o pesquisador que elabora a mais extensa e detalhada classificação tipológica das reformas agrárias na América Latina. Garcia traça inicialmente um panorama das principais tipologias até então conhecidas.

Refere-se, num primeiro momento, ao agrupamento dos tipos já organizados. Divide as tipologias conhecidas em econômicas, sociológicas e dialéticas. Ele então passa a discorrer sobre sua própria interpretação quanto ao conjunto de reformas realizadas.

Garcia procede à feitura do esquema de caracterização histórica das reformas agrárias na América Latina. O primeiro grupo, ele denomina Reformas Estruturais, que entre outras características integram um processo nacional de transformações revolucionárias da economia, da cultura, do Estado, da organização social e política; são lideradas por um elenco de novas forças sociais, assumindo estas a responsabilidade de classes motrizes e condutoras do processo; fundamentam a mudança em uma alteração simultânea do sistema tradicional e das normas institucionais que o preservam e expressam; criam uma nova imagem nacional e orgânica do Estado, como estrutura básica da transformação, da representação, da integração e do desenvolvimento; tornam irreversíveis as conquistas alcançadas com a abolição das formas arcaicas de latifúndio de colonato.

As Reformas Agrárias Convencionais, segundo grupo tipológico, constituem uma forma negociada entre grupos sociais antagônicos de antiga ou recente formação; suas linhas ideológicas correspondem ao sistema de partidos institucionalizados que negociam a reforma; não se formula a exigência de uma transformação estrutural e política do Estado, mas uma abertura de seus órgãos assistenciais e de seus mecanismos de distribuição social do ingresso agrícola; exigem uma transferência do investimento interno do Estado e das massas camponesas para os grandes proprietários de terra, desviando o giro dos recursos financeiros e impedindo o indispensável desdobramento da reforma agrária em uma revolução agrícola e social.

O terceiro grupo é o das Reformas Marginais ou Contra Reformas Agrárias. Estas não apontam para a ruptura do monopólio senhorial sobre a terra ou para a transformação das estruturas latifundiárias; apoiam-se nas negociações entre setores políticos das próprias classes dominantes, por intermédio do sistema conservador e populista de partidos e da aplicação irrestrita das normas institucionais da sociedade tradicional; perseguem, como objetivo estratégico, a conservação do *status quo*, não só dentro do marco da estrutura agrária, mas também no âmbito da vida nacional ou das relações internacionais de intercâmbio.

Garcia procura ultrapassar os limites da abordagem técnica, valorizando aspectos sócio-políticos capazes de diferenciar em profundidade os múltiplos aspectos da questão.

A reforma agrária na Bolívia: a interpretação de uma experiência

As interpretações mais generalizadas acerca do processo de reforma agrária na Bolívia situam-se nos marcos das considerações de caráter político-ideológico corroboradas, em alguns casos, pela organização de um modelo “tecnocrático”. As afirmações, contidas nos textos que abordam a questão, percorrem o amplo espectro das tendências que marcam a discussão do tema. Observamos, por um lado, colocações que visam a justificar a condução política da reforma governamental empregando forte conteúdo legitimador a suas análises (DELGADO, 1965). Neste caso, a legitimação tem um sentido conservador, na medida em que ratifica o

papel desempenhado pelos formuladores legais da política agrária, sem questionar sequer a existência de movimentos sociais agrários dispostos a refutar a orientação imprimida pelo Estado às transformações no sistema de propriedade da terra.

O fato de que a ação estatal correspondia a uma intervenção politicamente radical em meio a uma conjuntura revolucionária não neutraliza o caráter de parcialidade histórica das teses legitimadoras. Os principais argumentos dos que legitimam a reforma agrária oficial na Bolívia relacionam-se com a propalada destruição do sistema latifundiário oligárquico. Paralelamente, a reforma agrária legal teria obtido a introdução no país de formas agrárias intermediárias entre o grande latifúndio e a mão de obra servil despossuída. O conseqüente estabelecimento do setor agrário identificado com a pequena propriedade viria como corolário de todo este processo. A democratização das relações políticas e sociais no campo constitui-se também em forte argumentação a favor dos efeitos da reforma estatal. Exemplifica-se, neste sentido, com a permissão e imediata regulamentação dos sindicatos de trabalhadores rurais e da Confederação Nacional de Trabalhadores Camponeses Bolivianos (CNTCB), vinculados ao então recém criado Ministério de Assuntos Camponeses. Em 1953, o número de sindicatos camponeses contava-se aos milhares, incluindo camponeses das comunidades indígenas preservadas ou restauradas pela força das armas durante os primeiros meses da revolução de 1952. Outro relevante aspecto utilizado para justificar a conveniência de adoção dos mecanismos técnico-políticos propostos pelos legisladores oficiais da reforma seria o de permitir a real integração entre campo e cidade, através da formação de “uma nova burguesia agrária”, impulsionada por uma burguesia industrial “que protagoniza o desenvolvimento” (RIGOL,1976).

O maior argumento de ordem “tecnocrática”, empregado para legitimar a aplicação do conjunto de medidas que resultaram na lei de reforma agrária de Agosto de 1953 é o de que a racionalidade técnica e administrativa, garantida pela execução sistemática da reforma, permite a planificação global e setorial fazendo supor a presença de uma nova ordem político-econômica no país. Em função da modernização alcançada na relação Estado-Sociedade, a ampliação da participação política

conduziria necessariamente a uma radical mudança ideológica na forma de agir dos atores sociais.

Em pólo oposto ao da legitimação técnica, política e ideológica da reforma agrária legal levada adiante pelo Estado, encontra-se o setor responsável por uma ruptura crítica com os preceitos e a execução prática da reforma estatal. A crítica aos procedimentos reformistas do Estado bifurca-se, em pelo menos, duas posturas basicamente antagônicas. Uma delas desautoriza a reforma legal tendo em vista o fraco alcance das expropriações – autorizadas pela legislação – das grandes propriedades. Esta corrente crítica, a qual nos referimos, limita-se a censurar o procedimento do governo nacionalista revolucionário quanto, fundamentalmente, à timidez na execução de um programa de implantação de um amplo setor de pequenos proprietários rurais (ANTEZANA,1979). Assim sendo, a crítica dirige-se à inoperância da lei em relação ao cumprimento de medidas políticas que viessem a acelerar a introdução de formas capitalistas no campo. Desta maneira, o esboço crítico à reforma praticada assume um viés reducionista ao não formular precisamente a questão dos grupos de pressão envolvidos. Disto redundam a minimização das influências políticas e sociais sobre o quadro da reforma. Aparentemente, esta abordagem não leva em consideração as necessárias distinções sócio-políticas entre categorias históricas tais como: campesinato, produtiva e culturalmente organizado em comunidades indígenas secularmente estabelecidas; campesinato submetido a formas de trabalho servil no sistema de *haciendas*; e, por último, o pequeno e médio proprietário rural, relativamente capitalizado, integrado de alguma forma ao mercado. A ausência de compreensão das diferenciações histórico-teóricas entre as mencionadas categorias permite aos adeptos dessa corrente crítica conceber de forma mecânica a superação de situações sociais arraigadas e historicamente relacionadas. Referimo-nos à suposta possibilidade conferida à propriedade parcelária da terra de promover, por si só, sob qualquer condição histórica dada, o pleno desenvolvimento de uma agricultura capitalista social e economicamente avançada. Vale dizer: pretender que se estabeleça na formação social boliviana, via legislação agrária, algo próximo da revolução *farmer* norte-americana do século XIX significa negar a historicidade inerente a processos

de transformação econômica e social nas sociedades capitalistas dependentes.

Em termos de crítica extrema aos métodos e objetivos empregados pelo Estado boliviano para consumir a reforma agrária, evidencia-se a elaboração proveniente dos setores políticos oriundos do movimento operário mineiro (LORA, 1963). Esta corrente não apenas rejeita radicalmente a postura nacionalista burguesa imprimida pela reforma legal, como contrapõe a ela uma perspectiva socializante do uso da terra. Esta argumentação baseia-se na constatação de que a pequena propriedade parcelária encontra-se historicamente em absoluta oposição frente a forma de organização social produtiva das comunidades indígenas estruturadas na formação sócio-econômica da Bolívia. Esta tese vê na distribuição da terra em pequenas parcelas o próprio germe da subsequente instalação do sistema de propriedade latifundiária, com o inevitável submetimento do camponês à condição de agregado servil. Além disso, a garantia do regime agrário comunal, baseado na consigna política de “terra para os índios”, traria duplo benefício para o campesinato: por um lado, serviria de proteção “político-administrativa” contra os constantes ataques e usurpações promovidas pelos terratenentes e pelo Estado e, paralelamente, estaria consagrando a propriedade coletiva da terra, própria do sistema comunal.

Mesmo considerando que esta última abordagem crítica é mais coerente em suas premissas do que a primeira já avaliada, na realidade, tanto ela como as demais interpretações analisadas, inclusive as que procuram justificar a reforma estatal, carecem de sustentação objetiva. Nossa preocupação neste estudo é aprofundar a discussão em torno dos resultados da reforma agrária boliviana, tendo em vista fatores ainda não devidamente trabalhados pelas abordagens aqui enfocadas. Embora não negligenciando o importante aspecto relacionado às condições político-ideológicas como motivação para a reforma, consideramos essencial ir além desta perspectiva de avaliação para efetivamente acompanhar de maneira objetivamente histórica os passos dados no transcorrer da reforma até sua conclusão.

Partindo da realidade material do processo histórico boliviano no período da reforma agrária, definimos como traço metodológico a ser empregado

em nossa análise a questão do permanente cotejo entre via parcelária e via coletiva da terra, levando em conta a categoria teórica da renda fundiária. Estabelecemos uma hipótese central, pela qual consideramos que a reforma agrária estatal boliviana pretendeu nacionalizar parcialmente a terra para intervir no processo de apropriação da renda fundiária, recriando as condições de existência da propriedade camponesa, com o objetivo de redirecionar o fluxo da renda, favorecendo a industrialização acelerada do setor capitalista urbano. No caso da Bolívia, basicamente, o setor mineiro exportador. Este processo é viabilizado por alianças políticas em torno do Estado, configurando uma situação em que a fração dominante industrial-mineira submete historicamente o setor agrário tradicional, procurando subtrair-lhe a renda e apropriar-se, conseqüentemente, do lucro suplementar resultante (COSTA NETO, 1996). Isto já explica, a nosso ver, a indiscutível opção da reforma legal pelo estabelecimento da chamada via parcelária (pequena propriedade camponesa) em detrimento da grande produção coletivizada.

Abordando a constituição histórica das formas camponesa – fundamentalmente da pequena produção agrária mercantil sob o capitalismo – em relação à questão da renda fundiária, constatamos que Marx percebeu que nelas “a renda não aparece como forma particular da mais-valia”, mas “como lucro suplementar que pertence ao camponês, a quem cabe o rendimento todo do trabalho”. A existência de lucro suplementar, como forma de absorção da renda faria do camponês, segundo Marx, um pequeno produtor capitalista. Isto ocorre apenas em termos potenciais pois, como Marx mesmo reconhece, “o único limite absoluto para o camponês é o salário que paga a si mesmo, após deduzir os custos propriamente ditos. Enquanto o preço do produto o cobrir, cultivará a terra e, frequentes vezes, submetendo-se a salário reduzido, ao mínimo vital” (MARX, 1984: 923). Marx observa, portanto, na pequena propriedade, o predomínio do trabalho isolado, não social.

Procurando interpretar as transformações ocorridas nas atividades camponesas, ligadas à produção agrícola, na Bolívia entre 1952 e 53, o pesquisador Ronald Clark admitiu como “provável que a família camponesa, que já não estava obrigada a trabalhar um período determinado de tempo nas

terras dos proprietários, houvesse decidido trabalhar menos horas” (CLARK, 1980). Silvia Rivera assinala que o rumo geral do processo da reforma agrária na Bolívia foi o da redistribuição parcelária da terra que gerou um novo tipo dominante de produção agrária: a pequena produção mercantil, baseada na gestão familiar, e vinculada em maior ou menor grau a formas comunitárias de reprodução. A mesma autora destaca que, após a reforma, surgiram novas redes mercantis que deram lugar à formação de monopólios comerciais não controlados pelo campesinato indígena. Rivera afirma que “a política de preços do Estado, destinada a favorecer a acumulação no setor industrial e exportador, privilegia os baixos preços ao consumidor, ainda que isto resulte em déficit para o produtor” (RIVERA, 1983: 132-134).

Se relacionarmos a justificativa de legitimação técnica da reforma agrária oficial, acima mencionada, no que se refere à relação campo/cidade e agricultura/indústria com as referências teóricas de Marx sobre a propriedade parcelária camponesa, associando-se com as constatações acerca da redução das atividades camponesas durante a reforma agrária boliviana e levando em conta as observações sobre a política de preços do Estado frente à pequena produção mercantil na Bolívia daquele período, estaremos diante de algumas revelações extraídas do processo histórico.

Inegavelmente, há fortes indícios na realidade dos fatos apresentados que abonam nossa hipótese central, anteriormente referida, segundo a qual a política de Estado, na vigência da reforma agrária boliviana, privilegiou o segmento dominante urbano, ao proporcionar a drenagem do lucro suplementar, contido na renda fundiária, do campo para a indústria. Antes da reforma, a renda da terra era auferida pela oligarquia latifundiária, através do sobre-trabalho camponês e do controle da política de preços. Depois de iniciada a reforma, o campesinato passou a ditar o ritmo da produção agrícola, embora, como vimos, não controlasse a distribuição e os preços. Ao produzir para si mesmo, sem visar a renda e o lucro, o camponês contribui para que se verifique o chamado processo de “interceptação da renda” (AMIN; VERGOPOULOS, 1978: 228-233), que consiste exatamente na transferência do lucro suplementar obtido a partir do usufruto da exploração da terra, do proprietário para o indus-

trial capitalista ou, no caso da reforma boliviana, para o Estado, que se responsabilizava diretamente pela economia nacionalizada.

Considerações finais

O caso boliviano revela, a nosso ver, que a implantação de formas econômicas capitalistas, no conjunto da sociedade, veio precedida por uma reforma agrária que restaurou, no sentido histórico, e disseminou profundamente, a pequena propriedade agrícola mercantil.

O impulso capitalista no sentido de garantir, a todo custo, a acumulação industrial resultou em uma modernização distorcida, do ponto de vista do próprio capital, nas sociedades onde este exerceu influência constante, com o objetivo de reproduzir-se social e economicamente, tal como ocorreu na Bolívia.

A referida distorção relaciona-se com o fato do capitalismo haver recorrido à “recriação” da pequena propriedade agrícola mercantil para poder impor-se nas atividades vinculadas à agricultura.

O resultado da expansão capitalista, exemplificado no estudo de caso boliviano, foi a formação de um numeroso campesinato, economicamente marginalizado, socialmente pauperizado e politicamente fragilizado.

Na Bolívia, o campesinato “recriado” pela reforma agrária institucional distributiva conduziu, indiretamente, à estruturação do segmento agro-industrial, baseado na grande propriedade, dependente do apoio financeiro do Estado e de organismos internacionais de fomento, sem condições de sustentação econômica duradoura e efetiva.

Referências bibliográficas

- AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. *A Questão Camponesa e o Capitalismo*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978.
- ANTEZANA, L. *Proceso y setencia a la Reforma Agraria en Bolivia*. La Paz: Puerta del Sol, 1979.
- BARRACLOUGH, S. *Qué es una Reforma Agraria ? In: DELGADO, O. (org), Reformas Agrarias en la América Latina*. México: Fondo de Cultura Economica, 1965.

CARROLL, T. *La Reforma Agrária: una fuerza explosiva en America latina*. In: DELGADO, O. (org), *Reformas Agrárias en la América Latina*. México: Fondo de Cultura Economica, 1965.

CEPAL. *La Reforma Agraria* In: DELGADO, O. (org), *Reformas Agrárias en la América Latina*. México: Fondo de Cultura Economica, 1965.

CHONCHOL, J. *Razones Economicas, sociales y politicas de la reforma agraria*. In: DELGADO, O. (org). *Reformas Agrárias en la América Latina* México: Fondo de Cultura Economica, 1965.

CLARK, R. *Reforma Agrária: Bolivia*. In: DONNER, P.(org). *La Reforma Agrária en América latina*. México: Diana, 1980.

COSTA NETO, C. *Reforma Agrária, Pequena Propriedade e Renda da Terra na América Latina: a experiência da Bolívia (1952-1979)*, Tese de Doutorado, Niterói, UFF, 1995.

DAES/ONU. *El Desarrollo Rural: tendencias y programas*. In: DELGADO, O. (org), *Reformas Agrárias en la América Latina*. México: Fondo de Cultura Economica, 1965.

DELGADO, O. *Las Elites del Poder versus la Reforma Agraria*. In: DELGADO, O. (org), *Reformas Agrárias en la América Latina*. México: Fondo de Cultura Economica, 1965.

GARCIA, Antonio. *Tipologia de las Reformas Agrarias latinoamericanas*. In: GARCIA, A. *Sociologia de la Reforma Agraria*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

GUNDER FRANK, A. *Tipos de Reformas Agrarias* In: DELGADO, O. (org), *Reformas Agrárias en la América Latina*. México: Fondo de Cultura Economica, 1965.

GUTELMAN, M.; MARINI, R. M. *Es Posible una Reforma Agraria Burguesa en America Latina?* Lima: Instituto de Investigaciones economico-sociales, 1971.

GUTELMAN, M. *Réforme et Mystification Agraires en Amérique Latine: le cas du Mexique*. Paris: François Maspero, 1971.

LORA, G. *La Revolución Boliviana*. La Paz: Difusion, 1963.

MARX, K. *O Capital* Livro III, vol. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

RIGOL, P. N. *et all. Reformas en la América Latina*. Buenos Aires, Tierra Nueva, 1976.

RIVERA, S. *Luchas Camponesas Contemporâneas en Bolívia* in Zavaleta Mercado (comp). *Bolivia Hoy*: La Paz, Siglo Veintiuno, 1983.

Canrobert Penn Lopes Costa Neto

* Professor adjunto do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFRRJ.

¿La regularización urbana mejora las condiciones de vida de la población de más bajos ingresos en Latinoamérica?

Nora Clichevsky*

A regularização urbana melhora as condições de vida da população de baixa renda na América Latina?

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar os programas e projetos de regularização de posse como urbana e integral, como uma das políticas sociais implementadas na região. O aumento da magnitude da população vivendo em diferentes tipos de informalidade, em um contexto macroeconômico de maior iniquidade do que em décadas anteriores e a impossibilidade de oferecer um *habitat* adequado através das políticas que se implementam tradicionalmente em décadas passadas, fez com que os governos encarem, especialmente desde os anos noventa, políticas tendentes a melhorar a situação urbana dos ditos habitantes informais e/ou solucionar a situação de posse irregular dos mesmos. Os supostos são diversos e os mesmos têm orientado a formulação e execução dos programas e projetos, com diferentes ênfases, que têm significado também diferentes tipos de solução e resultados para a população que tem sido objeto das mesmas.

Palavras Chave: Informalidade urbana; Regularização; Política social.

Does urban regularization in Latin America improve living conditions for lower income population?

Abstract: This article aims to present programs and projects of urban land regularization. This is one of the social policies implemented over the region and involves dominial, urban and integral programs and projects. Latin American governments are developing --especially since the nineties-- policies to improve the urban situation of informal habitats and / or resolve the situation of illegal possession of them. This new approach is a consequence, on one hand, for the increasing number of people living in different types of informality, (as a part of a macroeconomic context of greater inequality than in previous decades), and the public inability to provide suitable habitat through traditionally policies implementation, on the other. Assumptions of new policies are different than the correspondent to applied policies along the past decades and have guided the formulation and implementation of programs and projects, with different emphases, which have provided, different types of solutions and also different types of consequences for the involved population.

Keywords: Urban informality; Regularization; Social policy.

¿La regularización urbana mejora las condiciones de vida de la población de más bajos ingresos en Latinoamérica?

Resumen: Este artículo tiene por objetivo presentar los programas y proyectos de regularización tanto dominial, como urbana e integral, como una de las políticas sociales implementadas en la región. El aumento de la magnitud de la población viviendo en diferentes tipos de informalidad, en un contexto macroeconómico de mayor inequidad que en décadas anteriores y la imposibilidad de brindar un hábitat adecuado a través de las políticas que se implementaban tradicionalmente en décadas pasadas, ha definido que los gobiernos ejecuten, especialmente desde los años noventa, políticas tendientes a mejorar la situación urbana de dichos hábitats informales y/o solucionar la situación de tenencia irregular de los mismos. Los supuestos son diversos y los mismos han guiado la formulación y ejecución de los programas y proyectos, con diferentes énfasis, que han significado, también, distintos tipos de soluciones y resultados para la población que ha sido objeto de los mismos.

Palabras- clave: Informalidad urbana; Regularización; Política social;

Recebido em 30.08.2010. Aprovado em 15.09.2010.

Introducción

Este artículo muestra los supuestos, formulaciones y resultados de los distintos tipos de Programas de regularización tendientes a solucionar la situación de la población que habita en las ciudades y áreas metropolitanas latinoamericanas, ocupando suelo y viviendas de manera informal.

Las condiciones de pobreza de la población de los países de América Latina y el Caribe y el funcionamiento del mercado legal de tierras han definido, a lo largo de los rápidos procesos de urbanización de los países de la región, las posibilidades que tiene la población de acceder a vivir en una determinada área urbana. El acceso de manera legal al suelo urbano para los pobres es reducido en la historia de nuestras ciudades, lo que implica que dicha población tenga que vivir en diferentes tipos de hábitat informales. Como ya han mostrado diversos autores, la informalidad surge a partir del funcionamiento de un mercado legal con determinadas condiciones en la oferta de suelo, precios y financiamiento, lo que hace imposible su acceso a una cantidad importante de la población urbana, en un contexto de pobreza y precariedad laboral (LUNGO, 1989; JARAMILLO, 1987; CLICHEVSKY, 1975).

El mercado de tierras en general y lo que se ha dado en llamar submercado para los pobres urbanos ha sido escasamente regulado por el Estado en los países de la región¹. Hasta la década del setenta del siglo pasado, sólo se conoce un submercado específico, el de Argentina, tanto en lo que hace a la producción de tierra como a la comercialización: las exigencias para transformar tierra rural a urbana eran mínimas; por lo tanto los precios de producción eran relativamente bajos², lo que sumado a la rentabilidad que querían obtener los agentes inmobiliarios definía precios relativamente accesibles en relación al empleo e ingresos entre los años cuarenta y setenta del siglo pasado. Ello estaba, asimismo, articulado a la política estatal de comercialización de dicha tierra hasta en 150 mensualidades fijas.

En otros países, con mayores exigencias en cuanto al tipo de tierra urbana a producir (tamaño, infraestructura y equipamiento) como en Perú, Brasil y Colombia, la población pobre nunca pudo acceder al mercado formal o legal de tierra. Las

acciones estatales han escasamente regulado la comercialización del suelo; por lo tanto, los agentes privados (en principio, los propietarios originales del suelo) fijan los precios en función de las rentas, o beneficios extraordinarios que quieren obtener (JARAMILLO, 1987; CLICHEVSKY, 2000). Incide en la obtención de rentas, y por lo tanto, en el precio, los tipos de demanda solvente y su dinámica en cada momento histórico, sus preferencias, posibilidades de pago y financiamiento; cada “segmento” de dicha demanda posee sus propios elementos de elección de un sitio urbano donde vivir o desarrollar sus actividades³. No han existido otras políticas que han impactado positivamente sobre el mercado legal de tierras para que los sectores pobres urbanos puedan acceder al mismo; la mayoría de las políticas estatales se refieren más a actuar “a posteriori” sobre los procesos de informalidad.

Es de señalar que desde fines de los años setenta se agudiza la inequidad existente entre la población de la región, pero es durante la década de los noventa del siglo pasado que ésta se agrava, así como la situación de pobreza e indigencia, lo que amplía la cantidad de población cuya única alternativa es vivir en algún tipo de informalidad urbana. Dos procesos: la reforma del Estado y la reestructuración de la economía -iniciada en los años 80 del siglo pasado con la aplicación de los programas de estabilización y ajuste- se desarrollan intensamente durante los años 90 y son decisivas en los cambios en el funcionamiento del mercado (LUNGO, 2004). En un contexto de globalización y de estabilidad política respecto a las décadas de los 70 y 80, una parte importante del flujo de inversiones de capital internacional en América Latina y el Caribe, se orienta hacia las ciudades, por ser una mejor opción de renta frente a otras alternativas de inversión de capital. La estabilidad económica en la mayor parte de los países de la región, define que la tierra no sea utilizada como reserva de valor -como en etapas de economía inflacionaria- sino como soporte de emprendimientos urbanos de gran magnitud.

Las transformaciones del mercado de tierras legal tienen una influencia directa sobre el hábitat informal, en la medida en que, por ejemplo, para realizar inversiones en la ciudad, se necesite de un área ocupada por población de bajos ingresos⁴ de manera ilegal o en el caso que el Estado

prefiera vender sus tierras a grupos económicos que desean invertir en la ciudad, en detrimento de usarlas para suplir la demanda de los sectores de menores ingresos.

Para entender las distintas ilegalidades existentes en la actualidad es necesario remontarse a la historia de las ocupaciones directas, los mercados informales y la constitución de mercados al interior de las ocupaciones (CLICHEVSKY, 2003). La “producción” en el mercado ilegal asume distintas formas, que es difícil conocer en su integridad, debido a la complejidad de procesos y agentes⁵ —y hasta relaciones con el mercado legal—. Generalmente, la misma se realiza de manera dispersa a través de loteos en la periferia urbana, en algunos casos de más de 100 Has., a veces localizados en sectores de fuerte fragilidad ambiental. En otros casos, los loteadores utilizan terrenos intersticiales entre subdivisiones legales. Las ocupaciones directas —en tierras principalmente fiscales, pero tam-

bién en terrenos privados— asumen otras formas de ocupación, desde la casi “familia por familia” de las villas, callampas, favelas, etc.—, hasta las organizadas que pueden ocupar un terreno, en general fiscal, en menos de 24 horas con una población de hasta 20.000 habitantes.

Existe multiplicidad de tipos de informalidad, algunos históricos y otros nuevos, y un crecimiento cuantitativo de población que vive en ellos, aunque en algunos países la puesta en marcha de programas masivos de legalización dominial ha mejorado la situación, como en Perú desde fines de los años noventa. La cuantificación de la informalidad es difícil por: i. el dinamismo de los procesos informales; ii. la falta de registros completos de regularización; iii. lo complejo de dichos procesos, en los cuales muchos se encuentran “a mitad de camino” de la regularización. El Cuadro N° 1 muestra la situación en algunos países y ciudades de la región.

Cuadro 1. América Latina y el Caribe. Población en situación de informalidad respecto al suelo, por países, años 2000 y 2001			
País	Población en informalidad		
	N° asent.	Pobl.	Porcentaje pob. Informal/total
Argentina. C de Bs As		129.029	4,1
Argentina. Gran Bs As		936.855	9,2
Argentina. Rosario	91	96.196	8,28
Bolivia. Cochabamba			70 (informalidad. Urbana)
Brasil. Belém		359.785	28,11
Brasil. Belo Horizonte		723.323	32,30
Brasil. Goiânia		158.962	14,54
Brasil. Porto Alegre		287.161	21,11
Brasil. Recife		781.426	54,92
Brasil. Rio de Janeiro		1.092.783	19,56
Brasil. Salvador		875.033	35,82
Brasil. Santo André		120.500	18,56
Brasil. Teresina		133.857	18,71
Chile	538	160.047	1,06
Chile. Santiago	129	19516	
Colombia. Bogotá	1.378	1.400.000	22.1
Guatemala. AMG	175	347.186	Aprox. 20
Nicaragua			40
Nicaragua. Managua			50
Perú. Lima		700.000	10
Venezuela			40

Fuente: Clichevsky, Nora, 2006

Los programas de regularización: paradigmas a partir de los años noventa

El aumento de la magnitud de la población que vive en la informalidad y la dificultad de brindar un hábitat adecuado a través de políticas de viviendas públicas que se implementaban tradicionalmente, ha llevado a que los gobiernos encaren, especialmente desde la década del noventa del siglo pasado, políticas tendientes a mejorar la situación urbana de dichos habitats informales y/o solucionar la situación de tenencia. Es así que se llevan a cabo múltiples programas y proyectos de legalización del dominio del suelo y regularización urbana.

Aunque en muchos países las políticas de regularización se implementaban desde hace varias décadas, es alrededor de los últimos 20 años cuando se han elaborado y ejecutado, especialmente en algunos países, políticas masivas de legalización del suelo ocupado ilegalmente por población de bajos ingresos y, en muchos de ellos, políticas de mejoramiento tendientes a una regularización urbana. Los cambios de enfoque a partir de los años noventa del siglo pasado obedecen a varios factores y se explican por diversas razones, entre las que se destacan:

1. La II Conferencia de HABITAT 1996, define la tenencia segura como uno de los dos objetivos fundamentales de las acciones que deben proseguir los gobiernos, a nivel mundial; ella adquiere una importancia sustancial para la población que vive en la inseguridad jurídica, dado los problemas de desalojos aun existentes en países de la región. La tenencia segura describe un acuerdo entre individuos o grupos que permite disfrutar de tierra y propiedades inmobiliarias, gobernada y regulada por un marco jurídico y administrativo. La seguridad se deriva a partir que el derecho al acceso y al uso de la tierra y la propiedad está garantizado por un conjunto conocido de reglas, y de que ese derecho puede reclamarse ante la justicia. La tenencia puede adoptar varias formas en función de los marcos jurídicos y constitucionales, las normas sociales, los valores culturales y, en cierta medida, las preferencias individuales (UN-HABITAT, 2004).

2. El papel de los organismos internacionales de financiamiento, principalmente el Banco Interamericano de Desarrollo- BID- y BIRF (Banco Mundial). Desde los años noventa especialmente, los organismos internacionales y bilaterales de crédito financian, ya no políticas de vivienda, como tradicionalmente habían realizado, sino lotes con servicios, y posteriormente, legalización y mejoramiento de barrios.
3. Las ideas del economista peruano Hernando De Soto (1987; 2003) que han estado por detrás de muchos de los programas exclusivamente de legalización dominial financiados por los organismos internacionales (principalmente por el Banco Mundial). Para De Soto, la tierra ilegalmente ocupada es un capital que hay que movilizar; una vez legalizada podrá pagar impuestos (lo que se relaciona con el ajuste fiscal, las reformas del Estado en los países latinoamericanos, en particular la descentralización) y ser objeto de crédito en el sector financiero formal.
4. El papel jugado por los gobiernos democráticos, especialmente desde los años noventa en algunos países, y su objetivo de prevención de la informalidad y de inclusión social, que definen los instrumentos para que la población que vive en la ilegalidad no se multiplique.

También los programas poseen otra serie de supuestos, unos más explícitos que otros; algunos hasta opuestos, dependiendo del contexto en el cual los mismos son formulados e implementados:

- Hacer más inclusiva la ciudad para toda la población.
- Valorizar el entorno para aumentar el valor del suelo.
- Aumentar los recursos propios de los gobiernos locales a partir del pago de impuestos y tasas por parte de la población legalizada dominialmente.

- Ampliar el universo de los clientes de las empresas privatizadas de los servicios públicos.
- Hacer de la legalización un aliciente para mejorar las viviendas.
- Disminuir los problemas de salud, los riesgos por vivir en áreas anegadizas, erosionadas, a partir de la construcción de infraestructura y de equipamientos colectivos.
- Luchar contra los narcotraficantes; aunque esto ha sido difícil, pues incluso se ha tenido que negociar con ellos para poder mejorar algunos barrios, o legalizarlos.
- Reducir la violencia urbana, aunque tenencia segura y/o mejoramiento urbano no significan por sí solo menor violencia si no están acompañados por otras medidas preventivas y de acompañamiento de la población.
- Promover del empleo a través de la construcción por mejoramiento barrial
- Hacer clientelismo.

Un panorama general de los Programas/Proyectos

En algunos países, las experiencias de décadas anteriores en la aplicación de políticas, han condicionado los procesos actuales de regularización, tanto dominial como urbana e integral. En Brasil han sido la base de las actuales políticas; en Perú, justamente la escasa repercusión que habían tenido la implementación de las mismas desde 1961, sumado a factores políticos e influencia de los supuestos de Hernando De Soto, definen un cambio en la formulación en la década del noventa.

Los primeros programas de regularización dominial fueron implementados en situaciones donde la informalidad era muy grande, por las políticas normativas muy restrictivas implementadas hacia el mercado legal, como es el caso de Perú. Entre 1961⁶ y 1980, el gobierno central asumió la política dirigida a las barriadas a través de varias instituciones: la Corporación

Nacional de la Vivienda, la Junta Nacional de la Vivienda, el Organismo de Desarrollo de los Pueblos Jóvenes, el Sistema Nacional de Apoyo a la Movilización Social y el Ministerio de Vivienda. Entre 1980-1995 fueron los gobiernos municipales provinciales quienes asumieron dicha labor, con muy escasos resultados, por la cantidad de trabas burocráticas y los larguísimos procesos (en algunos casos con más de 120 pasos). En Brasil, el esfuerzo pionero fue realizado por los Municipios de Recife y Belo Horizonte, seguidos por los de Diadema y Río de Janeiro, en la década del 80 y a partir de 1989 las experiencias se multiplicaron. Recife implementó el Plano de Regularización de las Zonas Especiales de Interés Social —PREZEIS— y Río de Janeiro el Programa de Regularización de Loteos; en ambas se posibilitó la participación integral de la comunidad y de las organizaciones de la ciudad involucradas en la temática para formular y ejecutar la política.

En Colombia, se plantean procedimientos para Planes y Programas de Habilitación o Mejoramiento de barrios desde 1963. En 1972 se implementa el Programa Integrado de Desarrollo Urbano para la Zona Oriental de Bogotá —PIDUZOB—, y en 1983 el Programa de Desarrollo Integrado Ciudad Bolívar. En promedio, con todos los esfuerzos realizados, los procesos de legalización podían durar hasta 10 años. En 1971, el Gobierno Federal de México encargó al Instituto Nacional de Comunidades Obreras —INDECO— legitimar la tenencia de la tierra en los asentamientos irregulares así como prever espacios para el crecimiento de las ciudades. Ese mismo año creó el Programa Nacional de Regularización de Zonas Urbanas Ejidales —PRONARZUE—, a fin de regularizar la tenencia de la tierra en los asentamientos a nivel nacional, el cual se transforma en 1973 en el Comité para la Regularización de la Tenencia de la Tierra —CORETT— (Comisión, a partir de 1974).

En otros países, los programas de mejoras de la situación urbano ambiental se han aplicado de forma independiente a la legalización dominial e incluso de manera poco estructurada en términos de configuración urbana resultante, articulación entre obras realizadas, etc. Venezuela es el caso más paradigmático al respecto;

desde los años cincuenta se habían implementado propuestas de mejoramiento de los barrios (ranchos); a partir de 1968 se desarrolló la política de proveer servicios a los invasores de terrenos, también a aquellos en difíciles condiciones topográficas y en pendiente. Esta política pública de mejoramiento y de tolerancia frente a las ocupaciones, estimuló nuevas invasiones⁷ y los desalojos promovidos por los propietarios eran difíciles de efectuar, dado la movilización de la población. La regularización dominial ha comenzado recién en 2002.

Un conjunto de países ha realizado cambios en los marcos legales que han tenido directa significación para la definición de políticas específicas de regularización. En otros hubo importantes modificaciones constitucionales, como en Brasil, Colombia y México. En Brasil, la Constitución de 1988 incluyó el concepto de función social de la propiedad y se institucionalizó a nivel nacional la Regularización Dominial, a partir de la cual la mayoría de las Constituciones Estaduales, Leyes Orgánicas Municipales y Planes Directores realizados en los inicios de la década del 90, colocaron explícitamente como un objetivo la regularización dominial. Dicha Constitución define el usucapión urbano, que contempla la adquisición del derecho de propiedad de quienes detentan la posesión de la tierra durante un lapso ininterrumpido de cinco años, sin haber oposición del propietario a dicha posesión⁸.

En Colombia, los cambios introducidos en 1991 permiten implementar políticas sobre reforma urbana y desarrollo territorial, e incluso se abrieron posibilidades como la de expropiar por la "vía administrativa" y, en situaciones excepcionales, sin indemnización. En México, la reforma constitucional de 1992, permitió una nueva forma de encarar la situación de propiedad de los terrenos ejidales (AZUELA, 2001). En Argentina hubo cambios constitucionales, en 1994, pero no han significado avances sobre el acceso al suelo.

Interesa destacar que el hecho de que los marcos constitucionales incorporen la función social de la propiedad no significa que en los respectivos países se implementen políticas de mejora de las condiciones de la población pobre respecto al acceso al suelo urbano ni hay una correlación di-

recta con políticas que tienden a la regularización. El caso de Perú es paradigmático: el Presidente Fujimori elimina el concepto de función social en la reforma constitucional que promueve a inicios de la década del noventa, y es el momento donde se implementa el programa masivo de regularización dominial.

En cuanto a las políticas específicas urbano-ambientales, los dos países que se encuentran liderando el proceso son Colombia y Brasil. En el primero de dichos países, las Leyes de Reforma Urbana y de Desarrollo Territorial⁹ han sido innovadoras en cuanto a las formas de gestionar la política urbana, aunque las mismas poseen una incidencia mucho mayor en las políticas de prevención de la informalidad. En Brasil, el Estatuto da Cidade¹⁰ define a nivel federal las políticas que ya se implementaban a nivel local desde hace décadas como las ZEIS y el CDRU y establece el usucapión individual y colectivo.

Las políticas de regularización se implementan a través de distintos instrumentos; en algunas realidades se hace a través de leyes o decretos específicos o a través de un marco legislativo; en otras, por Programas o Proyectos. La diferenciación de los mismos importa, dado que de ellos depende el tipo de regularización que se realiza en cuanto a la masividad, el tipo de informalidad que se pretende solucionar, el nivel de gobierno que interviene y los recursos disponibles. El Cuadro N° 2 presenta el universo de proyectos y programas existentes. Se identificaron 24 programas de regularización dominial, 1 Decreto y 2 Leyes de legalización dominial, en 11 países y se identificaron 47 Programas en 13 países de regularización urbana e integrales¹¹.

Los programas pueden ser de regularización dominial o de mejora de la situación urbana y/o ambiental, o sectoriales. Existe una última generación de proyectos mucho más integrales, incluso algunos son segundas etapas de programas de vivienda, como el de Ecuador, que incluye un componente de mejoramiento barrial, que se realizan, aunque parcialmente, con participación social y se vinculan a planes directores o marcos más generales como en Colombia, con los Planes de Ordenamiento Territorial -POT- y en Brasil con el Estatuto da Cidade.

Cuadro 2. Universo de Programas/Proyectos, por país, tipo de regularización e informalidad que legalizan							
Países	Tipos de Programas/ Proyectos			Tipo de informalidad que regulariza			
	Total	Dominial	Urb./ Integral	Ocupación T. Pública	Ocupación T. Privada	Mercado ilegal	Otros
Argentina	3	1	2	x	x		
Bolivia	4	4	-	x	x		
Brasil	18	4	14	x	x		
Chile	7	2	5	x	x		
Colombia	6	3	3	x	x		
Costa Rica	1	-	1				
Ecuador	4	1	3	x	x		
Guatemala	6	3	3	x			
México	5	2	3	x	x		x
Nicaragua	5	2	3	x			x
Paraguay	5	-	5				
Perú	2	1	1	x			
Uruguay	2	-	2				
Venezuela	3	1	2	x			
TOTAL: 13	71	24	47				

Fuente: Clichevsky, Nora, 2006

Las nuevas políticas de regularización se definen además de los supuestos señalados más arriba, por los préstamos que las entidades financieras internacionales quieran otorgar y los países puedan o están dispuestos a tomar. En la mayoría de los programas analizados los supuestos no se encuentran explícitos. Los Programas que más definen sus supuestos, son los de legalización dominial, impulsados, tanto por las indicaciones de UN-HABITAT sobre seguridad de la tenencia, como influidos por las ideas de De Soto (1987; 2003). Ello ocurre en Perú, México, Venezuela, el Caribe y Centroamérica. En Guatemala se incluye como objetivo propiciar el acceso y legalización de la tenencia de la tierra con vocación habitacional, con prioridad a las familias en situación de pobreza y extrema pobreza. Otro ejemplo es Guyana, donde los argumentos a favor de la regularización de la tenencia de la tierra y los derechos de propiedad como un modo de escapar de la pobreza fueron ampliamente reforzados por los trabajos de Hernando de Soto.

Los programas siguen ciertos “modelos” en base a los supuestos que utilizan y en función de quienes son las instituciones financiadoras. En este último aspecto, es interesante observar qué innovaciones introducen los gobiernos nacionales

o locales respecto a las metodologías que proponen los organismos internacionales o bilaterales de crédito, especialmente el BID y el Banco Mundial; los programas con financiamiento externo han tenido una influencia mayor en aquellos países sin antecedentes en este tipo de programas. En aquellos que tenían una historia por detrás, las metodologías se ajustaron a las situaciones nacionales; pero en otros países, en los cuales los programas nacionales, como en Perú, habían sido un fracaso igual fue más fuerte la impronta internacional. Asimismo, la campaña del “alivio a la pobreza” llevada a cabo principalmente por el Banco Mundial, ha significado que se haya introducido un componente de regularización en algunos de estos programas, como en Guatemala.

Son excepciones los programas que poseen consideraciones en torno a los parámetros urbano ambientales para los lotes a legalizar, y ellos están explicitados solamente en pocos casos de regularización urbana, y en ninguno de regularización dominial. Los programas no han elaborado pautas urbanas especiales – superficie lote, localización, servicios y equipamientos, ambiente natural-, con excepción de los de mejoramiento urbano implementados a través de préstamos de organismos

internacionales, que los colocan como condición. Algunos de los proyectos de mejoramiento en los cuales es imposible realizar la regularización en las condiciones actuales de consolidación y hacinaamiento han considerado opciones para la reubicación de parte de la población localizada en áreas de riesgo así como para disminuir las densidades. La sustentabilidad ambiental tampoco está contemplada en la formulación de muchos de los programas, por lo menos a nivel explícito, o lo dejan librado a los municipios (ejecutores de planes urbano ambientales, si es que éstos existen).

En la mayoría de los programas, las regulaciones estatales han debido flexibilizarse para ser aprobadas las regularizaciones, pues los códigos de construcción, las normas de planificación y los estándares de infraestructura urbana que se aplican en otras áreas de la ciudad suelen ser inapropiados y no pueden aplicarse a proyectos de mejoramiento de asentamientos informales¹². Para poder legalizar la tierra que ocupa, la población debe poseer requisitos distintos que varían según los países-. Generalmente se exige un tiempo mínimo de permanencia en el lote (que en muchos casos no se cumple, pues se han legalizado tierras baldías, como en Perú); no poseer otra propiedad en el país (lo cual es difícil de documentar, dado la falta de catastros actualizados y centralizados en muchos países de la Región); ser jefe o jefa de familia (dando prioridad a la mujer, cuando existe una política definida a tal efecto), no tener deudas con el Estado. Otro requisito, y esto atenta contra la superación de la pobreza, es poseer un ingreso que permita un tipo de pago; de lo contrario, parte de la población –la más pobre e indigente- queda afuera de los Programas, salvo en aquéllos donde el pago es simbólico o subsidiado totalmente¹³.

La proyección de la cantidad de soluciones que los programas van a resolver es muy distinta; incluso en algunos de ellos no se explicita el número como es el caso del *Programa de Regularização Fundiária-PRF-* de Porto Alegre. Otros surgen de alguna definición territorial: dar solución a la población que ha sufrido inundaciones, por ejemplo, entonces la población es toda la que se halla habitando en tales circunstancias, otros son un barrio determinado, o un área piloto. En un trabajo realizado en Brasil (IBAM, 2002), se ha evaluado la cantidad de población objetivo, frente a la po-

blación viviendo en la informalidad: mientras que los proyectos en Belém y Salvador solo tenían por objetivo regularizar a 1,68% y 1,14% respectivamente, de la población viviendo en la informalidad, en Goiania tal cantidad representaba el 9,46%, mientras que en Recife y Porto Alegre algo más del 38%, en Río de Janeiro algo más del 46% y en Teresina el 100%. Interesa señalar que los proyectos/programas que regularizaban a una cantidad mayor de población eran exclusivamente dominiales. Lo mismo ha ocurrido en Perú y México, donde los porcentajes de población legalizada dominialmente son muy altos, sobre todo en el primero de los países (aproximadamente el 70% de la población que vivía en la informalidad al inicio del programa de regularización masiva).

El tipo de informalidad más atendida es la ocupación directa sobre tierra pública (o comunal/ejidal, en algunos países como México). Ello se da tanto en los programas de regularización dominial como los de regularización urbana e integral. Son escasos los programas que atienden a la población que ha ocupado tierra privada de manera directa, y mucho menos aun a los que han comprado tierra en los mercados ilegales.

La legalización dominial en general se realiza sobre tierra fiscal. Si bien muchos de los programas de regularización se plantean legalizar las ocupaciones en tierra privada, el número de soluciones es significativamente menor que en las tierras fiscales, dado que el Estado debe primero expropiar la tierra para luego traspasarla a los ocupantes, o ser mediador en una negociación directa entre los propietarios del suelo y los ocupantes, para que el precio que los primeros coloquen sea compatible con la capacidad de pago de la población. Los programas de regularización dominial más exitosos, en términos de cantidad de soluciones, son los de Perú y México¹⁴. Desde 2002, Venezuela está implementando, también un programa masivo de regularización con participación de la población, a través de los Comités de Tierra Urbana –CTU-. Hasta 2006, se habían constituido Comités de Tierra Urbana en 111 de los 336 municipios venezolanos, cuyo trabajo ha beneficiado a 106.483 familias, con la entrega de 70.762 títulos de propiedad, debidamente registrados en los organismos competentes.

En Perú se crea la Comisión de Formalización de la Propiedad Informal -COFOPRI- en el ámbito

del Ministerio de Justicia, organismo encargado de diseñar y ejecutar un Programa Nacional de Formalización, en 1996. En dicho año, se calculaba que el 50% de los titulares de vivienda urbana no tenían título de propiedad (ROUILLON, 2004) en 2 millones de predios valuados aproximadamente en 20.000 millones de dólares. COFOPRI desarrolla su labor en 78 provincias ubicadas en 17 departamentos, y abarca el 46% del área urbana de Perú. Los objetivos de la titulación masiva son incrementar el valor de las propiedades, integrarlas al mercado inmobiliario y mejorar el acceso a servicios de infraestructura básica y al crédito.

En 1998 se aprobó el Proyecto de Derechos de la Propiedad Urbana –PDPU- a través de un convenio entre el BIRF y el gobierno peruano. El objetivo del Proyecto es la formalización integral de los derechos de propiedad. Entre 1996 y 2004 se entregaron en todo Perú, incluido Lima, 1.425.688 títulos en 1.929.070 lotes en 13 localidades. Solamente en Lima se otorgaron 635.851 títulos en 785.911 lotes (SAAVEDRA, 2005). De la totalidad de los títulos, 1.188.094 corresponden a propietarios de viviendas en barriadas, 43.272 a propietarios en asociaciones y cooperativas de vivienda, 194.322 a población de programas de vivienda del Estado, 24.396 a organizaciones de base y entidades titulares de lotes comunales y de equipamiento urbano, 8.719 a lotes comerciales, 182 a lotes de mercados en barriadas y 49 a lotes en mercados públicos (COFOPRI, 2004).

En México se han legalizado más de 2,5 millones de lotes en dos décadas; pero aun faltan otorgar títulos a alrededor de un millón de familias (AZUELA, op. cit). El organismo encargado de la regularización de los asentamientos informales en terrenos ejidales es la Comisión para la Regularización de la Tenencia de la Tierra -CORETT. La acción más relevante por sus implicaciones tanto para el sector agrario como para el urbano, es la creación del Programa de Certificación de Derechos Ejidales y Titulación de Solares Urbanos –PROCEDE- desde 1993. La cobertura del programa es de 29.951 ejidos y comunidades agrarias que agrupan a 3,5 millones de ejidatarios y comuneros, así como a 4,6 millones de parcelas y 4,3 millones de terrenos urbanos. La superficie de los ejidos representa el 50% del territorio nacional y la población ocupante representa poco más del 25% del total de los ha-

bitantes del país. En Quito, Ecuador, desde el año 2001, el Municipio Metropolitano ha mostrado un mayor interés en legalizar y regularizar los asentamientos; para ello, se conformó en el Municipio la Unidad Suelo y Vivienda, que hasta fines de 2004 ha regularizado 105 barrios y 27.500 propiedades. En Bolivia, el Programa ARCO se ha iniciado hace 5 años, en programas piloto de El Alto y Cochabamba, aunque el mismo se desarrolla a partir de un marco legislativo que tiene por objetivo la legalización masiva; aun no se han obtenido elementos para poder evaluar sus resultados.

Los Programas de regularización urbana e integrales poseen diferentes componentes; en la mayoría se contempla la provisión de red de agua, desagües cloacales, pavimento, centro educacional, centro de salud, equipamiento comunitario, núcleo húmedo dentro del lote y en algunos casos, vivienda. En los Programas integrales, es fundamental, asimismo, el acompañamiento social de los proyectos de obra, y, en algunos, la generación de empleos. La mayoría de los programas integrales poseen un fuerte componente de acompañamiento social y en muchos de ellos, también, un componente de fortalecimiento institucional. En muchos se desarrolla un componente de generación de empleo y/o de capacitación, lo que significa una mayor posibilidad de apoyar a la población a mejorar sus condiciones de vida.

En cuanto a la política urbano - ambiental y programas de regularización, salvo excepciones, la mayoría (desde los dominiales a los integrales) aun se hallan desvinculados de la política urbana en su conjunto. Incluso entre los programas que se implementan en los últimos años, sólo unos pocos poseen relación con el área urbana en el cual se localizan. Esta situación no tiene relación exclusiva con quien formula e implementa los programas, sino más bien con la forma de llevar a cabo la política urbana, de manera sectorizada y desarticulada, en cada realidad. Los Planes directores, reguladores o los Códigos de Planeamiento y/o Construcción sólo regulan y gestionan la ciudad “legal”, y en escasas ciudades incluyen a la ciudad “informal” en las políticas. Por lo tanto, transitan en dos carriles separados. Es de destacar que también existe una ambigüedad de las políticas urbanas, facilitada por la organización administrativa municipal: por lo general hay sectores completamente separados,

unos se ocupan de los pobres (vivienda popular, regularización, etc.) y otros de los intereses de los agentes inmobiliarios (operaciones urbanas, zoneamiento, etc.).

También existe desarticulación entre programas de regularización y la política ambiental, en un doble sentido. Por una parte, estos programas no están contemplados en la política ambiental, por lo menos a nivel nacional, por la otra solo algunos Programas, desde sus unidades o instituciones ejecutoras, realizan vinculaciones con los organismos dedicados al ambiente. En algunos países se han elaborado manuales sobre riesgo, con parámetros precisos de qué tipo de tierra se puede legalizar, como en Brasil, y en Argentina, aunque por ser países federales, y los documentos son de orden nacional, los mismos son solo indicativos.

Es por ello, conjuntamente con el hecho que no se han elaborado parámetros ambientales durante la formulación de los Programas, que las áreas urbanas que se legalizan poseen tantos problemas a nivel urbano ambiental. Se legalizan situaciones “de hecho” y se han entregado titulaciones a tierras con mínimas superficies (desde 30 m²), en zonas de riesgo donde las familias hubieran tenido que ser relocalizadas y con escasos o nulos servicios y equipamientos.

Porto Alegre es una de las pocas ciudades en Brasil que, antes de la aprobación del Estatuto da Cidade, decide modificar el Plan Director, cambia el marco regulatorio y adopta otras estrategias para la producción de la ciudad; se define que el loteador irregular, así como el “villero” o favelado, también es un constructor de la ciudad y a partir de allí surge la propuesta del Urbanizador Social. Es uno de los escasos municipios que definen, a partir de ese momento, vincular la política de regularización a la de desarrollo urbano, explicitando una nueva estrategia de planificación urbana.

La regularización como política social

La seguridad de la tenencia puede ser obtenida a través de distintos instrumentos, desde documentos intermedios hasta escrituras públicas; los mismos poseen distinta seguridad, pues frente a cambios políticos, en especial con gobiernos más autoritarios, las tenencias intermedias pueden ser más vulnerables, dado que las mismas ofrecen una

seguridad parcial, ya que dependen de un periodo de posesión más o menos largo y del éxito del proceso jurídico que se desarrolla hasta obtener la tenencia final o escritura. La definición de ‘seguridad de tenencia’ varía en la teoría y en la práctica; los derechos atribuibles a los ocupantes presenta grandes variaciones según las distintas realidades, desde títulos -como tenencia absoluta o tenencia temporal- hasta contratos -como arrendamiento social y otros mecanismos de arrendamiento- y permisos administrativos precarios --licencias temporales - (FERNANDES, 2002).

Dados los cambios constantes de los contextos políticos locales, en muchas ciudades donde las políticas de la tenencia y los programas de regularización no están consolidados, aun hay desalojos (CLICHEVSKY, 2003). Por lo tanto, tener seguridad de la tenencia a través de un documento se vuelve importante cuando un conflicto surge, sea una confrontación jurídica entre los ocupantes y el propietario original privado, por problemas familiares, o por causa de factores económicos externos, tales como obras públicas significativas que pueden tornar las áreas ocupadas más atractivas para el mercado inmobiliario. Obviamente que las escrituras públicas – registradas en el respectivo Registro Público de la Propiedad- son los documentos que dan total seguridad a quienes la poseen. Una institución como ésta debe operar sobre una base racional, impersonal y ‘desinteresada’ y se puede defender públicamente el título a la tierra en juicios que proclaman el principio del acceso universal y el acatamiento universal a la regla de que la ley trasciende los intereses particulares. La posesión del título legal permite a los propietarios la libertad de utilizar y disponer de la propiedad (VARLEY, 2001). Esta seguridad se desvanece, en parte, en las titulaciones que no se realizan mediante escritura pública.

En la mayoría de los países se legalizan las ocupaciones de tierras fiscales y en menor cantidad las realizadas sobre tierras privadas. En algunos se otorgan escrituras públicas; en otros títulos en un registro especial, como en Perú; algunos países utilizan la usucapión y la Concesión del Derecho Real de Uso, como en Brasil. En Argentina, la posesión de lote ocupado ilegalmente, si no es solicitado por el propietario original durante el término de 10 años, es tenencia intermedia (mediante un documento público inscripto en Registro), luego de

lo cual el poseedor obtiene la escritura definitiva. Esta política se aplica mediante legislación nacional (Ley N° 24.374/94) a la cual se han adherido la mayoría de las provincias. Han pasado 15 años desde el inicio de su implementación, y han comenzado a otorgarse, aunque muy lentamente, las primeras escrituras definitivas.

En Perú, a través de COFOPRI los títulos que se entregan son documentos legales que acreditan al poblador su derecho de propiedad sobre el lote, con inscripción registral. No se realizan mediante escritura pública pues esto significaría mayores costos notariales. La COFOPRI ha contado con un propio Registro -diferente al que había sido utilizado hasta ese momento- con el objetivo de agilizar los trámites. Desde 2005 se encuentra en proceso de municipalización y unificación de registros, aunque será un proceso largo y complejo.

Un alto porcentaje de los programas posee financiamiento de organismos internacionales, básicamente del BID y BIRF, aunque también, en algunos casos de agencias europeas de cooperación binacional (caso PRIMED, en Medellín, con financiamiento alemán). De los 49 programas para los cuales se ha conseguido información, 32 poseen financiamiento internacional, algunos cuentan con más de 300 millones de dólares, lo que significa un esfuerzo para el Estado en términos de deuda externa.

En algunos programas analizados, se ha notado una falta de recursos para llevar a cabo los mismos según se habían formulado por no darse los supuestos adecuados: es el caso de Colombia, donde no se pudo vender un activo del Estado a un programa de regularización (VEJARANO, 2004) o Guatemala, donde se han utilizado mal los fondos existentes en el Programa de Ventanilla Social (DRUMMOND, 2004); en otros, complicaciones político-institucionales impiden que los presupuestos asignados sean correctamente utilizados, por lo menos en los tiempos previstos (caso PROMEBA en Argentina). En Porto Alegre, los recursos son asignados en el presupuesto participativo y la población (posible beneficiaria del programa de regularización) debe disputar los mismos frente a otras prioridades del resto de los habitantes de la ciudad, lo que ha significado que los recursos anuales hayan fluctuado (IBAM, 2002).

En la mayoría de los programas de regularización dominial, la tierra no es pagada por la población

(o lo hace a precio simbólico), quien solo abona, a veces, los costos de mensura y escritura. Sólo en pocos casos se establece el pago en función del precio de mercado de la tierra que se regulariza y de los ingresos de los beneficiarios. Participar de programas de regularización significa, pues, en términos de costos y financiamiento, muy diferentes situaciones para la población, en virtud del tipo de programa y de la propuesta de política específica: si es el Estado el que asume los costos, o traspasa parte o la totalidad a la población.

En los casos de regularización urbana, también son mayormente subsidiados y la población sólo se hace cargo, posteriormente, de los pagos de impuestos y tasas por servicios. Solo en un Programa --el Habitar Brasil-- la población puede realizar el pago con contraprestación en trabajo. Las formas de financiamiento pueden considerar una demanda segmentada (según su real disposición a pagar) o no; en este último caso, la falta de financiamiento específico según las distintas posibilidades de pago de la población beneficiada, puede llevar a que parte de la misma no pueda pagar, lo que, según países y coyunturas políticas, puede llegar hasta el desalojo y el remate del terreno (si se ha hipotecado el mismo como garantía de la deuda).

Muchos de los Programas que son gratuitos para la población beneficiada, y que se realizan con financiamiento internacional, suponen que recuperarán parte de los recursos invertidos a través del impuesto inmobiliario, las recaudaciones fiscales, y las tasas por servicio, como en Brasil (IBAM, 2002). Programas como el de legalización masiva en Perú es gratuita para la población, pero se incorpora como contraparte del mismo, el pago por servicios y tasas que la población efectuará (un monto de 4 millones de dólares en relación a los 66 millones de dólares de costo total del Programa).

En los casos de regularización dominial, una cantidad importante de contribuyentes son regularizados, pero con impuestos nulos o muy bajos. El impuesto inmobiliario no sirve para equilibrar las cuentas fiscales (municipales o provinciales) por las exenciones, la morosidad, y por el escaso peso relativo frente a otros contribuyentes. En muchas realidades existen años de gracia o exoneración del pago, como por ejemplo, en Guayaquil, donde se permite la eximición del pago de los impuestos prediales por un lapso de cinco años (CLICHE-

VSKY, 2006). En relación a las tasas de servicio, ellas varían según los servicios que posean; si los mismos se hallan privatizados o no; si se aplican “tarifas sociales” de agua, electricidad, y de acuerdo a la política de las empresas frente al no pago: si cortan o menos el servicio.

En cuanto al otorgamiento de crédito, justamente uno de los supuestos fundamentales para la legalización es que la población pueda acceder al mismo mediante el sistema financiero privado. De Soto (DE SOTO, 2003) considera que, fuera de las familias, el principal beneficiario de los procesos de regularización del suelo es el sistema financiero. Pero la existencia de garantía propietaria por sí sola no es suficiente para el desarrollo de mecanismos de crédito, pues los bancos exigen además a los acreedores un determinado ingreso (familiar o individual,) y no exclusivamente la propiedad del terreno. A su vez, para las instituciones financieras formales resulta igual de oneroso otorgar préstamos de pequeños o de mayores montos.

En Perú, la vivienda registrada es una garantía para la institución financiera y la hipoteca constituye un documento que es posible transar en el mercado secundario de valores. Pero sin embargo, la opinión generalizada de las familias es que un crédito hipotecario es algo demasiado riesgoso de asumir, debido al gran valor que le otorgan a la vivienda. En términos generales existe una actitud prudente respecto a la solicitud de préstamos. Ello se explica por la inexistencia de un trabajo estable y de buenos ingresos (DESCO, 2001). Los créditos, tanto en montos como en cantidad, han ido en aumento: 249 millones de dólares en 2000, que interesan a 154.000 personas; 274 millones y 173.000 personas en 2001, 314 millones y 197.000 beneficiarios en 2002 y hasta agosto 2003, 346 millones y 226.000 propietarios (COFOPRI, 2004).

En México, no toda la población que posee el terreno, quiere un crédito bancario. Se ha demostrado que ya antes de poseer la propiedad tenían créditos (quizá a mayor interés, pero eso no le importa mucho a la población) a través de agentes privados o de familiares, amigos, etc. Existe un “mercado” de crédito informal, a los que dicha población tiene acceso. Y con la legalización, quieren seguir teniendo ese tipo de crédito por desconfiar de los bancos, de las condiciones que les imponen; de las hipotecas y por el miedo de la morosidad.

Un estudio en Argentina, corrobora que la obtención del título de propiedad no significa una mayor cantidad de población beneficiada con créditos. No hay diferencias en cuanto al acceso al crédito formal entre 1.800 familias legalizadas entre 1989 y 1998 y otro grupo de familias aun no regularizadas. Las familias regularizadas siguen accediendo a crédito informal a través de parientes, colegas, vecinos y amigos (GALIANI; SCHARGRODSKY, 2004).

En cuanto a la lentitud y complejidad de los procesos de legalización en la mayoría de los países de la región dependen, por un lado, del objeto mismo que se quiere legalizar, en función de los distintos tipos de ilegalidad y los múltiples agentes actuantes; y, por otro, a los problemas institucionales, pues aun no existe un catastro actualizado, ni tampoco técnicos especializados en una problemática tan especial como la legalización del suelo urbano. Recién en la última década se han comenzado a organizar los catastros.

Los niveles del Estado que implementan las políticas de regularización están relacionados con la organización político-administrativa y con la voluntad política de cada uno de los niveles de gobiernos¹⁵. Los programas de regularización dominial a veces son solo “registro de propiedad”, y por lo tanto están localizados en los ámbitos de Economía, Hacienda o incluso Ministerio de Justicia, como en Perú. Las instituciones a cargo de la legalización dominial y de los programas de mejoramiento de barrios (aunque algunos de ellos posean como requisitos la regularización dominial) están absolutamente separados. En algunos programas participan del proceso de regularización más de 10 instituciones que pertenecen a distintos niveles del Estado, aunque incluso existen problemas de coordinación entre el mismo nivel.

En ningún Programa analizado se ha dado participación a la población durante la formulación; durante la implementación, la misma ha participado en mayor o menor medida, dependiendo de su organización, de la coyuntura política y también de los programas específicos; en los programas exclusivamente dominiales la participación es menor que en los programas integrales. En los programas de legalización masiva, la población tiene muy escasa participación, salvo en cuanto a requisitos de documentación y, si corresponde, en los posteriores

pagos. En Perú, el proceso de formalización es una política diseñada y dinamizada desde el Estado, de “arriba hacia abajo”, sin que participe la población de manera individual o familiar (PDPU, 2002). En otras realidades, los habitantes definen desde los límites de lo que ellos entienden que es “su lote” en relación a sus vecinos, ayudando en la señalización para su posterior mensura.

Los Programas de regularización no se han integrado a otros programas, como fortalecimiento institucional, banco de materiales, construcción de vivienda, política urbana o crediticia, salvo contadas excepciones. Los de legalización masiva se relacionan con otros programas vinculados a aspectos económicos, como programas de crédito, especialmente para microempresas y el Banco de Materiales, institución pública cuya misión es contribuir a la construcción y mejoramiento de la vivienda básica por el sistema de autoconstrucción, financiando a las familias los materiales necesarios para construcción de un núcleo básico. Existen multiplicidad de programas sobre un área geográfica (ciudad, área metropolitana, como en San Pablo (DA PAZ, 2004) pero escasamente los mismos se vinculan.

Conclusiones

Es indudable que los diferentes programas de regularización implementados en los países de la región han contribuido, de distinta forma y profundidad, a mejorar la situación de la población pobre urbana viviendo en la ilegalidad. También, es indudable que los mismos aun adolecen, en mayor o menor medida dependiendo de sus objetivos en la formulación y de las posibilidades de implementación, de una serie de problemas que habrá que superar para que los mismos puedan poseer un mejor desempeño. Algunas reflexiones finales:

- **Tipos de informalidad que se regulariza:** los programas apuntan más a legalizar tierra fiscal y en menor medida ocupaciones sobre tierra privada e informalidad producida por el funcionamiento de mercados informales de tierra urbana. Ello es debido a los altos costos para el Estado y tiempos que significa expropiar tierra privada para otorgársela a los ocupantes; y los costos para los posibles beneficiarios.

- **Cantidad de soluciones** de situación de informalidad: en algunos casos han significado una disminución considerable de la misma, como en Perú. Pero la legalización exclusivamente dominial posee limitaciones, en especial respecto al tipo de tierra que se legaliza en cuanto a localización (en áreas de riesgo) y falta de infraestructura, tamaño y estándares físico-constructivos. En los programas integrales, la cantidad de soluciones respecto a la población viviendo en la informalidad es mínima¹⁶.
- **Utilización de las tenencias intermedias** en los programas de legalización – para hacerlos más masivos con menores costos y tiempos--: ello depende de la situación política de cada país, pues obviamente que dichas tenencias entrañan peligro de desalojo, dado que poseen vulnerabilidad jurídica (y aun los conflictos por la tierra y desalojos están presentes en varios países de la región). También es interesante señalar que aun perdura, en la región, una visión jurídica de la propiedad privada por sobre la visión –en algunos países constitucionalista—de la función social de la propiedad. Y esta visión jurídica de la propiedad individual es la que hace peligrar la seguridad de las tenencias intermedias.
- **Problemas institucionales:** la cantidad de organismos públicos y privados que intervienen en los procesos de regularización (a veces, de distinto nivel del Estado), la falta de recursos humanos capacitados para llevar adelante los programas significa, conjuntamente con problemas de formulación de los programas, períodos extendidos de implementación e incluso, atrasos importantes entre la formulación e la implementación, que atentan contra el desempeño de los mismos.
- **Parámetros urbano - ambientales** que se utilizan para los programas de regularización: no existen para los programas de legalización y en los casos de mejora urbano ambiental, solo en escasos proyectos se elaboran especialmente. En general, los proyectos son aprobados por excepción o

por flexibilización de las normas existentes. Existen solo unos pocos casos en los cuales los programas están vinculados a la política urbano ambiental a nivel local, provincial / estadual o nacional.

- **Costos para el Estado:** se evidencia una preponderancia de programas con financiamiento internacional –que en escasos casos son a fondo perdido—lo que significa que los países deben endeudarse para poder llevarlos a cabo.
- **Costos para la población regularizada:** en la mayoría de los programas, el costo del suelo es gratuito o se efectúa un pago simbólico. Muchos de los programas con componentes de mejoramiento urbano son asimismo gratuitos, o con alta cuota de subsidio. Por lo que pareciera que no son los costos de los programas los que induciría a la población a vender su ahora legalizado hábitat, sino los costos provenientes de impuestos y tasas del proceso de regularización. Pero también en muchos casos los impuestos inmobiliarios son muy bajos o los inmuebles están exentos; solo los costos de tasas por servicios podrían ser impagables por parte de la población legalizada.
- **Participación de la población:** los programas de mejoramiento urbano o integrales, ejecutados a escala local (aunque provengan de fuentes de financiamiento nacional o internacional) poseen un componente importante, en general, de incorporación de la población en la etapa de implementación (en la de formulación, la población objeto de los programas no participa en ningún tipo de ellos). En los programas de legalización exclusivamente, ello no ocurre y las decisiones son tomadas exclusivamente por el Estado.
- **Propiedad legalizada como capital: crédito y compra-ventas.** Los escasos trabajos que existen sobre la relación entre la legalización y crédito demuestran que la población legalizada no toma créditos en

la banca privada en la proporción que los supuestos de algunos programas indicaban. Si bien en Perú han aumentado en los últimos años, no ha sido con el impulso que se pensaba, y la legalización no ha tenido repercusión sobre el crédito en Brasil y Argentina. Ello ha sido explicado por el peligro que le significa a la población endeudarse, y más si es de forma hipotecaria. Con relación a la incorporación de la tierra legalizada al mercado inmobiliario, aun no existen evidencias de ello; la cantidad de población que vende su propiedad recientemente legalizada pareciera que no es mucha (aunque también faltan evaluaciones al respecto).

- **Regularización y mejora en las condiciones de vida de la población pobre:** es indudable que los programas de regularización mejoran las condiciones de vida de la población pobre urbana, pero en muy diversa medida, en relación al tipo de proyecto. Es evidente que los programas integrales poseen resultados más positivos al respecto que los estrictamente de regularización dominial o de mejora de algún aspecto urbano; importa señalar que en un número considerable de los programas integrales, la generación de empleo – de manera directa o indirecta a través de capacitación, microcréditos, etc.- ha jugado un papel importante en la mejora de la población pobre urbana.

Un comentario final: es evidente que la regularización es una política “social”, y por lo tanto lleva implícita una mejora en las condiciones de vida de la población, pero también posee un componente de creación de capital inmobiliario, sobre todo en los supuestos de algunos programas, que involucra la incorporación de las propiedades regularizadas al sector inmobiliario y de los beneficiarios al sistemas fiscal del Estado y como clientes de las empresas privatizadas de servicios. En el equilibrio entre esos dos aspectos, que no se dirime en el espacio ‘micro’ del acceso al suelo – aunque posee su importancia--, sino en el espacio más amplio socio político (con el peso relativo de los distintos sectores sociales)

es que se podrán diseñar programas, quizá, más “sociales” dependiendo, justamente, del peso político que tenga la población pobre urbana que aun vive en la informalidad.

Referências bibliográficas

ABRAMO, P. (org) *A cidade da informalidade. O desafio das cidades latino-americanas*, Río de Janeiro: Livraria Sete letras-FAPERJ, 2003

AZUELA, A. El Acceso de los Pobres al Suelo Urbano de los Ejidos. A Diez Años de la Reforma, México, *In Mexico Low Income Housing: Issues and Options*. Washington: Banco Mundial, 2001

CLICHEVSKY, N. El mercado de tierras en el área de expansión de Buenos Aires. Su funcionamiento e incidencia sobre los sectores populares (1943-1973), *In Revista Interamericana de Planificación*, Bogotá: Sociedad Interamericana de Planificación, Vol. IX, N° 33, 1975, pp.98-131

_____. *Mercado de tierra y sector inmobiliario en el Area Metropolitana de Buenos Aires. Transformaciones e impactos territoriales*. Buenos Aires: Informe CONICET- Instituto de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras- UBA, 2000

_____. *Pobreza y acceso al suelo urbano. Algunas interrogantes sobre las políticas de regularización en América Latina*, Santiago de Chile: CEPAL/Naciones Unidas, Serie Medio Ambiente y Desarrollo, N° 75, (LC/L.2025-P), 2003

_____. *Regularizando la informalidad del suelo en América Latina y el Caribe. Una evaluación sobre la base de 13 países y 71 programas*, Santiago de Chile: CEPAL/Naciones Unidas, Serie Manuales N° 50, enero de 2006,

COFOPRI. *Garantía de un Perú formal*, Lima: folleto, 2004

DA PAZ, R. *Observatório da Habitação da Cidade de São Paulo. Caracterização, processos e situações críticas de encaminhamento*, San Pablo: Convênio CEPAL - Prefeitura do Município de São Paulo, Informe Final, 2004.

DE SOTO, H. *El Otro Sendero*, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1987

_____. *El Misterio del Capital*, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2003

DESCO. *Estudio de Cultura Registral*, Lima: Informe Consultaría COFOPRI, 2001

DRUMMOND, S. *Recolección y Selección de Información sobre Programas de Regularización del Suelo e Informalidad en Guatemala*, Guatemala: Informe final Consultoría CEPAL, 2004

DUHAU, E. *Dimensiones socio-políticas de la irregularidad y la regularización de los asentamientos populares*, In *Materiales Curso de Desarrollo Profesional. Mercados Informales: Regularización de la Tenencia de Tierra y Programas de Mejoramiento Urbano en América Latina*, Cambridge:LILP, 18 - 22 de noviembre de 2002

FERNANDES, E. La influencia de El misterio del capital de Hernando de Soto *In Land Lines*, Cambridge, January, Volume 14, Number 1, Lincoln Institute of Land Policy, 2002, pp.1-4

GALIANI, S.; SCHARGRODSKY, E (2004) *Effects of Land Titling*, Buenos Aires: Very Preliminary Version October 1, 2004

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM- *Estudo de Avaliação da Experiência Brasileira sobre Urbanização de Favelas e Regularização Fundiária.*, Volume 1 Volume 2.1. Volume 2.2. Rio de Janeiro:Relatorio final,2002

JARAMILLO, S. *Hacia una teoría de la renta del suelo urbano*, Bogotá: Ediciones Uniandes/Instituto Geográfico Agustín Codazzi, 1987.

LUNGO, M. *Lo urbano: teoría y métodos*, San José de Costa Rica: Editorial Universitaria Centroamericana EDUCA, 1989

_____. (comp), *Grandes Proyectos urbanos*. San Salvador: UCA Editores-LILP, 2004

PAYNE, G. (2005) Getting ahead of the game: A twin-track approach to improving existing slums and reducing the need for future slums, In *Environment & Urbanization*, N° 1, vol.17, London, 2005, pp.10-18

PROYECTO DE DERECHOS DE LA PROPIEDAD URBANA- PDP- *Dinámica de los Asentamientos Humanos*, Lima: Consultoría COFOPRI, 2002

ROUILLON, C. *El impacto de la formalización en la propiedad urbana en la Economía Peruana*, Lima: COFOPRI, 2004

SAAVEDRA, T. *Estudio Best Practices Proyecto Pobreza Urbana, Experiencias emblemáticas en la superación de la precariedad y pobreza urbanas en América Latina y el Caribe, Eje: Acceso al suelo urbano para los pobres*, Santiago de Chile: Informe final de Consultoría CEPAL, 2005

UN-HÁBITAT. *Campaña Mundial de Seguridad en la Tenencia de la Vivienda. Documento Conceptual*. K0055114.s . www.habitat-lac.org, 2004

VARLEY, A. *De lo privado a lo público: género, ilegalidad y legalización de la tenencia de la tierra urbana*, Cambridge: LILP/ Mercados Informales, 2001

VEJARANO, M. C. *Informe componente suelo*. Bogotá: Informe final de consultoría CEPAL, 2004.

Notas

¹ Para un análisis de la regulación de los mercados de tierra, en la “producción” y en la comercialización, ver: LUNGO, 1989; JARAMILLO, 1987, entre otros

² La tierra rural que se convierte en urbana tiene un precio mucho más bajo que la primer tierra definida como urbana, en la periferia.

³ Han ido cambiando a través del tiempo y del crecimiento de las ciudades: los sectores sociales que podían elegir, han pasado, por ejemplo,

de vivir en barrios exclusivos de las áreas urbanas o en un primer anillo de la periferia, a habitar en barrios cerrados en áreas suburbanas.

⁴ Además, los pobres no generan ganancias para estos inversores; más bien, pueden generar desvalorización de áreas aledañas a su localización.

⁵ Sobre los agentes, ver, entre otros: CLICHEVSKY, 2003, ABRAMO, 2003; DUHAU, 2002.

⁶ Año de aprobación de la Ley N° 13517, que trataba de regularización de los asentamientos informales.

⁷ Hacia 1978 se pudo estimar que el 58% de los ranchos se ubicaban en tierras de propiedad pública (de las cuales 40% eran municipales y 7% nacionales), 15% en propiedad privada, 21% en propiedad municipal-privada y el resto en áreas mixtas.

⁸ El usucapión estaba en el Código Civil pero con 20 años de ocupación (Clichevsky, 1991).

⁹ Leyes N° 9/89 y N° 388/97 respectivamente.

¹⁰ Ley Federal de Desarrollo Urbano (Ley N° 10.257, de 10 de julio de 2001)

¹¹ Según los resultados de la investigación sobre el acceso al suelo urbano en la región realizado en el marco del Proyecto: “Pobreza Urbana: estrategia orientada a la acción para los gobiernos e instituciones gubernamentales en América Latina y el Caribe”, desarrollado por la División de Desarrollo Sostenible y Asentamientos Humanos de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe de las Naciones Unidas, entre 2004 y 2006.

¹² En Brasil, las Áreas o Zonas de Especial Interese Social – AEIS o ZEIS- ha sido el instrumento adoptado para amparar legalmente la flexibilización de los parámetros urbanísticos; inclusive es un instrumento incorporado al Estatuto da Cidade como política nacional; en estas áreas se

permiten normas diferentes, “cristalizando” de alguna manera la ciudad de los pobres respecto al resto urbano.

- 13 También existe una política implícita de discriminación aplicada a la legalización: en la mayoría de los países no se legaliza la tierra a extranjeros, lo que trae aparejados una serie de problemas en áreas fronterizas, por ejemplo, en el norte de Argentina, muy habitada por bolivianos y paraguayos.
- 14 En los otros países analizados las soluciones han sido mucho menores, aunque en los que se implementan programas en diferentes niveles del Estado no existen datos consolidados de las soluciones dadas por el conjunto de los mismos.
- 15 Así, en países que poseen regímenes unitarios, como Chile y Perú, los organismos encargados de aplicar políticas de regularización pertenecen fundamentalmente al nivel nacional, mientras en Brasil y Argentina, los gobiernos provinciales o estatales y los municipios, muestran desde la década de los ochenta del siglo pasado, un mayor nivel de injerencia.
- 16 En un contexto internacional en donde el aumento de la población viviendo en la informalidad aumentará en las próximas décadas (PAYNE, 2005).

Nora Clichevsky

* Arquitecta, Magister em Planificación Urbana y Regional, ITDT-URGS, Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas-CONICET-, Instituto de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires- UBA. Soldado de la Independencia 1343, 6° A (1426BTS) Buenos Aires, ARGENTINA. TELFAX (54 11) 4772 9775. noraclie@satlink.com; noraclie@yahoo.com.ar

** Revisão do artigo em espanhol: Alejandra Pastorini

Cidades latino-americanas. Desafios e limites dos processos de requalificação cultural: globais/transnacionais, regionais, nacionais e/ou locais?

Mónica Lacarrieu *

Cidades latino-americanas. Desafios e limites dos processos de requalificação cultural: globais/transnacionais, regionais, nacionais e/ou locais?

Resumo: Nos últimos anos, as cidades latino-americanas têm sido examinadas homogeneamente, salientando-se os problemas em termos de crises. As propostas públicas apresentam soluções baseadas em modelos globais/transnacionalizados, ignorando os contextos históricos de produção – nacionais e locais. Nosso interesse principal são os desafios e problemas das iniciativas de requalificação cultural nas cidades latino-americanas. Partindo do discurso global/transnacional, segundo o qual a cultura se tornou um recurso para o desenvolvimento, com implicações sobre seu papel nas políticas urbanas, colocamos em debate as relações e tensões estabelecidas entre cultura e patrimônio, espaços públicos e processos de negociação e/ou disputa produzidos a partir e entre os grupos sociais envolvidos.

Palavras-chave: Cidades latino-americanas; Processos de requalificação cultural; Transnacionalização; Localização.

Ciudades latinoamericanas. Desafíos y limitaciones de los procesos de recualificación cultural: ¿globales/transnacionales, regionales, nacionales y/o locales?

Resumen: En los últimos años, las ciudades latinoamericanas son examinadas homogéneamente, focalizando los problemas en términos de crisis. Las propuestas públicas procuran soluciones en base a modelos globales/transnacionalizados, negando los contextos históricos de producción –nacionales y locales-. Nuestro interés es focalizar en los desafíos y problemas de las iniciativas de recualificación cultural en las ciudades latinoamericanas. Partiendo del discurso global/transnacional según el cual la cultura se ha vuelto un recurso para el desarrollo, con implicancias sobre su papel en las políticas urbanas, es que pondremos en debate las relaciones y tensiones que se establecen entre cultura/patrimonio, espacios públicos y los procesos de negociación y/o disputa que se producen desde y entre los grupos sociales involucrados.

Palabras Claves: Ciudades latinoamericanas; Procesos de recualificación cultural; Transnacionalidad; Localización.

Latin american cities. Challenges and limits of the processes of cultural requalification: global/transnational, national, regional and/or local?

Abstract: In recent years, Latin American cities have been analyzed homogenously, being the problems pointed out in terms of crisis. The State proposals present solutions based on global/transnational models, ignoring the historic contexts of production — national and local. Our main interests are the challenges and problems of cultural requalification in Latin American cities. Setting out from the global/transnational discourse, which claims culture has become a resource to development, with implications for its role in urban policies, we open to debate the relations and tensions that are established among culture and patrimony, public spaces and negotiation and/or dispute processes produced by and among the involved social groups.

Keywords: Latin American cities; Processes of cultural requalification; Transnationalization; Localization.

Recebido em 30.09.2010. Aprovado em 15.09.2010.

Hace aproximadamente un año y medio, un colega venezolano con el apoyo de la OEI, la Universidad Central de Venezuela y del Municipio del Chacao, organizó en la ciudad de Caracas, un Seminario internacional denominado “Las intervenciones culturales en la renovación de las ciudades”¹. Entre los objetivos propuestos se mencionaban dos: por un lado, analizar el papel de la cultura en los procesos de renovación, recuperación y rediseño de las ciudades; por el otro, evaluar experiencias concretas de intervenciones culturales en el desarrollo de planes estratégicos y en procesos de transformación urbana en ciudades de Europa, EEUU y América Latina. Ambos asuntos dejaban manifiesto, en primera instancia, que existe una agenda pública transnacional ligada a los procesos mencionados en ciudades de diferentes continentes y países. En segundo lugar, evidenciaban la presencia de un campo de expertos afines que, al menos implícitamente, consensuaban la implementación de dichas intervenciones en las ciudades a las cuales representaban (Santiago de Chile, Medellín, Buenos Aires, Quito, Glasgow, Salvador de Bahía, Bogotá, Bilbao, entre otras). No solo resultaba curioso que el seminario convocara a representantes de diferentes ciudades para hablar de un mismo problema, sino sobre todo, en lo que a mi respecta y luego de conocer/reconocer la ciudad de Caracas (cuestión que sucedió una vez finalizado el seminario), que este evento se había realizado en una urbe marcada por la modernidad, no solo en los espacios periféricos, sino también en el centro de la misma. Para plantearlo en forma más clara: me incomodó (no por el sentido literal de la palabra, sino por su vínculo con cierta idea de incompreensión) encontrarme en la capital de un país que se asume, al menos en términos de una amplia mayoría, como ideológicamente de izquierda en términos de transformaciones sociales y políticas, no obstante, atravesada por intervenciones culturales que, aunque promueven la reparación social del lugar de los sectores desfavorecidos, procuran embellecer al menos un espacio de la ciudad -nos referimos al centro histórico, en imagen casi “anti-histórico”-. Aún más, me resultó poco entendible, porqué en esa ciudad caracterizada por la modernidad, en la que desde hacía tiempo (mediados del siglo XX) se había tomado la decisión de demoler prácticamente toda la metrópoli y construir edificios se-

riados propios de esa etapa, había un interés por volver al pasado: algunos carteles y publicidades de la Alcaldía de Caracas –algunos vinculados con la gestión general de infraestructura pero también con Fundapatrimonio- llamaban a “*El rescate del espacio*” por ejemplo, en el Paseo de los Próceres, o convocaban con imágenes y signos a “*Espacios recuperados para el disfrute de la comunidad*”. Un asombro complementado por signos contradictorios que daban forma al espacio público urbano: entre un cartel imponente ligado a la llegada en aquel momento de Evo Morales que decía *Presidente Evo Morales: Bienvenido a Caracas, cuna de la libertad de los pueblos de América*, y otro ligado a los 441 años de la ciudad. La idea de reinventar algunos edificios, colocar en la cultura y el patrimonio un recurso de intervención, así como cierto entusiasmo por debatir en el ámbito académico pero también de la gestión, sobre experiencias que se habían llevado a cabo en otros lugares, de modo de transferir las ventajas hacia la ciudad de recepción, al mismo tiempo que de eludir las dificultades ya identificadas; se constituyeron en la perspectiva dominante de ese momento.

Podríamos aventurar junto con Izabela Tamaso (2006: 3) que la “onda universalizante de la Unesco” se torna cada vez mas un valor para innumerables ciudades que ahora perciben –agregaríamos que a diferencia del período moderno de lo urbano- que lo “moderno es ser antiguo”. Siguiendo a la autora, Caracas sería objeto del redireccionamiento del deseo: si antes el deseo se construía hacia el progreso, ahora este se sustituiría por un deseo hacia el pasado, reorientando la idea del progreso y el desarrollo y asimilándola con una mirada positiva hacia el campo de la cultura y de lo patrimonial.

En esta perspectiva, es posible pensar en un esquema reduccionista acerca de la ciudad contemporánea. Un esquema que se funda, de acuerdo a visiones estereotipadas, en un discurso dominante negativo que se procura revertir a partir de intervenciones que, se espera, transformen ese lado pesimista en optimista. La ciudad latinoamericana no escapa a esa visión en la que prima una mirada patológica basada en la fragmentación como “espectro que planea sobre las ciudades del mundo” (MARCUSE; VAN KEMPEN 2000, apud BÉNIT et.al 2007: 15). La lógica de la separación –siguiendo a Donzelot (2004)- fundada en la idea que

innumerables autores apoyan, relacionada con la materialización de los fragmentos espaciales con efectos sobre la denominada “de-solidarización” (DONZELOT 2004; BÉNIT ET AL., 2007), sería consecuencia, al menos, de dos asuntos, uno más genérico y otro más específico: los cambios en los modos de producción de la ciudad y la crisis de los espacios públicos urbanos (BÉNIT et.al, op.cit.). Es desde esta lógica en que consideramos que los análisis sobre las ciudades actuales, realizados desde las ciencias sociales y el urbanismo, confluyen en una perspectiva que, no solo vacía las nociones de contenidos problemáticos –por ejemplo la de fragmentación por relación a la de segregación-, sino que fundamentalmente despolitiza la producción de lo urbano. La división, no solo elude el carácter relacional de la ciudad (AGIER, 1999), sino que además enfatiza el fortalecimiento de “mosaicos” y niega las desigualdades como valor estructurante (CALDEIRA, 2010: 118).

Como más arriba se indica, este discurso que impera y ofrece una concepción homogénea sobre lo urbano en el mundo del presente, opera sobre los diferentes sectores sociales que habitan y transitan las ciudades con sensaciones de caos, amenazas y temores. En pos de conjurar males y miedos es que se planifican iniciativas, a partir de las cuales se espera generar mecanismos de control social, por ende reforzadores de situaciones aparentes de fragmentación. Intervenciones asociadas a la recualificación/revitalización cultural, la periurbanización y hasta la relegación urbana constituyen nuevos tipos urbanos –los dos primeros visualizados como soluciones positivas que requieren del último para existir y reproducirse-, vinculados a lo que se ha dado en llamar la “planificación estratégica”.

En el marco de la problemática planteada, nuestro interés es focalizar sobre las iniciativas de recualificación cultural, considerando que un porcentaje importante de ciudades de América Latina están siendo objeto de este tipo de intervención. Múltiples estudios y autores han abordado dichos procesos en diferentes ciudades europeas, norteamericanas y latinoamericanas (O’CONNOR; WYNNE, 1997), no obstante, esa misma multiplicidad es la que paradójicamente llevó a concluir que la recualificación/revitalización/regeneración urbana contribuye en la producción de “una ciudad de pensamiento único” (ARANTES; VAINER;

MARICATO, 2000). En la perspectiva de N. Smith (1979, 1986) estas transformaciones se vinculan con los procesos agudizados de la globalización, especulando que debido a ello es que tales cambios urbanos son rastreables bajo “una-forma” que se materializa en la ciudad mercantilizada y visualizada como “objeto de consumo”.

Sin embargo, ¿todas las intervenciones culturales urbanas son iguales? O en otros términos, ¿todas las propuestas constituidas en esta perspectiva, se materializan en las mismas condiciones, con los mismos actores involucrados, produciendo un fuerte consenso sobre los mismos? ¿Cuáles son los alcances de estas propuestas? ¿Cuáles son las limitaciones de intentos de transformación de lo existente en términos de imagen-espectáculo, belleza, pasado-patrimonio, naturaleza, cultura-arte en ciudades, como las latinoamericanas, donde la mayor parte de la población está sumida en procesos de empobrecimiento y desigualdad social?

En este sentido, nos interesa reflexionar críticamente sobre los desafíos y problemas que presentan este tipo de acciones estrechamente asociadas a las ciudades latinoamericanas. Partiendo del discurso global/trasnacional según el cual la cultura se ha vuelto un recurso para el desarrollo, con implicancias sobre el papel que hoy tiene el campo de la cultura sobre las políticas urbanas, es que pondremos en debate las relaciones y tensiones que se establecen entre cultura/patrimonio y espacios públicos urbanos.

¿La Habana es a Bucarest...lo que Buenos Aires es a Barcelona?

Hace ya unos cuantos años cuando visité La Habana y recorrí las calles de su centro histórico, encontré cierto aire de familiaridad con otras centralidades históricas de América Latina e incluso con barrios que, sin ecuacionar centro y poder, vienen transitando por el mismo camino de la intervención cultural. Desde este “parecido de familia”, la pregunta que emerge casi como una obviedad, es cómo La Habana –como observamos en la introducción respecto de Caracas-, enmarcada en un contexto socio-político contundentemente diferente del que prevalece en otros países y ciudades, fue intervenida de la mano de la cultura y el patrimonio y cómo desde este modelo es que las implican-

cias han sido relativamente similares a las de otras ciudades: los desplazamientos de población local y localizada –solo en retorno para ofrecer algún servicio-, el vaciamiento de espacios públicos antes bulliciosos, la estetización y la visita del transeúnte-turista. Probablemente, Cuba necesitó del centro histórico embellecido de La Habana para hacer frente al bloqueo económico, no obstante y si así fuera, le ha hecho frente con las mismas armas con que se lo bloquea, porque en cierta forma estas intervenciones se entienden en el marco de la cultura y el desarrollo, encuadrado en el discurso global de organismos que responden a ciertos modelos de la “occidentalización del mundo”.

Más recientemente aún, visité por primera vez la ciudad de Bogotá, sobre la que hasta hace poco conocía solo desde los relatos de algunos de sus habitantes, en los cuales el centro histórico aparecía como un lugar en las sombras de la ciudad, acechando peligrosamente a sus visitantes. Sin embargo, tal fue la sorpresa cuando La Candelaria –el centro histórico- apareció ante mis ojos: un barrio en renovación, intentando revivir un pasado que hasta hace poco era ajeno a sus residentes, pero sobre todo, a los habitantes de la ciudad. Y pensé en la ciudad de Quito y su monumentalidad colonial que, obviamente, se construye a distancia de la monumentalidad “popular” de La Candelaria, pero sobre todo pensé que las propuestas de regeneración urbana en los que la cultura y el patrimonio son recursos ineludibles están –como ya dijo Hannerz (1996), “en todas partes”, si bien como en este caso construidas entre “lo monumental” y lo “popular monumentalizado”-. Están en “todas partes” sin embargo, diferenciadas o más bien retomando trayectorias específicas de acuerdo a los contextos locales urbanos.

Llevada por lo visto en La Habana o en Caracas diría que estas formas de intervención, no solo son transversales y atraviesan diferentes realidades urbanas, y en lo más importante, distintos contextos socio-políticos –cuestión que en cierta forma relativizaría el sentido capitalista y occidentalista de estos modelos-; sino que además se constituyen homogéneamente como si los problemas y las soluciones fueran comunes y pasibles de ser comparados por todas las ciudades del mundo. La Habana es una ciudad próxima a nosotros como latinoamericanos, no obstante, basta leer a Althabe (2008)

cuando plantea la reconversión de Bucarest en Rumania, luego de la caída del comunismo, para pensar que efectivamente estos modelos se imponen más allá de contextos políticos y que operan en la misma lógica y con los mismos resultados –renovación de edificios desde nuevas formas de monumentalización y reubicación de pobladores e incluso de quienes transitan la ciudad-.

La idea de intervención cultural niega la de proceso(s) vinculados a la recualificación/renovación/regeneración urbana. En cierta forma, la visión intervencionista, estrechamente asociada a la concepción clásica del desarrollo, sincroniza y horizontaliza un modelo que parece expandirse sin discusión y sin particularidades, por las ciudades en su conjunto. Esta perspectiva ha propiciado la “ciudad de pensamiento único” (ARANTES; VAINER; MARICATO, op. cit) expandible, generalizable y globalizable. Y en esa forma de desterritorialización del modelo se pierden los procesos a partir de los cuales, las intervenciones pueden constituirse entre rupturas, discontinuidades y fundamentalmente entre especificidades asociadas a tensiones locales.

En tanto las palabras no son neutrales, cuando los gobiernos, los gestores y planificadores, o los propios académicos hablamos de intervenciones culturales urbanas, estamos apelando a un modelo que se plantea como desterritorializado, pensando en la desterritorialización como la forma hegemónica por excelencia para representar la globalización (MATO, 2003). En contraposición, cuando de la mano de la cultura y el patrimonio se habla de procesos de revitalización y/o de recualificación urbana, no solo se trata de un juego o un intercambio de palabras, sino sobre todo de pensar dichas propuestas ya no como meros modelos que se producen bajo la visión naturalizada en torno de una potente geografía imaginada ligada a la desterritorialización a-espacial (MASSEY, 2008). En la perspectiva de la desterritorialización y globalización a-espacial, como señala Massey, “las multiplicidades esenciales de lo espacial son negadas”, del mismo modo que las trayectorias específicas se ven como obstructivas. De allí, que la idea asociada a las intervenciones culturales urbanas responden a ese sentido de “inevitabilidad” (op.cit.: 127) que implica un único camino posible que, como hemos mencionado, se imprime en las diferentes ciuda-

des de nuestro continente. Por contraste, postular que dichas acciones son procesos ya no desterritorializados o globales, sino atravesados por la transnacionalidad, en tanto condición compleja de producción transversalizada por las trayectorias y especificidades locales, que aunque constituida más allá de las fronteras nacionales, en torno de similitudes, sin quiebres, al mismo tiempo tiene fronteras, lleva a pensar que se producen entre diferencias, avances y retrocesos, y sobre todo entre relaciones de poder que contribuyen en procesos de desigualación. Si bien, en una primera instancia, tal como señala Smith (2006: 67-68, n/traducción) parece una cuestión de escala, la problemática asociada a las “estrategias de “regeneración” [constituidas] a través de las fronteras nacionales... inauguran estrategias de gentrificación transnacional...”. Proyectos que ya no tienen, aparentemente, un origen nacional, no obstante ello, fenómenos producidos en la transnacionalidad y contextualizados en la situacionalidad de lo local.

Desde el sentido global y a-espacial de estas propuestas (en el sentido dado por Massey que no se traduce en el fin del espacio, sino en pensar en un espacio que disuelve las fronteras, que se abre al infinito), la requalificación cultural aparenta ser un modelo homogéneo, único, extensible más allá de las fronteras, las temporalidades, los actores e intereses comprometidos. Una perspectiva que no solo omite las diferentes formas de requalificar en base a los múltiples contextos localizados, sino que autoriza la repetición, no solo en términos de la planificación urbana, sino incluso en relación a la producción académica que, más allá de matices, suele concluir genéricamente en que se trata de una tipología propia de la contemporaneidad y fundada en la “globalización desde arriba” (LINS RIBEIRO, 2009; SEGATO, 1997).

Las iniciativas ligadas a la requalificación requieren de elementos y/o manifestaciones “amplias y universales de la cultura” (BAUTES, 2010: 159) estrechamente asociados a las nuevas dimensiones culturales del desarrollo. En este sentido, tomamos prestada la visión de Daniel Mato con la que define el Programa de Cultura y Desarrollo, mediante el cual la Interamerican Foundation y la Smithsonian organizaron un Festival Folklife en 1994, para dar cuenta de que las iniciativas de requalificación urbana constituyen una forma específica dentro del

complejo transnacional vinculado a la producción cultural. Parafraseando al autor, las acciones de requalificación trascienden la dinámica global suprahumana, colocando en escena ideas, interpretaciones y representaciones que desde la cultura operan sobre la ciudad, producidas en “procesos sociales transnacionales”, es decir entre actores que podríamos calificar como “transnacionales” y actores que especulamos se constituyen en el ámbito de lo “local”. Desde esta perspectiva, es posible decir que los procesos de requalificación cultural urbana son la traducción selectiva de una agenda pública transnacional en la que contribuyen no solo organismos como Unesco, agencias de cooperación internacional, Banco Mundial, entre otros, sino también ONGs y fundaciones que suelen constituirse como “locales” (pertenecientes a ciertos países), no obstante, trascendiendo dichas localizaciones cuando sus iniciativas y financiamientos llegan a otros lugares y a articularse con actores de esos otros territorios. Dicha agenda se completa con la participación de los gobiernos nacionales, pero sobre todo de los gobiernos de las ciudades. Estos no imponen la agenda tal como se decide en las altas esferas de los organismos transnacionales. Cuando bajan a sus territorios no solo filtran y seleccionan aspectos de la misma, sino que desarrollan sus iniciativas luego de arduos procesos de negociación con otros actores, como puede ser el campo de lo privado e incluso los sectores sociales involucrados con los territorios – desde asociaciones vecinales hasta grupos y sujetos locales (ARANTES, s/d).

Como hemos señalado los procesos de requalificación cultural urbana son un componente ineludible de los caminos que ha tomado el desarrollo cultural en las ciudades. En este sentido, es de destacar que esa agenda transnacional organizada en base a convergencias negociadas, también en disensos, obtiene valor toda vez en que se renegocia en el ámbito de lo local, arena en la que confluyen también consultorías y orientaciones que provienen de ciudades reconocidas como paradigmáticas –por ejemplo en el caso de América Latina, los representantes de Barcelona han sido figuras que desde el ámbito transnacional-local han jugado un papel crucial en la definición de principios para las experiencias requalificadoras en Buenos Aires, Río de Janeiro, San Pablo, entre otras-. Es decir, que la agenda pública transnacional que tiende a

unificar los procesos, es nuevamente rearticulada una vez que los gobiernos locales recrean el espacio de negociación con referentes territoriales del ámbito transnacional-local, pero también con instituciones y organismos que juegan entre los dos niveles, con el ámbito privado y con los grupos y sujetos locales ligados a los territorios de la ciudad en cuestión. Es allí en que se negocian las formas de implementación de estos procesos, así como las maneras de representar la cultura, el patrimonio, el desarrollo. Es por ese camino en que, retomando a Lins Ribeiro (1997:17), aquellos componentes obtienen eficacia discursiva, material y simbólica: la recualificación cultural urbana se observa como una promesa ligada al desarrollo en tanto “ideología y utopía”, operando “como una verdadera matriz que cimenta sociedades y culturas...”, además de ciudades conformadas allende los países, culturas y urbes construidas como prototípicas. Nuestras ciudades y los espacios escogidos para su recualificación pasan a componerse en torno de “racionalidades y objetivos políticos y económicos de Occidente” (DAHL; HJORT 1984, apud LINS RIBEIRO, op.cit.), y en ese sentido, promoviéndose como “espacios de utopía y esperanza” (parafraseando el título del capítulo 8 y el del libro de David Harvey (2004).

La condición de transnacionalidad que atribuimos a los procesos de recualificación cultural urbana no solo se define en la agenda y entre los actores involucrados, sino también con una mirada focalizada en una ciudad-modelo. Así como Bénit et.al (2007) plantean que Los Angeles se ha constituido en el prototipo de la “ciudad fragmentada” producto en América Latina de cambios en la espacialización de la pobreza, condición para pensar en cierta “involución urbana” en las ciudades de nuestra región –los autores refieren como ejemplo paradigmático de ello a la ciudad de San Pablo, preguntándose si la “losangelización” de las ciudades implican la “losangelización” de los ciudadanos-; resulta evidente, a través de la bibliografía específica, pero también de la conformación de la agenda, que Barcelona es la ciudad-modelo en relación a los procesos de recualificación llevados a cabo en nuestras ciudades. La relación entre la fragmentación y la recualificación, hemos dicho al comienzo, que resulta inevitable, en tanto constituyen procesos ligados al “aumento de la pobreza

intra-urbana”, pero también a la “descalificación de ciertos barrios próximos al centro” (BÉNIT et. al op.cit: 18), situación que en pos de su reversión tiende a la revalorización de los mismos mediante el *tandem* cultura y desarrollo. Resulta interesante que mientras Barcelona es el espejo transnacional desde donde las ciudades latinoamericanas han decidido mirarse, es Puerto Madero en Buenos Aires, el proceso de recualificación a regionalizar en tanto referente transnacionalizado. Barcelona desde el mundo occidental desarrollado ha creado el referente y modelo de la utopía recualificadora, aquel que Borja y Muxi (2003: 48) ha vinculado a su noción de agorafobia urbana, referencia que desde el sur del continente –nos referimos a Puerto Madero- aparece como el espejo retrovisor para las urbes latinoamericanas.

En la concepción intervencionista, además de omitir la dimensión procesual, la recualificación se despolitiza. La negación de la dimensión política de estas propuestas, fortalece la visión natural/naturalista de estos procesos. Desde esta perspectiva, es que la recualificación/regeneración ingresa homogéneamente en diferentes ciudades, a distancia de los contextos políticos nacionales y desencuadrada de los procesos históricos locales –de allí que Caracas, La Habana o Bucarest renueven sus centros históricos, en apariencia, desajustadamente de sus sistemas políticos concebidos, en diferentes grados, en discusión con el capitalismo neoliberal y occidental-.

La recualificación cultural o la regeneración urbana visto como “proceso natural” se arraiga en el “capital de expresividad urbana” (CRUCES VILLALOBOS, 2004) con que cuenta toda ciudad. Dicho capital que fue invisibilizado en la constitución de la ciudad moderna, resulta visibilizado en esta nueva conformación de las ciudades, sin embargo, bajo la idea naturalista, como si ese capital, además de desproblematizado, fuera algo dado, potencialmente emergente en su a-politicidad. En este sentido, esa expresividad reflejada desde la revitalización cultural y/o del patrimonio, retoma la perspectiva no política con que estos recursos fueron constituidos desde sus orígenes: tanto la cultura en su concepción evolutiva y/o particularista, como el patrimonio disociado de la idea de construcción social y política, son insumos que en estas perspectivas fortalecen la visión naturalista. Como lo ma-

nifiesta Jerome Monnet (1996) el patrimonio se ha constituido como un campo despolitizado desde el cual se ha promovido cierta desresponsabilidad de los agentes institucionales, sin embargo, ocultando desde allí, que efectivamente es un instrumento de gestión política y poder público. Esta visión que ha prevalecido en la conformación del patrimonio, ha llevado a observarlo como algo que está ahí para ser tomado y puesto en escena – del mismo modo en que lo cultural en general puede ser reproducido en ese sentido - y es en esa óptica en que se replica en el nuevo contexto de procesos de renovación urbana. La naturalización de la expresividad urbana no implica, sin embargo, la ausencia de jerarquizaciones: algunas ciudades, algunos centros históricos, algunos barrios peri-centrales acaban siendo “naturalmente” más proclives a su existencia y más propicios a la instrumentalización de la requalificación cultural. Aún desde la naturalización de estos procesos, es posible inferir que el “pensamiento único” con que muchos especialistas los han analizado, o con que los agentes institucionales los han puesto en práctica, es cuestionado en su homogeneidad y en su firme propósito de transversalizar horizontalmente las diversas ciudades y espacios locales. La naturalización, así como la despolitización, nos obliga a revisitar “la soportable/insoponible levedad de lo urbano” que subyace a dichos procesos². La idea de la levedad nos parece crucial para entender esa idea natural y despolitizada sobre la cual venimos hablando.

Aunque los detonadores/detonantes urbanos sugerentemente continúan siendo “cuerpos pesados” asociados a edificios monumentales y globales, como el ya famoso Museo Guggenheim de Bilbao, cuya concesión también quiso tener Río de Janeiro, o la Ciudad de las Artes y las Ciencias en Valencia, ambos ejemplos situados en España, al mismo tiempo, la retórica asumida en la práctica institucional bajo la premisa asociada a “crear un ambiente/atmósfera” que permita reparar, sanear, purificar la territorialidad del conflicto urbano, toma cuerpo y peso, no obstante, en la adherencia a monumentos, artefactos culturales, objetos y bienes, infraestructura y equipamientos culturales diversos. Tamaso retomando a De Certeau (1996: 195-196, apud TAMASO, 2006) nos habla del sentido restauracionista que impera en las iniciativas asociadas a la requalificación. Son los “objetos”

o “cosas” en el sentido objetivista de la cultura o en la visión patrimonialista de lo tangible, y sobre todo su implantación como su restauración, componentes de relevancia en la imposición de nuevos valores, en el pasaje hacia otros sistemas de prácticas y hacia el cambio de redes e interacciones de practicantes. Esta visión produce efectos cruciales para los sujetos y grupos, pues “la restauración de los objetos viene acompañada de una desapropiación de los sujetos”, en suma, la requalificación dice más de los “objetos restaurados” que de los “beneficiarios de la restauración”. La rehabilitación de docks portuarios deteriorados hasta la década de los '90, así como el denominado “Puente de Calatrava” o “Puente de la Mujer” construido en Puerto Madero, constituyen esos “artefactos pesados” que, retomando estilos, estéticas y réplicas de la transnacionalidad, sirven a la revalorización del lugar.

Los denominados por Lins Ribeiro (1997) “mega rituales globales” suelen constituirse como un recurso adicional a la atribución de valor. Los eventos de gran escala, aunque en su levedad y volatilidad, han contribuido o se espera que contribuyan en los procesos analizados. El mundial de fútbol o los juegos olímpicos que se desarrollarán en Río de Janeiro pueden, no solo generar un espacio temporal delimitado por rituales de apertura y cierre además de crear “comunidades” interpeladas por el acontecimiento transnacional, sino también –como sucedió en Barcelona- dejar “rastros” materiales que contribuyan en las transformaciones espaciales y desde allí en cambios socio-económicos. Los “mega rituales” transnacionales –eventos de rock, mundiales de fútbol, mega exposiciones de esculturas (como aquella de vacas replicadas en espacios públicos de Barcelona, Quito, Buenos Aires, entre otras ciudades)- constituyen componentes cruciales en la operativización de “políticas económicas culturales” (KONG 2000, apud BAUTES, 2010: 159) tendientes a la refuncionalización de flujos e inversiones económicas, la promoción de lugares y la creación de marcas e imágenes que posicionen a la ciudad en cuestión en el espacio de las redes urbanas y de las alianzas entre actores del campo transnacional.

En épocas de “Bicentenarios” en América Latina, algunos de éstos apelan a los cánones de estos mega-eventos transnacionalizados. Con mayor o menor éxito, la realización del Bicentenario en el

centro histórico de la Ciudad de Quito en 2009, en la Avda. 9 de Julio (centro de la ciudad) de Buenos Aires en 2010 y el que se desarrollará en ciudad de México en setiembre de este año, constituyen acontecimientos ligados a la cultura y el patrimonio como recurso e imprimen transformaciones socio-espaciales. Desde espectáculos vinculados a shows musicales, de danza, apertura de centros culturales como ha sucedido en Quito, hasta la construcción de un “Paseo del Bicentenario” a lo largo de la 9 de Julio en Buenos Aires, donde se entrelazaron desfiles tradicionales con un desfile artístico a través del cual se reconstruyeron los hitos de la historia nacional, representaciones de las provincias con espectáculos musicales/shows de luz y sonido, recreaciones de fiestas populares, degustación de comidas regionales; los espacios fueron objeto de políticas públicas y prácticas sociales vinculadas a la creación cultural. Fundada en interacciones entre “situaciones eventuales” que, en su especificidad, recrea elementos y representaciones legitimados en la agenda y campo de lo transnacional, rituales de pasaje y relaciones y prácticas del ámbito de lo cotidiano resaltadas en el ámbito de lo extra-cotidiano. Por un lado, resulta interesante que estos mega-eventos producen un efecto conmemorativo que reúne a diferentes grupos sociales en el marco de “sentimientos y compañerismos” (LINS RIBEIRO, 1997: 22) afines en la idea de bicentenario latinoamericano. Por el otro, que este tipo de acontecimientos hacen de la ciudad un dispositivo cultural –tal como señala Agier quien discute con la idea de la ciudad como productora de cultura desde sí misma (1999: 150).

Estos mega-eventos y mega-rituales de carácter transnacional en muchos de sus aspectos – incluso regionalizados en el contexto de las ciudades latinoamericanas, de modo tal que con frecuencia lo que vemos como turistas en metrópolis cercanas (con recurrencia también en capitales europeas) o como residentes en nuestra propia urbe, tienen un “aire de familia” que nos vuelve más latinoamericanos, al menos en la coyuntura de ese momento-; devuelven a los espacios ese “clima” o “ambiente” necesarios a posibles recualificaciones posteriores. La “atmósfera cultural” resulta afín a la noción de “paisaje” recortado y constituido entre la (in)soportable pesadez y levedad de lo urbano. Pero las especificidades de dichos acontecimientos son

las que permiten observar que tanta familiaridad se relativiza en torno de los efectos finales: las conmemoraciones de México DF y la de Buenos Aires dan cuenta de esas diferencias, pues la primera dejará rastros del acontecimiento plasmados en señales asociados a obras públicas y monumentos por doquier, mientras el “Paseo del Bicentenario” de Buenos Aires, si bien recreó una territorialidad explícitamente “pesada” durante el evento, pocos días después de finalizado, mostró su “levedad” en el sentido efímero del mismo. Tanta “pesadez” como tanta “levedad” no producen necesariamente “paisaje cultural”, no obstante, es bien importante resaltar la relevancia dada a este tipo de eventos en determinados espacios de la ciudad y sobre todo visualizar las similitudes entre ellos.

La cultura y su rol en los procesos que estamos analizando, solo es entendible a través del discurso global y globalizado en el que la misma se ha vuelto un “potente motor de desarrollo” (CANCLINI, 2005), o bien un recurso, en palabras de Yúdice (2002), aparentemente material –en tanto utilitario en pos de beneficios económicos-, sin embargo, cada vez más, centrado en su concepción espiritual, la que coloca a la cultura trascendiendo a los individuos, como potencial instrumento de evolución hacia el progreso. Como fue planteado por George Yúdice (2002: 23, el resaltado es nuestro) “En lugar de centrarse en el **contenido de la cultura**... tal vez sea más conveniente abordar el tema de la cultura en nuestra época... considerándola como un **recurso**”. Esta nueva perspectiva asociada a la cultura, contribuyó, al menos aparentemente, en el desplazamiento de la “cultura como trascendencia”. La apelación del autor remite a la transformación de la cultura como un elemento fundamental respecto del desarrollo –crecimiento económico, atracción de inversiones, desarrollo urbano, etc.-, perspectiva que banaliza a la cultura pero que también la recrea como “transculturalidad”, situándola como “reserva de sentido” al mismo tiempo que como elemento residual (RIST, 2000: 134). En la visión de la “cultura como recurso” prima la concepción de ésta en su transversalidad, es decir, atravesando todos los aspectos de la vida social: perspectiva que ha contribuido a pensar la cultura ya no restringida a un campo delimitado, como el de las políticas culturales, sino ubicable en cualquier área de gobierno. Asimismo, centrada en la estructura

simbólica que subyace a la misma y que permea la vida social y cotidiana de los sujetos, contribuye a su densificación, simbólica antes que material, y desde la misma a la emergencia de la creatividad social y la generación de atmósfera.

Este supuesto avance ligado a los usos de la cultura en la conformación urbana de las ciudades, contradictoriamente parece llevar hacia una nueva perspectiva –aunque no tan nueva, en tanto se asienta en la concepción antropológica de la cultura- en la que la misma parece tomar vida propia, imponerse por encima y más allá de los sujetos, yuxtaponiéndose a bienes y objetos sin mediar en ocasiones apropiación alguna por parte de aquellos y en ese sentido, “crear atmósfera”, derivando como hemos dicho, en la levitación de la cultura en tanto “espíritu” y “alma” de las “cosas”, en tanto campo autónomo respecto de los sujetos y grupos sociales. Como señala Bautes (2010: 359) la cultura en tanto recurso de la recualificación se traduce en “cultura sin autor”, a contramano de los propios fines perseguidos por esta concepción, o sea por “fuera de preocupaciones sociales” y reflejada en “políticas económicas culturales”. En este sentido, la cultura se convierte en un dispositivo material y simbólico que, adherido a monumentos, arte, patrimonio inmaterial, se torna “objeto de contemplación” y como señala De Certeau (1996) “sustrae a usuarios de lo que presenta a los observadores” (apud TAMASO, 2006: 4). Desde esta perspectiva, los procesos de recualificación son el producto de un “urbanismo escenográfico” (BORJA; MUXI, 2003) que hace de la ciudad una especie de museo patrimonialista o de galería de arte donde las obras u objetos seleccionados son iluminados una vez en que se extraen de “su lugar” y por ende, son desapropiados de los sujetos productores o bien de los sujetos y grupos que usan y se apropian de los mismos. Los elementos recualificadores se transforman en dicho proceso y salen del espacio/tiempo cotidiano hacia un espacio/tiempo extra-cotidiano.

Hace ya unos cuantos años, pero como no podía ser de otro modo, en la década de los '90, cuando estos procesos empezaron a tener presencia en América Latina, en la ciudad de San Pablo la Asociación Viva O Centro en alianza con el gobierno local, comenzó a promover la recualificación del centro histórico. Fue en torno de dicho contexto en que desde el poder público se planteaba: “neces-

tamos sacar nuestra carta de identidad, elegir algún símbolo que al mismo tiempo catalice **nuestro espíritu de paulistanidad**, el que no se traduce por la raza, color u origen, sino que es antes un **estado de espíritu**”, espíritu reflejado en el “ser paulista” como una forma de vivir, soñar, trabajar, luchar y morir por San Pablo. En esa propuesta subyacía un interés casi patriótico fundado en base al consenso en torno de una identidad esencial “leve” y al mismo tiempo lo suficientemente fuerte como para recrear la “comunidad imaginada” en tanto entidad abstracta y abstraída de la vida social. Pero sobre todo de la vida social y sus conflictos.

El objetivo de posicionar a Buenos Aires como “Capital Cultural de América Latina” (un propósito gubernamental y ligado al mercado que se promueve también desde fines de los '90), situación que coincidió y se complementó con la propuesta de declarar “Paisaje Cultural de la Humanidad” una amplia zona de la ciudad, procurando otorgarle “valor universal excepcional” que por sobre todas las cosas incluye el río, territorialidad física desde la que se intenta fortalecer el carácter “porteño” de la ciudad, pero también ciertos espacios recualificados o con intentos de renovación como Puerto Madero, La Boca, San Telmo, entre otros; resulta otro ejemplo paradigmático en el sentido planteado.

Tanto en Buenos Aires como en San Pablo, a las que podríamos agregar Río de Janeiro³ –por solo mencionar tres de las ciudades más paradigmáticas en torno de estos procesos-, la cultura aparece en un rol central y crucial de los procesos mencionados, a fin de “promover ciudad” a partir de singularidades, no obstante universalizables desde su carácter de transnacionalidad, que se suponen fortalecen una idea de cultura urbana más asociada a la de “estilo de vida” que como “asunto político” –parafraseando a Appadurai y Steinou (2001) quienes señalan este punto en relación a la problemática de la diversidad cultural-. Es de destacar que aunque los valores culturales urbanos que se promueven se construyen desde lo local, no obstante, atravesados por referencias globales; por otro lado, se trata de referencias culturales fuertemente enraizadas –también tipificadas en base a la legitimación de procesos de estereotipación-, fácilmente transnacionalizables –es obvio que la “Buenos Aires cultural” como

Río de Janeiro como “ciudad de samba” son reconocibles por otros latinoamericanos e incluso por otros “ciudadanos del mundo occidental”, en tanto representaciones dominantes y legítimas de cada ciudad en particular que se han expandido a lo largo de procesos históricos extensos-, pero sin duda cargadas de relativa y profunda especificidad.

Retomando lo dicho hasta aquí, podríamos plantearnos tres premisas básicas en la promoción de la recualificación transnacional: 1) la banalización con que se construye la cultura como recurso, por efecto de su supuesta ampliación que sobreviene de pensarla como un recurso que puede flexibilizarse y desparramarse más allá de distinciones sociales y culturales – desde este punto de vista, no solo habría ampliación sino también aparente inclusión; 2) la estrecha vinculación entre esa idea de cultura y la visión de la regeneración y renacimiento como parte de un estado de situación único que omite procesos y contextos de localización específicos –es muy probable que el modelo catalán solo sea aplicable con relativo éxito en el contexto de una ciudad como Barcelona. Cada ciudad es el resultado de procesos de conformación históricos localizados a partir de los cuales son entendibles valores, prácticas y comportamientos; 3) la puesta en juego de modelos en los que impera y circula la lógica de la rentabilidad económica camuflada mediante el protagonismo dado a la lógica de la rentabilidad cultural, en el presupuesto de que todo espacio condensa valor agregado y capital simbólico – solo hay que saber extraerlo -, por ende que cada y todo lugar de la ciudad puede usufructuar de esa rentabilidad – oscureciendo un registro segmentado de lugares más rentables y lugares menos rentables, o sea más o menos atractivos, más o menos distintivos.

Desde las premisas planteadas, resulta de interés profundizar en esta cuestión de la cultura como recurso de la recualificación, pues es en ese punto en que se entronizan una serie de paradojas: 1) la visión de la cultura como recurso se forja en una idea esencial y utilitaria de la cultura que en primera instancia relega la importancia de pensar la cultura como “lo cultural” (APPADURAI, 2001) o sea como diferencia situada por efecto de procesos específicos de localización y desigualmente constituida en relación a los mismos. Por ende, la cultura en estos términos desdiferencia (reproduce mode-

los aparentemente generalizables y necesarios por igual, negando su dimensión hegemónica); 2) En la visión de la cultura como antídoto de las patologías urbanas, opera la fuerte mirada acerca de que “todo espacio y todo sujeto y/o grupo social tiene/ posee cultura” (CANCLINI, 2005). El aparente desplazamiento del sentido de “trascendencia” que supo tener la cultura, que hemos puesto en duda mas arriba, y que se vio plasmado en determinados “nichos urbanos” de la ciudad moderna –zonas históricas resaltadas, áreas asociadas a las bellas artes- conduce hacia la concepción antropológica y subjetiva de la cultura, que en términos de UNESCO y otros organismos, se traduce en la palabra creatividad. Creatividad y expansión de la cultura más allá de las artes cultas y el patrimonio histórico, supone desarticulación de la cultura y la especialización y consagración instituida por efecto de políticas culturales selectivas, asimismo, supone igualación de producción, circulación y consumo del entramado de símbolos que intersectan la vida social. Se espera que la capacidad de imaginar e innovar surja del reconocimiento de la creatividad que todos podemos desarrollar, más allá de capacidades intelectuales y/o culturales especiales (todos somos potencialmente creativos y toda ciudad contiene recursos asociados a la creatividad) –la idea de creatividad se introduce como solucionador de problemas de todo orden-; 3) no obstante, en el camino hacia su utilización en procesos de recualificación urbana, la cultura comporta cierta ambigüedad: por un lado, se desparrama como atributo y atribución extendida en la estructuración de la vida social cotidiana –se subjetiva-, por el otro, adquiere su sentido de “trascendencia” toda vez en que se vuelve recurso de dichos procesos –en la transformación de un “lugar común” en un “lugar extraordinario y fuera de lo común” es necesario seleccionar y exaltar ciertos referentes simbólicos a partir de los cuales se establecen parámetros de definición del lugar y una matriz de inclusión-exclusión socio-cultural-. La cultura así recurre al patrimonio o el arte, los que mediante usos de la estética y la belleza, operan sobre la conformación de referentes excepcionales y de excelencia cultural –excepcionales porque pueden representar por exceso y condensación de signos-. La cultura se reinstitucionaliza objetivando y materializando manifestaciones de orden inmaterial. En este sen-

tido, su ambigüedad deviene de su nueva misión asociada a la atenuación y compensación de tensiones y conflictos de otro orden, sin embargo, atrapada necesariamente en su papel de excelencia y excepcionalidad (la cultura eleva y dignifica lo social); 4) La visión anterior remite ineludiblemente a la idea de “todos tienen cultura”, no obstante, como lo ha señalado G. Canclini (op.cit.), omite la pregunta acerca de quienes, donde y como pueden desarrollarla. La desdiferenciación cultural se desajusta y contradice en relación a la producción de “las culturas” frecuentemente estigmatizadas y construidas en la desigualdad social. En este aspecto, puede rastrearse la ambigüedad conflictiva en que la cultura hoy se vuelve un recurso de relevancia para los procesos de transformación urbana. La visión de la cultura como recurso y su ampliación a la idea de creatividad supone mayor igualdad y democratización e inclusión de los sujetos y grupos sociales en su diversidad. Pero la inclusión de los sujetos no garantiza su incorporación como sujetos históricos y productores de cultura. No obstante, participación no es igual a democratización e implementación de justicia distributiva: disfrutar de sus modos de vida y de sus manifestaciones culturales e incluso ser reconocidos a partir de ellos, no se traduce en la corrección de desigualdades sociales, económicas y políticas; hay expresiones de mayor o menor valor, hay culturas minusválidas; 6) La promoción de la diversidad cultural o la mixtura social en un “paisaje” –un lugar requalificado- a partir del cual “todos” pueden apropiarse de “lo cultural” y “todos” tienen cultura, supone que “todos” pueden ser integrados y merecedores de la ciudad, relegando, como señala Zukin (1996), que “la cultura es también un medio poderoso para controlar las ciudades”.

Los postulados planteados reintroducen el problema de las ambigüedades, contradicciones y tensiones contenidas en los nuevos procesos de renovación urbana donde la cultura opera como un recurso indiscutible. En cierta forma, y parafraseando a Susan Wright (1998), ¿cómo empezar a mirar esta utilización de la cultura en diversos campos de lo urbano por parte de tomadores de decisiones que proceden del campo de la política, y desde allí analizar los efectos sobre los diversos actores sociales involucrados, especialmente sobre los vistos como “no productores culturales”? ¿...”a

qué lógicas pertenecen las operaciones de requalificación...: a aquellas del juego electoralista, de los imperativos de la competitividad, de los principios de la sostenibilidad o del discurso global formulado por los organismos internacionales que intervienen sobre el lugar directa o indirectamente?

Como hemos venido analizando, en parte responden al discurso global y globalizado de la cultura y el desarrollo que, sin duda, en algunas ciudades han intervenido incluso con financiamientos –es el caso de Quito, por ejemplo, donde inicialmente el BID intervino con financiamiento y desde allí indujo a la creación de una empresa mixta (una alianza público-privada), así como la Junta de Andalucía que intervino con recursos para rehabilitación de viviendas en el mismo centro histórico; o bien el caso de La Habana que obtuvo recursos de la UNESCO-. Pero intentar explicar estas nuevas formas de operar sobre las ciudades solo desde ahí, implicaría frivolarlas. Según nuestro parecer, este interrogante se responde considerando que los procesos de requalificación/regeneración urbana se constituyen a partir de discursos y prácticas asociados a las políticas públicas que, sin embargo, se institucionalizan como materia prima global-trasnacional-local –se desarrollan localmente con influencias exógenas que, una vez materializados, también actúan irradiándose hacia fuera-. En este sentido, se trata de procesos políticos que exceden a un único partido político, porque como ha señalado Rebotier (2006: 22), en relación a la ciudad de Recife, “...la naturaleza de las políticas de requalificación de los centros es menos el producto de la ideología política de un partido o de una administración, que el resultado de un juego complejo de alianzas locales y de socios circunstanciales para el cual la complejidad de las elecciones no es de menor importancia”, sin embargo, como dice el autor, la política pública urbana precisa de horizontes temporales más largos. Sus conclusiones son bien importantes toda vez en que focaliza en el análisis del centro de Recife en relación no solo a la retórica que hoy prevalece en torno de la cultura como recurso, sino principalmente haciendo dialogar los procesos de requalificación con las políticas públicas urbanas –con el telón de fondo de la coyuntura electoral, pero al mismo tiempo reflexionando sobre las continuidades/discontinuidades vinculadas a los partidos gobernantes y en torno a las cuales

se debilitan y/o fortalecen dichos procesos o producen efectos negativos o no sobre los sectores empobrecidos, entre otras cuestiones-

Gentrificación, recualificación, regeneración: ¿Procesos para el consumo y/o la producción socio-cultural? ¿Procesos de adhesión y/o resistencia?

Los procesos sobre los cuales estamos colocando nuestra atención, entraron a escena en las ciudades denominadas del Primer Mundo –como Nueva York (EEUU) o Londres (Inglaterra)- bajo el nombre de la *gentrificación*. Entre la década de los '60 y la de los '70, comienza a producirse el “retorno a la ciudad”, particularmente a los centros que por ese entonces sufrían el deterioro y la crisis que afectaba en su conjunto a las ciudades por entero. Estas formas de reorganizar los espacios deben entenderse en un contexto de desindustrialización, según el cual, la mayoría de las ciudades perdieron la fuente de recursos necesaria a la reproducción de una parte de la sociedad –no debemos olvidar que la ciudad moderna, siguiendo a Donzelot (2004), se constituyó en base a una lógica del ascenso social producto, no solo de una forma de insertarse en un contexto de planificación funcionalista, sino también de ingresar en el mercado de trabajo propio de la industrialización-

Si bien no es interés de este texto realizar una genealogía de los términos, sino discutir con los componentes del proceso y sus desafíos y limitaciones mirados desde el conjunto de las ciudades latinoamericanas; por otro lado, resulta de interés volver por un momento, sobre la categorización que se impuso desde las “ciudades desarrolladas” en el mundo occidental. La palabra *gentrificación* supone ese movimiento, es decir la reconversión o recambio de población: zonas abandonadas y centrales transformadas y recuperadas para sectores sociales, especialmente clases medias “distinguidas”, gustosos de estas nuevas áreas “ennoblecidas” (como resultado de la expulsión de sectores populares). Dicho movimiento era y es (cuando se produce) la consecuencia de la generación de un “paisaje”, concepto clave, según Zukin (1996), para comprender la transformación espacial asociada a la *gentrificación*. La misma autora nos dirá que la construcción de paisajes en base a

estos procesos implica una “apropiación cultural dirigida” que en las ciudades modernas antiguas (las que poseen historia manifiesta, es decir patrimonio histórico) conduce a una redefinición del “significado social de un *lugar* específicamente histórico para un segmento del *mercado*”. El remapeamiento de las ciudades sería el resultado de la construcción de “espacios liminales” (entre lo público y lo privado, el mercado y el lugar), concretamente de “paisajes” a los cuales se llega con la cultura como recurso estratégico invaluable y en dos etapas según la misma especialista: en primer lugar, un grupo –que Zukin suele asociar al mercado- no nativo del lugar toma cuenta de la perspectiva del mismo y del carácter local, en segunda instancia, ese grupo convierte lo local en paisaje a partir de los procesos de apropiación espacial, en el que la cultura se transforma en un negocio, pues actúa a favor de nuevas inversiones económicas, al tiempo que en una estrategia de estetización y construcción de imagen.

En esta concepción de la *gentrificación* se materializan “paisajes” embellecidos a partir del denominado “urbanismo escenográfico”, una forma de reapropiación simbólica de lugares de la ciudad, sobre los cuales se interviene microquirúrgicamente, de acuerdo a esta perspectiva, a los fines de sobrecargarlos de plus simbólico y volverlos “lugares especiales” contorneados en base a contenidos culturales estrechamente relacionados con el entretenimiento y el placer –incluso la puesta en valor del patrimonio histórico, se supone que encuentra sentido desde esa lógica de uso-. Los procesos de *gentrificación* que los autores brasileiros tradujeron como de “*ennobrecimiento urbano*”, pero que con posterioridad también fueron llamados de recualificación cultural urbana ⁴ –sobre todo en nuestro medio se recurrió a esta denominación en sintonía con el modelo de Barcelona, el que fue impuesto con características similares en varios lugares de Buenos Aires, aunque especialmente en Puerto Madero-; responden a una estrategia de impostación de un estilo de vida antes que a una revitalización o rehabilitación –conceptos diferenciados en cuanto a su sentido- del espacio deteriorado e intervenido, desde las cuales se focalizaría la atención en el mejoramiento de las condiciones de vida de los sectores empobrecidos. Cuando el presidente de Viva O Centro en San Pablo se planteó el siguiente interrogante: “¿Estrategia de recualifica-

ción o Política Habitacional?” resolvió el dilema diciendo: “*Un programa exitoso de uso residencial del Centro será importante por su significado simbólico, no así como programa de atención a las agotadoras demandas por vivienda en la ciudad. ...en la perspectiva de la requalificación del área, se incentiva la función residencial...*”⁵. Evidentemente este actor proveniente del ámbito del mercado resalta la visión de estos procesos asociados al estilo de vida, constituido en base a la impostación de cultura, particularmente de patrimonio histórico cuando se trata de recentralizar centros históricos, sin embargo, en contextos de empobrecimiento y falta de políticas de vivienda de interés social.

Alineado con esta postura Proença Leite (2009) señala la relevancia de algunos aspectos característicos de estos procesos: 1) la necesaria incidencia de la espectacularización de la cultura; 2) la revalorización del patrimonio histórico; 3) ambos usados por prácticas asociadas al consumo cultural. A dichos rasgos, el autor agrega que el *ennoblecimiento* de determinadas zonas lleva a la “formación de socioespacialidades y a la construcción de un espacio público fragmentado...”. En base a esta visión quisiéramos resaltar, por un lado, la impostación/imposición de lo cultural, en la mayoría de las veces bajo la exaltación de un patrimonio histórico en su “versión autorizada del pasado”, que parece bajar y asentarse sobre un sitio más allá de procesos y sujetos históricos locales. Por el otro, la fuerza que adquiere esa “bajada-intervención cultural/patrimonial” que acaba reafirmando la perspectiva de estos fenómenos en base a “usos” y “consumo” y negando no solo la misma idea de procesos, sino incluso de producción y apropiaciones. Condensación de recursos que llevarían bajo esta lógica a la construcción de un mapa urbano pleno de fragmentos territoriales definidos por el diseño, en contraste con las “nuevas políticas de lugares” (DELGADO, 1998) que aunque son el resultado de aspiraciones del poder local afines a la conformación de los fragmentos –pues como señala el autor pretenden actuar sobre la “rehabilitación” o “redención del espacio” mediante la monumentalización de ciertos hitos de fuerte arraigo simbólico y la generación de identidad-, permiten pensar estos principios de organización de las ciudades contemporáneas en base a relatos constitutivos de lugares simbólicos, consecuencia de políticas territoriales

y de la identidad en las que el poder público y privado juegan un papel de trascendencia, aunque no son los únicos, en la eficacia de visibilizar “buenos y bellos espacios” y “buenos y bonitos vecinos” neutralizados por la imaginería cultural/patrimonial. Cabe destacar la relevancia que adquiere en esta redefinición de los lugares por vía de lo cultural, la imposición de la idea de belleza de acuerdo a cánones occidentalizados (AMENDOLA, 2000: 132-33) relacionados con cierta exigencia contemporánea de las ciudades: la impostación de la belleza como “un objeto de normalización positiva” o como “estética decretada” desde la cual se sanciona no solo la gama de colores con los cuales intervenir los lugares, sino sobre todo la elevación del espíritu del que ya hablamos en el tópico anterior, imaginando lugares sin conflicto y accesibles para todos, independientemente de los recursos materiales con que se cuente. Resulta de interés la apreciación que en el mismo sentido realiza Smith (op. cit.: 67) cuando señala que estas formas de ocupar el espacio son también intentos de “desestigmatización” de “zonas rojas” –“marcada en rojo” en los mapas de la ciudad por infringir moralidades legítimas-. Es decir, que la requalificación cultural contribuye a recrear parámetros y valores necesarios al sentido urbano de las ciudades –toda sociedad suele tener un sentido de la belleza desde el cual se valoran objetos y sujetos y se imprime, no solo una estética, sino también una valoración ética-. La agregación de elementos como la estética y el color, se suman en la reproducción higienista de las ciudades que no hace otra cosa que procurar retomar el paraíso perdido de la ciudad moderna en la que el higienismo fue un componente crucial a la hora de reparar las patologías urbanas. La idea de higienización física y social recientemente ha llevado a la introducción de un nuevo término para definir los procesos que venimos analizando: el de regeneración urbana, una categoría connotada por los significados biologicistas y biomédicos instalados en la modernidad urbana y retomados en la contemporaneidad.

Esta visión centra la lógica de estos procesos en el capital y el mercado, circunscribiendo las identidades socio-espaciales que de los mismos se derivan, en identidades que resultan “de aquello que consumimos” (ZUKIN, 1996). La autora (1996: 26) agregaba a su postura que “la resistencia a las

múltiples perspectivas del paisaje pos-moderno puede ser verdaderamente demostrada por aquellos que no participan de los modos dominantes del consumo visual. Mas quien hoy posee una mirada tan desocializada? Los sin techo, que no tienen lugar en el mercado; aquellos que permanecen en el lugar a despecho de las fuerzas del mercado (por razones sentimentales o de historia, barreras de clase o raza)...”. La autora desecha la posibilidad de pensar en “identidades de resistencia” partiendo de que dichos “espacios totalmente programados” (O’CONNOR; WYNNE, op.cit) por el capital, son el resultado de “identidades de consumo” que acabarían con aquellos sectores desplazados de la apropiación cultural.

La cuestión de la imposición y control homogeneizante que la cultura/patrimonio contribuirían a crear en cada uno de estos lugares especiales, asunto que obligaría a pensar en la reproducción de sitios copiados a imagen y semejanza unos de otros, ha llevado genéricamente a pensar como Zukin, que estos procesos no generan resistencias, por ende, que no dan lugar a posibles transformaciones y puesta en juego de conflictos en discusión con la imagen legitimada. O bien, en la perspectiva de Proenca Leite, aún en la idea del consumo, los usos asociados a los “paisajes de poder” (ZUKIN apud LEITE), podrían contrarrestarse con la generación de “contra-usos” (LEITE, 2007, apud, LEITE, 2009). Más allá de la visión “paisajista” o territorial desde la cual se construye esta idea, la misma relega dos cuestiones a nuestro entender de importancia: por un lado, los procesos de producción y circulación de bienes y recursos materiales y simbólicos que involucrarían a todos los sujetos y grupos implicados en algún punto con la recualificación, asunto que al recargar las tintas sobre el consumo, deja a los sujetos en actitud de pasividad, pero particularmente a ciertos sectores sociales en relación a la “no producción”, en este caso, cultural; por el otro, la inclusión de los “contra-usos” o “contra-paisajes”. Esta cuestión lleva a otros tres aspectos cruciales: 1) la discusión con el “paisaje recualificado” se daría solo en términos de dicotomía espacial, o sea en confrontación de opuestos, reforzando la idea de fragmentación del espacio y calificando entonces entre espacios legítimos y espacios deslegitimados, aunque usados por contraposición con aquellos; 2) la visión asociada a los usos, desestima la idea de apropiaciones del espacio

público urbano, perspectiva que no solo avanza sobre la simple idea de uso –y consideremos que los usos no implicarían de por sí resistencia, entre otras cuestiones-, sino que integraría la concepción ligada a la dimensión política que todo espacio requiere en su constitución social –y cuando hablamos de lo político en este caso, estamos abarcando a los sujetos y grupos sociales que residen, transitan, producen, consumen, en los lugares “extraordinarios” por efecto de la recualificación-; 3) finalmente, aunque permitiría asumir la idea de resistencia por oposición, la construcción de la misma se daría por la vía de los opuestos, sin estimar tensiones y disputas que además de llevar a repensar la misma idea del “contra-uso” –como idea polarizada confrontativa de la de “uso”-, permitiría observar problemáticamente los procesos conflictivos consecuencia de consensos, negociaciones y disputas que todo proceso de este tipo produce. En la visión de los “contra-paisajes” se pierden los sujetos, en la de los “contra-usos” se diluyen las apropiaciones conflictivas de dichos sujetos sobre los mismos “paisajes”.

Está claro, según lo comentado, que estos procesos no responden a una “lógica unilineal y unidireccional del capital, donde hasta la autonomía relativa del capital cultural cede a los imperativos del mercado global” (O’CONNOR ; WYNNE 1997: 204). No sólo las “nuevas centralidades” pueden ser el “centro de convergencia de un amplio conjunto de renegociaciones...” (O’CONNOR; WYNNE, id.ibid.) asociados a las identidades de consumo, así como a las identidades del lugar, sino también espacios que aunque renovados, acaban siendo disputados en su sentido recualificado.

Desde esta última perspectiva, resulta de interés el análisis desarrollado por Boutes (op.cit.) acerca de la recualificación del centro histórico de Río de Janeiro, a la que se vincularon una serie de iniciativas artísticas y patrimoniales vinculadas a la Favela del Morro de Providencia. Re-funcionalizar un lugar de la pobreza en pos de redefinir estratégicamente la miseria “como problema paisajístico (o ambiental)” (VAINER, 2000: 82), habla de una especificidad de este tipo de procesos, al mismo tiempo que de la otra cara de los mismos que opera en algunas ciudades donde los pobres y el territorio donde residen o circulan, debe ser integrado a la recualificación. No obstante, este proceso aplicado en la favela o asentamiento popular no hace mas que

reproducir una lógica universal donde la cultura es omnipresente en su valorización, a fin de particularizar su existencia, pero “definida como “...viviencia en un territorio homogéneo, de “iguales”...” (BAUTES op.cit.: 161). Como señala el autor, la “estetización de la marginalidad”, se convierte en un “recurso potencial de valorización territorial” (op.cit.: 165), que aunque no siempre participa de manera uniforme, en ocasiones como la estudiada por Bautes, resulta “funcional” a los procesos descritos. A diferencia del planteo que el autor realiza, desde nuestra perspectiva, consideramos que la “estética decretada” (AMENDOLA, 2000) por la requalificación no solo se constituye en un mecanismo de control de las políticas públicas, además del mercado, sino también de los espacios y grupos sociales, en primera instancia, excluidos de dichos procesos. La aparente democratización que observa Carré Jeudy (2000, apud BAUTES, op.cit.) en relación a la patrimonialización de los territorios y sectores populares, o la supuesta resistencia que Bautes atribuye a estas situaciones en la que movimientos de artistas y activistas culturales implantan colores, arte y patrimonio en la favela; pensamos que acaba en un fortalecimiento de la requalificación, en una profundización de la vulnerabilidad social de los sujetos y grupos involucrados, en consecuencia en procesos de negociación funcionales a la renovación y valorización de espacios urbanos escogidos por el poder público y privado. No solo la estetización y requalificación generalizada homogeneiza espacios y se transnacionaliza atravesando fronteras de las diferentes ciudades, sino que incluso, como hemos analizado en otro texto (LACARRIEU, 2008), requiere de los sectores menos afines a la misma, para que ésta sea posible. Con este planteo discutimos con la visión unilineal de la *gentrificación* (la del recambio poblacional), si bien aceptamos que puede haber procesos de contestación por parte de quienes son expulsados. Y es probable que sea en estos procesos de resistencia, contestación y disputa en que la requalificación encuentre fisuras, en consecuencia, que podamos relativizar la transnacionalización de la misma. La persistencia de la favela en las proximidades de la requalificación del centro histórico de Recife, no obstante, sin estetización, la visibilización e iluminación estética de la favela y los favelados en Río de Janeiro, o los procesos tensos de negociación

y disputa que operan en forma simultánea o discontinua en el centro histórico de San Telmo, en el centro histórico de Quito o en la Rambla del Raval en Barcelona⁶, constituyen ejemplos en ese sentido. Desde esta óptica, es posible pensar que las limitaciones y desventajas de la requalificación cultural, pueden transmutar en desafíos y ventajas: la funcionalidad de las negociaciones que desarrollan los indios de Quito, los afrodescendientes de San Telmo o los bolivianos participando de la “Gran Vía” de Avenida de Mayo en Buenos Aires⁷, puede convertirse en disfuncionalidad –desde quienes planifican la requalificación- o bien en disputas por el territorio y el reconocimiento socio-cultural.

La requalificación cultural entre la visibilidad/invisibilidad de “producciones/(no)productores culturales”

Según algunos autores, estos fenómenos deberían ser comprendidos en su sentido “clasista” (SMITH, 2006) o como ha señalado Wacquant (2008) habría que repensar la *gentrificación* “relocalizándola” a partir del “nexo de clase [que] forma el verdadero corazón del fenómeno” (Glass retomado por el autor). En la perspectiva del primer autor, la renovación urbana es de dimensión clasista, en la del segundo, el problema está en la pérdida observacional del analista social que ha dejado de mirar “los barrios tradicionalmente de clase trabajadora” diseccionados por Topalov y puesto el énfasis y las “interrogaciones dentro de la etnicidad y segregación por un lado, y pobreza urbana...por el otro”. Aunque acordamos con este autor en que una vasta proporción de la bibliografía sobre los procesos de requalificación cultural “reproducen para esos distritos la tendencia general de políticas públicas de *invisibilizar al pobre urbano*, ya sea dispersándolos (a través de la demolición y desconcentración del alojamiento público) o conteniéndolos en espacios reservados (distritos estigmatizados de perdición...)”; el problema no solo se asienta en que dichos estudios, como remarca Wacquant, “dejan afuera el rol crucial del Estado”, sino en que lo que están dejando afuera, además, es la producción funcional de grupos sociales requalificados y las tensiones conflictivas que hacen de estos procesos, fenómenos inestables, ambiguos, inciertos y en muchos casos

no acabados en su completud –tal como hemos planteado más arriba-. Es cierto que en línea con los modelos que vinculan la cultura al desarrollo y la revalorización del patrimonio, la clase y la ocupación son criterios de definición social que han sido desvalorizados, al mismo tiempo en que la diversidad cultural viene siendo valorizada –de hecho en el contexto de estos procesos se procura atender a la mixtura social como una forma de reparar la segregación socio-espacial, cuestión que obviamente acaba produciendo integración segregatoria y asimilacionista –. La mayoría de los expertos en el tema, colocan el éxito de la revalorización en términos de clases medias acomodadas que eligen residir en estos espacios por vía de la distinción simbólica que les es inherente (DONZELOT, 2004), o bien en la “integración simbólica” de los sectores populares mediante revalorizaciones culturales que operan sobre la conversión de los excluidos en “otros” culturales –como señala Segato (2006), “procesos de otrificación” en acuerdo con la renovación espacial-. Pocos autores refieren a los procesos contradictorios entre negociaciones y tensiones que, no solo permiten construir “contra-paisajes”, sino incluso situaciones de disputa en las que clase y diversidad cultural se integran complejamente dando espacio a la visibilización de la diferencia, pero también de las desigualdades socio-económicas.

Los usos y apropiaciones de la cultura en pos de los procesos de revalorización urbana suelen constituirse contradictoriamente entre la invisibilización de sujetos y producciones culturales –contribuyendo a su negación- preexistentemente constituidos en el estigma y la visibilización de otros que con sus producciones culturales pueden ser potencialmente asimilables al sentido de cultura en la perspectiva de “realidad transcultural”. Como Bernard ha señalado es entre lo visible y lo invisible que la segregación puede ser comprendida en su reflexión antropológica. En este sentido, las políticas de visibilización/invisibilización no sólo son elaboradas e impostadas desde los espacios de poder material y simbólico que operan en la institución de las revalorizaciones, sino también desde sujetos y grupos sociales que en diálogo conflictivo con dichos procesos, son asimilados, negocian y/o disputan un lugar en las estrategias de penetración de ciertos espacios de la mano de la cultura.

La asimilación de sujetos y producciones culturales afines a los procesos de revalorización urbana es funcional a la reaparición de la diversidad cultural como “activo global” (MARGLIN, 1990). Así, la gestión de la alteridad se constituye, desde la institucionalización de ciertas culturas negociadas a través de la producción de imagen. Aunque parezca inconveniente plantearlo de ese modo, la visibilización de ciertos grupos y de sus expresiones culturales deviene de cierta domesticación de la diferencia, en consecuencia de la institucionalización de una diversidad estereotipada. Es desde esta perspectiva en que frecuentemente discriminados por su condición socio-económica o por sus marcas fenotípicas, estos grupos suelen ser convertidos, al menos coyunturalmente, en “sujetos autorizados” a su exposición en la escena pública revalorizada. Sin embargo, estos procesos de visibilización son el resultado de procesos elaborados en base a índices de tolerancia desde los cuales se gestionan y negocian los usos y apropiaciones de los espacios, por fuera de los márgenes y por dentro de los nichos centrales de la revalorización. Visibilización que adquiere diferentes matices según el espacio en que se produce y según la necesidad funcional de exaltación de determinados grupos y no de otros.

La rentabilidad cultural que se instituyó mediante cierta revalorización de un patrimonio material desvalorizado en Puerto Madero, opera como disparador de la rentabilidad económica y ocluye el lugar del valor agregado simbólico. La supuesta “democratización” atribuida a la recuperación del espacio público y el “roce” entre extraños se ve restringida por efecto de ciertas intervenciones culturales: la patrimonialización de los *dockes* deteriorados, el arte público (modelo global que se localiza). La rentabilidad cultural queda subsumida por intereses clasistas. Es un espacio que condensa referentes simbólicos, insumos a partir de los cuales se aspira a proyectar institucionalmente la ciudad (el puente de la Mujer, el tango, las vacas globales en contexto de arte público). En contrapunto a ello, el acontecimiento dramático vinculado a un piquetero⁸ apropiado de una pequeña zona de Puerto Madero –espacio no *gentrificable* en el sentido clásico del término, en tanto no residían pobladores “nativos”, pero sí revalorizable en perspectiva cultural/patrimonial-

pone en escena la tensión entre el ideario asociado al “todos tienen cultura” y la pregunta que desvela a G.Canclini acerca de “¿Quiénes pueden desarrollarla?”. Cuando las diferencias no logran ser exotizadas dejan de ser un recurso. En la medida en que la diversidad cultural –valor inherente a la cultura como recurso– trasciende el espacio de representación o de exposición instalándose en el espacio de co-presencia ligado a la socialización y el encuentro/desencuentro con el “otro” (AMENDOLA, 2000: 278), “...la cultura [deviene] también en un lugar de conflicto explícito de las diferencias sociales y los miedos urbanos” (ZUKIN, 1996). El piquetero, en este sentido, no solo no es merecedor del espacio público ni de la cultura en tanto recurso, sino que tampoco podría ubicarse entre el menú de posibles sujetos diferentes que podrían desarrollar la cultura en tanto marcada por una diferencia cultural “permitida”. El piquetero convoca a una mirada provocadora de la diferencia: no a la colorida diversidad exotizada, sino a la deslucida diferencia de la pobreza. Su visibilidad extrema un posible “índice de tolerancia” respecto de lo potencialmente tolerable o no (BERNAND, 1994). Los piqueteros en cuestión, son advertidos cuando más se distinguen del patrimonio cultural “inglés” expresado en las construcciones reconstruidas, situación que los condena aún más en su segregacionismo. Muy por el contrario si estos piqueteros, como otros actores de la ciudad que se recrean en la diferencia cultural “permitida”, pudieran estar pero pasar inadvertidos, no solo serían tolerados en su pintoresquismo cultural, sino que se constituirían como sujetos de la requalificación cultural. Desde esta perspectiva, no hay necesidad de evitamiento, y es más, si la diversidad cultural contribuye, al menos coyunturalmente, a “vestirse” de diversos comercializables, es posible hasta socializar en la efimeridad de un tiempo breve asociado al ritual, la fiesta o la comida típica.

El ejemplo que hemos tomado expone las contradicciones que los procesos de requalificación cultural urbana ponen en marcha. La cultura como recurso aparentemente indemne a los conflictos sociales y urbanos, acaba produciendo procesos en los que la violencia simbólica es objeto de relevancia. Bourdieu nos ha enseñado que la violencia simbólica es como la violencia física y/o material,

sólo que actúa en un sentido más cínico y perverso, pues finalmente es una violencia oculta, escondida, disimulada y simulada, pretendidamente invisibilizada, no obstante legitimada en y legitimadora de discursos y prácticas que deciden sobre el futuro de sujetos y grupos sociales en base al desconocimiento. Lo desconocido es aquello que se esconde, sin embargo, de indiscutible eficacia, tanto material como simbólica, y de alto valor simbólico por su condición de arbitrariedad propia de uno o diferentes grupos de poder, altamente selectivos en relación a que contenidos simbólicos imponer (comportamientos, valores, creencias), instrumentalmente utilizados mediante la puesta en marcha de ciertos procedimientos institucionales e institucionalizados (TERRAY, 2005). La Buenos Aires de hoy, en sintonía con otros modelos urbanos idealizados, apela a la belleza como procedimiento adecuado para ejercer la violencia simbólica desde la cual se excluye y se incluye, se integra y se segrega, se ejerce control y poder, finalmente se legitima una forma de “merecer la ciudad”, así como los sujetos que de ahí en más serán “merecedores de la ciudad”.

El planteo de Terray (2005: 331) da cuenta de “las diversas variedades de violencia que se desbordan la una sobre la otra, pasan la una a la otra y acumulan sus efectos...” en procesos de continuidad y discontinuidad que obligan a pensar que los ejercicios de la violencia urbana van más allá no sólo de los problemas de inseguridad o delincuencia, traspasando los momentos críticos de la dictadura militar (en nuestra ciudad) y produciendo efectos materiales y simbólicos intimidatorios. No por ello, como señala el autor, imposibles de ser “contestados” en su propia esencia, cuando se descubre el rostro del enmascaramiento que comportan dichas violencias.

A modo de conclusión

Las ciudades de América Latina, aún en sus especificidades vinculadas a procesos de conformación metropolitanos así como a procesos históricos nacionales, ofrecen desafíos y limitaciones ligados a fenómenos que trascienden y al mismo tiempo atraviesan las fronteras de los países. Podríamos especular que la fragmentación que se atribuye a las urbes contemporáneas, así como las interven-

ciones recualificadoras, son principios de estructuración urbanos y latinoamericanos. Como hemos dicho en otro texto, serían fenómenos que responden a situaciones y procesos regionales, no obstante, inescindibles de contextos urbanos globales. Desde esta perspectiva, y siguiendo los planteos provenientes del campo de las ciencias sociales y el urbanismo, estos aparentes “productos globales” materializados en la región, son fenómenos a-históricos, estáticos, homogéneos, nacidos desde el vacío –como si cada ciudad volviera a nacer-, aislados de conflictos y relaciones de poder, en suma despolitizados. En el caso de las recualificaciones culturales estrechamente asociados al cambio o impostación de un estilo de vida, antes que complementarios de soluciones a la crisis urbana y/o a las desigualdades sociales. Es esta mirada sobre dichos procesos, la que se concentra en la política pública sin política, en el mercado y eventualmente en sectores medios distinguidos, aparentemente nuevos residentes de estos lugares. De este modo, el campo de los expertos observa los desafíos en términos de ventajas, o bien las limitaciones en relación a los procesos de segregación socio-espacial que estos fenómenos generan. Escasamente se vislumbran las tensiones y disputas que colocan a estos procesos entre incertezas, ambigüedades y contradicciones. Es justamente desde este ángulo en que decidimos colocarnos.

Los procesos de recualificación cultural urbana contribuyen a la instauración de tensiones y disputas relacionadas con el discurso de producción del lugar, con las prácticas adecuadas al mismo y con los sujetos y grupos sociales que tienen a incluirse o excluirse. Con la cultura de la mano puede controlarse socialmente el espacio y desde allí la misma ciudad, así como explicitar los conflictos específicos que devienen de grupos no deseados. Con la cultura se puede “merecer” ser parte o no del lugar.

La exacerbación de las políticas que asocian cultura y ciudad focalizan la atención no solo en la construcción simbólica –también imaginaria- de la urbe, sino sobre todo en la exclusión de derechos sociales y la aparente inclusión de derechos culturales, estrechamente vinculados al “derecho a la belleza y la estética” (AMENDOLA, 2000). La cultura parece tomar cuenta de la ciudad en su conjunto y escenificar la di-

versidad en el ámbito de los espacios públicos. No obstante ello, como señala Appadurai (2001), los espacios recualificados desde la cultura, no generan espacios de gestión de la interculturalidad, sino lugares de conflicto y disputas. Estos últimos se constituyen en base a sujetos, grupos sociales que tensionan y disputan el arreglo espacial de la recualificación con la diversidad como instrumento público de reconocimiento. Sin embargo, como bien dice el autor, muchos de estos grupos son libres de expresarse en su diversidad en el ámbito de lo privado o bien en los lugares no recualificables y por ende residuales para la producción urbana, generando problemas que exceden el ámbito de la cultura e incorporan el de los derechos sociales, en tanto “se convierten en posibles solicitantes de espacios y prácticas [también] regulados por el estado” como la vivienda por solo poner el ejemplo que mas atañe a los procesos aquí analizados.

Es obvio que la relación entre cultura, diversidad y ciudad se tensiona en el ámbito cultural, simultáneamente en que fricciona el campo de lo social. En este sentido, la cultura y la diversidad se sitúan por fuera y no dentro del contexto de las desigualdades, procesando procesos de segregación agudizadas aún, como vimos, en situaciones en que aparentes movimientos de resistencia retoman la cultura, el patrimonio y el arte como recursos de contestación.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel. *L'invention de la ville. Banlieues, townships, invasions et favelas*, Éditions des archives contemporaines, Francia, 1999.

ALTHABE, Gérard. *Recomposiciones simbólicas del urbanismo totalitario*. El Centro Cívico de Bucarest, ¿lugar de memoria?. In *La (Indi)Getión Cultural. Cartografía de los procesos culturales contemporáneos*, Lacarrieu y Álvarez (comp.). Buenos Aires: Ediciones La Crujía, 2008.

AMENDOLA, Giandomenico, 2000. *La Ciudad Posmoderna. Magia y Miedo de la Metrópolis Contemporánea*. Traducción de Marisa García Vergaray y Paolo Sustersic. Madrid: Celeste Ediciones, 2000.

- APPADURAI, Arjun. *La modernidad desbordada. Dimensiones culturales de la globalización*. Buenos Aires: Ediciones Trilce, FCE, 2001.
- APPADURAI, Arjun; Katerina Stenou. *El pluralismo sostenible y el futuro de la pertenencia*. In *Informe Mundial sobre la Cultura 2000-2001*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa/ Ediciones UNESCO, 2001.
- ARANTES Antonio. *Diversidad, patrimonio y políticas culturales*, Mimeo, (s/d).
- BAUTES, Nicolas. *Ativismo urbano, estetizacao resistente e economia cultural no Rio de Janeiro*. In *Cidade e Sustentabilidade. Mecanismos de Controle e Resistência*, Terra Vermelha Editora, Brasil, 2010.
- BÉNIT, C., DIDIER, S.; DORRIER- APPRILL, E.; Gervais-Lambony. *Fragmentations*. In *Vies Citadines*, Dorier-Apprill et Gervais-Lambony (coord.). Paris: Belin, 2007.
- BERNAND, Carmen « Ségrégation et anthropologie, anthropologie de la ségrégation. Quelques éléments de réflexion ». In *La Ségrégation dans la ville*, Université Paris X, 1994.
- BORJA, J. ; MUXI Z. *El espacio público: ciudad y ciudadanía*, Electa, Diputació de Barcelona, 2003.
- CALDEIRA, Teresa. *Espacio, segregación y arte urbano en el Brasil*, Katz, Buenos Aires, 2010.
- CRUCES VILLALOBOS, F. *Procesos formativos en la expresividad urbana: tradición, instrumentalidad, autocensura, transgresión y comunicación crítica*. In: *La Ciudad es para ti. Nuevas y viejas tradiciones en ámbitos urbanos*, Carmen Ortiz (editora), Anthropos, España, 2004.
- DELGADO, Manuel. *Las estrategias de memoria y olvido en la construcción de la identidad urbana: el caso de Barcelona*, in D. Herrera Gómez (coord.), *Ciudad y Cultura. Memoria, Identidad y Comunicación*. Antioquía: Ediciones Universidad de Antioquía, 1998.
- DONZELOT, J. *La ville a trois vitesses: relégation, périurbanisation, gentrification* en: *Revue Esprit*, La Ville a trois vitesses, Num.303, mars-avril 2004, Francia, 2004.
- ARANTES, O.; VAINER, C. ; MARICATO, E. *A Cidade do Pensamento Unico. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, , 2000.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Todos tienen cultura: ¿Quiénes pueden desarrollarla?* . Conferencia para el Seminario sobre Cultura y Desarrollo, BID, Washington, 2005.
- HANNERZ, Ulf. *Conexiones transnacionales. Cultura, gente, lugares*. Frónesis, Cátedra Universitat de València, España, 1996.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*, São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- LINS RIBEIRO, Gustavo. *A condicho da transnacionalidade*. In *Série Antropologia*, 223, Brasília, 1997.
- _____. *Otras Globalizaciones. Procesos y agentes alter-nativos transnacionales*. In *Série Antropologia* 423, Universidade de Brasilia, Brasilia, 2009.
- LACARRIEU, Mónica. *Tensiones entre los procesos de requalificación cultural urbana y la gestión de la diversidad cultural*. In *La Biblioteca, Dossier Ciudad y Cultura*, Biblioteca Nacional, Secretaría de Cultura de la Nación, Buenos Aires, 2008.
- MARGLIN, S.A. *Towards the descolonization of the mind*. In F.A. Marglin y S.A. Marglin (eds.) *Dominating Knowledge*, Oxford, Clarendon Press, 1990.
- MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço. Uma Política da Espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MATO, Daniel. *Actores sociales transnacionales, organizaciones indígenas, antropólogos y otros profesionales en la producción de representaciones de "cultura y desarrollo"*. In *Políticas de Identidades y Diferencias Sociales en tiempos de globalización*, Daniel Mato (coord.), Faces-UCV, CEAP, CDCH, Venezuela, 2003.

MONNET, Jérôme. *O álibi do patrimônio*. Crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. In *Cidadania*, curadoria A. A. Arantes, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, número 24, R.J. Brasil, IPHAN, 1996.

O'CONNOR, J.; YWHYNE, D. *Das Margens para o Centro. Produção e consumo de cultura em Manchester*. In *Cidade, Cultura e Globalização*. Ensaios de Sociologia, Carlos Fortuna (org.). Celta Editora. Oeiras, 1997.

PROENÇA LEITE, Rogério. *Cidades, consumo e ennobrecimento urbano no Brasil e em Portugal*. In LASA 2009, Rio de Janeiro, Brasil, 2009.

REBOTIER, Julien. *Pratiques et enjeux des politiques publiques de requalification du centre-ville de Recife – Entre la ville durable et la ville globale*. Ponencia presentada a: Colloque Réinvestir le “centre”, Politiques de requalification, transformation urbaines et pratiques citadines dans les quartiers centraux des grandes villes d'Amérique Latine, 1994.

RIST, Gilbert. *La cultura y el capital social: ¿cómplices o víctimas del desarrollo?*. In *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*, B.Kliksberg y L. Tomassini (comp.), BID, Fundación Felipe Herrera, Universidad de Maryland, Fondo de Cultura Económica, Argentina, 2000.

SEGATO, Rita. *Alteridades históricas/identidades políticas: una crítica a las certezas del pluralismo global* en: Serie Antropología 234, Universidad de Brasilia, 1997.

_____. *Raca é signo*. In *Inclusão social. Identidade e diferença. Perspectivas pós-estruturalistas de análise social*, Aécio Amaral Jr./Joanildo A. Burity (Orgs.), CNPQ, AnnaBlume Editora, Sao Paulo, 2006.

SMITH, Neil. *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local a “regeneração” urbana como estratégia urbana global*. In *De volta a cidade. Dos processos de gentrificação as políticas de “revitalização” dos centros urbanos*, Catherine Bidou-Zachariasen, Annablume Editora, San Pablo, 2006.

TAMASO, Izabela. “A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios...”. In *Série Antropologia*, 390, Brasília, 2006.

TERRAY, Emmanuel. “Sobre la violencia simbólica” en: *Trabajar con Bourdieu*, bajo la dirección de: Pierre Entrevé y Rose-Marie Lagrave, Universidad Externado de Colombia, 2005.

WACQUANT, Loic. “Relocalizando la gentrificación: La clase obrera, La ciencia y El estado en la investigación urbana reciente”. In *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 32.1, 2008.

WRIGHT, Susan. La politización de la “cultura”. In *Anthropology Today* Vol. 14 No 1, Febrero de 1998.

YÚDICE, George. *El recurso de la cultura. Usos de la cultura en la era global*, Gedisa, España, 2002.

ZUKIN, Sharon, 1987. “Gentrification: Culture and Capital in The Urban Core”. In *Annual Review of Sociology*, vol. 13, 1987.

_____. “Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Mapeando cultura e poder”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, número 24, R.J. Brasil, IPHAN, 1996.

Notas

- ¹ Esta primera parte del trabajo se redacta en primera persona debido a que el acontecimiento mencionado me tuvo como protagonista directa. En el mismo sentido, se volverá a la primera persona en el primer tópico cuando se relacionen situaciones referidas a La Habana y Bogotá.
- ² Sobre esta cuestión hemos trabajado en otros textos retomando la famosa frase del escritor Milan Kundera: “La insoportable levedad del ser”.
- ³ El proyecto de revitalización del Centro Histórico de Río retomó el objetivo de instalar la “Cidade do Samba” e incluso la concesión del Museo Guggenheim que, finalmente, no fue concretado (BAUTES, 2010).
- ⁴ Cabe destacar que existe un horizonte de palabras claves que se han vuelto globales-tras-

nacionales, estrechamente asociadas a nuestras ciudades. De hecho, los expertos dedicados a estos temas, reconocemos no solo las nociones, sino también el vínculo “universal” que existe entre las mismas y ciertos procesos de renovación de espacios urbanos.

⁵ ¿Estratégia de requalificacao ou política habitacional? Por Marco Antonio Ramos de Almeida, en: *Urbs*, Año VI, N° 26, mayo/junio 2002, San Pablo.

⁶ En San Telmo la presencia hostilizada hacia los afrodescendientes y sus llamadas de tambores, tanto como la negociación permanente en tanto “otros” que puede convertirlos en signos emblemáticos de la requalificación, así como la ambigüedad constante en la que se constituye como indio-no indio ciertos sujetos en el centro monumental de Quito (indios que pintorescos se visten y danzan en contextos artísticos coyunturales, indios que se convierten en vendedores ambulantes y persisten en la monumentalidad desde la exclusión y la inclusión compleja al mismo tiempo, hasta indios que se “blanquean”, son ejemplos de relevancia), o la expulsión que el Ayuntamiento llevó a cabo en la Rambla del Raval cuando comenzó la requalificación de musulmanes, indios, paquistaníes, grupos que retornaron a la Rambla una vez estetizada en su patrimonio y arte; son todas situaciones que marcan contradicciones y ambigüedades de la misma requalificación.

⁷ La “Gran Vía” de Avenida de Mayo es un espacio cultural creado por el Gobierno de la Ciudad de Buenos. Se trata de un programa que desarrolla “Buenos Aires Celebra” donde hace aproximadamente un año convocó a la comunidad boliviana (claro que no a todos) a exhibir sus danzas, vestimentas coloridas, sus fiestas en el contexto legitimado de poder material y simbólica (la Avenida de Mayo condensa ese poder y es objeto constante de disputas de ese poder cuando ciertos sectores manifiestan en la misma, pero solo ocasionalmente lo es cuando un grupo como el de bolivianos lleva su espacio festivo y estetizado desde un barrio periférico y popular, como el Charrúa, hacia el espacio más legitimado desde el poder político).

⁸ La palabra “piquetero” alude a un tipo de actor social vinculado con la protesta urbana de Buenos Aires. En su origen, allá por fines de los '90, eran grupos de desocupados que cortaban rutas del interior del país para visibilizarse a través de los medios de comunicación. Pero rápidamente se convirtieron en movimientos sociales expandiendo sus reclamos más allá del trabajo, cortando puentes que vinculan la periferia con la ciudad, las calles de la misma o instalando carpas de modo de permanecer en la protesta.

Mónica Lacarrieu

* Investigadora CONICET-Profesora UBA.

**Texto originalmente elaborado em espanhol.
Tradução: Gabriela Lema Icasuriaga

Igrejas cristãs e os desafios da ampliação dos direitos humanos na América Latina

Maria das Dores Campos Machado*

Igrejas cristãs e os desafios da ampliação dos direitos humanos na América Latina

Resumo: Trata-se de uma análise das reações das igrejas cristãs à judicialização e ao fortalecimento dos direitos humanos nas sociedades latino-americanas. Interessa-nos explorar as tensões oriundas da difusão dos movimentos em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos na região. Assim, depois de uma síntese do debate sobre as múltiplas formas de modernidade, realizamos na primeira seção uma reflexão sobre a influência do catolicismo na moral sexual predominante. Em seguida, examinamos as consequências da pluralização no cristianismo e as estratégias das igrejas frente à luta pela criação de uma moral sexual baseada nos direitos humanos. Concluimos com o argumento de que existe hoje uma acirrada disputa entre as ideologias de matriz cristã e as de caráter secular em torno dos sentidos da sexualidade e da vida humana, intensificando-se as demandas pela laicidade do Estado na América Latina.

Palavras-chaves: Cristianismo; Direitos reprodutivos; Sexualidade

Christian churches and the challenges for the expansion of human rights in Latin America

Abstract: This article intends to analyze the reactions of Christian churches to judicial protection and strengthening of human rights in latin america societies. The tensions derived from the spreading of the sexual and reproductive rights defense movements in this region are considered. Thus, after a summary of the discussion on multiple forms of modernity, we developed in the first section some thoughts about the influence of Catholicism over the dominant sexual moral. Next, we focus on the consequences of pluralization in Christianity and the churches strategies regarding the struggle for the creation of a sexual moral based on human rights. The conclusion is that there is today a tight dispute between the Christian ideologies and the secular ideologies concerning the senses of sexuality and human life. The demands for a laic State in Latin America are therefore intensified.

Keywords: Christianity; Reproductive rights; Sexuality

Recebido em 30.08.2010. Aprovado em 15.09.2010.

Catolicismo e patriarcalismo

Embora exista uma grande diversidade étnica e cultural na América Latina, a literatura reconhece a importância do catolicismo na conformação das mentalidades e as relações intrincadas da instituição eclesiástica com o poder político dos diferentes países (PARKER, 1996). Neste artigo, interessa-nos sublinhar a contribuição da religião para a ordem patriarcal que marcou grande parte da história da região e a ingerência das Igrejas locais na formulação das leis relacionadas à família e ao comportamento reprodutivo, bem como nas políticas sexuais dos governos nacionais nas últimas décadas.

O patriarcado expressa um feixe de relações de poder entre as gerações e os gêneros que, articulado com ideologias religiosas de diferentes matizes, marcou profundamente os arranjos sexuais e afetivos em várias regiões do mundo. Independentemente da sociedade, o núcleo duro do poder patriarcal situa-se no poder do pai sobre a filha e no do marido sobre a mulher, ainda que demarque também as relações assimétricas entre pai e filho e entre noras e sogras (THERBORN, 2006). Na América Latina, este sistema familiar encontrou nas representações de gênero do catolicismo e, particularmente no “marianismo”, os elementos ideológicos fundamentais para a sua sustentação durante séculos.

A função paradigmática que o culto sentimental e místico da mãe pode ter na regulação do corpo e da vida das mulheres é um tema recorrente nos estudos sobre o patriarcalismo na região, embora se constate uma tendência recente de identificar as consequências ambivalentes desta ideologia, uma vez que o papel reservado à mãe nas famílias expressa a autoridade moral feminina na esfera privada. Nesta chave interpretativa, o marianismo seria “o culto da superioridade espiritual feminina”, um “edifício secular de crenças e de práticas relativas à posição das mulheres na sociedade”. Na base desse edifício, identifica-se a crença de que as mulheres são moralmente superiores aos homens. O interessante neste tipo de abordagem é que esta valorização espiritual das mulheres mais do que uma ameaça à posição de poder dos homens, representaria a contraface do machismo predominante na América Latina (STEVENS, 1977).

A hegemonia desta ideologia católica permitiu que se desenvolvesse, em alguns países, uma dupla moralidade, garantindo aos homens o livre exercício da sexualidade e um forte controle sobre o corpo e a vida sexual feminina em grande parte da história da região. Esta duplicidade nos padrões morais postergou o desenvolvimento de uma cultura estritamente laica sobre a sexualidade na região, o que constitui uma barreira para o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos nas diferentes nações (MANARELLI, 2008).

De qualquer maneira, deve-se registrar que uma série de tendências, desenvolvidas a partir da segunda metade do século XX, alterou a capacidade de influência da instituição eclesiástica junto às populações locais. Para começar, apesar de já existirem outros contraceptivos que permitiam certo controle da fertilidade feminina¹, a descoberta da pílula anticoncepcional propiciou uma grande revolução nos comportamentos sexuais e reprodutivos dos segmentos urbanos da região. Governos de diferentes países, estimulados por agências internacionais interessadas em conter a miséria na região, implementaram políticas de planejamento familiar e difundiram as novas tecnologias no campo da anticoncepção contrariando a cultura natalista da Igreja Católica. Embora com impactos diferenciados nas configurações nacionais, estas políticas introduziram novos valores e difundiram os padrões urbanos de comportamento reprodutivo para as populações rurais, reduzindo rapidamente a taxa de fecundidade no continente que de 5,96 em 1960 despencou para 2,94 no ano de 2000² (ARRAIGADA, 2006).

Deve-se considerar ainda, que a segunda metade do século passado foi marcada pelo surgimento de importantes movimentos sociais na esfera pública (feminismo, movimento gay etc.), ampliando o leque de sujeitos coletivos com os quais a Igreja Católica teve que conviver. Essa pluralização institucional no continente, é inegável, contribuiu para as transformações não só no imaginário social, como também nos comportamentos sexuais e reprodutivos de homens e mulheres da região. Segundo Mundigo (2005), durante os anos 80 do século XX, especialistas na área de saúde ampliaram o debate com os movimentos feministas e, deste debate, originou-se o conceito de saúde reprodutiva que, na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo

(1994), seria reconhecido como paradigma para a elaboração de políticas nacionais de população e desenvolvimento nas décadas seguintes. A oposição ao programa traçado naquela conferência foi encabeçada pelo Vaticano e pelas sociedades mulçumanas, mas países católicos da América Latina – Argentina, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai Peru e República Dominicana – se alinharam a eles, embora muitos, posteriormente, viessem a adotar as recomendações do Programa de Ação.

A literatura sugere, entretanto, que ainda é muito significativa a influência das Igrejas locais na política institucional e que existe uma porosidade dos movimentos católicos (como da Opus Dei e da Renovação Carismática pelo lado mais tradicionalista e as Comunidades Eclesiais de Base e o Católica pelos Direito de Decidir no campo mais libertário) com muitas das ações coletivas que se desenrolam nas diferentes configurações nacionais do continente (o movimento Pró-vida e o feminismo, respectivamente).

No que se refere ao primeiro aspecto, embora se verifique a tendência de alinhamento da hierarquia católica com o Estado na maior parte da história política das sociedades, se reconhece a pluralidade de arranjos entre os atores políticos e religiosos nas configurações nacionais, com as experiências cubanas, mexicanas e uruguaias constituindo-se nos casos mais radicais de laicização na região. Mesmo assim, a instituição católica continua tentando intervir na legislação das duas últimas nações. No México, a aprovação em 2007 da lei que descriminalizou o aborto até doze semanas de gestação despertou uma grande reação da Igreja local e do próprio Papa Bento XVI que ameaçou excomungar os legisladores responsáveis pela revisão da lei (BLANCARTE, 2008). No caso do Uruguai, as ameaças se repetiram e, embora o projeto de descriminalização tenha sido aprovado no Congresso Nacional em 2008, o Presidente Socialista Tabaré Vasquez, cuja esposa é uma católica fervorosa, vetou a lei no mesmo ano e o Parlamento não conseguiu derrubar o seu veto. As pressões sobre as primeiras damas, sobre legisladores e políticos em cargos do executivo têm sido continuamente denunciadas pela imprensa, pelos movimentos sociais e até mesmo por algumas igrejas evangélicas instaladas nestas sociedades. Exemplar neste sentido foi a introdução da anticoncepção de

emergência no Chile que desencadeou uma forte reação da Igreja Católica classificada por líderes evangélicos como “fundamentalista” (REYS, 2008).

De modo que se constata a ingerência dos dirigentes religiosos católicos na revisão das legislações relacionadas à família, à sexualidade e à contracepção nas distintas configurações nacionais que integram essa parte do continente americano. E mesmo que se considere o esforço de algumas intelectuais católicas em fazer a mediação com o feminismo a partir de redes movimentistas de caráter transnacional, como Católicas pelo Direito de Decidir que hoje articula militantes no México, Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, etc.³, é inegável que as hierarquias locais assumiram uma posição inflexível de rejeição à agenda política do movimento, criando uma série de dificuldades para o processo de mobilização social pelos direitos sexuais e reprodutivos.

Analisando a capacidade de influência da hierarquia no debate público e nas políticas chilenas, Reys (2008: 336) argumenta que as ações da liderança religiosa local são bastante articuladas quando se discute a descriminalização do aborto, a educação sexual e as campanhas de prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e à AIDS. Nesse sentido, para além das tradicionais homilias e dos documentos pastorais, os bispos e sacerdotes vêm pressionando os altos funcionários do governo, pedindo explicações a respeito das políticas públicas de saúde educação, assim como têm advertido os parlamentares católicos sobre o caráter emblemático de suas posições, na elaboração e nas votações da legislação relacionada com a sexualidade e a reprodução humana.

Mais recentemente, segmentos da hierarquia católica vêm recorrendo à justiça para impedir o avanço das demandas dos movimentos sociais de caráter mais libertário e mesmo para reverter decisões e ou suspender o desenvolvimento de programas de saúde reprodutiva. A distribuição gratuita da anticoncepção de emergência, ou da pílula do dia seguinte, gerou nos últimos anos uma série de processos judiciais em países como Peru, Equador, Colômbia, Chile, Argentina, etc. (VILLANUEVA, 2008). O mesmo tem acontecido com as tentativas de certos setores brasileiros de estender o direito do aborto para os casos de anencefalia fetal.

A pluralização religiosa na América Latina

O declínio do catolicismo e a expansão dos movimentos religiosos nas últimas décadas do século XX têm chamado atenção dos cientistas sociais⁴ e atores políticos individuais e coletivos interessados em ampliar suas bases de apoio nas sociedades latino-americanas. Ainda que a pluralização do universo cristão siga um ritmo diferenciado nas configurações nacionais, a literatura relaciona a grande atração dos novos movimentos religiosos com as tendências macrossociais em curso no continente como: empobrecimento das populações, crescente descrédito nas instituições, acirramento da ideologia do individualismo, mudanças nos arranjos familiares⁵, etc.

Com uma força política e uma maior capacidade de mobilização e organização em países como o Brasil, Chile, Nicarágua e Colômbia, o movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) constituiu importante espaço de formação de lideranças femininas populares nas décadas de 60, 70 e 80. Na região marcada pelo autoritarismo e instabilidade política o desenvolvimento da Teologia da Libertação gerou uma expectativa de que a esfera religiosa criasse uma disposição nos indivíduos para o engajamento nos movimentos libertários e, em especial, os das mulheres. Afinal, a teologia da libertação abria brechas para novas apropriações da figura de Maria e para a criação de pontes cognitivas com o ideário dos grupos feministas (BINGEMER; GEBARA, 1987). No que se refere às mulheres pobres, esperava-se que a experiência de organização em comunidades ajudasse na capacitação de lideranças que articulassem o tema da desigualdade entre as classes sociais com o da assimetria de gênero, aproximando esse segmento do ideário feminista.

Investigações sociológicas mostrariam, contudo, que havia pouca sensibilidade para as questões de gênero entre os que definiam as diretrizes e as estratégias das CEBs e que a teologia feminista enfrentaria resistências entre os líderes do movimento de base. De modo que, temáticas relevantes da agenda política do feminismo, como sexualidade e contracepção, seriam insuficientemente trabalhadas nas CEBs daqueles anos, (NUNES, 1994). Além disso, o movimento católico foi perdendo sua vitalidade a partir dos meados dos anos oitenta,

quando começaram a se fazer sentir os efeitos da política de João Paulo II de nomear bispos de perfis mais conservadores para as dioceses dos países onde a Teologia da Libertação se difundia.

Concomitantemente, movimentos religiosos com uma afinidade maior com a ideologia individualista, especialmente a Renovação Carismática Católica e o pentecostalismo, se difundiriam nos setores médios e populares de vários países do continente. O arrefecimento das CEBs e a expansão dos grupos carismáticos apresentam-se em ritmos diferenciados nas sociedades nacionais, mas o protagonismo feminino se mantém no novo movimento católico, com as mulheres aparecendo como dirigentes de grupos de oração e intercessão, bem como as responsáveis pelas ações sociais junto aos setores marginais (GIMENEZ, 2003; MACHADO, 1996a).

Seguindo o viés mais tradicionalista, os carismáticos retomaram o marianismo e trataram de reforçar o discurso sobre a moralidade sexual e o comportamento reprodutivo do Vaticano na América Latina (MACHADO, 1996b). No caso específico do Brasil, estudos demonstram o combate sistemático às formas modernas de contracepção e à inclusão de temas relacionados à educação sexual e à prevenção de DSTs e AIDS nas escolas, bem como a formação de lideranças femininas e masculinas no laicato para atuar na política institucional e defender a ética naturalista do Papado atual (MACHADO; MARIZ, 2007).

De forma similar ao que aconteceu com o divórcio, cuja legislação foi postergada na maioria dos países, grande parte do clero e dos dirigentes carismáticos, do movimento Pró-Vida e da Opus Dei segue criando constrangimentos para o desenvolvimento de políticas públicas na área da saúde reprodutiva e de prevenção ao vírus HIV, para não falar das tentativas de intervenção nos processos de revisão das legislações específicas ao aborto e na regulamentação do uso de embriões em pesquisas científicas. Essas ações expressam claramente a dificuldade da liderança católica em aceitar a secularização da cultura e a laicização dos estados nacionais e têm sido denunciadas pelos coletivos feministas de diferentes países.

Pesquisas de opinião pública sugerem, entretanto, um grande hiato entre a moral sexual do Vaticano e as opiniões dos fiéis em sociedades como

Chile, México, Argentina e Brasil. Neste último país, um grande survey realizado em 2007, pouco antes da visita do Papa, demonstrou que a maior parte dos católicos brasileiros tem autonomia de consciência e decisão, divergindo de Bento XVI, por exemplo, na condenação ao uso dos preservativos, com 94% dos entrevistados desta tradição religiosa defendendo a utilização do códon, percentual igual aquele encontrado na população total⁶. No que se refere ao aborto, uma investigação desenvolvida em 2004 já indicara que 70% das mulheres católicas seriam favoráveis à ampliação das situações em que ele seria permitido, caso de risco à saúde materna e de estupro, para atender o caso de fetos anencéfalos.

Evangélicos e o debate atual sobre os direitos reprodutivos

Embora minoritária, a presença dos evangélicos na América Latina é antiga e existe bibliografia sobre a instalação e desenvolvimento das igrejas nos diferentes países da região, assim como sobre a participação de alguns segmentos nos movimentos ecumênicos e de caráter mais libertário, como a teologia da libertação. Aqui nos interessa explorar a tendência de pentecostalização desta tradição religiosa (STOLL, 1990; BASTIAN, 1997; MARTIN, 2002) na segunda metade do século XX e a participação das estruturas eclesiásticas pentecostais no debate público e na definição das legislações nacionais sobre a sexualidade, a reprodução e as pesquisas com os embriões humanos.

O pentecostalismo também não é um fenômeno novo no continente uma vez que países como o Chile e o Brasil contam com grupos desse ramo do protestantismo desde o início do Século XX. O que a literatura indica como mudança mais recente nesse campo é a multiplicação de denominações com atuações transnacionais, o fortalecimento da capacidade de mobilização junto às camadas populares de um número cada vez maior de sociedades nacionais e ampliação da influência das lideranças evangélicas na política institucional de países como Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Venezuela, Brasil, Peru, etc. (BASTIAN, 1997; FRESTON, 2004; MACHADO, 2006).

Diferentemente do que acontece com o catolicismo, existem poucas investigações sobre a atua-

ção política das lideranças religiosas no campo da saúde reprodutiva e sobre a moralidade sexual dos evangélicos da América Latina. A diversidade interna desta tradição religiosa constitui num grande desafio para os estudiosos da região, mas as investigações tendem a associar as posições liberais com uma maior liberdade individual no campo da contracepção às igrejas evangélicas históricas (MUNDINGO, 2005) e as visões mais tradicionalistas com os pentecostais. A grande competição entre as igrejas pentecostais e a plasticidade de algumas denominações desse braço do protestantismo impõem uma dinamicidade no campo religioso que dificulta as grandes generalizações (SMILDE, 2004).

Em estudo sobre a participação dos parlamentares pentecostais na Assembléia Constituinte do Brasil, Freston (1993) chamou atenção para as posições alinhadas e conservadoras desse segmento nos temas relacionados à família e à moralidade sexual. Mas uma década depois, estudos também no parlamento brasileiro já detectariam posturas divergentes entre os parlamentares pentecostais no que se referia ao uso de embriões em pesquisas científicas e à ampliação dos permissivos para a interrupção da gravidez, associando essa mudança no campo pentecostal ao fortalecimento político da Igreja Universal do Reino de Deus (MACHADO, 2006). Criada no ano de 1977, esta denominação vem há anos atacando a visão natalista da Igreja Católica e enfatizando a necessidade de realização de uma efetiva política de planejamento familiar por parte do governo nacional como uma estratégia de combater a miséria (MACHADO; FERNANDES, 1995). Em uma sociedade com fortes traços machistas, as lideranças inovaram indicando a vasectomia aos seus pastores e fiéis que já tinham dois ou mais filhos e incluíram temas como gravidez na adolescência, educação sexual e aborto na pauta de seus meios de comunicação. Trata-se na verdade de uma das poucas denominações que assumem publicamente a defesa da ampliação da permissão da interrupção da gravidez no caso de fetos anencéfalos no Brasil (MACHADO, 2006), mas sua participação no debate público serve de contraponto para as posições inflexíveis da Igreja Católica junto aos setores mais pobres da população.

As análises das percepções e atitudes dos fiéis pentecostais também sugerem mudanças no *ethos familiar* e na moralidade sexual dos pentecostais nas quatro últimas décadas, aproximando-os dos

padrões de conjugalidade e de comportamento reprodutivo predominantes nas populações de algumas sociedades nacionais. Estudos realizados no Chile, Colômbia e Brasil (WILLEMS, 1967); BRUSCO, 1995; MACHADO, 1996a) enfatizam a dimensão ambivalente da doutrina pentecostal e sua capacidade disruptiva em relação à ordem patriarcal uma vez que a adesão ao pentecostalismo provoca transformações no comportamento de homens e mulheres, afastando-os das definições de gêneros dominantes nestas sociedades. De acordo com esta perspectiva, a doutrina pentecostal apresentaria uma capacidade virtual de fortalecer as mulheres e domesticar os homens reduzindo as distâncias entre os gêneros nos casais em que o parceiro do sexo masculino aderiu ao grupo. Demonstrem também que entre os fatores de atração do pentecostalismo junto às mulheres das camadas populares, encontra-se o espaço reservado às questões familiares e aos novos desafios colocados pela contemporaneidade às mulheres: entrada no mercado de trabalho, chefia de domicílios, a violência urbana etc. (MARIZ, 1994; BURDICK, 1998); MACHADO, 1996a)

No que se refere ao planejamento familiar, pesquisa realizada durante a década de 1990, pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde a proporção de pentecostais entre os evangélicos é de mais de 70%, demonstrou que este segmento religioso vem seguindo a tendência de modernização do comportamento reprodutivo da mulher brasileira. Afinal, a taxa de fecundidade das evangélicas (2,74) era muito próxima daquela encontrada na população em geral (2,58) e a maioria das mulheres evangélicas (74%) utilizava algum anticonceptivo, sendo que esta maioria recorria prioritariamente à ligação de trompas (60%) e em segundo lugar, ao uso da pílula (30%). Demonstrou ainda que, embora as integrantes das denominações pentecostais tivessem um número um pouco maior de filhos do que as das igrejas históricas, havia uma tendência de decréscimo das taxas entre as mulheres pentecostais mais jovens (FERNANDES, 1998: 104-105).

Na realidade, o tema do aborto é o que parece distanciar mais os pentecostais dos demais grupos sociais. Um *survey* realizado recentemente pelo The Pew Fórum on Religion & Public Live⁷ em dez nações do mundo, incluindo os três países com

maior representação de evangélicos na América Latina – Guatemala, Chile e Brasil – demonstrou que a rejeição dos pentecostais em relação ao aborto tende a ser bem maior (91%, 88% e de 90%) do que a dos demais segmentos do cristianismo destas configurações nacionais (82%, 72% e 86%, respectivamente). Deve-se registrar, entretanto, que, no caso da pesquisa brasileira citada anteriormente, o grau de rejeição dos evangélicos em geral era praticamente o mesmo daquele encontrado na pesquisa norte-americana – 90% -, mas como havia outra questão apresentando as condições especiais em que esse aborto poderia ser realizado, constatou-se a tendência dessa rejeição diminuir significativamente (40%). As condicionantes que favoreciam a aceitação eram em primeiro lugar de saúde – risco para o feto (39%) e para a vida materna (36%) – em seguida, em nível mais baixo, as razões de consciência da mulher: em decorrência de um estupro (23%), ou a soberania de sua decisão (15%) (FERNANDES, 1998: 111).

De qualquer maneira, em países como Argentina, Panamá, Chile, Venezuela, Guatemala e Peru, coletivos desse tronco do cristianismo vêm se mobilizando para combater as propostas de criação de leis de educação sexual e saúde reprodutiva nas escolas e as tentativas dos movimentos pela diversidade sexual de traduzir suas demandas para a gramática dos direitos humanos. Na Argentina, logo depois da aprovação da Ley de Salud Reprodutiva e Procreación Asistida (2000) no âmbito da cidade de Buenos Aires, a Federação de Iglesias e Instituciones Cristianas Evangélicas Argentinas enviou cartas às autoridades nacionais e provinciais, se posicionando contra a utilização dos métodos abortivos, a manipulação genética de embriões humanos e a educação sexual nas escolas públicas sem a devida autorização dos responsáveis. Nos anos seguintes, líderes da Alianza Cristiana de Iglesias Evangélicas de La República Argentina também se fariam presente no debate público com suas lideranças divulgando na mídia declarações contra a inclusão do conteúdo de educação sexual nos currículos escolares de crianças, adolescentes e jovens⁸. O mesmo ocorreu no Panamá em 2008, onde a Alianza Evangélica de Panamá convocou seus integrantes para uma manifestação em frente à Assembléia Nacional contra o projeto de lei apresentado pelo Ministério da Saúde⁹.

Conclusão

Em razão da hegemonia do catolicismo na América Latina, verifica-se um desequilíbrio muito grande na produção bibliográfica sobre a moral sexual e a influência dos grupos religiosos no debate público e na política institucional no campo da sexualidade, da contracepção e do aborto. Grande parte da literatura privilegia as ações da Igreja Católica e dos movimentos conservadores católicos, denunciando a ingerência das hierarquias locais na legislação referente à educação sexual, campanhas de planejamento familiar e de prevenção às DSTs e AIDS. Revela também um grande hiato entre as posições doutrinárias e o trabalho pastoral (RIBEIRO, 1994), assim como entre as orientações do Vaticano e as opiniões e os comportamentos sexuais e reprodutivos dos católicos.

Os poucos estudos que contemplam os evangélicos, sugerem uma maior liberdade de ação no campo da reprodução, com alguns grupos históricos e mesmo neopentecostais apoiando algumas das iniciativas governamentais no campo da saúde, em especial aquelas relacionadas à anticoncepção e à prevenção da AIDS. De qualquer maneira, percebe-se que temas como educação sexual nas escolas, anticoncepção de emergência e aborto provocam ainda reações bastante negativas nas lideranças evangélicas da região que em vários países têm se aliado à Igreja Católica para evitar mudanças nas leis.

No ano de 2004, em virtude da aprovação no Congresso Nacional da Bolívia do projeto de Lei sobre os direitos sexuais e reprodutivos a Igreja Católica ameaçou retirar o apoio político ao Presidente Carlos Mesa no referendo que ocorreria no final de 2005 no país. Diante das pressões, Mesa devolveu a Ley de Marco de los Derechos Reproductivos ao Congresso sugerindo que fossem realizadas audiências públicas com toda a população (LANZA, 2008). Em março de 2005, a Associação Nacional de Evangélicos e as Igrejas Evangélicas Unidas convocaram os fiéis para uma marcha nas ruas de La Paz, engrossando a oposição religiosa à promulgação da referida Lei¹⁰. Aliança semelhante vem ocorrendo no parlamento brasileiro onde foi criada uma Frente Parlamentar em Defesa da Vida aglutinando

políticos católicos e evangélicos e que tem dificultado as tentativas de revisão na legislação referente ao aborto no país.

Resumidamente, pode se argumentar que, para além da competição interna na esfera religiosa, em especial entre o catolicismo e o pentecostalismo, verifica-se neste início de século uma acirrada disputa de sentidos em torno da sexualidade e da vida humana entre as ideologias de matriz cristã e as de caráter secular, como as dos movimentos feministas e pela diversidade sexual, intensificando-se as demandas pela laicidade do Estado na América Latina.

A tendência a judicialização dos conflitos sociais, que a princípio favoreceria a ideologia dos direitos humanos e os movimentos sociais, tem sido rapidamente assimilada pela instituição católica e grupos evangélicos, revelando a complexidade do tema da laicização na região. De forma que as políticas sexuais e reprodutivas na América Latina são, ainda hoje, fortemente demarcadas pela correlação de forças no interior do campo religioso e das alianças políticas das estruturas eclesiais com os estados nacionais e os atores da sociedade civil das diferentes sociedades.

Referências bibliográficas

- ARRAIGADA, I. *Transformações sociais e demográficas das famílias latino-americanas*. In Domingues, J.M. e Maneiro, M (orgs) *América Latina hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 197-222.
- BARRETOS, Martín Jaime. *Entre La Iglesia católica y el estado: una mirada a la comunidad política desde el deseo*. In Liendo, G., Barrientos, V. e Huaco, M. (comps.) *Memorias del Primer Seminario Internacional Fomentando las Libertades Laicas*, Lima:Universidad Nacional Mayor de San Marcos: Libertades Laicas- Perú, 2008.
- BASTIAN, J.P. *La Mutación religiosa de América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- BINGEMER, M. C. L. ; GEBARA, I. . *Maria, Mãe de Deus de Deus e Mãe dos Pobres*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. v. 15000.

- BLANCARTE, R. *El porque de un estado laico*. In Liendo, G., Barrientos, V. e Huaco, M. (comps.) *Memorias del Primer Seminario Internacional Fomentando las Libertades Laicas*, Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos: Libertades Laicas- Perú, 2008.
- BURDICK, J. *Procurando Deus no Brasil: A Igreja católica progressista no Brasil na arena das religiões urbanas brasileiras*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- BRUSCO, Elizabeth E. *The Reformation of Machismo: Evangelical Conversion and Gender in Colombia*. Austin: University of Texas Press, 1995.
- CÁTOLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR *Resultados de La encuesta de opinión publica de los católicos em México-2003*. www.popcouncil.org/pdfs/EncuestaOpinionCatolicasSummary.pdf
- DROGUS, Carol and STEWART-GAMBINO, Hannah (2005) *Activist Faith*. Pennsylvania, Pennsylvania State University Press.
- DROGUS, C., GAMBINO; H. S., MARIZ, C. L; MACHADO, M. D. C., *Earthquake versus erosion: church retreat and social Movement Decline* In: *Activist faith; grassroots women in democratic Brazil and Chile*. 1ª ed. PA _ Pensylvania State: University Press, 2005, v.1, p. 70-102.
- FERNANDES, R. *Novo Nascimento*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1998.
- FRESTON, P. *Protestant political parties: a global Surrey*. England: Ashgate Publishing Limited, 2004.
- _____. *Protestantes e Política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment*, Tese de Doutorado. Unicamp, 1993.
- GIMENEZ, V. *La Comunidad, la iglesia, los peregrinos*. Formas de sociabilidad en dos grupos católicos emocionales de la periferia de Buenos Aires In *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, Iser, Vol.23, nº1, 2003, p.106
- LANZA, T. *Situación de los derechos sexuales y reproductivos en Bolivia*. In Liendo, G., Barrientos, V. e Huaco, M. (comps.) *Memorias del Primer Seminario Internacional Fomentando las Libertades Laicas*, Lima, : Universidad Nacional Mayor de San Marcos: Libertades Laicas – Perú, 2008.
- MACHADO, M. D. C. *Política e Religião*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- _____. *Os efeitos da adesão religiosa na esfera familiar*. São Paulo: ANPOCS, 1996.a
- _____. *Sexual values and family planning among charismatic And pentecostal movements* In *Reproductive Health Matter- Fundamentalism, Women's Empowerment And Reproductive Right.* , v.8, p.77 – 85, 1996.b
- MACHADO, M.D.C. e FERNANDES, S.R. “Mídia Pentecostal: saúde feminina e planejamento familiar em perspectiva”. In *Cadernos de Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro: UERJ, nº7, p.19-40, 1995.
- MACHADO, M.D.C.; MARIZ, C.L.. *Religião, mulheres e política institucional: evangélicas e católicas na disputa pelo poder no Rio de Janeiro* In: *Religião e Gênero no Brasil- Ensaio Feministas* ed. São Bernardo dos Campos : Editora da Universidade metodista, 2007, v.1, p. 45-69.
- _____. *Mujeres em três grupos religiosos em Brasil: uma comparación entre pentecostales y católicas*. In MARCOS, Silvia (ed.) *Religión y Género*, Madrid: Editorial Trotta. 2004. p. 203.231.
- MADURO, Otto *Religión y conflicto social*, Mérida, 1978.
- MANARELLI, M.E. “Comentários a las Ponencias” . In Liendo, G, Barrientos, V. e Huaco, M. (comps) *Memórias del Primer Seminario Internacional: fomentando las libertades laica*. Lima: El Colegio Mexiquense, A.C. , 2008.
- MARIZ, C. *Coping with Poverty: Pentecostals and Base Communities in Brazil* Philadelphia Temple University Press, 1994.

- MARIZ, C., MACHADO, M. D. C., DROOGUS, C. e GAMBINO, H. S. *Catholics and pentecostals: possibilities for alliance* In: *Activist faith: grassroots women in democratic Brasil and Chile* ed. PA _ Pennsylvania State : University Press, 2005, v.1, p. 120-160. 8.
- MARIZ, C. L e MACHADO, M. D. C., *Change ment recents dans le champ religieux bresilien. Social Compass – revue internationale de Sociologie de la religion.* , v.45, p.350 – 378, 1998.
- MARTIN, D. *Pentecostalism: the world their parish.* Oxford, UK; Malden, MA: Blackwell, 2002.
- MUNDIGO, A. I. “Religión y salud reproductiva: encrucijadas y conflictos”. Mimeoeg. II Reunión de investigación sobre embarazo no deseado y aborto inseguro. Desafios de salud pública en América Latina y el Caribe. Ciudad de Mexico, 2005.
- NAVARRO, Marysa; MEJIA, Maria Consuelo *La red latinoamericana de catolicas por el derecho a decidir.* In BOLLES, A. Lynn *De lo Privado a lo Público : 30 anos de luta cidadana de las mujeres en la América Latina . México, siglo XXI , UNIFEM:LASA, 2006, p. 367-379.*
- NUNES, M.J.R. *De Mulheres, Sexo e Igreja: uma pesquisa e muitas interrogações.* In: Albertina de Oliveira Costa; Tina Amado. (Org.). *Alternativas Escassas: Saude, Sexualidade E Reprodução Na America Latina.* São Paulo: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1994, v. , p. 177-203.
- PARKER, C. *Religião popular e modernização capitalista – Outra lógica na América Latina.* Petrópolis, Editora Vozes, 1996.
- REYS, Marcela Soto, *Estado laico, iglesia católica y sociedad civil: debates y controversias em torno a La salud y los DSR en la Democracia chilena (1990-2005)*”. In Liendo, G., Barrientos, V. e Huaco, M. (comps.) *Memorias del Primer Seminario Internacional Fomentando las Libertades Laicas*, Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos: Libertades Lai- cas- Perú, 2008.
- RIBEIRO, L. *Sexualidade E Reprodução: O Que Os Padres Dizem E O Que Deixam De Dizer.* Petrópolis, Vozes, 2001. 256p.
- _____. *Anticoncepção e Comunidades Eclesiais de Base*, in T. Amado e A. Costa, *Alternativas Escassas.* São Paulo, Editora 34, 1994.
- SMILDE, D. *Popular Publics: street protest and palaza preachers in Caracas.* In *International Review of Social History* vol.49, Supplement pp.179-195, 2004.
- STEVENS, Evelyn “Marianismo: La Outra Cara del Machismo em Latino-America” In *A Pescatelo, Hembra y Macho em Latino América- Ensaio*, México, Ed. Diana, 1977.
- STOLL, D. *Is Latin America Turning Protestant?* University of California Press (1990)
- THERBORN, Goran. *Sexo e Poder – A Família no mundo: 1900-2000.* São Paulo, Contexto, 2006.
- VILLANUEVA, R. *Situación de los derechos sexuales y reproductivos em Perú .* In Liendo, G., Barrientos, V. e Huaco, M. (comps.) *Memorias del Primer Seminario Internacional Fomentando las Libertades Laicas*, Lima,: Universidad Nacional Mayor de San Marcos: Libertades Laicas- Perú, 2008.
- WILLEMS, E. *Folowers of the new faith: cultural change and the rise of protestantism in Brazil and Chile.* Nashville, Vanderbilt University Press, 1967.

Notas

- ¹ A capa cervical (1838), o diafragma (1882), o método *Ogino e Knaus* (início do século XX) e o DIU (década de 1920)
- ² O descenso demográfico em Honduras (5,2), Guatemala (5,0), Haiti (4,8), Bolívia (4,8), Nicarágua (4,6), Paraguai (4,5), El Salvador (3,9), Equador (3,6), Peru (3,5), República Dominicana (3,2), México e Venezuela (3,1) foi mais lento do que a média do continente. (ARRAIGADA, 2006)

- ³ Ver Navarro y Mejía (2006)
- ⁴ Ver Parker, 1996; Maduro, 1978; Gimenez, 2003; Mariz, 1994; Machado, 1996; Drogus e Stewart-Gambino, 2005, entre outros.
- ⁵ A partir da década de 90 o número de domicílios chefiados por mulheres chega a representar um quarto e um terço dos lares, de acordo com o país (ARRIAGADA, 2006: 208).
- ⁶ Folha de São Paulo, 06, 05, 2007, Caderno Especial. Para o Chile, México e Argentina ver Reys, 2008, CDD 2003 e respectivamente <http://www.culto.gov.ar/encuestareligion.pdf>, . Acesso em: 19 de set. 2009.
- ⁷ Os dados da pesquisa “Spirit and Power: A 10-Country Survey of pentecostals” podem ser encontrados no site The Pew Forum on Religion & Public Life: <http://www.pewfoundation.org>. Acesso em: 10 de set. 2008.
- ⁸ Ver www.noticiasglobales.org/comunicacion-Detalles.asp Acesso em: 15 de set. 2009 e <http://www.aciera.org/declaraciones.html>. Acesso em: 01 de set. 2009 No contraponto dessa posição de rechaço às políticas nas áreas de saúde reprodutiva e de educação do governo do Presidente Kirchner encontrariam algumas poucas denominações – a Igreja Evangélica del Rio de la Plata e a Igreja Evangélica Luterana Unida – que em 11 de novembro de 2004 divulgariam na imprensa local um documento chamado Aportes para el diálogo com relación a La Educación Sexual Integral em La ciudad Autónoma de Buenos Aires.. Ver http://www.iglesiaevangelica.org/men_hemosdicho.htm. Acesso em: 12 de set. 2009.
- ⁹ Ver: <http://mujercristianaylatina.wordpress.com/2008/10/01/alianza-evang....>)
- ¹⁰ www.noticiacristiana.com/.../marcha-evangelica-contra-ley-de-derechos-sexuales.html. Acesso em: 15 de set. 2009

Maria das Dores Campos Machado

* Professora da Escola de Serviço Social UFRJ, pesquisadora do CNPq.

Espaço público - do urbano ao político

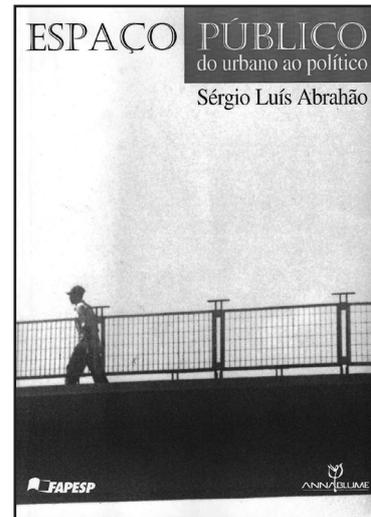
Maria Helena Tenório de Almeida*

RESENHA: Espaço público - do urbano ao político

ABRAHÃO, Sérgio Luís, São Paulo: Anablume/Fapesp, 2008.

BOOK REVIEW: Public space: from urban to political

ABRAHÃO, Sérgio Luiz, São Paulo: Anablume/Fapesp, 2008.



O autor fez seus estudos de pós-graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo-FAU/USP, concluindo o seu doutorado em 2005. Esse percurso lhe permitiu enfrentar o desafio de pensar as variações em torno do conceito de espaço público urbano com o qual se defrontou ao longo de toda sua vida acadêmica. Tais variações remetiam sempre a imbricação entre esse conceito e o de espaço público político, quer quando se remetia à história das idéias quer quando tomava como referência a sua prática institucional. Ora, pensado sob esse ângulo o conceito de espaço público é ele mesmo saturado de uma ambigüidade radical, talvez para não se render ao simplismo da equiparação entre espaço concreto e espaço físico do ambiente construído. É possivelmente a compreensão desse fenômeno que leva o autor a dizer: “É de se observar que [...] a transposição dos atributos do espaço público político para os espaços públicos urbanos não foi mediatizada por nenhuma teoria urbana” (p.16). Nesse sentido ele se depara com a apropriação pelo campo do urbano de um

conceito de espaço público político elaborado por estudiosos de outras áreas do conhecimento, sem a mediação de nenhuma teoria urbana, fato que o leva a indagar sobre a origem dessa apropriação assim como sobre as razões da difusão desse conceito entre a grande maioria dos estudiosos do urbano. Ciente disso, Sérgio Abrahão enfrenta o desafio de recuperar tanto os estudos na área da filosofia política e das ciências sociais que trabalham o conceito de espaço público, como as propostas de intervenção governamental e iniciativas urbanísticas levadas a termo por estudiosos nacionais e internacionais constituídos em grupos e, ou, individualmente. Na primeira chave, o autor, coerente com o problema que se pôs, dedica o primeiro *Tema ou Capítulo I*, à recuperação do conceito de espaço público na forma como ele é pensado por autores da filosofia política tais como, Hannah Arendt, (1994) Jurgen Habermas (1984) e Richard Sennett (1983) somando a estes a filósofa brasileira Marilena Chauí. A investida de Sergio Abrahão nesse campo do conhecimento é pontual e, como ele sublinha,

Recebida em 15.08.2010. Aprovada em 15.09.2010.

baseada em “leituras de leitura”. Por essa via ele se preocupa em reter desses autores, através de um movimento de aproximação-afastamento entre um e outro, não só as suas concepções sobre vida pública e espaço público político, mas as chaves que estas abrem no sentido do entendimento e da articulação com o espaço público urbano. No segundo registro, Sérgio Abrahão procura observar como, e em que medida, a reflexão sobre espaços públicos urbanos de autores, ligados ao planejamento urbano nacionais e internacionais, é qualificada e potenciada no registro do “espaço público político”. Ele investiga isso nos Temas ou Capítulos- 2 e 3 “*A Rua e o Espaço Público*” e a “*Morte da Rua Corredor*”. Em ambos a referência são os debates travados no interior de dois Seminários Internacionais promovidos pelos governos municipais da capital paulista em dois períodos histórico/políticos diferentes. O primeiro, em 1975, no momento da ditadura, foi realizado em parceria com o Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba (IPUC) e teve por tema – *Seminário de Revitalização das áreas centrais*. Centrado no “Projeto Centro”, o evento teve como “mote” do debate a preservação das áreas centrais da cidade de São Paulo e como “emblema a *pedestrianização* das ruas. A rua aparece aí como protagonista do que chamam de nova cidade e deve ser protegida de veículos e outros objetos que possam impedir a “boa vida” dos pedestres. Na mesma perspectiva são valorizados os locais públicos com vistas à humanização da cidade. Segundo Sérgio Abrahão, essa perspectiva se definia em contraposição ao urbanismo funcionalista presente na *Carta de Atenas* que, publicada em 1933 no interior do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), é então criticada por Jaime Lerner, assim como pelos urbanistas internacionais presentes ao evento, embora ela tenha mantido vida longa. De qualquer modo, segundo Sergio Abrahão, a expressão “espaço público” não é encontrada em nenhum dos textos publicados, diferentemente do que aconteceu no II Seminário Centro XXI, evento que acontece em 1995; realizado em uma conjuntura política diferente, no período de democratização, este Seminário foi articulado segundo Sérgio Abrahão, em torno da relação espaço público urbano – e espaço público político. Para o autor esse evento se caracterizou, diferentemente do anterior, sobretudo, por ser aberto à sociedade e

por ter como principal mentora a associação “Viva o Centro”. Dele participaram várias personalidades ligadas ao planejamento urbano, dentre elas as duas figuras paradigmáticas do urbanismo mundial a época, Jordi Borja e Manoel de Sola-Morales, célebres formuladores do chamado “Plano Barcelona” que deu os parâmetros da cidade democrática entendida como espaço cidadão e como fonte organizadora da vida pública. Sergio Abrahão sublinha que a manutenção da forma pública não foi discutida apenas sob o viés do espaço público urbano, mas em uma relação estrita com o espaço público político diferente do privado; “... a eficiência administrativa deveria garantir os direitos que todo cidadão tem que ter assegurado no espaço público suprimindo daí quaisquer traços de privatização” (p.58). Concluindo esse eixo de reflexão o autor destaca que “do *Seminário de Revitalização das áreas centrais ao Seminário Centro XXI*, o termo espaço público passou a ser genericamente utilizado para nomear o conjunto de praças, parques ruas e avenidas (mas) atrelando-se a ele um universo de significados”(p.59). Ele sublinha que a explicação para essa postura tem antecedentes nas diretrizes do VIII CIAM, que pensa a cidade como espaço urbano delimitado a partir de um “centro cívico”.

A ênfase do livro nesse eixo é a “*Morte da Rua Corredor*” seguida da ênfase nos espaços comuns sem limites. Este é o segundo *Tema* ou capítulo do livro e nele o autor traça uma verdadeira “geometria” dos espaços urbanos desenhados nas propostas de urbanistas do mundo inteiro, ou pelo menos dos seus principais protagonistas, demonstrando no percurso que “geometrias não são geografias” como bem assinalou Milton Santos. Centrando a atenção nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna –CIAMS- iniciados ainda em 1928 sob o protagonismo de Le Corbusier que assinou o manifesto de La Saraz, Sergio Abrahão procura descrever as ações e os processos que vão desenhando a estrutura dos espaços urbanos numa tentativa de captar a reinterpretação dos *objetos* urbanos pelos atores ou grupos implicados na proposta, assim como observar a diferença de significados que são a eles atribuídos a partir de novas e velhas formas de pensar o urbano. Nesse sentido ele descreve as inflexões que vão se operando do I ao X CIAM passando pelo IV que, segundo o autor, sintetiza na *Carta de Atenas*, os temas tra-

tados nos Congressos anteriores. Aí, sublinha ele, reafirma-se a “convicção do urbanismo como uma ciência tridimensional onde ganhavam forma as cidades verticalizadas”, pensadas a partir das funções, “morar, trabalhar, divertir e circular” (p.68). Essas funções, apesar das divergências internas são alimentadas até o VIII CIAM, realizado em 1951, quando então se lhes acrescenta mais uma- a cívica- traduzida como o viver em comunidade. Essa função, segundo o autor, ganha concreção no desenho dos centros cívicos de caráter monumental que deviam desempenhar “um papel recentralizador das cidades e transformador da sociedade” (p.77). Sérgio Abrahão é minucioso na descrição da “monumentalidade”, (p.78) e do significado atribuído pelos seus idealizadores à essa perspectiva. De forma sintética, para ele procurava-se dotar a cidade de um “coração” pulsante que se definia para além da perspectiva de planificação moduladora da ação dos arquitetos no pós-guerra. Adveio daí a idéia de dar ao VIII Congresso o Tema “Coração”, que apesar de não agradar a todos, expressava o significado atribuído aos centros cívicos- “um espaço civil de agrupamento civil” (p.83). Nesse sentido Sergio Abrahão registra a advertência de um dos mentores dos projetos do “centro cívico”, para o qual a “...forma dos “corações” não podia ser confundida com uma concepção paisagística (...) nem tampouco ser convertida num conjunto de edifícios monumentais”(p.89). Ora, isso parece indicar, de forma sutil, as dúvidas com relação a possibilidade de concretização dos centros cívicos e embora Sérgio Abrahão não se detenha nessa questão ao mencionar as diferenças internas ao CIAM, ele aponta, quer o ceticismo de alguns participantes em relação ao projeto, quer uma aceitação passiva de outros, quer ainda uma crítica explícita de alguns que classificavam o modelo como simplista. Segundo Paulo Sergio, a crítica destes incidia muito na feição genérica do modelo pouco voltado para o sentido de pertencimento. Daí a ênfase que deram no X CIAM a casa e a rua como lugares de formação de identidade e de formação de sociabilidades. Mas, segundo ele, essa proposta também não teve eco entre muitos dos participantes, para os quais esses lugares não podiam abrigar o sentido da vida em comunidade.

Continuando sua análise para além dos circuitos dos CIAMs, Sergio Abrahão recupera uma li-

nha crítica à essa linhagem que é potenciada em outros espaços e cujos atores rejeitaram a cidade funcionalista e o planejamento progressista que, ao longo de todo o século XX, saturou a arquitetura moderna. Entre estes ele destaca Jane Jacobs e Henry Lefebvre que, além de outras afinidades, tinham em comum a idéia da Rua como espaço transfuncional marcado pela diversidade de usos e como lugar de encontro e solicitações múltiplas de caráter material e cultural. Essa perspectiva ganha ênfase no presente livro nos Temas , “*Em Busca do Espaço Público*” e “*A Rua que virou Casa*”, que o autor denominou na Introdução como capítulo quarto. Este capítulo é dedicado ao pensamento e a ação do brasileiro Carlo Nelson Ferreira dos Santos, chamado de arquiteto antropólogo, pela aproximação que ele faz a essa área de conhecimento no desenvolvimento do seu trabalho nas áreas de Brás do Pina, Catumbi e no Conjunto Habitacional Selva de Pedra. Sergio Abrahão assinala que é para esses lugares que esse estudioso volta o seu olhar na tentativa de perceber o sentido, as práticas e as formas de espacialização que elas vão delineando na perspectiva da constituição de Espaços Públicos como lugares de cidadania. Nesse sentido, Sérgio Abrahão demonstra como o deslocamento do autor do campo da arquitetura para o da antropologia social é marcado por sua experiência de observador e analista dos aspectos econômicos sociais e culturais da sociedade brasileira, o que lhe permite pensar o processo de segregação sócio-espacial baseado no modelo núcleo-periferia que tem em Brasília sua mais perfeita tradução e cuja outra face são as COHABS e os INOCOPS. Sergio Abrahão traça a trajetória de Carlos Nelson Ferreira dos Santos a partir de uma estreita relação entre idéias práticas e instituições dando relevo a algumas experiências do autor nesse campo, a exemplo da sua prática na Companhia de Desenvolvimento de Comunidade- CODESCO- onde ele, juntamente com outros, participou de um programa de urbanização de favelas da época.

Sérgio Abrahão finaliza o livro com o Tema- *Espaços públicos Polifônicos I e II*. Em ambos, ele investiga a correspondência entre o conceito de vida pública desenvolvido pelos autores que trabalham o tema e as possibilidades e limites da atual conjuntura. Nessa ótica ele se aproxima de estudiosos brasileiros e estrangeiros, vinculados a diferentes

áreas do conhecimento, para pensar se o entrelaçamento entre elas vem contribuindo para enriquecer a reflexão e a prática do urbanismo. Desse exercício, o autor subtrai algumas “afinidades eletivas” entre esses autores, retendo, principalmente, aquelas que se expressam na chave da relação público-privado, onde a interpenetração entre essas duas instâncias produz o empobrecimento da vida pública política das cidades. Sérgio Abrahão sugere que essas afinidades podem ser analisadas não apenas nas evidências dadas nas paisagens das grandes cidades, onde os territórios produzidos dão lugar aos condomínios fechados e aos *shopings centers* em detrimento da vida nas ruas, mas também, e, sobretudo, na afirmação da lógica individualista que, aliada à do mercado, decreta o fim das grandes utopias socialistas; a dessacralização dos movimentos sindicais e dos movimentos sociais que, no início da década de 80, acenaram com o fortalecimento da vida pública no Brasil e alhures, resulta na erosão do espaço público político e no recuo da cidadania o que dá lugar a uma sociabilidade do espetáculo e do divertimento, dirigidos para “a fruição efêmera e a contemplação a distância”.

Na conclusão, o autor se restringe a uma síntese da reflexão desenvolvida, acrescentando a esta uma ligeira apreciação sobre o sentido do papel do Espaço público em tempos de neo-liberalismo e sobre as tentativas dos urbanistas arquitetos de atualizar em seus propósitos as concepções de Espaço público, modeladas nos campos da filosofia política e das ciências sociais.

O livro é um presente ao leitor interessado em se aproximar das variações que vêm se desenvolvendo em torno do conceito de espaço público e dos dilemas que o estudioso do urbanismo vem enfrentando na relação espaço público urbano e espaço público político. Com o objetivo de decifrá-los, Sérgio Abrahão investiga, por dentro de eventos realizados por órgãos do governo e por grupos articulados em torno dos congressos internacionais de arquitetura moderna (CIAMS), ou não, o itinerário do urbanismo e as possibilidades de construção de um campo de conhecimento e de prática na área. No curso, o autor acaba narrando a história dos encontros e desencontros entre a filosofia política e outras disciplinas, e das ações dos que recorrem a essas fontes para pensar novos modos de vida para a cidade. Esta é na verdade a grande contribuição

de Sérgio Abrahão, na medida em que ele apresenta ao público interessado na história do urbanismo e da vida pública nas cidades, uma grande plêiade de estudiosos da área. O problema do livro, a meu ver, é que o autor, ao se deter na descrição desses estudiosos, negligencia o espaço da crítica e, nesse movimento, deixa de iluminar, de modo mais contundente, o objeto a que se dedica. Apontar esse deslize não é, entretanto, subestimar a sua contribuição, mas dar os limites dela para abrir espaço à imaginação do leitor no sentido do trabalho com a palavra e, quem sabe, com a ação política.

Maria Helena Tenório de Almeida

* Doutora em Serviço Social. Pesquisadora do CNPq. Professora visitante da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

NORMAS EDITORIAIS

Periódico científico, semestral, produzido pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Brasil.

Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social
UFRJ - Escola de Serviço Social Programa de Pós-Graduação
Av. Pasteur, 250 – fundos
CEP 22290-240 – Rio de Janeiro - RJ

CONTATOS

Telefone (21) 3873-5386
(21) 3873-5385

E-mail: praiavermelha@ess.ufrj.br

Site: <http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha/index>

DIRETRIZES PARA OS AUTORES

A Revista Praia Vermelha tem periodicidade semestral e incorpora textos de caráter acadêmico/científico, distribuídos nas seguintes seções: artigos, ensaios, resenhas, entrevistas, resumos de dissertações e teses, seguindo normas técnicas da ABNT.

Cada edição da revista focaliza um tema previamente definido pela Comissão Editorial, escolha feita em função de sua relevância no contexto social contemporâneo. Entretanto, a depender da decisão dos editores, outros temas poderão ser incluídos na mesma edição. Os trabalhos submetidos à publicação deverão ser inéditos, não sendo permitida sua apresentação simultânea a outro periódico. Estes são analisados por pares, Membros do Conselho Editorial, ou pareceristas “ad hoc”, os quais poderão sugerir aos autores reformulações ou adaptações às normas editoriais. A decisão final sobre a publicação dos artigos será da Comissão Editorial. A análise será pautada no rigor, na clareza e na precisão quanto à produção científica, à redação, ao conteúdo e à probidade ético-teórica. Não serão admitidos acréscimos ou alterações ao texto, após sua avaliação e aceitação final. A Comissão Editorial assegura o anonimato ao(s) autor(es) no processo de avaliação, como também garante aos avaliadores o sigilo de sua participação, permitindo liberdade para julgamentos e avaliações.

Artigos e ensaios poderão ser encaminhados em português ou em espanhol, sendo também aceitos trabalhos publicados em revistas estrangeiras, em quaisquer idiomas, desde que traduzidos para o português (com exceção daqueles

em espanhol), tendo os direitos autorais cedidos pelo(s) autor(es) e editor(es). Todos os artigos deverão ser enviados através do Sistema Eletrônico de Editoração da Revistas Praia Vermelha, sendo necessário o cadastramento prévio do autor no sistema, através do endereço:

<http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha>

Os originais, escritos em editor de texto, deverão ser salvos na extensão “.DOC”, “.ODT” ou “.RTF” (não serão aceitos arquivos em “.DOCX”). Recomenda-se, ainda, que o texto se adeque à seguinte configuração: Tamanho da página A4; margem superior e inferior igual a 3 cm; margem esquerda com 3 cm e margem direita com 2 cm; espaçamento entre linhas duplo (ao longo de todo o texto a partir da primeira página do artigo, exceto nas citações, que devem estar em espaço; fonte “Times New Roman” tamanho 12 (com 70 toques por linha ou 63 mil caracteres no total, incluindo referências bibliográficas); alinhamento do texto justificado com recuo de 2 cm para cada parágrafo; a numeração das páginas deve ser feita no canto superior direito começando pelo número 1. As referências bibliográficas virão logo em seguida, ao final do texto, e as notas, quando houver, após as referências bibliográficas, sem quebra de página para ambos. O texto deverá conter o título do trabalho, resumo (máximo 100-150 palavras), palavras-chave (entre três e cinco), título do trabalho em inglês, abstract e keywords.

Caso o trabalho contenha tabelas, gráficos, fotos, mapas e ilustrações, estes receberão numeração consecutiva, em arábico, conforme o tipo de elemento incluído, exigindo-se um título e, ao final, referência à fonte, ou crédito do autor.

As citações observarão as normas da ABNT, conforme segue:

1. Citação indireta: indicada através do sistema “autor-data”.

Ex.1:

De acordo com Netto (1991)... ; Segundo Netto (1991)...; Conforme o ponto de vista de Netto (1991)...

Se a referência do autor vier dentro dos parênteses, que o sobrenome do autor conste em maiúsculas, seguido do ano da publicação.

Ex.2:

... exaurido de um certo padrão de desenvolvimento capitalista (NETTO, 1991)...

2. Citação direta: até três linhas, inserida no corpo do texto, entre aspas, seguida do sistema “autor, data, página”:

Ex.2:

O ano de 1968 produziu uma enorme voga intelectual para o marxismo em teoria geralmente em versões que teriam surpreendido Marx – e para uma variedade de seitas e grupos “marxistas-leninistas”, unidos pela rejeição a Moscou e aos velhos partidos comunistas como não suficientemente revolucionários e leninistas (HOBSBAWM, 1998: 81).

As notas devem ser reduzidas ao máximo, e na impossibilidade, solicita-se que sejam feitas ao final de cada capítulo, com referência inserida no corpo do texto, através de numeração arábica entre parêntese, apresentando a formatação a seguir: fonte “Times New Roman” tamanho 11, justificada.

As referências bibliográficas precisam estar citadas no texto, em espaço simples, espaçamento entre linhas (antes e depois) igual a 6pt, sem recuo de primeira, ou segunda linhas, que devem vir formatadas. Devem ser observadas as normas da ABNT, conforme exemplos que se seguem:

1. Livros (obra completa):

Ex1.: Único autor, volume único:

NETTO, J. P. *Ditadura e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1991.

Ex.2: Mais de um volume:

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 1, 1998.

Ex.3: Mais de três autores:

FEIGUIN, D. et al. *Um retrato da violência contra a mulher: 2.038 'boletins de ocorrências'*. São Paulo: Fundação Seade, 1987.

Ex. 4: Mais de uma obra do mesmo autor

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 1, 1998.

_____. *A questão judaica*. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

Ex.5: Mais de uma referência a um mesmo autor, com publicação num mesmo ano:

SILVA, J. F. S. *Justiceiros e violência urbana*. São Paulo: Cortez, 2004a.

_____. *Violência, Serviço Social e formação profissional*. In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 79, p. 133-147, set. 2004b.

2. Capítulo de livros:

Ex.1: Em caso de um único autor do capítulo:

BUTTIGIEG, J. *Educação e hegemonia*. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39-50.

Ex.2: Mais de três autores ou organizadores:

VINAGRE SILVA, M. *Ética, direitos humanos e projeto profissional emancipatório*. In: GUERRA, Y.; FORT, V. (org.). *Ética e direitos: ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2009.

Ex.3: Quando o autor é também organizador:

MINAYO, M. C. *Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social*. In: _____. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.

3. Periódicos:

Ex.1: No caso de um único autor:

COUTINHO, C. N. *O conceito de vontade coletiva em Gramsci*. In: *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2009. p. 32-40.

Ex.2: Caso haja mais de três autores:

GUERRA, Y. et al. *Elementos para o debate contemporâneo da "questão social": a importância dos seus fundamentos*. In: *Revista de Políticas Públicas*, São Luis, v. 11, 2007, p. 237-255.

Ex.3: Artigos diferente de um mesmo autor:

VARGAS, J. D. *Indivíduos sob suspeita: a cor dos acusados de estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal*. In: *Dados, Revista de Ciências Sociais*, v. 42, n. 4, p.729-760, 1999a.

_____. *Familiares ou desconhecidos? A relação entre os protagonistas do estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 40, jun., p. 63-82, 1999b.

4. Jornais:

Ex.: NAVES, P. *Lagos andinos dão banho de beleza*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 jun., 1999, p.13.

5. Revistas (magazine):

Ex.: ALVARENGA, T. *A eutanásia virá*. In: *Revista Veja*, Ed. 1.898, n. 13, São Paulo, 30 março de 2005, p. 98.

6. Publicação por órgão público brasileiro:

Ex.:

BRASIL. Ministério de Ciência e Tecnologia. *Ciência e tecnologia e inovação: desafios para a sociedade brasileira* (Livro Verde). Brasília, Academia Brasileira de Ciências, 2001. 278 p.

7. Constituição Brasileira:

Ex.:

BRASIL. *Constituição* (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

8. Legislação:

Ex1.:

BRASIL. *Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

Ex 2: Legislação em meio eletrônico:

BRASIL. *Lei 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais de política urbana e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.estatutodacidade.com.br>. Acesso em: 12 set. 2002.

9. Publicações disponíveis em sites da internet:

Ex.:

MAGNOLI, D. *O dom de iludir*, Associação dos Docentes da UFRRJ, 09 de set. 2009. Disponível em:
http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/dom_de_iludir.htm
 Acesso em: 10 de set. 2009.

10. Dissertações e teses:

Ex.:

SANSON, C. *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial* (Tese de Doutorado). Programa de Pós Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

11. Comunicação em evento científico publicado em anais:

Ex.: IAMAMOTO, M. V. *Os caminhos da pesquisa em Serviço Social*. In: XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, ABEPSS, Fortaleza. Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Fortaleza: ABEPSS, 2004.

Observar que todas as palavras em outra língua, diferente do português, devem vir em itálico.